

Mabel Salgado Pereira

**Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano
no episcopado: artífice da
Neocristandade(1888-1952)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em História Social da Cultura.

Orientadora: Maria Eliza Linhares Borges

Belo Horizonte - 2010

**Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado:
artífice da Neocristandade(1888-1952)**

Mabel Salgado Pereira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em História Social da Cultura.

Aprovada por:

Prof^ª. Dra. Maria Eliza Linhares Borges - UFMG
(Orientadora)

Prof. Dr. Artur Cesar Isaia - UFSC

Prof. Dr. Mauro Passos – PUC-MG

Prof. Dr. Ney de Souza – PUC-SP

Prof. Dr. Otavio Soares Dulci – PUC-MG (Suplente)

Prof^ª. Dra. Regina Horta Duarte – UFMG (Suplente)

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - UFMG

Ficha catalográfica

Pereira, Mabel Salgado.

Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade(1888-1952) / Mabel Salgado Pereira. Belo Horizonte: UFMG/ FAFICH, 2010.

v,

Orientadora: Maria Eliza Linhares Borges

Tese (doutorado) – UFMG /FAFICH/ Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

Referências bibliográficas: f.

1. Igreja Católica. 2. Neocristandade. I. Borges, Maria Eliza Linhares. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Para o meu pai, Antônio Carlos, *in memoriam*,
que se foi na minha ausência, fruto desta
pesquisa, e para minha mãe, Vilma da
Conceição, pelo apoio e exemplo de coragem.

Agradecimentos

A realização de uma tese de doutorado presume a soma de dívidas profissionais e sentimentos difíceis de serem resgatados, sendo, portanto, impossível mencionar nominalmente todos os que contribuíram para sua realização. Assim, com carinho faço aqui meus agradecimentos e, assumo, desde já, os equívocos e as possíveis falhas entre o apoio recebido e a precariedade do meu registro.

Começo então agradecendo às instituições. À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais), pela bolsa de pesquisa a mim concedida; à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) pela bolsa sanduíche, sem as quais a realização deste trabalho se tornaria impossível.

À Professora Maria Eliza Linhares Borges, minha orientadora, por sua leitura atenta e crítica, que tenho como valiosa contribuição para o texto que apresento.

Ao Professor Alberto Meloni, da Universidade de Modena/Itália, que, mesmo sem me conhecer pessoalmente, me facilitou toda a documentação para o programa sanduíche da Capes. Agradeço a confiança em mim depositada.

Aos Professores Rodrigo Patto Sá Motta e Henrique Cristiano José Matos pela leitura e sugestões quando do momento da realização do exame de qualificação.

Ao Professor Riolando Azzi devoto um agradecimento que vale por dois: pela interlocução e pela profunda amizade. Sua generosidade intelectual terá para sempre espaço em minha memória.

Ao amigo Pe. José Oscar Beozzo, que fez os primeiros contatos com o Prof. Giuseppe Alberigo na busca de um orientador na Itália e, posteriormente, pelas conversas sempre esclarecedoras em torno do tema.

Aos colegas de curso Míriam, Marilécia, Bruno, Helvécio, Jeaneth e Luciano. Companheiros desta aventura intelectual que muitas vezes se tornou angustiante, mas que pela presença amiga de cada um foi também estimulante e divertida.

De maneira especial, também agradeço aos diretores dos arquivos salesianos, especialmente a Don Luigi Cei (Roma), Pe. Joso (Niterói); Pe. Carrara e Pe. Antônio (Barbacena) e Pe. Mário (SP), dos quais sempre recebi palavras de incentivo. Também agradeço de forma especial a Denise, funcionária do arquivo de Niterói; a Magali, do arquivo de São Paulo e ao grupo de Barbacena, pelo espírito de solidariedade que sempre nos acompanhou; a todos deixo aqui meu reconhecimento.

Aos queridos Renato Gattone e Cláudia Cipriane, agradeço o carinho, a amizade e a presença constante, que tornaram o período em Roma consideravelmente mais agradável.

Aos Professores do Seminário Arquidiocesano Santo Antônio de Juiz de Fora, meus companheiros de jornada, agradeço a ajuda nas traduções, os empréstimos de livros e as palavras de incentivo. Agradeço especialmente ao Pe. João Justino que sempre me facilitou com horários e dispensas para que eu pudesse conciliar a docência e as atividades de pesquisa.

Aos amigos Silas (São Paulo), Virgílio (Rio de Janeiro) e ao primo Ailton (Belo Horizonte), agradeço imensamente a amizade e hospitalidade acolhedora neste período. Da mesma forma, aos Padres da Sociedade do Verbo Divino, SVD, pela hospedagem na casa da congregação de Belo Horizonte, durante o período de realização dos créditos. A todos deixo aqui meu reconhecimento.

Minhas amigas Leila Amaral e Beatriz Teixeira, minhas interlocutoras que me incentivaram através do exemplo de excelentes profissionais que são. A Tarcila pela ajuda sempre disponível nos momentos mais apertados do trabalho. Helô e Lucila, que além da amizade, ainda contribuíram para a revisão do texto.

Aos familiares que me apoiaram nesta jornada, em especial à minha mãe Vilma, Raíza, Jamil e Vitória, cada qual dentro de suas

possibilidades. Minha gratidão a Jose, que já faz parte da família, pela imensa ajuda ao longo destes anos.

A Marina e Marcela, filhas amadas, por terem relevado, em tantos momentos importantes de suas vidas, a minha ausência.

Ao Flavio, que chegou por último e encheu nossas vidas de esperança.

Resumo

Este trabalho dedica-se ao estudo histórico da trajetória do religioso da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, Helvécio Gomes de Oliveira e suas ações na Igreja Católica, no período de 1888 a 1952. O religioso desenvolveu um papel significativo na dimensão do catolicismo brasileiro, especialmente no movimento denominado Neocristandade, ou seja, aproximação entre o Estado e Igreja Católica. Dom Helvécio esteve à frente de uma das mais importantes sedes episcopais do país nas primeiras décadas do século XX, Mariana/MG, exercendo o cargo durante o mais longo episcopado mineiro, 37 anos de governo. A tese procura compreender as transformações da Igreja Católica do Brasil desde o início da formação do menino Helvécio, realizada na primeira instituição educacional salesiana implantada no país, o colégio Santa Rosa em Niterói/RJ, até sua chegada ao episcopado nacional. Acompanha toda a sua trajetória, analisando suas ações com o objetivo de demonstrar, na articulação entre indivíduo – instituição religiosa – sociedade, a busca constante pela eficácia no projeto da Neocristandade.

Palavras-chave: Dom Helvécio, catolicismo brasileiro, salesianos, Reforma Católica Ultramontana, Neocristandade, biografia institucional.

Abstract

This work is dedicated to the historical study of the religious Helvécio Gomes de Oliveira's trajectory, member of the St. Francis de Sales Association, and his actions inside the Catholic Church, from 1888 to 1952. The religious developed a significant role in the Brazilian Catholicism's dimension, especially in the movement known as neo-Christianity, in other words, the approximation between the State and the Catholic Church. Dom Helvécio was ahead of one of the most important Episcopal Sees of the country in the first decades of the twentieth century, in Mariana/MG, occupying the position during the longest Minas Gerais' episcopate, 37 years of government. The thesis tries to understand the transformations which the Brazilian Catholic Church pass through since the initiation of the boy Helvécio, held in the first Salesian educational institution established in the country, the school Santa Rosa in Niterói/RJ, until his achievement to the national episcopate. This work follows his entire trajectory and analyses his actions with the aim to demonstrate the link between individual – religious – society, the constant search for the efficiency in the project of neochristianity.

Keywords: Dom Helvécio, Brazilian Catholicism, Salesians, Ultramontane Reform, neochristianity, institutional biography.

Siglas e abreviaturas

ACPM – Arquivo da Casa Paroquial de Mariana – Mariana/MG

AEAM - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – Mariana/MG

AIS-SP – Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo – São Paulo/SP

AJEM – Arquivo do Jornal Estado de Minas – Belo Horizonte/MG

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão – São Luís/MA

APM – Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte/MG

ASC - Archivio Salesiano Centrale – Roma/Itália

ASPUG - Archivio Storico da Pontifica Università Gregorina – Roma/Itália

ASV - Archivio Segreto Vaticano – Roma/Itália

BIEF – Biblioteca do Instituto Estadual de Florestas – Belo Horizonte/MG

BLSSG – Biblioteca do Liceu Salesiano São Gonçalo – Cuiabá/MT

CEDIC - Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana -
Belo Horizonte/MG

CSDP - Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa – Barbacena/MG

MHCSSR – Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa -
Niterói/RJ

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional –
UFMT – Cuiabá/MT

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas.....	11
Introdução.....	14
Capítulo I: O processo de formação e os primeiros passos na vida religiosa congregacional.....	33
I.1- Adesão à Instituição.....	41
I.2- A formação europeia: Turim e Roma.....	55
I.3- Missão no Mato Grosso.....	61
I.3.1 - Tensões no quadro institucional e saída do MT.....	72
I.4- Atuação nos colégios salesianos.....	86
Capítulo II: O episcopado: uma nova missão.....	96
II.1- Nomeação episcopal: momentos de impasses.....	107
II.2- O episcopado do Maranhão.....	127
II.3- Sagração e mandato episcopal no Maranhão.....	135
II.3.1- Firme e maleável: reorganização da diocese.....	144
II.3.2- Principais reformas na diocese.....	150
II.3.3- Preocupações com a educação e a cultura: o legado salesiano.....	165
II.4- Transferência para Minas Gerais.....	172
II.4.1- Despedida do Maranhão e as comemorações do Centenário da Independência do Brasil	175

Capítulo III: Ações de Dom Helvécio no contexto da Neocristandade em Minas Gerais.....	179
III.1- Posse na catedral da Sé: quebrando tradições... ..	182
III.2- Ações “ <i>ad extra</i> ”	187
III.2.1- Partidos católicos na arquidiocese.....	187
III.2.2- Educação e família.....	191
III.2.3- Revolução de 1930.....	199
III.2.4- Movimentos políticos pós 1930.....	211
III.2.5- Redes de poder.....	222
III.3- Ações “ <i>ad intra</i> ”	226
III.3.1- A busca pela eficiência.....	227
III.3.2- Tensões no interior da arquidiocese.....	251
 Capítulo IV: Dom Helvécio e a cultura: aspectos da Neocristandade..	285
IV.1- A relevância do Patrimônio Histórico.....	286
IV.1.1 – O Museu São Pedro.....	288
IV.1.2 - O arquivo eclesiástico.....	298
IV.2- Parque Estadual Rio Doce.....	301
IV.3- O legado educacional.....	305
 Considerações finais.....	323
 Arquivos consultados e lista de documentos oficiais.....	328
 Bibliografia.....	332
 Anexo: caderno iconográfico.....	344

Introdução

Esta tese analisa a trajetória do religioso da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, Helvécio Gomes de Oliveira, figura referencial do episcopado brasileiro durante a primeira metade do século XX. A abordagem do trabalho se constituirá na articulação da tríade: indivíduo - instituição religiosa – sociedade.

O recorte temporal, demarcado entre os anos de 1888-1952, insere-se num momento especial do catolicismo brasileiro, de afirmação do movimento da Reforma Católica Ultramontana, iniciado em meados do século XIX, passando pelo fim do sistema do Padroado, no contexto da Proclamação da República (1889), até chegar ao processo de Neocristandade, que se consolidou nas primeiras décadas do século XX, marcando um novo momento das relações entre Igreja Católica e Estado, no país.

O marco inicial, o ano de 1888, refere-se à entrada do menino Helvécio Gomes de Oliveira no primeiro colégio salesiano implantado no Brasil, o colégio Santa Rosa, em Niterói. Este deve ser entendido como fruto do movimento reformista empreendido por Dom Pedro Maria Lacerda, bispo reformista do Rio de Janeiro. Encerramos a análise em 1952, apesar de Dom Helvécio vir a falecer somente em 1960, aos 84 anos. Esse recorte se justifica pelas mudanças ocorridas na Igreja

Católica durante a década de 1950, entre elas, a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1952, da qual o prelado tomará parte no ato de sua fundação. Porém, o mesmo não acompanhará os novos rumos que nortearão os caminhos da Igreja ao processo de Renovação Católica, por dois motivos: 1- esse novo modelo de Igreja não faz parte de sua formação; 2- o prelado, nesse momento, já se encontrava em idade avançada, 75 anos, além da saúde bastante debilitada.

A trajetória desse religioso nos permite, no recorte temporal proposto, analisar um dos momentos mais importantes da Igreja Católica no Brasil nas suas relações com o Estado. Entretanto, entendemos que este trabalho não se encerra nessa questão, extrapola as relações entre o poder temporal e o espiritual e nos conduz aos processos de formação das diferentes congregações religiosas que atuavam no Brasil no período, assim como, ao processo de adesão do formando ao carisma¹ da congregação e, posteriormente, às ações de valorização e perpetuação deste capital intelectual.

¹ O carisma é a finalidade fundamental da instituição. No caso da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, seu fundador, Dom Bosco, se julga inspirado por Deus para a realização de uma obra, cujo carisma é atender a juventude mais pobre. Na Europa, sua obra se realiza através das Escolas de Artes e Ofícios. No Brasil, os salesianos iniciaram seus trabalhos através desta mesma meta, porém, esta não se firmou, porque tanto a burguesia emergente quanto o Estado não estavam dispostos a investir na educação popular. Este carisma insere-se no campo religioso, porém, manifesta-se de maneira prática na sociedade. Não era somente educar, instruir, mas orientar os educandos nos valores religiosos.

O argumento em questão é que as ações pastorais do religioso inserem-se na dinâmica dos valores da modernidade apregoados por Dom Bosco, ou seja, suas ações, tanto no plano “*ad intra*” como no plano “*ad extra*”, referem-se ao fato de sua formação salesiana estar ligada a uma concepção social mais burguesa, progressista e de interesse dos governantes. Este elemento será essencial na condução das relações entre os religiosos e os representantes governamentais liberais nos primeiros momentos de implantação da obra salesiana no Brasil, em razão da necessidade de apoio de que necessitam os religiosos.

Nesse sentido, interessa-nos perceber o nível de adesão do indivíduo ao seu núcleo religioso, a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB; a eficácia de suas ações nas relações com o Estado; e, especialmente, sua sintonia com as orientações da Igreja Católica, no quadro do episcopado brasileiro, enquanto religioso a serviço da Instituição, ou seja, a articulação entre indivíduo - instituição religiosa - sociedade.

Mediante esses pressupostos, algumas questões norteiam o presente trabalho, tais como:

- a) compreender o universo da formação sacerdotal do nosso principal sujeito histórico no quadro da Reforma Católica Ultramontana;

- b) demonstrar, ao longo do processo formativo, atitudes que refletem o nível de sua adesão à Instituição;
- c) analisar as ações do prelado no interior da instituição religiosa, objetivando demonstrar que estas foram marcadas por um equilíbrio de tensões, desde os primeiros momentos de sua vida sacerdotal, passando pelas dificuldades no momento de sua sagração episcopal até a vivência dos dois episcopados, Maranhão e Minas Gerais;
- d) demonstrar que, através da trajetória de Dom Helvécio, no quadro denominado Neocristandade, ou Restauração Católica, é possível avaliar as relações entre Igreja Católica e Estado;
- e) analisar o processo de Neocristandade e sua dinâmica, através do relacionamento de Dom Helvécio com outros membros do episcopado, comparando suas ações, na tentativa de avaliar as possibilidades de ações de cunho individualista no quadro de uma Instituição Total.

Nessa perspectiva, objetivando fundamentar a construção do argumento em questão, dois conceitos serão os principais norteadores da tese, o conceito de "Instituição Total", de GOFFMAN:2005, e o conceito de "redes de interdependência", de ELIAS:1970.

Segundo Goffmann, o conceito de Instituição Total pode ser definido como:

um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade

mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2005, p. 11).

O autor define ainda algumas características básicas da Instituição Total, entre eles:

- o seu caráter total, pois o internado vive o seu cotidiano dentro de um mesmo espaço, sob uma mesma autoridade; ao passo que, quando no exterior, a vida diária era desenvolvida em diferentes locais, enquadrada por padrões normativos diferentes. A formação sacerdotal desse período partilha dessa característica, visto estarem os alunos concentrados num único espaço, no qual executam todas as suas tarefas diárias e sob a vigilância de um membro da classe dirigente;

- o seu aspecto segregativo, pois a Instituição, ao privar o aluno do contato com o mundo exterior, impõe, paralelamente, no seu interior, uma divisão básica entre o grupo de alunos internos e o grupo dirigente superior, no caso, os padres da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB;

- a sua vertente homogeneizante, visto estarem os alunos sujeitos a um regime igual para todos, alheio à privacidade, onde todas as tarefas são regradas e com horários estabelecidos para serem executadas;

- a normalização, a tentativa de rotinizar a vida diária, de forma a proporcionar um cotidiano estável e sem sobressaltos, no qual os mais insignificantes pormenores são regulamentados, tendo em conta um único critério – o da cultura da classe dirigente;

- o pressuposto que possibilita a construção conceitual de um “espírito de corpo”, “sentimentos de pertença”, ou seja, a identidade de grupo entre seus praticantes.

Assim, o conceito nos interessa porque acreditamos que a formação de Dom Helvécio Gomes de Oliveira no seio da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, nos leva a uma concepção sua como ser humano que adere visivelmente às disposições sociais de uma organização do tipo Instituição Total.

Em diálogo com o conceito de Instituição Total, faremos uso do conceito de “redes de interdependência”, de ELIAS:1970. Para ele:

os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões(ELIAS apud CHARTIER, 2001, p. 13).

A aplicação do conceito de ELIAS:1970 nos remete a alguns referenciais que funcionam como pares conceituais, especialmente no tocante à dimensão organizativa da vida social entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, alguns referenciais tornam-se importantes, tais como:

- o conceito de *Figuration*, primordial na sua elaboração conceitual. Para Elias, uma *Figuration* é uma formação social, que pode ter dimensões variáveis (uma classe escolar, uma aldeia, um coral) e pode ter uma hierarquia de várias relações;

- a participação do indivíduo no quadro de uma *Figuration* requer a incorporação dos comportamentos que regem tal civilidade. Para Elias, essa incorporação não modifica apenas a maneira de pensar, mas toda a estrutura da personalidade, a economia psíquica, que o autor designa como *habitus* de classe;

- a mutabilidade como constante social. Para o autor, essa é parte integrante da natureza humana, que deriva da experiência e do conhecimento individual. Por outro lado, é preciso considerar que os indivíduos podem mudar sem que ocorra qualquer alteração no seio da *Figuration* à qual pertencem;

- no centro do processo de formação social, estabelece-se um equilíbrio constante de tensões, um movimento pendular de equilíbrio de forças, comum a qualquer *Figuration*, que ora oscila para um lado, ora para outro, mas que, em nenhum momento, altera a ordem primordial de qualquer figuração.

Assim, entendemos que a aplicação do conceito de ELIAS:1970 no quadro da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, e da Igreja Católica, consideradas aqui como Instituições Totais, poderá ajudar-nos

a reconstituir a trajetória de Dom Helvécio no quadro eclesiástico brasileiro, porque esta foi marcada por uma forte tensão entre a liberdade individual e a cadeia de interdependência no quadro da Igreja Católica, tensão que o liga e o limita ao mesmo tempo.

Finalmente, em aliança aos dois conceitos citados anteriormente, faremos uso do conceito de Representação, de CHARTIER:1988. O historiador propõe que o conceito de cultura deve ser considerado enquanto prática, ou seja, remete-nos para a necessidade de análise dos usos e consumos dos bens culturais pelos diversos grupos sociais, para as diferentes formas de utilização do equipamento intelectual disponível.

O conceito de representação permite a articulação de três modalidades com o mundo social: o trabalho de classificação das múltiplas configurações sociais; o sentido das práticas, ou seja, as formas, que visam a fazer reconhecer uma identidade; e, por fim, as relações entre as práticas culturais e as formas de exercício de poder, que não são retorno ao político, mas práticas que visam perpetuar a existência de um grupo, de seus valores (CHARTIER, 2002).

Desta forma, o conceito de representação poderá ajudar-nos a compreender nas ações objetivadas de Dom Helvécio, práticas culturais que tinham como meta perpetuar os valores de seu grupo religioso, ou seja, afirmar simbolicamente, através do principal equipamento

intelectual da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, a educação, a existência do grupo.

Em função dos objetivos propostos, decorre a necessidade do diálogo com a historiografia sobre o processo de Reforma Católica Ultramontana, a relação da Igreja Católica com o novo regime republicano e o processo de Neocristandade. No caso brasileiro, a historiografia sobre a História da Igreja Católica se divide em três blocos: o primeiro a partir da fundação do CEHILA (Comissão Estudos de História da Igreja Latino Americano); o segundo liga-se aos “brasilianistas”; o terceiro bloco refere-se às pesquisas que começaram a ser desenvolvidas pelos professores e alunos dos programas de pós-graduação em História nas diversas universidades do país.

No primeiro, devemos assinalar como, a partir da segunda metade da década de 1960, a recepção do Concílio Vaticano II estimulou vivazes discussões sobre as reflexões acerca dos seus documentos. As possibilidades de “atualização” que passam no interior do campo religioso católico brasileiro afetam, em vários níveis e de diferentes formas, os diversos setores da Igreja. Especificamente no interior dos ambientes intelectuais católicos, isso significa uma maior sensibilidade para novas dimensões, como o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e com o propósito de uma reformulação da tradição historiográfica anterior.

De fato, um impulso à produção de pesquisas sobre a história da Igreja, no Brasil, vem do interior da própria instituição católica.² É no âmbito confessional que emerge uma expressiva contribuição, em termos quantitativos e qualitativos, através do projeto da CEHILA, que propõe uma “renovação” da história da Igreja Católica da América Latina. Este projeto nasce como consequência das mudanças das realidades cristão–eclesiais da América Latina, e como resultado de uma influência recebida da elaboração de uma reflexão teológica para a América Latina.³ A ideia de reescrever uma história da Igreja do Brasil fazia parte de um projeto mais amplo concebido e dirigido pelo teólogo e historiador argentino Enrique Dussel. No início da década de 1970, a proposta de Dussel, de uma história da Igreja da América Latina e do Caribe, começava a ser realizada através do estabelecimento de laços com as diferentes realidades nacionais do continente.⁴

² O historiador brasileiro Ivan Aparecido Manoel sugere a hipótese de que uma rejeição ou desprezo pelas ações da Igreja Católica no Brasil provocou um afastamento dos historiadores acadêmicos brasileiros em tratar as temáticas relativas à história da Igreja. Isso fez com que uma parte considerável da produção de pesquisas nesse âmbito fosse produzida por autores de outras áreas de conhecimento ou pertencentes a ambientes confessionais. Cf. MANOEL, 2006.

³ Referimo-nos, no caso específico, à chamada “Teologia da Libertação”. Sobre a relação entre a Teologia da Libertação e uma nova proposta para a história da Igreja da América Latina e Caribe existem vários estudos, dentre os quais podemos fazer referência aos seguintes: BEOZZO; José Oscar (Introd). Para uma História da Igreja na América Latina: marcos teóricos. Petrópolis: Vozes, 1986; HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja na América Latina e no Caribe: 1994, 1995 o debate metodológico. Petrópolis: Vozes, 1995; DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁴ Dentre os estudos que realizam sínteses da história da Igreja da América Latina e Caribe, ver: DUSSEL, Enrique. História da Igreja Latino-Americana.

No Brasil, em 1973 começava a tomar corpo o projeto CEHILA/Brasil que, na prática, visava constituir uma história da Igreja no Brasil a partir da perspectiva do povo. Estabelecia as suas bases na colaboração entre *experts* da área, entre historiadores e sociólogos, antropólogos, teólogos, filósofos, mas sempre com certa ênfase na reflexão derivada de um aprofundamento teológico.

Elementos peculiares caracterizam a produção historiográfica da CEHILA, a saber: a superação de uma dimensão “romana” da Igreja latino-americana, para fortalecer uma identidade eclesial própria; a escrita de uma história da Igreja a partir de uma perspectiva que considera os “pobres”; a superação da dimensão institucional da Igreja, em favor de uma perspectiva que atribui maior atenção às dimensões “periféricas” das formas religiosas e dos movimentos populares; a proposta de uma visão ecumênica, capaz de considerar e incluir as outras confissões cristãs.

Também encontramos, nesta mesma fase, no começo da década de 1970, alguns estudiosos denominados “brasilianistas”, provenientes do mundo acadêmico norte-americano e europeu, que começaram a realizar pesquisas que abordavam as relações da Igreja Católica com o Estado no Brasil.

As análises dos “brasilianistas” podem ser divididas em duas linhas de reflexão. A primeira examina as mudanças no interior da Igreja Católica dentro de uma perspectiva analítica que considera as suas dimensões institucionais e históricas, ou seja, na qual a Igreja Católica procura esforçar-se para adaptar-se melhor às novas circunstâncias históricas, para assumir um novo papel na sociedade e evitar perder sua influência e poder. Representante desta corrente encontramos a obra de BRUNEAU:1974. A segunda linha de reflexão analisa a história da Igreja Católica brasileira, procurando focalizar as formas e as razões da transformação da instituição e as suas consequências na sociedade. Como representante desta linha ressaltamos a obra de MAINWARING:1989, que, com exceção da primeira parte da obra, que considera o período 1916-1955 e que apresenta um quadro introdutório, o autor dedica maior atenção ao desenvolvimento da chamada Igreja “popular”, focalizando e enfatizando sobretudo a função dos setores e dos movimentos favoráveis a reformas ou transformações internas da Igreja Católica. O autor, mais que uma análise sobre as relações entre Igreja e Estado, procura examinar de forma detalhada as relações entre a Igreja e a sociedade civil, em particular as relações entre a instituição e as classes populares, focalizando o seu exame sobre as práticas de base e os movimentos de leigos católicos.⁵

⁵ Entre estes autores ‘brasilianistas’ devemos destacar ainda as obras de Ralph Della Cava e, posteriormente, as obras de Kenneth Serbin.

No terceiro bloco, o tema Igreja Católica no Brasil é abordado dentro de uma produção historiográfica relativamente ampla e que se apresenta num quadro bastante fragmentado. A produção de pesquisas nesse âmbito, ao longo dos anos, aumentou quantitativamente, incrementando uma historiografia que trata do tema a partir de diferentes recortes temáticos e temporais.

Se considerarmos todas as pesquisas que tratam da história da Igreja Católica do Brasil é possível incluir diversos estudos, tanto do ponto de vista cronológico quanto no que diz respeito ao seu conteúdo, que foram realizados por mãos de historiadores e por profissionais de outras áreas, como sociólogos, cientistas políticos e teólogos.

No campo da História é possível perceber a influência da terceira geração da Escola dos Annales, especialmente no que se refere à perspectiva cultural, na qual o elemento religioso é analisado como fenômeno da cultura.

Diante desse fenômeno, que podemos identificar como uma fase de recuo dos modelos tradicionais da chamada história “científica” ou “história-síntese”, emergem elaborações narrativas que valorizam novos objetos, novas fontes e novas abordagens, interessadas em examinar temáticas como: as trajetórias de vida de grupos ou de indivíduos, as festas, os processos devocionais, as romarias e santuários, a relação

entre sagrado e profano, entre sagrado e urbano, as vivências religiosas dos negros, as intolerâncias, entre outros.⁶

Deste quadro historiográfico, dois conceitos tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de nossa análise, ambos pertencentes à primeira fase. O primeiro, o conceito de Reforma Católica Ultramontana do século XIX, que deve ser entendido com vistas a uma uniformização da Igreja romana na vida eclesial e eclesiástica da Igreja no Brasil. Essa perspectiva colocava-se em oposição àquela adotada pelo Estado brasileiro durante o Segundo Reinado, que representava uma perspectiva regalista, ou seja, de completa subserviência da Igreja ao Estado. Ao governo cabia reconhecer que o poder religioso estava nas mãos do clero, mas o poder eclesiástico cabia ao Imperador. O episcopado brasileiro colocou-se como principal defensor das prerrogativas da Instituição, considerando que tanto o poder religioso quanto o eclesiástico eram intrínsecos à corporação religiosa.⁷ O segundo, o conceito de Neocristandade, permite analisar as relações que se desenvolvem entre Igreja Católica e Estado no início do século XX. O

⁶ Difícil citar os autores neste momento diante da vasta produção existente. Porém, para a análise destas novas abordagens vale destacar a coleção que está sendo publicada pela Associação Brasileira de História das Religiões em aliança com a editora Paulinas, denominada "Coleção Estudos da ABHR". As publicações são frutos dos trabalhos apresentados durante os congressos anuais da associação por historiadores e demais pesquisadores interessados pela temática.

⁷ Ver: GOMES:1991; OLIVEIRA:1995; MATOS:2002; PEREIRA:2003.

termo Neocristandade surge pela primeira vez na historiografia brasileira com a obra de BRUNEAU:1974.

Neste sentido, nosso trabalho, que tem como recorte a análise de uma trajetória individual e se insere no terceiro bloco da historiografia, se justifica por se tratar de uma inovação, pois resgata dois conceitos fundamentais da primeira fase, considerada “história-síntese”, incluindo-os num outro modelo analítico, em aliança com conceitos do campo da Psicologia (GOFFMAN:2005), da Sociologia (ELIAS:1970) e da História (CHARTIER:2002), além de preencher uma lacuna na historiografia que trata das relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil.

Com relação às fontes utilizadas nesta pesquisa e, de acordo com os objetivos propostos neste trabalho, optamos por utilizar um variado *corpus* documental, acreditando que a leitura de um amplo conjunto de fontes poderia favorecer a análise em construção.

Entretanto, devemos ressaltar a importância das fontes eclesiásticas que formam a base documental da tese, como, documentos pontifícios, cartas pastorais conjuntas e individuais do episcopado nacional, circulares, registros de concílios, sínodos e congressos, visitas pastorais, livros paroquiais, atas de conferências episcopais, correspondências da nunciatura brasileira, entre outros.

Porém, sempre que foi possível, procuramos fazer uso de fontes documentais que fogem ao setor eclesiástico, buscando perceber como

as ações desses membros eclesiásticos, especialmente Dom Helvécio, foram recebidas pela sociedade na qual atuaram. Nesse sentido, um olhar para a imprensa liberal da época ganhou espaço como forma de compreender a recepção das ações de Dom Helvécio e, da mesma forma, procuramos privilegiar as obras literárias que fazem menção ao prelado, na tentativa de perceber como as mesmas constroem a memória de nosso principal ator social. Além de diversas outras fontes, como: livro de registros universitários, artigos e decretos estaduais, revistas, folders, entre outros.

Portanto, na tentativa de reconstituir a trajetória de Dom Helvécio no interior da hierarquia eclesiástica e, diante da natureza eclesiástica da maior parte das fontes, buscamos analisá-las dialogando com o contexto social que as cercam, ou seja, entrecruzando-as com as diretrizes sócio-políticas que permeavam o Estado brasileiro e o modelo eclesiológico do momento.

Neste sentido, procuramos nos guiar conforme a orientação de BOUDIEUR:1996, à luz do contexto eclesiológico e sócio-político e ainda, por meio de comparações com outros membros do episcopado ligados ao mesmo processo, na tentativa de melhor percepção da orientação de Dom Helvécio.

Embora a organização cronológica siga o padrão original de analisar formação e ações ao longo do tempo, especialmente nos dois

primeiros capítulos, nosso pressuposto não se orienta pela busca de uma personalidade estável, ao contrário, buscaremos realçar o processo de mutabilidade vivenciado pelo nosso ator social, conforme BURKE:1997. Dessa forma, a análise qualitativa dos documentos deverá considerar o desenvolvimento da personalidade do prelado no tempo, buscando entender o porquê das mudanças e as circunstâncias que as cercam.

Quanto à sua estruturação, a tese constitui-se de quatro capítulos. No primeiro é analisado o processo de formação inicial do menino Helvécio, sua adesão às diretrizes educacionais da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, e sua partida para a Itália para continuidade da formação. Procuramos, neste percurso, fazer uma reflexão teórico-conceitual em que é apresentado o conceito de Instituição Total, evidenciando as potencialidades do seu uso. Em seguida, é analisado o retorno do prelado ao Brasil e os seus primeiros trabalhos como membro da congregação nas missões salesianas do Mato Grosso, sua saída da região e, finalmente, os trabalhos desenvolvidos nos diversos colégios da congregação antes de sua indicação para o episcopado nacional.

Ainda nesse capítulo, no quadro de sua atuação como religioso, é introduzido o conceito de redes de interdependência, buscando

evidenciar a necessidade da manutenção do “equilíbrio de tensões” no seio da Instituição Total.

No segundo capítulo, enfatizamos o momento em que Dom Helvécio passou a ocupar um lugar de destaque maior na Igreja Católica. Neste são analisadas as tensões que envolveram a sua nomeação ao episcopado nacional até o momento de sua sagração episcopal em 1918, para, em seguida, analisar sua posse e sua ação pastoral durante os quatro primeiros anos de seu episcopado em São Luís/MA, entre os anos de 1918 a 1922.

O ano de 1922, importante para o Brasil em termos políticos e culturais, com as comemorações do centenário da Independência, a criação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, será especial para a Igreja Católica com o início do papado de Pio XI (1922-1939). Para Dom Helvécio, representou um marco na sua carreira na Instituição, momento de sua transferência de São Luís/MA para Mariana/MG, a principal sede do poder espiritual de Minas Gerais. O segundo capítulo finaliza-se com a sua transferência.

A atuação de Dom Helvécio na Sé de Mariana será o foco central da análise no terceiro capítulo. Partindo de sua posse na Catedral da Sé, tentamos demonstrar que as ações que permearam seu episcopado estiveram sempre de acordo com o projeto eclesiológico de Pio XI, ou seja, o episcopado brasileiro trabalhava no projeto de Neocristandade,

visando a recristianização da sociedade através de sua aliança com o Estado.

Na tentativa de organizar todas as suas ações à frente da arquidiocese de Mariana, o capítulo encontra-se dividido em duas partes, a saber: as ações “*ad extra*”, ou seja, aquelas que se relacionam exclusivamente com o poder temporal, e ações “*ad intra*”, que se referem especificamente ao campo da administração interna da arquidiocese.

No quarto capítulo buscamos analisar as ações de Dom Helvécio no campo da cultura. Herdeiro legítimo do carisma de Dom Bosco, suas ações estarão voltadas para o plano educacional, prática cultural que visa perpetuar o capital intelectual do seu grupo de pertença. Porém, suas ações extrapolam este campo educacional abrindo espaço para intervenções no campo da preservação e divulgação dos bens eclesiais da Instituição e para questões relacionadas ao meio ambiente, pontos considerados inovadores no quadro do episcopado nacional da época e que podem ser caracterizados como elementos positivos no quadro da Neocristandade.

Por fim, vale a seguinte observação: diante da análise da trajetória de uma vida dedicada à Igreja Católica, eleger algumas questões significa também eliminar outras. Limitação que sinaliza sempre o caráter inacabado de nossas pesquisas.

Capítulo I:

O processo de formação e os primeiros passos na vida religiosa congregacional

A construção que Dom Helvécio Gomes de Oliveira faz de sua trajetória é fortemente marcada, desde o seu nascimento, 19 de fevereiro de 1876, pelo movimento da Reforma Católica Ultramontana. Lúcido, aos 83 anos, no dia de Nossa Senhora da Conceição, em 1959, escreve nas primeiras linhas de seu testamento: “baptizado e chrismando por Dom Pedro Lacerda, conheci as primeiras letras na fazenda paterna denominada Oliveira, dali segui para a Corte.”⁸

Sua chegada na corte, mais precisamente em Niterói, ocorreu sob o bispado de Dom Pedro Maria Lacerda (1868-1890)⁹, legítimo herdeiro de Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), bispo de Mariana/MG, líder do episcopado que deu início ao processo de Reforma Católica Ultramontana no Brasil. Dom Lacerda, que fazia avançar o processo reformador na diocese do Rio de Janeiro, trabalhava, juntamente com outros membros do episcopado brasileiro, em busca de novos auxiliares

⁸ Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 11 “Testamento”. AEAM-Mariana/MG

⁹ Dom Pedro Maria Lacerda foi confirmado como membro do episcopado por Pio IX em 1868. Sagrado bispo na Sé de Mariana/MG por Dom Antônio Ferreira Viçoso, tomou posse da diocese do Rio de Janeiro, em 1869, onde permaneceu até sua morte em 1890 (GOMES,1991).

para a implantação das diretrizes reformistas, vislumbrando a presença de religiosos estrangeiros como solução.

Em 1877, Dom Lacerda teve a oportunidade, em Roma, de conhecer pessoalmente Dom Bosco, sacerdote que havia fundado a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, em 1857, na cidade de Turim/Itália.

Dom Bosco, assim como sua obra, deve ser analisado no contexto do pontificado de Pio IX (1846-1878), período marcado pela batalha empreendida pela Igreja Católica contra o modelo liberal de Estado. De um lado, encontramos a Igreja Católica, orientada pela ideologia de cristandade, com dificuldades de aceitar a perda do poder temporal, fato que a levava a propor e defender um Estado católico. Por outro, os Estados liberais, marcados pelas grandes transformações do século XIX: segunda revolução industrial, necessidade de alfabetização das populações, afastamento dos modelos do antigo regime, expansão colonial e, especialmente, o anticlericalismo, que visava excluir qualquer possibilidade de dominação do campo religioso na organização temporal dos Estados liberais (ZAGUENI, 1999).¹⁰

¹⁰ Fruto deste contexto foi publicado no ano de 1864 um importante documento: a Encíclica "*Quanta Cura*" e as oitenta proposições do "*Silabo*". As teses do *Silabo* elencam os erros da época, como a moral laicista, a oposição dos Estados modernos ao reconhecimento do catolicismo como religião do Estado, o jurisdicionalismo, enfim, reconhecia que a Igreja não poderia se reconciliar com o liberalismo, já que o mesmo se traduzia em indiferentismo religioso. Cf. ZAGUENI, 1999.

Na oportunidade do encontro com D. Bosco, Dom Lacerda fez o primeiro pedido para que os missionários da Sociedade atuassem em sua diocese. Antes de retornar ao Brasil, o prelado brasileiro viajou a Turim, centro da obra salesiana, e enfatizou a necessidade de captar missionários estrangeiros para o processo reformador da Igreja no Brasil. De volta a sua diocese, e após longa correspondência com Dom Bosco, finalmente, os salesianos chegaram ao Rio de Janeiro em 14 de julho de 1883. Um ano depois já começavam a obra de instalação das primeiras oficinas de artes e ofícios do Colégio Santa Rosa, em Niterói (AZZI, 1983A).¹¹

O menino Helvécio, juntamente com seu irmão Manoel, foi matriculado no colégio Santa Rosa em 1888, época em que contava com 12 anos de idade. Sua ida para o Colégio Santa Rosa deveu-se à figura de seu padrinho, o Cônego Quintiliano José do Amaral¹², considerado grande benfeitor da obra salesiana em Niterói nos primeiros tempos (AZZI, 1984).

Diferentemente de outras congregações religiosas que atuavam no Brasil, no contexto da Reforma Católica Ultramontana de fins do século

¹¹ A obra salesiana na América Latina desenvolveu-se inicialmente na Argentina, com atividades missionárias na região da Patagônia. Posteriormente, as obras expandiram-se para o Uruguai. O Brasil foi o terceiro país latino-americano a contar com a ação dos salesianos.

¹² Seguindo uma tradição muito comum entre as famílias católicas do século XIX, Helvécio teve como padrinho o Cônego Quintiliano José do Amaral e como madrinha Nossa Senhora da Conceição, conforme seu registro de batismo. Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta “Papéis curiosos sobre Dom Helvécio” AEAM-Mariana/MG

XIX, os salesianos mantinham uma relação distinta com o Estado. Tinham no horizonte as preocupações com os problemas sociais da nação de origem da congregação, a Itália. Esta, como se sabe, buscava soluções para as questões de sua tardia unificação que, à época, incluía diversas dificuldades sociais.

Cabe destacar que a cidade de Turim, centro inicial da obra salesiana, juntamente com Gênova e Milão, na região do Piemonte, norte da Itália, que era sede da família real de Savóia, responsável pela unificação da Itália, encontrava-se, no momento da criação da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, e do processo de unificação do Estado, entre os centros industriais e comerciais mais avançados da Itália. E, mesmo:

Depois da unificação isto prosseguiu com ritmo mais intenso, mas com forte desigualdade entre Norte e Sul e também entre as várias regiões, fato que constitui um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento econômico e civil da Itália (CANDELORO, 1968, p. 55).¹³

Neste contexto, podemos observar que, desde o início, os salesianos interessaram-se pela:

implantação das escolas profissionais [que] deveria ser um dos meios para resolver praticamente a questão social

¹³ “Dopo l’unità esso proseguí con ritmo più intenso, ma com forti diseguaglianze tra Nord e Sud ed anche tra le varie regioni, [fatto che] costituí uno degli aspetti più importanti dello sviluppo economico e civile dell’Italia”.

Observação: Todos os textos traduzidos do italiano, do latim e do espanhol, nesta tese foram feitos livremente pela autora.

que começava a se aguçar na Europa, em consequência da rápida urbanização e industrialização. Por isto procurava incentivar por todas as partes as escolas de artes e ofícios (AZZI, 1983A, p. 37).

O modelo da escola de Artes e Ofícios para meninos será divulgado no Brasil pelos salesianos nos primeiros anos do colégio Santa Rosa, sob a direção do Padre Miguel Borghino (1883-1887). O sistema educativo de Dom Bosco, baseado no método “prevenir e não reprimir”, fundado sobre a trilogia: razão, religião e *amorevolezza*, será colocado em prática também no Brasil.¹⁴

Os três elementos da trilogia devem ser entendidos de maneira interligada. O apelo à razão refere-se à alegação de que a Idade do Iluminismo compreendia a cultura moderna. Esta mesma razão desempenha um canal de consenso sobre o postulado da religião, indicada como a pedra angular de uma boa e completa educação. A religião à qual Dom Bosco alude é claramente aquela que professa como católico e sacerdote, valorizando os sacramentos e, especialmente, a comunhão diária. Finalmente, o termo *amorevolezza*, de difícil tradução, deve ser entendido como carinho/amor entre educador e educando, comprometimento emotivo constantemente iluminado e purificado pela razão e pela fé e não como sentimentalismo.

¹⁴ Sobre o sistema educativo de Dom Bosco, ver: BRAIDO, 2006; STELLA, 2001.

Porém, os liberais brasileiros, através dos periódicos, denunciavam que os religiosos desenvolviam sua ação educacional de acordo com o método jesuítico, afastando os alunos das novas idéias e discussões.¹⁵ A imprensa trazia o debate entre ensino clerical versus ensino leigo recheado de denúncias contra os colégios dirigidos pelos religiosos. Em 1886, a Gazeta de Notícias divulgava o sistema de punição no colégio Santa Rosa através do caso de um aluno preso numa escura masmorra, na qual se encontrava havia quinze dias a pão e água. A notícia foi desconsiderada após a visita da Inspeção Geral de Instrução do Governo, mas serviu para aquecer ainda mais o debate (AZZI, 1983A).

Além dessas denúncias, o diretor enfrentou as dificuldades típicas de uma obra inicial, desde o agenciamento das escolas, impedidas em decorrência da influência do clima anticlerical, até desabamentos no momento inicial da construção. Em 1886, parte do colégio, ainda em construção, foi ao chão, motivado por uma violenta tempestade de ventos fortes. Dom Lacerda, um dos principais colaboradores da obra salesiana, vendo as dificuldades por que passavam os salesianos, patrocinou a reconstrução do amplo salão que havia sido destruído (AZZI, 1983A).

¹⁵ O quadro de denúncias aos colégios dirigidos por religiosos é fruto da herança do longo pontificado de Pio IX (1846-1878), que cristalizou posições conservadoras, quer com a proclamação do Silabo, quer pelas decisões do Vaticano I. Para os liberais, não havia distinção entre os métodos de ensino das diversas congregações religiosas, todos eram considerados como representantes do jesuitismo no Brasil.

O colégio Santa Rosa que visava, em especial, a formação de jovens menos favorecidos, passou, aos poucos, a ser visto pelas autoridades como um estabelecimento que marchava para o progresso e prometia bons resultados, em função do modelo educacional que vinha desenvolvendo (AZZI, 1983A).

A Assembleia Legislativa Provincial reconhece a capacidade educativa da obra salesiana de Niterói e, apesar da manifestação contrária de um grupo de liberais, aprova em novembro de 1886, através do decreto n. 2.888, “uma subvenção de 6:000\$000 anuais, metade do que constava do projeto inicial” (AZZI, 1983A, p. 60). Em troca, o governo impôs ao colégio a obrigação de receber e manter 20 alunos pobres. Neste sentido, podemos perceber de forma clara a negociação entre a Igreja Católica, representada aqui pela Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, e o Estado brasileiro, em função dos interesses convergentes do momento.

A característica moderna da obra salesiana¹⁶, devido a sua maior inserção no mundo do trabalho através das escolas de artes e ofícios, foi naturalmente seu grande trunfo naquele momento, visto que o país caminhava para a abolição da escravidão e já recebia imigrantes

¹⁶ O sentido moderno aqui registrado refere-se à implantação das escolas profissionais no Brasil com a chegada dos religiosos da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB. O governo brasileiro passará a ocupar este espaço somente após a Revolução de 1930, em grande parte com a fundação dos estabelecimentos do SENAI e SENAC nos centros urbanos industriais.

estrangeiros, sobretudo europeus, para atuar nas áreas rurais e nas indústrias nascentes.

No colégio, que abriu suas portas em 1884, recebendo um total de “36 alunos internos” (LUSTOSA, 1964, p. 91), funcionavam as oficinas de tipografia, alfaiataria, sapataria, encadernação e de carpintaria.

Nosso futuro prelado sempre gozou da condição de estudante e não de aprendiz, pois, segundo os estatutos do colégio, para a divisão dos aprendizes, eram admitidos, de preferência, meninos órfãos de pai e mãe e que se achavam em extrema pobreza. Apesar de ser órfão de pai, o aluno Helvécio e seu irmão não dependeram de ajuda externa para sua formação, a família Gomes de Oliveira¹⁷ era proprietária de terras em Anchieta, no Espírito Santo.

O ano de 1888, especial para nosso principal ator social, o será também para o colégio Santa Rosa, que já contava com 170 alunos internos e via crescer as oficinas e o número de aprendizes (LUSTOSA, 1964). Além disto, este ano marca a entrada do padre Pedro Rota na

¹⁷ A família de José Gomes de Oliveira, morto em 10.10.1884, era composta de oito filhos, “Horácio, Christina, Maria, Olyntha, Georgina, Ambrosina, Emanuel e Helvécio”. Cf. Texto de oração fúnebre da mãe, Maria Mattos de Oliveira, falecida em 24.03.1932. AIS-São Paulo/SP

direção do estabelecimento, que teve um papel importante na formação do jovem Helvécio.¹⁸

I.1- Adesão à Instituição

A passagem de um sistema educacional desenvolvido em pequenas escolas, no interior das fazendas dos grandes proprietários, típico do interior do país, para um colégio no sistema de internato, com um número grande de alunos circulando pelos corredores e refeitórios, certamente mexeu com a cabeça do menino de apenas 12 anos. Era preciso esforçar-se para acompanhar as novas exigências.

Ao inserir-se no colégio, foi conduzido por novas regras, que lhe mostraram claramente os diversos níveis de privilégio de cada um dos alunos. Os locais de trabalho e de estudo, definidos de acordo com a posição de cada um, colocaram-no em situação especial desde os primeiros tempos na sua longa carreira no interior da Igreja Católica. Apadrinhado pelo Cônego Quintiliano, ele recebeu atenção de um vocacionado, apesar dos salesianos não terem, nesse momento inicial, um projeto claro para as vocações brasileiras.

Uma das principais exigências para o aluno interno referia-se a sua conduta, pois cumprir com determinação as regras que especificam

¹⁸ Padre Pedro Rota foi o segundo diretor do colégio Santa Rosa, entre os anos de 1888 e 1893, quando do seu fechamento, em decorrência da Revolta da Armada. Será esse religioso que acompanhará os primeiros anos da formação do nosso ator social no colégio Santa Rosa, entre os anos de 1888 a 1892. Registros de suas impressões sobre o jovem capixaba nos ajudarão a traçar o perfil da personalidade de Dom Helvécio.

a austera rotina diária de uma casa de formação tornou-se uma necessidade, em especial, a obediência aos superiores. A metodologia preventiva de Dom Bosco é toda confiada ao educador, seu papel é absoluto, “detentor da plenitude dos poderes, executivo, judiciário, punitivo, enquanto que o aluno é chamado a uma essencial execução cooperativa, co-protagonista subordinado” (BRAIDO, 2006, p. 290).¹⁹

A vida de liberdade no interior do Espírito Santo ficou para trás, agora era o momento da incorporação de um novo padrão de comportamento. De acordo com o parágrafo 6º, sobre as condições de admissão: “Todos os alunos deverão conformar-se inteiramente com o regulamento interno. A imoralidade e a insubordinação incorrigível serão motivos de expulsão.”²⁰ O programa é claro, as regras estão todas estabelecidas, desde o enxoval, mensalidades, atrasos, férias, saídas extras, aplicação e conduta, para o conhecimento dos alunos e de seus pais.

O livro de notas do ano de 1889 é revelador do esforço de Helvécio e demonstra suas dificuldades com os estudos. Conforme o boletim abaixo:

“Escriptos:
Compôs.(port.) 6
Analyse.....2

¹⁹ “Detentore della pienezza dei poteri, esecutivo, giudiziario, punitivo, mentre l’allievo è chiamato a una essenziale esecuzione cooperativa, um coprotagonismo subordinato.”

²⁰ Cf. Programa do Colégio Santa Rosa – MHCSSR-Niterói/RJ

Arithmet.....	—
Frances.....	6
Calligrafia.....	5
Oraes	
Portugues.....	6
Arithmet.....	6
Frances.....	7
Geograph.....	—
Hist. Brasil.....	—
Hist. Sagrada.....	—
Catheci.....	—
Conducta.....	9 1/5 ²¹

Apesar de incompleto, o boletim é esclarecedor da ampliação do universo escolar enfrentado pelo aluno, novas disciplinas, língua estrangeira e disciplinas voltadas para formação religiosa. As notas revelam as dificuldades presentes, em especial na disciplina de “analyse”. Entretanto, sua nota em conduta demonstra que em termos de obediência, de aceitação dos regulamentos ele está muito próximo do regulamento. Como se verá na sequência dos capítulos, a aceitação dos princípios regulamentares da ordem, mais do que o desempenho exemplar nos estudos, foi uma característica na formação do jovem Helvécio. Este é um aspecto relevante para que possamos compreender sua inserção na vida eclesiástica, cuja performance, conforme sugerida por Goffman, pode ser vista como uma “Instituição Total”.

O modelo de formação no quadro de uma Instituição Total nos conduz a um quadro de exigências quanto à conduta do interno. A

²¹ Cf. Livro dos Resultados dos Exames de 1889 – 3ª. classe - MHCSSR-Niterói/RJ

interiorização dessas exigências, obtida através de obediência, em ação e espírito, à classe superior, é recompensada não somente em notas, mas também em prêmios e, em caso contrário, em castigos. No colégio Santa Rosa, aos “alunos que pela aplicação e boa conduta o tenham merecido, será concedido de dois em dois meses um dia de saída, com a obrigação de voltarem à hora marcada pelo diretor.”²²

Foi neste clima de esforço que Helvécio viu a Proclamação da República em 1889. Muito provavelmente não tinha maturidade suficiente para entender as diversas complicações que o ato poderia trazer para as relações entre Igreja Católica e Estado. Absorvido em sua nova rotina, seguramente não sentiu mudanças profundas.

Logo após a proclamação da República, em janeiro de 1890, sai a lume o decreto n. 119A, de autoria de Rui Barbosa, que serviu de ponto de partida para as definições das relações entre o poder temporal e espiritual. O decreto determinava o fim da vigência de um Estado confessional, extinguindo o Padroado, superando assim o sistema de Cristandade colonial. O projeto da nova carta constitucional a ser votado trazia uma série de artigos inaceitáveis para a Igreja Católica, como: obrigatoriedade do casamento civil antecedendo o religioso, confirmação da lei morta, ensino leigo nas escolas, expulsão dos jesuítas, proibição

²² Cf. Programa do Colégio Santa Rosa – MHCSSR-Niterói/RJ

da entrada de frades estrangeiros e incapacidade jurídico-eleitoral dos religiosos (LUSTOSA, 1991).

A Igreja Católica, através dos seus representantes, posiciona-se frente a nova situação. Protestos, apelos pessoais, conversações e negociações ganham espaço no momento. Dom Antônio Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, publica em nome do episcopado a Carta Pastoral Coletiva de 1890. O documento reforça o Padroado como causa do abatimento da Instituição e adverte: “uma união bem entendida só pode trazer efeitos benéficos para o Estado, sendo a separação radical, ao contrário, uma ameaça para a própria estabilidade da Nação.”²³

No mesmo padrão de ação, o episcopado ainda redigiu, em 1890, uma “Reclamação do Episcopado Brasileiro Dirigida ao Exmo. Chefe de Governo Provisório” e enviou uma Representação junto aos deputados constituintes, “reivindicando a correção dos vários artigos que, segundo os bispos, prejudicariam a tradição religiosa do país e os desejos dos católicos” (LUSTOSA, 1991, p. 22).

Para denunciar o laicismo da Constituição Brasileira de 1891²⁴, a campanha da Igreja Católica estava voltada para a luta pelos direitos da

²³ Cf. Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Nacional de 1890.

²⁴ Algumas disposições criticadas pelo episcopado foram eliminadas no texto final, como, por exemplo, a aplicação da lei de mão-morta, pela qual o patrimônio das corporações desaparecidas passariam para o Estado. Entretanto, a nova Constituição confirmou o caráter laicista da nova República. As medidas do Governo Provisório sobre separação e a não-subvenção foram mantidas; os membros das Congregações Religiosas, devido ao voto de obediência, foram privados dos direitos políticos; somente os casamentos civis teriam legitimidade; os cemitérios foram secularizados e

maioria católica, que deveriam ser traduzidos na legislação brasileira, em especial, pela presença do ensino religioso nas escolas públicas (BEOZZO, 1986).

Diante da nova situação, a Santa Sé entrou numa relação normal de autonomia com a Instituição no Brasil, através das nomeações de bispos, comunicações diretas e a criação de seminários, medidas de controle institucional características do Vaticano I. Consciente das dificuldades da Igreja Católica no Brasil no momento, a Cúria Romana, durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903), procurou canalizar recursos para fortalecer a Instituição. Entre suas ações vale destacar: a realização de sínodos regionais e nacionais, um Concílio Plenário da América Latina em 1899, uma nunciatura em 1901, e o cardinalato em 1905, instalado com a intermediação do Estado.

A cristianização desejada da República brasileira se enquadra perfeitamente nos propósitos do Papa Leão XIII (1878-1903), explicitados na carta *Litteras a vobis* (1894) que enviara ao episcopado brasileiro, “tratando como fato consumado a situação do novo governo” (LUSTOSA, 1991, p. 25). Não cabia à Igreja discutir os critérios de legitimidade da nova ordem política; “apesar da “impiedade” do Estado laico, a Igreja continuava a pregar o princípio do respeito às autoridades

entregues à administração municipal; o clero deixou de gozar de imunidade política e a educação em escolas públicas foi laicizada. Ver: MATOS: 2002; LUSTOSA: 1991.

estabelecidas e o princípio da origem divina de todo o poder” (GOMES, 2009, p. 8).

Os salesianos, embora continuassem fiéis à doutrina antiliberal da Igreja Católica, souberam amoldar-se às diversas orientações do novo governo e com isso, procuraram dar continuidade a seus projetos e iniciativas. No momento, encontravam-se envolvidos com a fundação do Colégio São Joaquim, em Lorena/SP, e com a publicação das Leituras Católicas.²⁵

O jovem Helvécio, interno naquele momento, preocupa-se em ajustar-se aos projetos do novo diretor, Pe. Pedro Rota. No seu primeiro ano de trabalho - 1888, o diretor Rota havia fundado a “Companhia São Luis”. Comum nas casas de formação religiosa, esses núcleos devem ser entendidos como parte constitutiva do processo formativo, espaço onde os alunos se reúnem, sempre sob a direção de um superior, e desenvolvem trabalhos ligados à piedade, às regras de moralidade e, no caso de uma congregação religiosa, é espaço para o conhecimento da Instituição, como a história da fundação, carisma, linha de ação e outros, condição *sine qua non* do aprendizado das normas e da simbologia de uma Instituição Total.

²⁵ O interesse pela imprensa católica foi, desde o início da implantação da obra salesiana no país, uma das principais características da Congregação. A publicação das Leituras Católicas, publicação periódico-mensal, teve início em março de 1890 e, apesar do tom apologético, abrangia, além da matéria religiosa, história, biografia, leitura dramática e recreativa. Em certo sentido, as publicações salesianas foram facilitadas pelas oficinas tipográficas dos próprios colégios por eles fundados. Cf. AZZI, 1983A.

Na lista dos sócios do ano de fundação da Companhia, o nome de Helvécio surge com o tradicional “S”, de seminarista. Sua trajetória na Companhia prenuncia a sua carreira na Sociedade de São Francisco de Sales, SDB.

A Companhia São Luis tinha a seguinte estrutura: Diretor, Presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselheiro. O cargo de Diretor será sempre ocupado por um membro superior, um padre. O espaço da Companhia é mais uma possibilidade de acompanhamento do internado, de avaliação do processo de aceitação dos padrões da equipe dirigente. Os demais cargos serão ocupados pelos alunos, por meio de eleição entre os demais membros, de acordo com sua capacidade organizativa e seu carisma.

Helvécio permanecerá como sócio comum durante os dois primeiros anos de sua formação – 1888 e 1889. Possivelmente, aqueles anos foram difíceis, devido à distância dos familiares, à experiência do colégio novo, ao esforço com as novas disciplinas, à convivência em comunidade e às novas regras. Mas este foi, em suma, um tempo necessário para familiarizar-se com o novo mundo que mesmo sem saber, ainda naquele momento, seria seu *habitat* por toda a sua vida. O ano de 1890 marcou sua entrada no grupo de dirigentes da Companhia, quando foi eleito para o cargo de Conselheiro.

As atas das reuniões da Companhia São Luis revelam que as discussões giravam em torno de assuntos de interesse da vida cotidiana do colégio. Calendário de festas, programações esportivas e atividades de cunho religioso voltadas para o desenvolvimento da piedade Mariana. A devoção à padroeira dos salesianos, Nossa Senhora Auxiliadora, será ponto forte das reuniões, onde recitam-se versos e orações.²⁶ Certamente, o aluno Helvécio não teve dificuldades em vivenciar a devoção mariana, uma vez que a própria família já era devota de Nossa Senhora, sendo o mesmo afilhado de batismo da Virgem.

A sua ascensão dentro da Companhia São Luis reforça sua adesão à Sociedade São Francisco de Sales, SDB. Em 1891, seu nome aparece como Tesoureiro e em setembro do mesmo ano, ele passa a ser o Secretário da Companhia. Inicia o ano de 1892 no cargo de Secretário, porém, em maio, com novas eleições para todos os cargos, ele passa a ocupar o posto de Presidente, maior grau que um aluno poderia atingir na Companhia, já que a Direção é posto da equipe dirigente.

A carreira do jovem na Companhia São Luis é sugestiva do nível de adesão às diretrizes implantadas pela equipe de superiores no colégio

²⁶ A devoção a Nossa Senhora Auxiliadora é antiga e vincula-se às lutas dos cristãos, no fim da Idade Média, contra os sarrecenos. No século XIX, no contexto da unificação italiana e da introdução da liberdade religiosa, diversos grupos protestantes aumentaram sua propaganda; foi contra esses que o Padre Bosco decidiu promover a devoção a Maria Auxiliadora. Ela era considerada, especificamente, mãe e auxiliadora dos filhos de Dom Bosco. Vale lembrar que no contexto da Reforma Católica Ultramontana no Brasil, houve um empenho bastante expressivo dos Bispos Reformadores e das Congregações Religiosas europeias em substituírem o culto das antigas e populares devoções marianas por invocações mais modernas.

Santa Rosa. Sua trajetória não deixa dúvidas de que, desde os primeiros anos no colégio, Helvécio entusiasmou-se em participar das atividades propostas pelos membros da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB.

Outro momento significativo de adesão e entusiasmo pode ser evidenciado pela sua tentativa de fazer carreira no campo da música. Quando Pe. Pedro Rota assumiu a direção, em 1888, abriu espaço no estabelecimento para o desenvolvimento da arte musical. O diretor, também pianista e compositor, teve sua administração marcada pelo impulso dado às atividades musicais através da criação de uma banda musical.

Estudiosos da metodologia educacional de Dom Bosco destacam que, enquanto:

os bispos se empenhavam em fechar os clérigos dentro dos recintos dos seminários e julgando tutelar a dignidade, o prestígio e a formação com o regime de separação de sociedade, Dom Bosco ia de fato contra esta tendência, fazendo base em particular sobre coesão social promovida por jogos e outras atividades lúdicas (STELLA, 2001, p. 64).²⁷

A alegria, antes de ser um elemento constitutivo do sistema educacional salesiano, é a característica essencial do ambiente familiar e

²⁷ “i vescovi s’impegnavano a chiudere i chierici entro il recinto dei seminari e ritenevano di tutelarne la dignità, il prestigio e la formazione con il regime di separatezza dalla società, don Bosco andava di fatto in controtendenza, facendo perno in particolare sulla coesione sociale alimentata dal gioco e da altre attività ludiche.”

de expressão de *amorevolezza*, resultado lógico de um regime baseado sobre a razão e sobre a religião, interior e espontânea (BRAIDO, 2006). Neste sentido, a música, o canto, as festas, as representações teatrais e as excursões ganham espaço entre educadores e educandos, funcionam como um *modus vivendi* de integração e assimilação dos laços de solidariedade interna.

A partir da direção do Pe. Pedro Rota no colégio Santa Rosa, a banda de música passa a ser elemento importante nas festividades e nos passeios realizados pelos alunos nos arredores do colégio. Os documentos atestam a presença da banda em todos os festejos religiosos e cívicos promovidos pelo colégio e na recepção de convidados ilustres.

Nas festividades em torno de Nossa Senhora Auxiliadora, de 1890, a participação da banda teve lugar especial. Conforme o programa:

10 horas – Missa solene , sendo a parte musical executada pelos alunos do Colégio, acompanhados pela Banda do mesmo, a qual tocará nos intervalos (...) À noite, iluminação nos pátios do Colégio, onde a Banda dos alunos tocará escolhidas peças do seu repertório.²⁸

Atraído pelas notas alegres dos instrumentos musicais e possivelmente contagiado pelo exemplo do diretor musicista, o jovem

²⁸ Cf. Programa da Festa de Nossa Senhora Auxiliadora na Capela do Colégio Santa Rosa, de 1º de junho de 1890 - MHCSSR-Niterói/RJ

Helvécio matriculou-se no curso de piano oferecido pelo colégio, conforme documento que segue:

Colégio Santa Rosa – Diploma de 2ª Ordem conferido ao Snr. Helvécio Gomes de Oliveira – aluno da Aula de Piano por seu comportamento e aplicação ao estudo de musica. Exames bimestrais da 1ª Serie. Ncitheroy, 29 de maio de 1892. O Director P. Pedro Rota.²⁹

Entretanto, não encontramos a presença de Helvécio na banda musical criada pelo Pe. Pedro Rota, sua formação estava sendo orientada no campo das vocações religiosas. Porém, o registro confirma a atmosfera de entusiasmo com que o aluno se dedicou às diretrizes do novo diretor, mesmo não tendo se revelado um grande músico.³⁰

No colégio Santa Rosa “as recreações eram rumorosas e todos os dias pareciam dias de festa, porque os alunos imprimiam um cunho de alegria tão comunicativa que se vestia de ares festivos” (LUSTOSA, 1964, p. 103). Conforme observado por BRAIDO:2006, as excursões “são modos muito eficazes para obter a disciplina, favorecer a moralidade e a saúde” (p.337)³¹, ou seja, eram um dos rituais destinados a difundir os princípios do colégio e a cuidar da integração

²⁹ Arquivo 5 - Gaveta 3 - Pasta “Papéis curiosos de Dom Helvécio” AEAM-Mariana/MG

³⁰ Importante registrar que a Banda de Música do colégio Santa Rosa existe até hoje, é considerada patrimônio cultural da cidade de Niterói e já mereceu estudos ao nível de mestrado. Ver: HIGINO:2006.

³¹ “sono mezzi efficacissimi per ottenere la disciplina, giovare allá moralità ed allá sanità”.

dos membros da comunidade. Não por acaso o próprio Helvécio guardou na memória cenas destes momentos:

Folgadamente nos encontrávamos à retaguarda da Banda de Música (...) fomos a um sítio distante, além do Fonseca. (...) Uma tempestade monstro colheu-nos de improviso, ainda longe do Colégio. Perdido o rumo, não aparecia alma viva que guiasse a pequena comitiva, a tiritar. (...) avistamos, já ao escurecer, o Colégio (LUSTOSA, 1964, p. 129).

O ano de 1892 marca uma nova etapa na trajetória de Helvécio. Com apenas 16 anos, após se destacar como estudante e como internado vocacionado nos diversos segmentos da Sociedade, foi enviado para um curto período de noviciado em Lorena/SP.

Nos primeiros anos da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, no Brasil, a formação sacerdotal realizava-se nos próprios colégios. Não havia ainda uma definição precisa de uma casa para os aspirantes à vida sacerdotal. A primeira ideia foi construir um edifício para os noviços em Lorena, porém, a casa central de Turim não autorizou a obra, possivelmente pelo vulto da despesa (AZZI, 1983 C). A solução para esta questão se faz diante da necessidade e das diversas vocações que foram surgindo ao longo do tempo. Por este motivo chega a Lorena, no mesmo ano que o jovem Helvécio, 1892, um jovem sacerdote vindo da Itália, o Pe. José Fausone, para ocupar-se dos noviços (MARCIGAGLIA, 1958).

Podemos observar que durante a formação em Lorena, dirigida pelo Pe. José Fausone, predominava a metodologia educacional de Dom Bosco. Sobre as ações educativas do jovem formador podemos ler:

Foram anos abençoados aqueles. Alma de tudo era naturalmente o Pe. Fausone. Que lindas conferências nos fazia, belas aulas, que proveitosos rendicontos. (...) Como preparava bem as festas religiosas, com fervorosos tríduos e novenas. No dia da festa, nunca faltava a boa música e a infalível academia. Essas sessões acadêmicas – nos dias de São José, Nossa Senhora Auxiliadora, Coração de Jesus e Imaculada Conceição – tinham uma feição particular, uma espécie de sistema cooperativo. O primeiro a falar era o padre diretor. A seguir, cada noviço devia fazer o seu número: um trecho de prosa declamada, uns versinhos, música instrumental ou vocal, discursos, diálogos etc. Tudo sem grande aparato e como em família (MARCIGAGLIA, 1958, p. 146).

Foi neste clima de formação, no qual as atividades educativas eram permeadas pela música, pelo teatro, pela poesia e outras, que o jovem Helvécio completou seu noviciato e recebeu como prêmio a notícia da continuidade dos seus estudos na Europa, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Podemos notar que o período do seu noviciato foi bastante curto, pouco mais de um ano, em 1894 já se encontrava em Turim, casa sede da Sociedade de Francisco de Sales, SDB; fato que nos indica que realmente sua adesão às orientações da

congregação era visível entre os seus superiores, e que vinha se fortalecendo desde os primeiros anos do colégio Santa Rosa em Niterói.

I.2- A formação europeia: Turim e Roma

Certamente a partida para a Itália foi um momento crucial no processo de formação do futuro prelado. O fato de ser escolhido entre diversos outros estudantes para realizar os estudos superiores no centro da Igreja Católica, o colocou em outro lugar no conjunto dos internados, de privilégio, na direção de uma possível carreira eclesiástica.

No contexto do processo reformista brasileiro, a preocupação do episcopado com a formação do clero tornou-se ponto primordial. O objetivo era formar padres preocupados somente com “cura de almas”, celibatários e distantes de qualquer participação na vida política. Visando a atingir esse objetivo, os bispos procuraram reformar e fundar novos seminários. Para tal, muitos puderam contar com o auxílio das congregações religiosas europeias.³²

Os salesianos, que ainda não tinham um projeto claro para as vocações brasileiras nos primeiros anos, trabalhavam em aliança com a

³² Uma das finalidades básicas do processo reformador era implantar no Brasil o modelo católico tridentino, mediante o aumento do poder do clero na esfera eclesiástica. Neste sentido, tornava-se necessária a formação de uma nova geração de padres com esta orientação e, para tal empreendimento, os primeiros bispos reformadores encontraram sólido apoio nos religiosos europeus. Em Minas Gerais, Dom Viçoso, ele próprio lazarista, contou com a colaboração dos lazaristas franceses, enquanto em São Paulo, Dom Antônio Joaquim, contou principalmente com o apoio dos padres capuchinhos da província de Saboia, na França. Ver: PEREIRA, 2004.

casa central de Turim. Por ordem de Dom Luís Lasagna, bispo de Trípoli e superior das missões salesianas do Brasil, o aspirante Helvécio, juntamente com outros dois seminaristas, Santana e Mourão, foi enviado a Turim. Em 1894, das mãos do superior geral, Dom Miguel Rua, recebeu as vestes clericais da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, professando os votos perpétuos.³³

O futuro prelado viveu na Itália entre os anos de 1894 e 1897. Após a etapa natural na casa central da congregação, em Turim, encontramo-lo, em 1895, matriculado no curso de Filosofia, em Roma. Durante o período letivo, os alunos residiam nos institutos salesianos em Roma, para cursar a Pontifícia Universidade Gregoriana, nos períodos de férias retornavam a Turim.

As perspectivas, abertas para o menino Helvécio com sua entrada no colégio Santa Rosa, em Niterói, alargaram-se profundamente com sua chegada à Europa. A comunidade salesiana em Turim lhe proporcionou o convívio com diversos outros estudantes e superiores, de várias nações, porém, certamente foi na Pontifícia Universidade Gregoriana que seu horizonte ampliou-se com maior intensidade. A Universidade Gregoriana foi, e continua sendo até hoje, o foco mais expressivo das Ciências Eclesiásticas da Igreja Católica. É para esta Universidade que a Instituição encaminha os alunos que se destacam no

³³ Cf. *Oração Fúnebre in memoriam* do Exmo. Dr. Dom Helvécio Gomes de Oliveira. MHCSSR-Niterói/RJ

campo intelectual, objetivando, desta maneira, a formação da futura classe dirigente. É regida pelos padres da Companhia de Jesus.

O episcopado latino-americano contou desde a fundação do Colégio Pio Latino-Americano, em 1858, durante o papado de Pio IX (1846-1878), com essa casa para a formação dos seus melhores seminaristas diocesanos, muitos dos quais, depois de retornarem aos seus países de origem, chegaram ao episcopado.³⁴

Na Europa, Helvécio vivenciou o apogeu do papado de Leão XIII (1878-1903), acompanhou de perto os efeitos da publicação de *Rerum Novarum* (1891)³⁵ na opinião pública e conheceu melhor as diretrizes da congregação criada por Dom Bosco. Um momento especial para um vocacionado tão jovem, de privilégio, que possivelmente lhe revelou o *status* social de pertencer à Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, ou seja, à Igreja Católica.

Muito provavelmente, apesar da pouca idade, compreendeu o que a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, colocava a sua disposição

³⁴ Os Salesianos, assim como diversas outras congregações religiosas, não faziam uso do colégio Pio Latino-Americano, pois possuíam suas próprias casas de formação em Roma.

³⁵ A encíclica *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários, foi a primeira intervenção oficial do mais alto magistério da Igreja Católica sobre a Questão Social. As diretrizes do documento podem ser resumidas em quatro pontos: a defesa enérgica da propriedade privada; a necessidade de uma ética econômica fundamentada no direito natural e no primado da justiça – o salário justo, o uso comum das riquezas –; uma ética encarnada em instituições – uma legislação social (papel do Estado), associações profissionais (papel da sociedade civil)–; uma ética subordinada à perspectiva religiosa da fé cristã (visão escatológica). Foi inspirada em parte pelo temor de que os operários católicos aderissem ao socialismo. Ver GOMES:2000.

naquele momento: possibilidade de viver no centro da sede católica, de estudar com os grandes mestres da Instituição, ter acesso as melhores bibliotecas, entre outros. A julgar por sua vida nos anos seguintes, pode-se dizer que já ali ele alimentou o desejo de envolver-se por completo, em espírito e ação, com a Instituição.

Os registros da Pontifícia Universidade Gregoriana são reveladores da nova experiência vivenciada pelo aluno. De acordo com livro de registros de exames, o curso de Filosofia encontrava-se dividido em três fases: *baccellierato*, *prologo* e *dottorato*. A Filosofia era estudada segundo o método clássico da “escolástica”, ou seja, na fidelidade às concepções de Aristóteles, dividindo o conhecimento em ‘Física’, estudo da natureza e da metafísica; e o estudo dos conceitos da ‘Razão’, na acepção de Santo Tomás de Aquino. Os estudos sobre ‘Lógica’ eram considerados como introdução básica e os de ‘Ética’ eram totalmente decorrentes da moral natural (Cf. MARCONDES, 2001).

No ano de 1895 Helvécio prestou exames e foi aprovado, concluindo a primeira fase, o bacharelado, com as disciplinas de “*Logica et Metaph. Gen. An. I; Mathesis elementaris.*”³⁶

O ano seguinte, 1896, parece não ter sido fácil para o estudante. Matriculado em “*Metaph. Specialis An. II; Physico-Chimia; Mechanica et*

³⁶ Cf. Livro de Registro Exame de Filosofia 1890-1910, p. 89 – ASPUG-Roma/Itália

*Physicomath*³⁷, foi reprovado nos dois exames do ano, um em julho e outro em dezembro. Difícil saber quais foram as maiores dificuldades encontradas neste período, entretanto, sua reprovação o coloca, diante dos outros alunos, numa situação delicada. O jovem vocacionado Santana, que havia sido enviado com Helvécio para os estudos na Itália, encontra-se, desde o ano de 1895, matriculado nas mesmas disciplinas, porém, para o colega o ano de 1896 foi de sucesso nos estudos.

O fato de vivenciarem o cotidiano dentro do mesmo espaço, sob a mesma autoridade, enquadrados por padrões normativos que envolvem a todos de maneira igual, característica básica da formação sacerdotal, facilita a perspectiva comparativa por parte dos superiores e, certamente, os momentos de fracassos, que provavelmente são divididos entre todos. Momento que impõem, por parte do grupo dirigente, medidas que visam estabelecer sua vertente homogeneizante, ou seja, a imposição de regras que buscam restabelecer aqueles que, mesmo estando envolvidos, não respondem de forma satisfatória, quer por dificuldades de aprendizado ou outras questões, aos padrões normativos da Instituição.

A reprovação do aluno no ano de 1896, da mesma forma seus esforços, já analisados anteriormente, no Colégio Santa Rosa, demonstram-nos que não estamos diante de alguém com grande

³⁷ Idem.

capacidade intelectual. Vale notar, no entanto, que as dificuldades nos estudos se sobrepõem ao seu esforço de adesão às disposições da Instituição.

No ano de 1897 encontramos-lo matriculado em três disciplinas: "*Metaph. Specialis An. III; Ethica et Ius naturale; Astronomia*".³⁸ Diferentemente do colega Santana, que prestou exames neste ano, no livro de registro não consta que o aluno Helvécio tenha prestado exames destas disciplinas. Da mesma forma, no campo das observações o espaço encontra-se sem nenhuma anotação. Assim, tudo nos indica que o mesmo abandonou os estudos na Pontifícia Universidade Gregoriana neste ano. Das três fases do curso de Filosofia, Helvécio foi aprovado apenas na primeira, não cumprindo as exigências do "*prologo*" e do "*dottorato*".

Entretanto, outros registros nos confirmam que a grande dificuldade encontrada pelo jovem vocacionado refere-se ao clima europeu, o que lhe causou danos à saúde. Assim, "obtido o diploma de Bacharel em Filosofia, interrompera os estudos, por falta de saúde, e retornou ao Brasil."³⁹

³⁸ Cf. Livro de Registro Exame de Filosofia 1890-1910, p. 89 - ASPUG-Roma/Itália

³⁹ "ottenuto il diploma di baccelliere in Filosofia, interrompeva gli studi, per mancanza di salute, e ritornava in Brasile" Cf. relatório do Padre Pietro Massa enviado ao Núncio Giuseppe Aversa em 09 de março 1914. Cf. Pasta Dom Helvécio - ASC-Roma/Itália

I.3- Missão no Mato Grosso

De volta ao Brasil, ainda no ano de 1897, segue diretamente para o Mato Grosso. Na cidade de Cuiabá, sede das missões salesianas desde 1894⁴⁰, continuou os estudos:

fazendo o curso superior de ciências eclesiásticas, enquanto se entregava também aos árduos deveres da assistência e do ensino dos alunos. Foi recebendo, gradativamente, as Ordens Menores e as Sagradas, conferidas pelo Bispo Luís Carlos D'Amour, que o ordenou Presbítero aos 09 de julho de 1901 (FALCÃO, 1958, p. 8).

O período em que esteve no Mato Grosso será marcado pelo processo de transição no interior da congregação, de jovem vocacionado, estudante interno de Teologia, passará a ocupar mesmo antes de sua ordenação presbiteral, juntamente com os demais religiosos, posto de trabalho importante no grupo da classe dirigente da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB.

Os primeiros trabalhos do padre serão desenvolvidos no interior do Liceu Salesiano São Gonçalo, fundado no mesmo ano da chegada dos religiosos à cidade, 1894. Porém, suas funções extrapolam os limites do colégio, pois no período em que esteve em Cuiabá trabalhou

⁴⁰ Apesar do carisma da congregação ligar-se ao processo educativo dos mais necessitados, Dom Bosco, desde a fundação da sociedade, procurou estar vinculado às metas prioritárias da Santa Sé, que naquele período tinha as missões como força motriz. Desta forma, muitos de seus discípulos tornaram-se grandes missionários. Os pedidos para missionários salesianos no Mato Grosso estiveram na pauta do grupo desde os primeiros tempos de sua chegada na América, porém, somente em 1894, estes chegaram em Cuiabá (AZZI, 1983C).

diretamente com o Pe. Antônio Malan. Este foi o primeiro diretor do liceu cuiabano, que fora nomeado também, pelo bispo diocesano de Cuiabá, Dom Carlos Luís D'Amour,⁴¹ vigário encomendado da Freguesia de São Gonçalo, primeira paróquia confiada a um salesiano no Brasil.

Iniciada nos primórdios da República, a missão salesiana no Mato Grosso se enquadra dentro de uma visão de mundo tipicamente burguesa, que considerava positivamente os valores da civilização urbana em detrimento dos "males" de uma vida integrada à natureza. O salesiano Dom Luís Lasagna, bispo de Trípoli e superior das missões salesianas do Brasil, não deixa dúvidas da visão de mundo que permeava as missões. Ao recordar a recepção no Mato Grosso, o superior escreve que habitantes da região encontram-se "sepultados nos horrores da superstição e da barbárie", que vivem "naquelas imensas selvas inóspitas entre as raças bárbaras das florestas virgens", campo "imenso para o valor e a abnegação dos valentes soldados da cruz e do progresso" (AZZI, 1983A, p. 332).

Convém assinalar que essa visão não é exclusiva dos religiosos salesianos. Ela se explica pelo fato de serem estrangeiros os superiores das congregações religiosas que atuaram no Brasil neste momento, de

⁴¹ Dom Carlos Luís D'Amour foi o segundo bispo de Cuiabá. A confirmação de seu nome como Bispo de Cuiabá ocorreu em 1877. Tomou posse da Diocese, por procuração, em 1878, permanecendo à frente do governo diocesano até o ano de sua morte, 1921. Em 1910 a Diocese foi elevada à categoria Província Eclesiástica, passando Dom Carlos a ocupar o posto de primeiro Arcebispo. As ações de seu governo episcopal devem ser entendidas no contexto do processo de Reforma Católica Ultramontana. Sobre Dom Carlos Luís D'Amour, ver: MORAES, 2003.

desconhecerem a cultura e os costumes do povo, e de serem influenciados pelo momento inicial de uma nova ordem, ou seja, de transferência das bases econômicas da aristocracia rural para as classes burguesas em ascensão. É importante lembrar que as bases econômicas da aristocracia rural estavam financiando o início do processo de urbanização e industrialização no país. A ideologia do progresso e da civilidade, neste período, era incorporada pelos republicanos. Os estudos sobre os projetos ferroviários e urbanísticos, por exemplo, sinalizam para a assimilação, por parte das elites brasileiras, do ideal de modernidade em voga na Europa da época.

Um ano antes da ordenação sacerdotal de Helvécio, ocorrida em 1901, os salesianos promoveram uma grande festa em comemoração ao 25º aniversário da presença salesiana na América do Sul. Para as festividades foi organizada uma grande exposição, dividida em duas partes:

uma parte artística: mapas coloridos das cinco partes do mundo, do Brasil, do Estado; plantas do Liceu (...) uma secção de artefatos, alfaiataria, sapataria, curtume, marcenaria, serralheria, funilaria, pintura...; um Museu de História Natural, quadros, mineralogia, botânica, insetos, répteis...; *uma parte científica*: a meteorologia (DUROURE, 1977, p. 73).

A mostra nos permite observar o entusiasmo com que se dedicavam os padres salesianos aos trabalhos no liceu, ela nos indica a

variedade de trabalhos que eram desenvolvidos no campo de Artes e Ofícios. Entretanto, será a parte científica, sem dúvida, o auge das comemorações, tratava-se da inauguração do primeiro Observatório Meteorológico do Mato Grosso. O acontecimento contou com a presença do Bispo, do presidente do Estado e outras altas autoridades.

Os convites aos representantes do Estado demonstram como os salesianos distanciavam-se do modelo da Reforma Católica Ultramontana implantado no Brasil a partir do modelo de Dom Viçoso (1844-1875). Estes, ao contrário, procuram sempre construir uma política de aproximação com o Estado, objetivando fortalecer as alianças para o avanço de suas obras, conforme a orientação da matriz da congregação.

O Observatório Meteorológico começou a funcionar de maneira regular quinze dias após sua inauguração e, segundo os registros, “foram fundadores e primeiros funcionários deste posto o P. Helvécio Gomes de Oliveira e o irmão salesiano Professor Sílvio Milanese” (DUROURE, 1977, p. 83). Outros registros nos indicam que os primeiros telegramas foram “endereçados ao Diretor do Observatório Meteorológico “Dom Bosco”, o Sr. Pe. Dr. Helvécio Gomes de Oliveira” (LEITE, 1983, p. 17).

Será nesse ambiente que o Pe. Helvécio dará início à carreira como sacerdote. Nesse momento, contava com 25 anos e já ocupava

importante posto no quadro da congregação. Tempos difíceis, em que os missionários deveriam estar a serviço na esfera do ministério sacerdotal e também agir de acordo com as diretrizes dos bispos diocesanos, que neste momento trabalhavam em prol da Reforma Católica Ultramontana.

Notas de testemunhos, em especial dos superiores salesianos que acompanhavam os trabalhos desenvolvidos pelo padre, nos revelam que em “suas atitudes enquanto administrador e de organizador nota-se que a sua inteligência fácil e pronta, a intenção muitas vezes feliz no julgar homens e coisas”.⁴² São estas características pessoais do jovem padre que facilitarão o desenvolvimento do seu trabalho no quadro do grupo dos dirigentes da congregação.

Na realidade, a chegada tardia dos religiosos no Mato Grosso deveu-se especialmente à falta de pessoal para o desenvolvimento dos trabalhos. O Padre Helvécio desde o início de sua carreira demonstrou talento no campo administrativo, elemento que o colocou em lugar especial no quadro dos dirigentes. O trabalho como diretor do Observatório Meteorológico será apenas o primeiro de uma série de direções ao longo de sua carreira na Sociedade de São Francisco de Sales, SDB.

⁴² “sue attitudini in fatto d’aministrazione e di organizzazione si nota che la sua intelligenza facile e pronta, l’intenzione molte volte felice nel giudicare uomini e cose.” Cf. relatório do sacerdote Pietro Massa, SDB, enviado ao Núncio Apostólico no Brasil Giuseppe Aversa, datada de 09 de março de 1914. Pasta Dom Helvécio ASC-Roma/Itália

Segundo DUROURE, as relações entre salesianos e o bispo cuiabano, a partir de 1900, começaram a ficar tensas. A questão refere-se aos benfeitores da obra salesiana, composta de diversos membros considerados pelo bispo como “Inimigos da Igreja”, maçons, espíritas e outros dissidentes.

Pe. Helvécio acompanhou de perto os atritos entre Pe. Antônio Malan, diretor do liceu, e Dom Carlos Luiz D’Amour. A tensão que se forma em torno da desobediência dos salesianos em aceitar esmolas dos dissidentes é justificada pelo Pe. Malan da seguinte forma:

Queira Vossa Excelência desculpar-me. Não é possível. Seria contrário à pratica geral da nossa Congregação, aos exemplos de Dom Bosco, nosso venerável fundador, que sempre recebeu e tratou com esmerada educação os benfeitores de seus meninos, quem quer que fosse... (AZZI, 1983B, p. 336).

Esse conflito, no interior da Igreja Católica, leva-nos a reconhecer que, no quadro de uma Instituição Total, a tensão não está ausente, pelo contrário, é uma constante, pois na realidade existem instâncias sobrepostas, de valores e hierarquias, que, em muitos momentos, se chocam. No caso da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, que era uma Sociedade de Direito Pontifício, havia uma relativa autonomia na sua gestão interna.

O entusiasmo do Pe. Helvécio não se perde diante dos conflitos. Na realidade, as maiores dificuldades deste momento recaíram sobre o Pe. Antônio Malan, responsável pelos trabalhos no Mato Grosso e quem deveria responder às diretrizes do bispo.

Ainda no ano de 1901 o Pe. Helvécio passa a ocupar, além da direção do Observatório Meteorológico, o cargo de diretor do Liceu Salesiano São Gonçalo. Neste momento o liceu contava com capela, teatro, curso primário e secundário, além das oficinas no setor de Artes e Ofícios “de alfaiataria, sapataria, carpintaria, marcenaria, serralheria e selaria, e a biblioteca” (DUROURE, 1977, p. 91).

Ao assumir a direção do liceu, o principal trabalho desenvolvido pelo novo diretor foi, junto ao presidente da República, Campos Sales (1898-1902), conseguir a equiparação do “ginásio ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro” (DUROURE, 1973, p. 89), com resultado positivo no início do ano de 1902.

Apesar de todos os esforços dos religiosos, no contexto da Reforma Católica Ultramontana, as relações entre episcopado e ordens religiosas nem sempre se desenvolviam de maneira harmoniosa. O caso das relações entre os salesianos em Cuiabá e o bispo diocesano não foge à regra. Os bispos preconizavam em seus escritos a obediência aos legítimos pastores como regra fundamental, enquanto os religiosos das

diversas congregações guiavam-se de acordo com os seus estatutos internos, legitimamente aprovados pela Santa Sé.

As tensões entre salesianos e o bispo de Cuiabá evoluíram-se de maneira significativa, fato que levou o inspetor da missão salesiana, Pe. Malan, a reunir seu conselho, do qual Pe. Helvécio fazia parte, procurando:

estabelecer uma linha de conduta, respeitosa, sem dúvida, mas mais distante e severa nas relações com o Sr. Bispo; de dar os passos necessários para responder a Dom Carlos que exige uma cópia de nosso privilégios (DUROURE, 1973, p. 92).

No contexto das comemorações do 25º aniversário de sacração episcopal de Dom Carlos, Pe. Helvécio registra que os salesianos se limitaram a enviar “dois padres e um minorista à catedral para ajudá-lo nas funções” (DUROURE, 1973, p. 93). A falta de representação dos alunos do liceu São Gonçalo é representativa da frieza que envolvia as relações entre os grupos neste momento.

Em 1903 já funciona em pleno vapor no liceu os serviços da oficina de tipografia. Aproveitando-se da oficina gráfica, Pe. Helvécio deu:

início da publicação da folha religiosa, informativa e cultural “Mato Grosso”, logo transformada em revista de excelente apresentação gráfica e enriquecida dos mais expressivos trabalhos culturais. Foi sem dúvida a primeira

manifestação cultural do século XX, nos seus primórdios e o mais belo “Florão cultural” da comunidade cuiabana (LEITE, 1983, p. 18).

Os arquivos de Cuiabá não guardam exemplares da folha editada no primeiro ano, apenas as revistas do primeiro ano, 1904. Nestas podemos perceber que o conteúdo da revista “Mato Grosso” é extremamente diversificado, abrangendo estudos sobre a flora do Mato Grosso, poesias, página humorística, apontamentos cronológicos da província do Mato Grosso escritos pelo Barão de Melgaço, notícias do Observatório Meteorológico “Dom Bosco” e da colônia indígena “Sagrado Coração”, documentos pontifícios, mortes e notícias dos países vizinhos.

Uma parte da revista, de cunho científico, é dedicada aos apontamentos do Observatório Meteorológico; são diversas tabelas com medições de temperatura, ventos (direção, força e velocidade média), umidade, evaporação e chuva. Num primeiro olhar, em nada os temas nos reportam a uma revista de cunho religioso, pelo contrário, a variedade de temas nos confirma ser uma revista de cultura geral, podendo ser equiparada aos almanaques e outras publicações tão comuns na época e que tanto encantavam o leitor das áreas urbanas, sobretudo das classes médias. Sua circulação como revista deu-se no ano de 1904 e seguiu até o ano de 1914.⁴³

⁴³ Atualmente, a Biblioteca do Liceu Salesiano São Gonçalo guarda os exemplares desta fase áurea de publicação.

É com este dinamismo que encontramos a figura do Pe. Helvécio à frente dos trabalhos da congregação em Cuiabá. Suas qualidades administrativas são descritas como homem de “competência suficiente”, “pontual”, “inteligência fácil e pronta”, “espírito prático”, dotado de grande “capacidade organizativa”. Foi com estas qualidades que “administrou aquela casa com competência suficiente por cerca de dois anos, conquistando para si a simpatia especialmente das autoridades da cidade e do governo do Estado.”⁴⁴

A escalada rápida nos postos mais importantes no interior da congregação chama atenção também do bispo cuiabano Dom Carlos, segundo o relatório:

Adquirira também uma especial simpatia de Mons. Carlo D’Amour, bispo de Cuiabá na época, o qual repetidas vezes, segundo o testemunho do próprio interessado mesmo, o convidara a aceitar o vicariato geral da sua diocese.⁴⁵

⁴⁴ “sufficientemente competenti”, “puntuale”, “intelligenza pronta e facile”, “praticità”, “capacità organizzative”, “amminisstrò quella casa com sufficiente competenza per circa due anni, accapparandosi la simpatia specialmente delle autorità cittadine e del governo dello Stato.” Cf. relatório do Padre Pietro Massa, SDB, enviado ao Núncio Apostólico no Brasil Giuseppe Aversa, datada de 09 de março de 1914. Pasta Dom Helvécio - ASC-Roma/Itália

⁴⁵ “Acquistavasi purê uma speciale simpatia di Mons. Carlo D’Amour, vescovo allora di Cuiabá, il quale, ripetute volte, secondo la testimonianza dell’interessato stesso, l’invitava ad accettare il vicariato generale della sua diocese.” Idem.

O convite não foi aceito pelo Pe. Helvécio, certamente os trabalhos internos da própria congregação, como: direção do Liceu São Gonçalo, direção do Observatório Meteorológico, as funções da publicação da folha religiosa "Mato Grosso", entre outros, não o permitiam o aceite de mais nenhum trabalho. Outro ponto a ser levado em consideração refere-se também às relações não muito próximas entre o bispo e os salesianos. Ao que tudo indica o Pe. Helvécio dedicou-se desde o primeiro momento de corpo e alma às diretrizes da congregação e aceitar o convite do bispo, diante das relações não amistosas no momento, poderia ser considerado como não adesão total ao projeto da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB.

Entretanto, podemos observar que o Pe. Helvécio não se mantém distante do bispo, que certamente reconhece seu trabalho. Nas festividades da Páscoa de 1903:

P. Helvécio aceita a proposta de Dom Carlos de pregar a quaresma na catedral. Na "boa noite" do dia 04, o P. Malan avisa: "... de saída para o Araguaia, deixo como substituto meu, na gerência dos negócios da Inspeção o Revmo. P. Oliveira diretor deste colégio e meu secretário (DUROURE, 1977, p. 96).

O reconhecimento de ambas as partes demonstra-nos que realmente o Pe. Helvécio fazia uma carreira ascensional no quadro institucional. Porém, será neste exato momento, em que estará

ocupando o posto de substituto de Pe. Malan, e no contexto da preparação das festividades do Divino Espírito Santo, que as divergências com Dom Carlos e os salesianos chegam ao momento crucial e, será o Pe. Helvécio, pela posição que ocupa no interior da congregação, o principal elemento salesiano no embate.

I.3.1 – Tensões no quadro institucional e a saída do MT

Tudo teve início no momento da preparação da Festa do Divino. O principal protagonista, o festeiro da Festa do Divino, Major João Lourenço de Figueiredo, depois de tomar parte nos movimentos políticos armados de 1901, vencido, perde-se na mata e faz uma promessa: celebrar uma missa de agradecimento e ser o festeiro de 1903, se vivo regressasse a Cuiabá. Escapa, regressa e procura o bispo. Este, que fazia parte do outro lado político, resiste, afirmando que haverá sorteio para o festeiro. No sorteio público, realizado no dia da festa de Pentecostes na Catedral, com a presença do bispo, vence o Major João Lourenço (AZZI, 1983B).

A sociedade brasileira, desde o período colonial, realizava, com grande participação popular, festividades de caráter religioso, porém, tradicionalmente mescladas de elementos profanos.⁴⁶ Na sociedade cuiabana, a Festa do Divino:

⁴⁶ Para uma análise mais precisa da importância da Festa do Divino na sociedade brasileira vale analisar a obra de ABREU, 1999.

era precedida pelos mensageiros, mascarados, que percorriam, a cavalo, as ruas da cidade convidando o povo e anunciando a realização do baile, iluminação e coreto de música, enquanto grupos visitavam as casas, recolhendo a esmola, que podia ser em espécie ou em prendas para serem leiloadas. Rezavam-se as missas nas madrugadas; ao encerramento realizavam-se as touradas e cavalhadas de tradição ibérica (ROMANCINI, 2005, p. 42).

Estas festividades devem ser analisadas no contexto do catolicismo tradicional, no qual a liderança cabe aos leigos, não por delegação eclesiástica, mas pela capacidade de animar tais movimentos. Nos centros urbanos os melhores momentos festivos foram, geralmente, promovidos pelas Irmandades⁴⁷, que através dos seus estatutos comprometiam-se em comemorar o dia do santo com todas as suas honrarias.

No contexto cuiabano de 1903, sob o episcopado de Dom Carlos, de cunho reformador ultramontano, era comum a hierarquia eclesiástica considerar que estes grupos festivos viviam mergulhados na ignorância religiosa e na superstição, cuja mentalidade manifestava grande confusão entre o sobrenatural e as fronteiras do terrestre. Portanto,

⁴⁷ As Irmandades eram associações religiosas nas quais se reuniam os leigos em torno de um santo, funcionavam como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidade frente à realidade social. Cada Irmandade tinha seu compromisso, ou estatuto, nos quais descreviam todas as obrigações e deveres de seus membros, assim como seu funcionamento. Cf. BOSCHI, 1986.

estes religiosos reformadores se sentiam como agentes de uma nova tarefa, ou seja, a transformação da prática religiosa preocupada com as necessidades imediatas da vida terrestre, para uma religião sobrenatural da salvação eterna. Este processo implica na demolição do catolicismo tradicional e na criação de um novo imaginário religioso, que abrange não só uma reforma dos costumes do próprio clero, mas especialmente, do leigo, que deixará de ocupar espaço de liderança que até então tivera no catolicismo tradicional (LIBÂNIO, 1983).

Desta forma, enquanto o Major João Lourenço preparava a festividade no modelo tradicional, o bispo o chama e lhe mostra uma circular, a ser publicada na Gazeta Oficial, com as alterações para a Festa do Divino que deveriam ser cumpridas pelo Major. Na portaria publicada em 19 de março de 1903, Dom Carlos escreve:

Depois de comunicar-lhes os justos e ponderosos motivos que tivemos para mandar applicar às obras da Igreja Cathedral as esmolos que os fiéis costumam offerecer para a festividade, que é o Santo Sacrifício da Missa, não foi suprimida, depois de demonstrar-lhes que bailes, comesainas e mais divertimentos profanos nenhuma relação tem com a festividade do Espírito Santo, e que a serem feitas taes festanças, as despesas devem correr por conta daquelles que as apreciam e promovem, e nunca por conta das esmolos que os fieis offerecem para os actos religiosos; nomeamos uma comissão, composta de distintos cavalheiros para receber as referidas esmolos

e as Insígnias do Espírito Santo, que indevidamente se acham em poder do ex-festeiro.⁴⁸

Duas questões importantes merecem ser destacadas através das medidas do bispo. Primeiro, o controle eclesiástico sobre as manifestações festivas de cunho religioso, típico do projeto reformador ultramontano, no qual os leigos perderam o espaço de liderança para os agentes eclesiásticos. O controle visa também a eliminação das manifestações de cunho profano, portanto, bailes e fogos serão reprovados. Neste sentido, entendemos que a pretensão é a implantação de uma nova tradição que pode ser analisada através do conceito de “tradição inventada”, pois visa inculcar novos valores e regras de comportamento, sem, no entanto, perder a idéia de continuidade com o evento fundador (HOBBSAWM; RANGER, 1997). Em segundo lugar é importante destacar que a maioria dos bispos reformadores do início do século serão grandes empreendedores. Reforma das catedrais, implantação de seminários, nos moldes reformistas, e criação da Associação da Boa Imprensa⁴⁹ serão alguns

⁴⁸ Toda a documentação sobre o incidente da Festa do Divino em Cuiabá encontra-se como “Circular Reservada”. A documentação encontra-se datilografada e costurada, compondo um pequeno livro de 12 páginas.

Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares” AEAM-Mariana/MG

A mesma documentação pode ser encontrada no Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile N. 165(c) Fasc. 842 - ASV-Roma/Itália

⁴⁹ A Associação da Boa Imprensa era um movimento em favor da imprensa católica, foi criada na primeira década do século XX, no contexto da Reforma Católica

dos principais elementos da pauta de trabalho. Para cumprir esta agenda necessitam, naturalmente, do controle das esmolas, e neste caso, o bispo de Cuiabá reclama as ofertas para as obras que vinha fazendo na catedral.

O Major João Lourenço que já estava organizando os preparativos para a festa, inclusive com missa em honra ao Espírito Santo, precedida de um tríduo na igreja do Nosso Senhor dos Passos, já acertada com o Pe. Malan, recebeu a visita da comissão formada pelo bispo em sua casa com o objetivo de recuperar as insígnias do Espírito Santo, isto é, a coroa, o cetro e a bandeira, com as quais se pede as esmolas ao povo. O Major aceita a sua destituição do cargo de festeiro, porém, recusa-se a entregar as insígnias, dizendo que só fará a entrega a seu legítimo sucessor, legitimamente eleito em sorteio. Diante da situação, o bispo termina a primeira portaria publicada com a ameaça de excomunhão do festeiro.

O episódio segue com uma série de portarias e avisos publicados pela imprensa cuiabana, de um lado o bispo Dom Carlos, que no momento procurava afirmar a sua posição de líder religioso, de outro, o Major João Lourenço, que não aceita a interferência do bispo. Na

Ultramontana, pelos Franciscanos em Petrópolis-RJ, com o apoio de todo o episcopado brasileiro, cujo objetivo principal era fazer oposição direta à imprensa liberal e maçônica, com seus ataques à Instituição Católica. Neste sentido, os bispos procuraram também, nas suas Dioceses, criar seus próprios jornais, com o mesmo intuito. Os jornais circulavam de forma semanal ou mensal, podendo, em algumas sedes maiores, ser publicado diariamente, como foi o caso da Arquidiocese de Belo Horizonte-MG, durante o episcopado de Dom Cabral (1922-1967), com o jornal "O Diário".

segunda portaria o bispo proíbe todos os padres de celebrarem a missa anunciada pelo Major. Na terceira portaria, publicada a 14 de maio de 1903, excomunga o Major João Lourenço.

Apesar de excomungado, o ex-festeiro procura o Pe. Helvécio e acerta os detalhes de horário da missa, que já havia anteriormente sido aceita pelo Pe. Malan, porém, sem o tríduo. Ao saber da notícia, o bispo envia carta ao Pe. Helvécio, proibindo qualquer celebração na igreja do Nosso Senhor dos Passos, ao que o Pe. Helvécio responde:

As ordens de Vossa Excelência serão cumpridas. Como encarregado daquela igreja, por Portaria de V. Excia., sendo 31 de maio, festa do Senhor Divino Espírito Santo, solenidade de 1ª classe, cabe-me o dever de aplicar a santa missa pro pópulo... Na ordem de V. Excia. só vejo uma razão: o desejo que V. Excia. tem de dispensar os salesianos da administração daquele templo.... assim sendo, já mandei o sacerdote encarregado para retirar o Santíssimo. Junto a este ofício, V. Excia. Rvma. encontrará as chaves da igreja dos Passos, considerando-me, sem mais, desligado da administração daquela igreja que volta à Diocese de Cuiabá a quem pertence (DUROURE, 1977, p. 229).

Após este episódio o Major Lourenço e o Pe. Helvécio acertaram uma missa a ser celebrada na capela do Liceu São Gonçalo. O Bispo, ao saber da notícia, manda chamar o Pe. Helvécio. Este responsabilizou-se junto ao bispo de que nem as insígnias, nem o Major, por estar

excomungado, estariam presentes na celebração, o que foi acertado com o bispo.

Diante do ocorrido o Major faz publicar o seguinte convite à população:

Em vista da Portaria do Bispo D. Carlos, publicada hoje, na Gazeta Official, a missa anunciada no meu convite de 27 do corrente, terá lugar no Lyceu de Artes e Ofícios, as 8 horas da manhã do dia 31 do corrente apesar mesmo dos termos della.

Entretanto, o bispo volta atrás e resolve proibir também a missa na capela do liceu. Pe. Helvécio responde:

Estou habilitado, tuta consciência, a não secundar a vontade do V. Excia., não somente porque "*ad interdictum locale vel generale requiritur peccatum valde grave, cum contumácia*" (*Elem. Iuris Can.*)., o que não é o caso, como também outras fontes da Sagrada Teologia por mim consultadas por meu governo e boa consciência da comunidade sob a minha direção (DUROURE, 1977, p. 231).

A missa foi celebrada na capela do liceu, sem a presença do Major João Lourenço e sem as insígnias do Divino Espírito Santo, porém, a resolução do Pe. Helvécio deixou descontente o bispo, as consequências do episódio tomaram maior volume após a celebração.

Dom Carlos Luiz D'Amour entendeu a decisão do Pe. Helvécio de celebrar a missa como uma afronta a sua autoridade episcopal. As tensões ganharam espaço no campo hierárquico da Instituição, envolvendo correspondência ao Núncio Apostólico, ao arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Arcoverde, e ao chefe das missões salesinas no Brasil. Em correspondência enviada ao arcebispo Arcoverde, refere-se ao Pe. Helvécio da seguinte forma:

Padre Helvécio Gomes de Oliveira, brasileiro, diretor (...) muito relacionado com os maçons, espíritas e outros que se acham fora do grêmio da Igreja, celebrou a dita missa com o maior escândalo dos fiéis no Liceu Salesiano (...) Em vista desta grave ofensa, feita ao humilde bispo de Cuiabá, e por conseguinte aos seus veneráveis irmãos, os bispos do Brasil (...) expedi uma portaria, exonerando os salesianos (...) suspendendo-os do uso de suas faculdades (...) limitando-os a funcionar na capela dos seus colégios (...) até que a gravíssima ofensa pública e solene com que me feriu o P. Helvécio seja publicamente desagravada (AZZI, 1983B, p. 340).

Esse conflito, bastante revelador, pode ser observado sob diversos aspectos importantes para a análise da trajetória do Pe. Helvécio. Primeiro, a personalidade do Pe. Helvécio. O episódio nos revela um pouco do seu espírito, o não comprometimento com questões políticas ligadas ao bispo de Cuiabá, fato significativo para um indivíduo que pertence a uma Instituição Total, e que, naturalmente, deveria estar

disposto a obedecer aos seus superiores sem qualquer tipo de questionamento. Ao mesmo tempo oferece-nos um quadro de obediência total, pois, segundo o bispo cuiabano:

É voz que esse insulto ao Bispo Diocesano foi de accordo com o Padre Antonio Malan, Superior dos Salesianos residentes nesta Diocese, também amigo dos maçons, etc... o qual, dias antes, fora a Colônia do SS. Coração de Jesus, porém, regressou com a notícia, sem ter dado providência de correção ao Padre Helvécio, e pelo contrario, tendo mandado retirar, por carta que me dirigiu, as Irmãs Salesianas da Direcção do Asylo Santa Rita, por mim fundado nesta Capital.⁵⁰

Os desentendimentos entre o bispo e os salesianos acabaram atingindo também o ramo feminino da congregação, no momento em que as religiosas deixaram a direção do Asilo Santa Rita por ordem do Pe. Malan, após a exoneração expedida pela autoridade episcopal. No Asilo, as freiras orientavam as moças através da Associação das Filhas de Maria, que segundo o bispo não poderia ser levada pelas religiosas, visto que a associação não era "ambulante, mas sim instituída canonicamente na Capella do referido Asylo pelo prelado diocesano, único competente para instituir, reformar, dissolver e supprimir os sodalícios religiosos."⁵¹ Porém, o fato das religiosas convidarem as

⁵⁰ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 "Pastorais e Circulares" AEAM-Mariana/MG

⁵¹ Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(c) Fasc. 842 - ASV-Roma/Itália

moças para frequentarem a capela do liceu levou o bispo a expedir mais uma portaria. Nesta o prelado chama a atenção para a obediência aos seus superiores:

constando-nos que as senhoras que, como freiras que são, devem aconselhar a obediência aos Superiores e às autoridades constituídas, tem praticado o contrario, e para levarem a effeito a insubordinação e desobediência das Filhas de Maria ao seu prelado, mandaram convidal-as à comparecerem na Capella do seu Collegio afim de sujeitá-las a uma nova Congregação, persuadidas de que, por esse meio illicito e não digno de religiosas, illudem aquellas moças e as fazem crer que ficam assim desligadas da sede da Associação, que é a capella do Asylo de Santa Rita, havemos por bem declarar ainda uma vez por enquanto que as irmãs nada mais tem que ver com a associação das Filhas de Maria e que esta associação com sua sede no Asylo Santa Rita, não podendo d'ali sair sob pena de ser extinta e que, por conseguinte, essa nova congregação a que as Irmãs Salesianas querem forçar as Filhas de Maria nenhum valor tem, é illicita e nulla relativamente ao fim a que é destinada, não passando de uma farça que tem por fim insubordinar as nossas queridas filhas em Jesus Christo, pelo que a declaramos pela presente portaria de nenhum effeito e sem vigor, e, para que se chegue ao conhecimento das Filhas de Maria e devidos fins, se enviará copia desta portaria à presidente da mesma associação.⁵²

⁵² Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(c) Fasc. 842 - ASV-Roma/Itália

Desobediência, obediência, o fato nos demonstra como no interior da Igreja Católica os superiores lidam com os conflitos. As tensões internas são constantes, especialmente quando se trata de hierarquias superpostas no contexto de uma rede de relações de interdependência, como é o caso das congregações religiosas a serviço dos bispos diocesanos. As ações que surgem nos momentos de tensão envolvem mais e mais superiores, que buscam sempre manter o equilíbrio da Instituição Total. Estes elaboram estratégias nas quais o equilíbrio das tensões, típico de todas as formações sociais, deve conformar-se de maneira a perpetuar o ideal da unidade, mesmo que este seja apenas uma capa ilusória, que envolve os diferentes agentes que a compõem.

O Arcebispo Joaquim Arcoverde se solidariza com o bispo de Cuiabá, para o qual escreve:

Dispenso-me, apresentando à consideração de V. Ex. Revma. esse facto, que directamente interessa ao Episcopado Brasileiro, por se referir a um dos seus membros, de salientar a gravidade delle; facto escandaloso praticado com toda a solennidade e sem circumstancia alguma que o atenue, por um membro de uma congregação que se vae estendendo pelo Brasil. É de notar que o Superior respondeu logo ao acto do Snr. Bispo de Cuyabá, retirando as Irmãs Salesianas do Asylo Santa Rita, mostrando-se deste modo solidário com o Snr. Padre Helvécio; e limitou-se a ordenar a retirada do Padre Helvécio quando tivessem terminado os alunnos do Lyceu de dar seus exames!

Quanto ao mais, nem uma providência.⁵³

Podemos observar que o fato colocou a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, numa situação bastante difícil junto à hierarquia da Igreja Católica brasileira. Porém, as tensões caminharam no sentido de acomodação, com pedidos de desculpas por parte dos representantes da congregação. Pe. Malan foi recebido pelo Núncio Apostólico, em Petrópolis-RJ, e este colocou ao representante salesiano que duas questões importantes se aplicavam naquele momento crucial:

1ª) a saída do P. Oliveira dessa Diocese, 2ª) ao menos uma declaração categórica por parte do mesmo Pe. Malan em que se reprovasse abertamente o operado do P. Oliveira e declinasse qualquer connivência com o mesmo.⁵⁴

As orientações do Núncio Apostólico serão seguidas pelo Pe. Malan. Este escreve que reconhece e declara “que era dever do Padre Oliveira obedecer cegamente à Portaria do Exmo. Snr. Bispo Diocesano sem cuidar de circunstâncias.”⁵⁵ Da mesma forma, o Pe. Carlos Perreto, inspetor dos salesianos no Sul do Brasil, redige carta ao Núncio Apostólico na qual declara que:

⁵³ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares” AEAM-Mariana/MG

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares” AEAM-Mariana/MG

Sinto immenso que se tenha dado o doloroso incidente entre o Exmo. e Revmo. Snr. Bispo de Cuiabá e os nossos caros irmãos daquela inspetoria.

Embora tivesse o Revmo. Snr. P. Helvécio d'Oliveira boas intenções, quando não atendeu à Portaria do Venerando Bispo de Matto Grosso, declaro que não concordo com esse procedimento, porque o dever do P. Oliveira era o de submeter-se a obedecer à legítima autoridade. Não posso deixar de censurar e deplorar o facto.⁵⁶

O fato é que tanto o bispo diocesano quanto a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, procuraram conformar-se no momento de maior tensão. O bispo de Cuiabá tinha plena consciência do valor dos trabalhos destes religiosos em sua diocese e não chegar a nenhum acordo seria uma perda para sua administração. Para os religiosos da congregação uma 'querela' com um membro do episcopado seria muito prejudicial à expansão dos seus trabalhos no Brasil. Portanto, ambos os lados caminham para uma solução, sendo o pedido de desculpas e a saída do Pe. Helvécio da diocese de Cuiabá, em setembro de 1903, a solução indicada pelo Núncio Apostólico. Finalmente o bispo faz publicar a última portaria em 02 de outubro, na qual escreve que:

Havemos por bem dar terminada esta questão contentando-nos com a retirada do Pe. Oliveira de nossa Diocese, dispensando a retirada do R. P. Malan, e perdoando-lhe o seu incorreto e desrespeitoso procedimento para com a autoridade do Prelado desta

⁵⁶ Idem.

Diocese, lamentando todavia que o R. P. Malan na relação exacta, que pretendeu fazer do deplorável incidente ao Exmo. e Revmo. Núncio Apostólico, não fosse leal e sincero para com o Digno Representante da Santa Sé, pois, declarando a S. Excia. não ter havido connivência alguma de sua parte no facto, o R. P. Malan occultou:

- Que, ao regressar da Colônia do Sagrado Coração de Jesus a antes de dirigir-se a Petrópolis, sancionou o dasacato praticado pelo P. Oliveira, conservando-o no lugar do director do Lyceu de Artes e Offícios; retirou as irmãs salesianas do Asylo Santa Rita de meninas desvalidas, fundado nesta Capital pelo Bispo Diocesano, usando assim de represália contra o acto do mesmo Bispo e tornando-se solidário com o seu súbdito criminoso!

Falta esta gravíssima que agravou a situação do P. P. Malan e tornou quase impossível a continuação de sua permanência em nossa Diocese; mas que benignamente também lhe perdoamos.⁵⁷

É notável que Dom Carlos Luiz D'Amour aproveita-se de sua última portaria para deixar clara sua autoridade no quadro hierárquico. Após ressaltar que Pe. Malan foi incorreto, pois ocultou fatos e tornou-se solidário aos atos do Pe. Helvécio, encerra o documento com o perdão que é dado 'benignamente', ou seja, após sua vitória é capaz de estender a mão, deixando demonstrar o poder de sua superioridade diante do salesiano.

⁵⁷ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares” AEAM-Mariana/MG

A experiência do jovem Pe. Helvécio no conflito com o bispo diocesano marca o fim de sua experiência nos campos de missão salesiana no Mato Grosso. A partir de sua saída, setembro de 1903, as funções exercidas no interior da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, serão desenvolvidas no interior dos colégios salesianos implantados no sudeste brasileiro. A experiência do Mato Grosso, em especial o conflito com o bispo diocesano, servirá para ele no futuro, momento em que ocupará o mesmo posto que Dom Carlos Luiz D'Amour

Vale registrar que esse conflito interno não causou nenhum impedimento para o desenvolvimento da carreira sacerdotal do Pe. Helvécio no interior da Igreja Católica, nem mesmo na do Pe. Antônio Malan. Os dois religiosos serão os primeiros salesianos a se tornarem bispos do Brasil, primeiro Dom Antonio Mallan, em 1914, em segundo Dom Aquino Correa em 1915, e, em terceiro, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em 1918.

I.4- Atuação nos colégios salesianos

Após a saída do Mato Grosso o Pe. Helvécio segue para a Inspeção de São Paulo, principal núcleo da expansão da obra Salesiana no Brasil.⁵⁸ No ano de 1904 encontramos o religioso no Colégio de São Joaquim, na cidade de Lorena-SP.

⁵⁸ A geografia da obra Salesiana é organizada por Inspetorias. Neste primeiro momento no Brasil existia apenas 01 Inspetoria, a do Sudeste, englobando MG, RJ e

Este ano, 1904, foi marcado pela realização do 10º Capítulo Geral da Congregação em Turim.⁵⁹ A reunião para a escolha dos representantes – inspetores e delegado inspetorial – que atuavam no Brasil ocorreu em Lorena-SP e teve como secretário, responsável pelos registros da mesma, o Pe. Helvécio.

Segundo a ata da reunião, participaram da reunião os diretores e vice-diretores da Inspeção do Sudeste, ou seja, das seguintes casas: Niterói, Lorena, Cachoeira do Campo, Campinas, Guaratinguetá e São Paulo, num total de doze. Destes foram escolhidos três nomes para a serem representantes como inspetores. Depois de eleitos os inspetores ocorreu votação, incluindo os demais sacerdotes, para a vaga de delegado inspetorial e de dois suplentes. Para o cargo de delegado inspetorial foram necessárias três rodadas de votação, que finalmente terminou com o seguinte registro:

declarando o Revmo. Inspetor encontra-se eleito
Delegado da Inspeção para o Capítulo Geral o Revmo. D.

SP, criada em 1896, separando-a do Uruguai. A Vice-Inspeção ficou com o Mato Grosso. A obra existente no Nordeste encontrava-se ainda ligada diretamente a Turim-Itália e a obra localizada no Sul do País encontrava-se ligada a Inspeção do Uruguai. Cf. AZZI, 1983C.

⁵⁹ O Capítulo Geral da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, é um importante instrumento de ligação entre todos os discípulos de Dom Bosco. Criado por Dom Bosco, reúne, em períodos alternados, representantes de todas as nações onde a sociedade desenvolve trabalhos. Esse é o momento de estabelecer as diretrizes específicas para os trabalhos. Os representantes de cada nação, denominados delegados inspetoriais, são os responsáveis por apresentar os relatórios dos trabalhos desenvolvidos pelo seu grupo, dos planos desenvolvidos para o Capítulo e, naturalmente, serem os transmissores juntos dos seus das decisões tomadas no encontro.

Helvécio Gomes de Oliveira, por uma maioria relativa de quatro votos contra dois.⁶⁰

Possivelmente, tal fato fez com que o mesmo passasse a gozar de privilégios dentro da congregação. Sua trajetória evidencia o reconhecimento pela sua adesão, de aluno comprometido no colégio Santa Rosa chegou ao posto de delegado inspetorial como representante do grupo brasileiro em Turim, isto com apenas 28 anos de idade. Um posto importante junto da equipe dirigente, que pode ter sido recebido por ele como um prêmio por seu envolvimento em ação e espírito com a Sociedade. O episódio do ano anterior em Cuiabá parece, neste primeiro momento, não ter afetado em nada o prestígio do jovem padre.

O 10º Capítulo Geral ocorreu em Valsálce, na cidade de Turim, e os trabalhos desenvolveram-se entre os dias 23 de agosto a 13 de setembro, com 32 sessões plenárias e muitas reuniões das comissões. Foi presidido pelo sucessor de Dom Bosco, Padre Miguel Rua.

Um fato interessante ocorrido durante este Capítulo foi a:

exumação – em forma estritamente particular e reservada – dos despojos mortais de Dom Bosco, que lá estava sepultado em Valsálce desde o ano de 1888. Depois de alcançadas todas as licenças, no dia 03 de

⁶⁰ “dichiarando il Rvmo. Ispettore trovarsi eletto delegato dell'Ispettorìa al Capitolo Generale il Rvdo. D. Oliveira Helvezio Gomes, per una maggioranza relativa di quattro voti contro due” Cf. Ata da reunião para eleição dos representantes brasileiros para o 10º Capítulo Geral da Congregação de São Francisco de Sales, SDB, datada de 01 de julho de 1904, ocorrida em Lorena-SP. O documento encontra-se assinado pelo secretário Pe. Helvécio Gomes de Oliveira. Cf. Pasta 10º Capítulo Geral – ACS-Roma/Itália

Setembro de 1904, na presença do Arcebispo de Turim, de dois Cônegos da Catedral e do representante da autoridade municipal de Turim, o féretro foi transportado para um grande salão, onde foram celebradas muitas missas. Em seguida, foi aberto o féretro e todos os capitulares e demais Salesianos do colégio de Valsálise puderam contemplar aquela bendita fisionomia do nosso amado Pai e Fundador!⁶¹

Ainda, segundo o documento, o corpo “conservava-se em bom estado.”⁶² Este ritual certamente foi especial para o Pe. Helvécio, assim como para os demais representantes da congregação. Acontecimentos como este têm a função de reforçar os valores e os laços identitários de seus membros. Não por acaso, a efeméride toma grande parte dos registros deste Capítulo. Porém, registram-se que os representantes brasileiros, ao regressarem as suas casas, puderam trazer um numeroso grupo de missionários, que objetivava reforçar o “minguado” quadro de pessoal.

Do período do retorno da representação como delegado inspetorial no Capítulo Geral da Congregação de 1904, em Turim, até o ano de sua sagração episcopal, 1918, o Pe. Helvécio exerce atividades nos colégios salesianos estabelecidos em São Paulo, Lorena e Niterói. Seu nome aparece exercendo as seguintes funções:

⁶¹ Pasta Capítulo Geral 16 “Documentos” - AIS-São Paulo/SP

⁶² Idem.

1905 – Conselheiro em São Paulo; 1906 – Confessor em São Paulo; 1907 – Confessor em São Paulo; 1908 – Confessor em São Paulo; 1909 – Conselheiro e Professor em São Paulo; 1910 – Conselheiro e Professor em São Paulo; 1912 – Confessor em Lorena; 1913 – Confessor em Lorena; 1914 – Confessor em Niterói; 1915 – Confessor e Professor em Niterói; 1916 – Confessor em Niterói; 1917 – Confessor em Niterói.⁶³

Os cargos ocupados durante este período evidenciam que, apesar da experiência acumulada nas diversas direções em que atuou no Mato Grosso e da representação como delegado inspetorial no 10º Capítulo Geral da Sociedade, um cargo de maior confiança como a direção de um colégio não lhe foi confiada. Muito possivelmente os desgastes da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, junto à hierarquia católica ainda se faziam sentir no interior da congregação. A decisão de não colocá-lo em nenhuma direção pode ser entendida por parte dos superiores salesianos como uma medida de precaução diante da memória, ainda muito recente, dos acontecimentos de 1903.

Entretanto, no interior dos colégios o mesmo continuou trabalhando de acordo com suas potencialidades. Ocupou-se do:

magistério no grande “Liceu do Coração de Jesus”, em São Paulo. Dirige ali a Revista “Santa Cruz”. De 1911 a 1913 é professor em Lorena, vindo depois para o Colégio

⁶³ Cf. Revista “Società di S. Francesco di Sales” - ACS-Roma/Itália

Salesiano “Santa Rosa”, em Niterói, onde serve de mestre, ecônomo e conselheiro (PACHECO, 1969, p. 533).

No Liceu Coração de Jesus, fundado em 1885⁶⁴, Pe. Helvécio deu continuidade ao seu trabalho de “comunicador”, ocupando o cargo de diretor da revista Santa Cruz⁶⁵. Possivelmente, para o novo cargo lhe valeu a experiência obtida em Cuiabá com a publicação do folheto religioso “Mato Grosso”.

Na revista Santa Cruz não consta uma ficha catalográfica no modelo que conhecemos hoje, com o nome do diretor e o número de tiragem, porém, é possível notar que os números a partir de 1905 têm algo diferente, em especial uma forte campanha por novos assinantes.

O conteúdo da revista não se fecha a um só tema, é um veículo de cultura geral. Neste sentido, não difere da revista Mato Grosso publicada pelos salesianos em Cuiabá, as duas seguem o mesmo padrão versando sobre conteúdos diversos, como: política regional, belezas naturais,

⁶⁴ O Liceu Coração de Jesus, fundado em São Paulo quando Dom Bosco era vivo, foi onde o ensino profissional ministrado pelos salesianos mais prosperou, acompanhando o ritmo de crescimento urbano e industrial da cidade. Por ter sido a primeira escola profissional do Estado de São Paulo, gozou de apoio que lhe proporcionou meios matérias e recursos humanos para seu desenvolvimento. Cf. ISAÚ apud AZZI, 2000, p. 226.

⁶⁵ Revista fundada no Liceu Sagrado Coração em 1900, com o título “Santa Cruz – pequena revista de religião, letras, artes e pedagogia por um grupo de amigos do S. C.” Cf. “Coleção Revista Santa Cruz” - AIS-São Paulo/SP

educação, obras salesianas, poesias, página humorística e, naturalmente, notícias da Igreja Católica Romana e local.⁶⁶

Durante o período em que esteve à frente da direção da revista, Pe. Helvécio assina diversos artigos, sempre como “Pe. Oliveira”. A diversidade de temas sobre os quais escreve nos indica uma mente bastante curiosa. No ano de 1907 pode-se ler a sua tradução da novela eslava “O Rezinho”, publicada ao longo do ano em diversos capítulos, escreveu ainda artigos sobre devoção Mariana e outros de cunho político, como o artigo sobre a participação de Rui Barbosa na Conferência Internacional de Haia, em agosto de 1907. Em outros momentos podemos encontrá-lo no trabalho de professor, como no número de fevereiro de 1909, posando com a 2ª turma da Primeira Comunhão de 1908.⁶⁷

Quando foi transferido para Niterói, vivenciou um dos momentos mais difíceis para a diretoria do colégio Santa Rosa, o naufrágio da Barca Sétima⁶⁸. As memórias desse episódio são reveladoras da

⁶⁶ As revistas se aproximam das demais que circulavam no Brasil no início do século XX, como *O Malho* (que circulou entre setembro de 1902 a janeiro de 1954), *Fon-Fon* (de abril de 1907 até agosto de 1958) e a *Revista da Semana* (de 1900 a 1962), que devido “sua composição podem ser classificadas como: revistas de variedades.” Cf. SOUZA, 2005, p. 231.

⁶⁷ Cf. Conforme coleção da Revista Santa Cruz – AIS-São Paulo/SP

⁶⁸ Em outubro de 1915, no contexto das comemorações Jubilar dos vinte e cinco anos de sagração episcopal do Cardeal Arcoverde, os alunos do colégio dirigiram-se para o Rio de Janeiro a fim de prestar homenagens ao Cardeal. No retorno, quando a Barca Sétima aproximou-se da Ponta d’Areia, em Niterói, passou a quilha por cima de uma velha âncora afundada arrancando-lhe o fundo e vindo a naufragar num poço de vinte metros de profundidade. No acidente morreram vinte e sete alunos e um professor

dinâmica com que Pe. Helvécio exercia sua função no colégio. Muitos são os registros desse momento, dentre eles destacamos apenas as seguintes anotações:

Pe. Helvécio, percebendo que os outros religiosos estavam completamente desarvorados, procurou liderar as providências que se faziam necessárias (MAYA, 1997, p. 262).

Veio então a segunda parte da tragédia: o assalto das famílias na procura desesperada de seus filhos. Quem salvou a situação foi o então Pe. Helvécio, que se pôs à testa dos serviços, porque os superiores estavam fora de combate, abalados e doentes (MARCIGAGLIA apud AZZI, 1984, p. 187).

Trabalhou ainda mais dias incessantemente até encontrar o último cadáver, admirável em sua atividade e em seu carinho. Nesse ensejo soube valer de suas qualidades de organizador, de amigo, de valido das autoridades portuárias que lhe facilitaram o longo e árduo labor.⁶⁹

Essa capacidade organizativa acompanhará o prelado em toda sua trajetória. Os registros de MAYA e da Oração Fúnebre inserem-se no campo da literatura de testemunho, “que remete a algo que de fato

leigo, Octacílio Nunes, exímio nadador, que depois de tirar diversos alunos do mar também morreu afogado. Ver MAYA: 1997.

⁶⁹ Cf. Oração Fúnebre *in memoriam* do Exmo. Dr. Dom Helvécio Gomes de Oliveira. MHCSSR-Niterói/RJ

aconteceu. Não é invenção, mas narração do real” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 386).⁷⁰

Em 1917, quando o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Ângelo Jacinto Scapardini, tomou posse, visitou as casas salesianas “de São Paulo, Campinas e Niterói” (AZZI, 1984, p. 274). Também excursionou pelo Brasil, sendo:

acompanhado pelo Pe. Helvécio [que] evidentemente foi um mentor e guia inigualável (...) Este convívio valeu-lhe também uma detida análise do caráter, da ciência e do espírito organizador do jovem guia. Tal estudo fez meditar o Senhor Núncio, que amadureceu em si a secreta resolução de fazê-lo um dia sentar numa cátedra episcopal, medindo como seria vantajoso à Igreja do Brasil um jovem repleto de experiências nativistas que sabia tão bem assimilar as cores do ambiente em que vivia e agia.⁷¹

A ação do novo representante da Santa Sé no Brasil reflete a lógica que começa a se firmar tardiamente no interior da Igreja Católica brasileira. Embora a maioria dos estudos sobre Neocristandade tenha como fonte desencadeadora do processo a Carta Pastoral de Saudação

⁷⁰ Na tradição das casas salesianas quando um sacerdote vem a falecer é feita uma Carta Mortuária. Na tradição episcopal o costume é elaborar uma Oração Fúnebre. Apesar do tom laudatório desses documentos, eles nos oferecem pistas sobre a trajetória do morto. Os textos sempre são escritos por alguém que esteve mais próximo do falecido, que realmente conhece sua personalidade. A Oração Fúnebre de Dom Helvécio foi escrita pelo Pe. Paulo Consolini, SDB.

⁷¹ Cf. Oração Fúnebre *in memoriam* do Exmo. Dr. Dom Helvécio Gomes de Oliveira. MHCSSR-Niterói/RJ

aos Diocesanos, de Dom Sebastião Leme da Silveira (1916-1921), bispo de Olinda, datada de 1916, podemos perceber nos discursos dos representantes do Estado republicano, bastante anterior a esta data, que o próprio Estado esperava uma ação mais efetiva do episcopado, conforme observamos no discurso do ministro Francisco Badaró, do governo de Deodoro da Fonseca (1891-1894), durante a posse de D. José de Camargo Barros, primeiro bispo da diocese de Curitiba, em 1894:

Permita-me, Excelência, na qualidade de antigo católico, de vos dizer que vossa missão é das mais gloriosas para o Brasil, principalmente nos tempos presentes.

Em geral, vossos colegas do Brasil levam uma vida muito retirada, e fogem quase de propósito deliberado da vida pública. Creio que é um grave erro político.

Vós sois jovens, Excelência, e filho do Estado de São Paulo: não vos condeneis portanto a uma vida contemplativa como muitos de vossos colegas. Penso que a missão dos nossos bispos brasileiros deve ser agora um verdadeiro apostolado.

Separada do Estado, é preciso que a Igreja faça o seu próprio caminho, e ganhe assim a consciência do povo. Os católicos brasileiros devem trabalhar para a República, sustentá-la e amá-la; devem também aspirar a todos os cargos públicos, desde o mais modesto até o de Chefe de Estado.

Se por acaso algumas leis não estão de acordo com a verdadeira liberdade de consciência, os católicos as devem modificar na Assembléia dos Legislados.

Mas isto não se pode obter senão em colaboração com os corpos políticos que dirigem o país. A reserva, a abstenção dos católicos é um erro grave, quase, um crime. (...)

Eu vos repito, Excelência, o futuro da Igreja está, no nosso país, hoje mais do que no passado, nas mãos dos bispos (Cf. AZZI, 1987, p. 255).

As palavras do representante do Estado brasileiro refletem a evidência clara, entre os republicanos, no início do novo regime de governo, de que a direção intelectual e moral da sociedade não poderia ficar somente nas mãos do Estado, ou seja, a colaboração da Igreja Católica era ainda necessária e indispensável.

A nomeação de Dom Helvécio insere-se no processo de conscientização, embora tardia, conforme o discurso acima, da necessidade de aproximação com o Estado e da presença, no episcopado brasileiro, de homens que fossem capazes de realizá-la.

Será neste contexto que o Pe. Helvécio Gomes de Oliveira, após se destacar nos trabalhos que vinha desenvolvendo dentro da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, será indicado para assumir a reitoria do Liceu Salesiano de Campinas-SP. Porém, no mesmo ano, 1918, foi nomeado bispo pelo Papa Bento XV (1914-1922), sendo designado para atuar na cidade de Corumbá – Mato Grosso.

Capítulo II:

O episcopado: uma nova missão

A Igreja Católica no Brasil no início do século XX será marcada por duas posições político-eclesiásticas. A primeira, herdeira da Reforma Católica Ultramontana, procurava desvincular suas realizações da tradições religiosas brasileira e continuava a recusar a nova situação proposta pelo Estado Republicano. Esta corrente:

tinha inegavelmente em seu favor as mais nítidas tomadas de posição do magistério oficial da Igreja: condenação do liberalismo e do Estado não-confessional, com toda a sequela de suas disposições institucionais, (...) tudo isto era incontestavelmente fiel à letra e ao espírito dos ensinamentos mais recentes do papado (MOURA; ALMEIDA, 1985, p. 328).

A segunda posição começa a surgir com um grupo do episcopado mostrando-se mais sensível à realidade do país e consciente de que não havia incompatibilidade entre a crença católica e o novo regime republicano. Os fatos posteriores também revelam que, os primeiros passos da aproximação iniciaram-se no seio do episcopado, “política (...) admitida, senão patrocinada pela Santa Sé” (MOURA; ALMEIDA, 1985, p. 328).⁷²

⁷² Neste sentido vale recordar, conforme já apontamos no capítulo anterior, como ações de boa vontade entre os dois poderes, o reconhecimento diplomático pelo

Os sinais de reconciliação ficam mais claros a partir da deflagração da Primeira Guerra Mundial e do início do fortalecimento do movimento em prol da consciência nacional. Uma nova geração de clérigos, formados no antigo sistema da Reforma Católica Ultramontana, passa a manifestar sintonia com o movimento nacionalista que começava a se firmar no país.

A reaproximação da Igreja Católica em relação ao novo regime e à sua ideologia liberal não ocorre da mesma maneira que no momento anterior. A formação seminarística, segundo os novos padrões reformados romanos, irá reordenar esta nova relação. Os membros do episcopado renunciarão a sua função anterior de meros coadjuvantes do Estado. Dedicam-se a restaurar os valores cristãos na sociedade.

Segundo AZZI, “entre os religiosos, os Salesianos foram os que mais se alinharam nesta direção” (2002, p. 31). De fato, podemos constatar que a política de indicação ao episcopado brasileiro levada a cabo pela nunciatura neste período favoreceu os religiosos da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB. Somente entre os anos de 1914 e 1924, num curto espaço de apenas dez anos, foram cinco religiosos Salesianos elevados à dignidade episcopal, a saber: Dom Antonio Mallan em 1914, Dom Francisco T. de Aquino Corrêa em 1915, Dom Helvécio

Vaticano do novo regime republicano e a elevação em 1901 de sua representação diplomática no Rio de Janeiro à categoria de Nunciatura, durante o governo de Leão XIII (1878-1903). Além da criação, em 1905, durante o governo de Pio X (1903-1914), do primeiro cardinalato brasileiro e primeiro também da América Latina.

Gomes de Oliveira em 1918, Dom Manoel Gomes de Oliveira em 1923 e Dom Antônio Lustosa em 1924.

Estas indicações nos revelam a predisposição deste grupo dos salesianos, que já vinham desde 1883, data de sua chegada no Brasil, demonstrando maior aproximação com o Estado. Dentre as práticas em curso, destacam-se: o recebimento de subvenção do próprio Estado para a execução de suas obras: a fundação de escolas profissionais no país; a implementação de outras obras como a fundação do Observatório Meteorológico de Cuiabá, pelo qual se procurava maior alinhamento com as necessidades do Estado.

Foi neste contexto de aproximação entre Igreja Católica e Estado que encontramos a primeira consulta do Núncio Apostólico no Brasil, Giuseppe Aversa, sobre o Pe. Helvécio. A resposta foi feita pelo Pe. Pietro Massa, SDB, e nos ajuda a desvendar a personalidade do futuro bispo. Sobre suas qualidades no que refere-se à facilidade de escrita, conhecimento das línguas e oratória, o sacerdote escreve:

O Sac. Helvécio é dotado de engenhosidade pronta e fácil; é escritor elegante tanto na forma como na ideia; conhece com perfeição a língua portuguesa; fala com facilidade o francês e o italiano. (...) Pregando tem a palavra fácil, pronta, elegante, embora não seja dotado de todas as qualidades de orador sacro, distingue-se especialmente nas conferências apologéticas e literárias.⁷³

⁷³ "Il Sac. Helvécio é dotato di pronto e facile ingenio; é scrittore elegante sia nella forma che nell'idea; conosce con perfezione la língua portoghese; parla com facilità il

De fato esta facilidade com a palavra escrita pode ser observada nos escritos do sacerdote durante o período em que esteve à frente da fundação, em Cuiabá, da revista “Mato Grosso” e no período da direção da revista “Santa Cruz”, em São Paulo. Nesta última, seus escritos sobre literatura são reveladores do seu gosto pelo gênero.

Sobre sua conduta moral e piedade podemos ler:

É e foi sempre de conduta moral irrepreensível: atestam os testemunhos de seus confrades e superiores, especialmente o Sac. Antonio Mallan, que o teve por muito tempo sob a sua direção, a reserva e prudência com pessoas de diferente sexo: embora, a título de brincadeira, se permite, por vezes, nos discursos familiares palavras, conceitos, comparações não totalmente polidos. (...) Tem bastante espírito de piedade: correto e edificante em cerimônias sagradas, solene e grave na celebração da Santa Missa: apesar disto não é sempre exato, pontual e constante nas práticas piedosas da Comunidade. Tem um critério um pouco largo na interpretação da S.S. Regras, do espírito religioso, dos votos de pobreza e obediência, um pouco amante de liberdade e independência. No entanto, notou-se nele, já há alguns anos, uma obediência exata aos

francese e l'italiano. (...) Predicando ha la parola facile, pronta, elegante, quantunque non sia dotato di tutte le qualità dell'oratore sacro: si distingue specialmente nelle conferenze apologetiche e letterarie.”

Cf. relatório do Padre Pietro Massa, SDB, enviado ao Núncio Giuseppe Aversa em 09 de março 1914. Pasta Dom Helvécio - ASC-Roma/Itália

superiores, um esforço mais preciso para uma maior docilidade do espírito.⁷⁴

As observações do informante concernentes a sua conduta moral são particularmente importantes, não fogem ao jogo das relações inerentes ao quadro de um sacerdote pertencente a uma congregação de religiosos, considerada nesta análise como uma Instituição Total. Entretanto, podemos observar que na relação entre a sua liberdade individual e o grupo de pertença, o sacerdote demonstra ter uma personalidade forte.

Observe-se que traços da sua liberdade e independência não foram completamente abandonados pelo fato de pertencer a uma congregação religiosa. Neste sentido, podemos perceber que por ser o Pe. Helvécio ainda bastante jovem, possivelmente o mesmo vislumbrava a possibilidade de outras interpretações das regras. Porém, estas no caso das congregações religiosas não estão sujeitas a livres interpretações.

⁷⁴ "É e fu sempre di condotta morale irreprensibile: ne fanno fede le testimonianze dei suoi confratelli e superiori, specialmente il Sac. Antonio Mallan, che l'ebbe lungamente sotto la sua direzione, il riserbo e la prudenza colle persone di differente sesso: tuttavia, a titolo di scherzo, si permette, alle volte, nei discorsi famigliari parole, concetti, comparazioni non del tutto castigati. (...) Ha sufficiente spirito di pietà: esatto ed edificante nelle sacre cerimonie, solenne e grave nella celebrazione della Santa Messa: tuttavia non è sempre esatto, puntuale e costante nelle pratiche di pietà della Comunità. Ha un criterio un pò lato nell'interpretazione delle S.S. Regole, dello spirito religioso, del voto della povertà ed ubbidienza, un pò amante di libertà ed indipendenza. Tuttavia si è notato in lui, da alcuni anni a questa parte, una esatta sottomissione ai Superiori, uno sforzo più accurato per una maggiore docilità di spirito." Idem.

Ao finalizar este tópico Pe. Pietro Massa, SDB, ressalta que se pode notar nos últimos anos um esforço maior de submissão e docilidade do padre. A análise de sua trajetória, entendida até aqui como uma série de posições sucessivamente ocupadas no interior da congregação, nos indica que sua experiência, em especial depois de sua saída do Mato Grosso e suas consequências, encontra-se marcada por transformações que o coloca cada vez mais consciente da realidade de pertencer ao quadro de uma Instituição Total.

Ainda sobre sua personalidade escreve o Pe. Pietro Massa, SDB:

Quanto às suas atitudes em matéria de administração e organização nota-se que a sua inteligência fácil e pronta, a intenção muitas vezes feliz no julgar homens e coisas, um espírito prático imbuído de certo poder de assimilação, uma grande dose de sagacidade e atividade, a facilidade com que ele sabe conquistar para si a simpatia e a cooperação moral econômica de benfeitores e autoridades públicas, uma certa cultura, se não profunda, brilhante ao menos e pronta ao necessário, parecem argumentos suficientes para depor em favor de sua capacidade organizativa.⁷⁵

⁷⁵ "Quanto alle sue attitudini in fatto d'amministrazione e di organizzazione si nota che la sua intelligenza facile e pronta, l'intenzione molte volte felice nel giudicare uomini e cose, uno spirito pratico stato di una certa potenza assimilatrice, una grande dose di sagacità e di attività, la facilità con cui sa accappararsi la simpatia e la cooperazione morale ed economica di benefattori ed autorità pubbliche, una certa cultura, se non profonda, brilhante almeno e pronta al bisogno, sembrano argomenti sufficienti per deporre a favore della sua capacità organozatrice." Idem.

Diante do contexto de reaproximação entre Igreja Católica e Estado, possivelmente foram estas as qualidades do padre que pesaram como elementos mais favoráveis a sua indicação ao episcopado. Sua capacidade organizativa sempre foi reconhecida no seio da congregação. Sua carreira nos diversos colégios por onde passou legitimou sua capacidade administrativa, a qual incluía facilidade para negociar com as autoridades públicas e ainda cativar benfeitores para as obras que desenvolvia. Para a nunciatura, tais qualidades pesaram na indicação do seu nome ao episcopado.

Outro elemento muito importante nesta nota refere-se a sua capacidade de cativar benfeitores para suas realizações, em especial sobre a sua facilidade em negociar com as autoridades públicas. Naturalmente, com base neste relatório não havia dúvidas para a Nunciatura da indicação do seu nome ao episcopado.

Porém, diante da pretensão de um relatório perfeito, o redator não deixa de ressaltar os defeitos que observa em Pe. Helvécio, elencando-os da seguinte forma:

A inconstância nos métodos e projetos adotados, o desejo demasiado forte de novidade, pouca reflexão no julgar e resolver, falta de sinceridade unida a um excesso de política ao invés de caridade para com os confrades e súditos, o que produz certa antipatia e desconfiança do pessoal da casa para com ele, um espírito de nativismo exagerado, pelo qual se mostra contrário ao elemento estrangeiro, o deixar ser facilmente guiado mais pela

simpatia natural que pela razão e o mérito. (...) Observa-se enfim, como conclusão, que o dito sacerdote, tendo ao lado um amigo, conselheiro prudente e sábio, poderia evitar muitos dos defeitos expostos acima, fazendo ressaltar as ótimas qualidades do qual é munido, para a glória de Deus e o bem das almas.⁷⁶ (grifo do autor)

A análise de qualidades e defeitos é obviamente elencada e, neste caso quem as descreve é um sacerdote da própria congregação. Possivelmente, na visão do Núncio Apostólico os defeitos podem ser visto como qualidades, especialmente quando se trata de indicar membros ao episcopado que fossem capazes de fazer a aproximação entre os dois poderes. Na realidade, o que se buscava no momento eram homens mais politizados. Qualidades como carisma pastoral e piedade deveriam ser referências para os sacerdotes, que necessariamente deveriam atuar mais junto do povo.

Deve-se destacar nesta nota que o Pe. Pietro, SDB faz menção de forma negativa ao espírito nativista de Pe. Helvécio. Porém, em um

⁷⁶ "L'incostanza nei metodi e progetti adottati, il desiderio troppo spinto di novità, poca riflessione nel giudicare e risolvere, mancanza di sincerità unita ad un accesso di politica invece di carità verso dei confratelli e sudditi, il che produce una certa antipatia e diffidenza del suo personale di casa verso di lui, un certo spirito di esagerato nativismo, per cui si mostra contrario all'elemento straniero, il lasciarsi facilmente guidare più dalla simpatia naturale che dalla ragione e dal merito. (...) si nota infine, come conclusione, che detto sacerdote, avendo a lato un amico e consigliere prudente ed assennato, potrebbe evitare molti dei difetti sopra esposti, facendo risaltare le ottime qualità di cui è fornito, per la gloria di Dio e per il bene delle anime."

Cf. relatório do Padre Pietro Massa enviado ao Núncio Giuseppe Aversa em 09 de março 1914. Grifo do autor. Pasta Dom Helvécio – ASC-Roma/Itália

contexto de forte nacionalismo, como ocorria no país naquele momento, tal característica poderia ser considerada de grande utilidade.

As indicações dos sacerdotes da Sociedade de Francisco de Sales, SDB, ao episcopado deixavam os superiores salesianos preocupados, visto que os indicados eram homens que ocupavam cargos de direção no interior da congregação. Este não era o caso do Pe. Helvécio. Como observado anteriormente, após o incidente no Mato Grosso, em 1903, o mesmo colaborou em diversos colégios da congregação, mas não chegou a ser nomeado diretor de nenhum deles.

Após esta primeira consulta datada de 1914 o nome de Pe. Helvécio para o episcopado volta a ser discutido no interior da congregação em 1916. O inspetor salesiano Pe. Pedro Rota, que fora diretor do colégio Santa Rosa quando o menino Helvécio ainda era estudante, faz o seguinte registro:

Nesse assunto (embora sinta muito perder certos elementos) não me meto, a não ser quando consultado diretamente, pois parece-me coisa muita delicada. Além disso, diga-se o que quiser, apresentam logo o argumento do maior bem da Igreja etc., e os primeiros a dizer isto são os nossos dois bispos, D. Malan e D. Aquino, os quais desejam ardentemente que caia nas nossas mãos a Diocese de Corumbá, isto também para o maior bem da Congregação, que estaria mais livre naquele campo. Talvez isto seja também verdade. Para dizer a verdade, sentiria muito que nos levassem embora o Padre Manoel, atual diretor de Campinas, o qual faz muito bem por lá.

Não me importaria tanto com o Pe. Helvécio, pois é mais fácil de ser substituído, não tendo atualmente nenhum cargo, e sendo além disso um elemento pouco maleável e bastante independente; por conseguinte, estaria talvez colocado no governo de uma diocese (AZZI, 1984, p. 272).

A preocupação do inspetor refere-se à administração das diversas casas da congregação no Brasil, visto que para estes cargos o pessoal era escasso. Faz alusão à figura do Pe. Manoel, irmão do Pe. Helvécio, que no momento ocupava cargo de direção em Campinas e que mais tarde também chegará ao episcopado, para maior preocupação do inspetor.

As referências negativas sobre o Pe. Helvécio como sendo 'pouco maleável e bastante independente' são possivelmente frutos da memória dos episódios de 1903, fato que ainda causava dificuldades ao Pe. Helvécio diante de seus superiores, porém, confirmam o parecer do relatório de 1914 sobre sua personalidade.

Enfim, o que podemos concluir é que realmente estamos diante de uma personalidade polêmica, pois guarda traços marcantes de sua individualidade. Para muitos, tais características chocam com a visão que a Igreja Católica, aqui entendida como uma Instituição Total, deveria cultuar: um ideal mais homogeneizante.

II.1- Nomeação episcopal: momentos de impasses

O processo de consulta sobre o nome do Pe. Helvécio para o episcopado, iniciado pelo Núncio Apostólico Giuseppe Aversa, será efetivado por seu sucessor, Dom Ângelo Jacinto Scapardini, que havia excursionado em 1917 acompanhado pelo salesiano. Em 15 de fevereiro de 1918 o religioso foi nomeado bispo de Corumbá pelo Papa Bento XV(1914-1922).

Sua designação para Corumbá não foi obra do acaso. No mesmo ano, em janeiro de 1918, Dom Francisco T. de Aquino Corrêa, SDB, recebia exoneração dos cargos de Administrador Apostólico de Corumbá e de Auxiliar do Arcebispo de Cuiabá para assumir a Presidência do Estado do Mato Grosso. Ao tomar posse o bispo presidente elegeu como oficial de seu gabinete o Pe. Manoel Gomes de Oliveira, irmão do Pe. Helvécio.

Porém, a grande preocupação de Dom Aquino era:

o sul do Estado que, de Corumbá a Três Lagoas, abrangia imensa área povoada e rica. Confiava muito na personalidade pujante de seu mestre e amigo, o Padre Helvécio Gomes de Oliveira, (...). Tal como o irmão era muito hábil na gestão dos negócios, maneiroso e cativante com as pessoas, culto e dinâmico, empreendedor descortinado e tenaz. Com ele, Bispo diocesano de Corumbá e, por conseguinte, de todo o Sul do Estado, Dom Aquino teria garantido, em grande parte, o êxito do seu governo. Sabedor de que o nome do Padre

Helvécio era citado entre os 'episcopáveis', e como a Diocese de Corumbá estivesse vaga pela renúncia do titular, Dom Aquino pleiteia, junto ao Núncio, a nomeação de Padre Helvécio para aquela Diocese (COMETTI, 1993, p. 134).

Entretanto, esta nomeação tornou-se extremamente difícil no quadro da hierarquia eclesiástica, desenvolveu-se um jogo de tensões que envolveu diferentes espaços de poder e decisão da Instituição. Dentre eles, o Núncio Apostólico Scapardini, o Cardeal Arcoverde, o bispo de Cuiabá Dom Carlos Luiz D'Amour, os superiores salesianos e o próprio Pe. Helvécio. E, como se poderá observar a seguir, esses atores tinham em mente a posição de Roma sobre a nomeação do Pe. Helvécio.

Tais tensões, explicitadas nas citações anteriores, fizeram-se presentes antes mesmo da nomeação oficial ocorrida em data de 15 de fevereiro. O rascunho da carta do Núncio Apostólico ao arcebispo de Cuiabá Dom Luiz D'Amour, é um exemplo do que observamos.

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1918
Arcebispo de Cuiabá
Tenho tomado conhecimento com a deferência devida das observações que V. E. R. fez em sua carta de 14 de Janeiro passado, sobre a nomeação do P. Helvécio Gómez de Oliveira ao bispado de Corumbá. Direi simplesmente a V. E. que já no passado o P. Helvécio foi proposto como candidato a dignidade episcopal, e, a Santa Sé previamente informada dos antecedentes do mencionado sacerdote, através de

relatório do falecido Mons. Aversa, já tinha tomado em consideração.

Havia logo razão para considerar que o deplorável incidente, o qual se refere V. E., ocorrido anos atrás, fosse já caído em esquecimento. Mais ainda que o P. Gómez Oliveira tem sempre testemunhado a sua pessoa e autoridade de V. E. toda a sua veneração. A escolha dele para Corumbá foi particularmente aconselhada devido a necessidade de dotar quanto antes a referida diocese com a nomeação de um prelado com dons excelentes, que E. V. mesmo congratula-se de reconhecer no P. Helvécio, que uma conhecimento adequado da região e tenha também a confiança de Dom Aquino, a fim de prestar-lhe ajuda e conforto na árdua obra pacificadora que ele aceitou há pouco pelo bem do Estado do Mato Grosso. Este último motivo pode não parecer pouco no momento, se refletirmos como Mons. Aquino tomou sobre os ombros – semelhante peso – com o beneplácito da S. Sé, e é portando não só de interesse do Estado, mas por efeito também da Igreja, que a sua obra seja coroada com êxito feliz. A partir da consideração dos motivos acima indicados, poderá V. E. R. facilmente convencer-se o quanto foi estranho ao espírito de S. Sé e meu, o pensamento de causar-lhe com a escolha do P. Helvécio a bispo de Corumbá qualquer aborrecimento. (...) se V. E. assim deseja, enviarei relatório a S. Sé do conteúdo dessa carta. Mas devo dizer que, conhecendo a ótima disposição de Mons. Helvécio, não tenho dúvida de que V. E. encontrará nele um sufragâneo que saberá demonstrar-lhe em ocasião sua total dedicação.⁷⁷

⁷⁷ "Rio Janeiro 6 gennaio 1918

As explicações são claras, primeiramente Roma não se importava com os antigos incidentes ocorridos em 1903 em Cuiabá, o objetivo a ser alcançado no momento não abre espaço para a memória de um conflito passado. Em segundo lugar, era de extrema importância para as relações entre Igreja Católica e Estado que a presidência de Dom Aquino fosse coroada de êxitos, a presença de fortes colaboradores para esta obra tornava-se importante. Finalmente, o Nuncio insiste na fidelidade do Pe. Helvécio para com a pessoa e autoridade do Arcebispo.

Arcivescovo di Cuyabá

Ho preso conoscenza con la deferenza dovuta dei rilievi da V. E. R. fa nella sua pregiata lettera del 14 gennaio scorso, a proposito della nomina del P. Elvezio Gómez de Oliveira alla sede vescovile di Corumbá.

Dirò semplicemente a V. E. che già da parecchi anni addietro il P. Elvezio era stato proposto come candidato alla dignità vescovile, e, la Santa Sede previamente informata degli antecedenti del menzionato sacerdote, per relazione del compianto Mons. Aversa, lo aveva anche preso in considerazione.

Vi era poi motivo di ritenere che il deplorato incidente, cui si riferisce V. E., accorso anni fa, fosse ormai caduto in oblio. Tanto più che il P. Gómez Oliveira ha sempre testimoniato per la sua persona ed autorità di V. E. tutta la sua venerazione.

La scelta di lui per Corumbá fu particolarmente consigliata dalla necessità di provvedere quanto prima all'anzidetta diocesi non la nomina di un prelato che alle doti eccellenti, che lo stesso E. V. si compiace di riconoscere nel P. Elvezio, unisse adeguato conoscenza della regione e, godesse inoltre la fiducia di Mons. de Aquino a fine di prestargli aiuto e conforto nell'ardua opera pacificatrice che Egli ha da poco accettato in bene dello Stato di Mattogrosso. Quest'ultimo motivo non parrà di poco nel momento se si riflette come Mons. de Aquino prese sulle spalle simile peso con il beneplacito espresso della S. Sede, ed è quindi non solo dell'interesse dello Stato, ma per riflesso anche della Chiesa, che l'opera sua sia coronata con esito felice.

Dalla considerazione dei suindicati motivi, potrà V. E. R. facilmente convincersi quanto fu alieno dalla mente della S. Sede e mia il pensiero di arrecarle con la scelta del P. Elvezio come vescovo di Corumbá il benché minimo dissaporo.

(...), se V. E. Così vuole, non mancherò di riferire alla S. Sede il contenuto della citata sua lettera. Devo però dirle che conoscendo l'ottima disposizione di Mons. Elvezio, non dubito che V. E. troverà in lui un Suffraganeo che saprà dimostrarle in occasione il suo intero attaccamento."

Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(c) Fasc. 842 - ASV-Roma/Italia

Entretanto, por mais que o Núncio se esforçasse, suas explicações não bastaram. O arcebispo de Cuiabá reage com uma carta longa, datada de 14 de janeiro de 1918⁷⁸, na qual recorda e coloca em anexo todas as portarias de 1903, para finalizar com os seguintes dizeres:

Eis, Exmo. e Revmo. Snr., o que, em conscincio, devo expor à V. Exa. Revma. para que se digne leval-o ao conhecimento do Santo Padre, sobre a nomeação de Padre Helvécio Gomes de Oliveira para o Bispado de Corumbá.

Não digo que o referido não possua brilhantes qualidades, porém, a sua nomeação para uma sede episcopal deste Estado é irritante e vai suscitar muitos comentários e offende o princípio da auctoridade por elle desacatado na minha pessoa.

Podia V. Exa. poupar a um velho servidor da Igreja, nos derradeiros dias que lhe restam de vida essa humilhação e esse dissabor. Não é o que eu esperava depois 58 annos de sacerdócio e 40 de múnus pastoral, neste posto de sacrifícios inimagináveis, que é a Archidiocese de Matto Grosso.⁷⁹

Este conflito no interior da Instituição revela-nos que mesmo Dom Luiz D'Amour considerava as qualidades do Pe. Helvécio, porém, a questão principal é outra, é de ordem hierárquica e toca no princípio da autoridade e da legitimidade do cargo. Como mostra o texto acima, o

⁷⁸ A rápida resposta para uma carta parece improvável, porém, Dom Luiz D'Amour ao iniciar seu texto escreve: "Accusando o recebimento do telegramma de V. Excia. Revma., na qual me comunica...." nos indica que o Núncio enviou um telegrama e não uma carta comum, podendo assim ser consideradas as datas.

⁷⁹ Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(c) Fasc. 842 – ASV-Roma/Itália

bispo cuiabano entende que sua trajetória no interior da Instituição deve ser reconhecida. Sua visão era que a volta do Pe. Helvécio ao Estado do Mato Grosso era uma afronta à sua autoridade.

Após a nomeação ser conhecida por todos, a pressão em torno da não sagração tornou-se forte, em especial por parte do Cardeal Arcoverde, que na época do episódio de 1903 tomou a questão como uma afronta ao episcopado brasileiro. A entrada do Cardeal no conflito só fez aumentar as tensões e nos demonstra como no quadro da Instituição os conflitos se desenrolam. Em carta ao Secretário de Estado do Papa, o Cardeal escreve:

Rio de Janeiro, 05 de abril 1918

Humildemente peço permissão para comunicar a V. Eminência Revmo que nós Bispos do Brasil ficamos dolorosamente surpresos, para não dizer escandalizados, com a nomeação do Padre Helvécio de Oliveira como Bispo de Corumbá, no Mato Grosso! Eu nunca acreditei, e também meus colegas, nunca esperávamos que se pensasse em promover o Pe. Helvécio a dignidade de bispo, principalmente depois dos escândalos que ele deu em 1903 em Cuiabá, mostrando-se ostensivamente rebelde a Mons. D. Carlos Luiz, hoje arcebispo de Cuiabá. É do conhecimento de todos que, naquela circunstância, o padre salesiano Helvécio, que agora deseja ser bispo, deu escândalo solene e retumbante de desobediência formal e solene ao bispo, agora arcebispo de Cuiabá! Os registros foram feitos e todos tomaram conhecimento do fato. Eu coloco nas mãos de V. Eminência a Circular Reservada, aberta,

enviada a todos os bispos do Brasil e também uma carta enviada ao Núncio Apostólico. De tudo isso, vemos que o Pe. Helvécio não tem compostura de um bispo, nem a prudência e o respeito de um eclesiástico bem educado. A reparação pelos insultos e injúrias, direta ou indiretamente, feitas ao Arcebispo nunca se fez. Os registros são muitos. A partir de tudo isso, vemos que o Pe. Helvécio não tem a educação, a prudência, o respeito que devem caracterizar um Bispo. A reparação do escândalo dado ao povo e aos fiéis por este Padre congregado, a reparação a autoridade do Arcebispo desprezado e insultado pelo Congregado Helvécio nunca foi dado a ele! Envio a V. Eminência determinados documentos que foram impressos, em seguida, e para que tome perfeito conhecimento farei traduzir para o italiano, no Colégio Pio Latino Americano. Conhecerá melhor ainda a alma dos Bispos numa grave circunstância e o escândalo que deu este sacerdote que os salesianos querem por força seja bispo, em prêmio ao formal desprezo para com a pessoa do Bispo de Cuiabá. Permita-me, Eminência que esse padre, eu o comparo com aqueles indivíduos que na Idade Média eram chamadas de "bravi", pois bem este Pe. Helvecio, a partir do que dizem, é um "bravi" dos Padres Salesianos! E como pode ser bispo, Eminência Caríssima? Oh Jesus bom, como fazem mal a Santa religião esta miséria.

Eu nunca acreditei que, após todos os problemas que este Congregado Salesiano deu ao Bispo de Cuiabá, atual Arcebispo, fosse ele apresentado para ser Bispo de Corumbá! Sufragâneo ainda do Arcebispo! Peço justiça, pelo amor de Deus, Eminência. Pelo amor de Deus não

permita esse choque ao nosso velho arcebispo. O Deus bom e misericordioso o compensará.
Peço perdão pelo distúrbio.”⁸⁰ (Grifo do autor)

A reprobção expressa pelo Cardeal Arcoverde é, segundo ele, sentimento de todo o episcopado brasileiro, ele escreve em nome do

⁸⁰ “Rio de Janeiro 05 aprile 1918

Domando umilmente permesso di comunicare a V. Eminenza Revma. Che noi Vescovi Brasiliani siamo restati dolorosamente sorpresi, per non dire scandalizzati, per la nomina del Padre Helvézio di Oliveira a Vescovo di Corumbá, nel Mato Grosso!

Non ho mai creduto, nè i miei Colleghi mai aspettarono che si pensasse di promuovere il Padre Helvezio alla dignità di Vescovo, principalmente dopo gli scandali che lui ha dato nel 1903 a Cuiabá, mostrandosi ostensivamente ribelle a Monsgr. D. Carlo Luiz, adesso Arcivescovo di Cuiabá. É da tutti conosciuto che, in quella circostanza, il Padre Salesiano Helvezio, che adesso vuol essere Vescovo, diede un solenne e strepitoso scandalo di formale e solenne disubbidienza al Vescovo, adesso Arcivescovo di Cuiabá! I fogli ne hanno parlato e tutti hanno preso conoscenza del fatto.

Pongo nelle mani di V. Eminenza la Circolare Riservata, inviata allora a tutti i Vescovi del Brasile ed anche una lettera inviata a Mons. Nunzio Apostólico.

Da tutto questo si vede che il Padre Helvezio non ha compositura di un Vescovo, ne la prudenza nè i riguardi di un ecclesiastico ben educato. La riparazione per gl’insulti e le ingiurie direttamente o indirettamente fatte all’Arcivescovo mai si é fatta.

I fogli ne hanno parlato a bastanza.

Da tutto questo si vede che il Padre Helvezio non ha l’educazione, la prudenza, i riguardo che devono caratterizzare um Vescovo.

La riparazione dello scandalo dato al popolo e ai fedeli da questo Padre Congregato, la riparazione all’Autorità dell’Arcivescovo spregiato e insultato dal Congregato Helvezio mai é stata data da lui! Invio a V. Eminenza certi documenti che sono stati stampati allora, perché ne prenda perfetta conoscenza li faró tradurre in italiano, al Collegio Pio Latino Americano.

Meglio conoscerà allora l’animo dei Vescovi in una sì grave circostanza e lo scandalo che ha dato questo sacerdote che i Salesiani vogliono per forza che sia Vescovo, in premio al formale dispregio alla persona, agli ordini formali dell’attuale Arcivescovo, allora Vescovo di Cuiabá. Permetta, Eminenza che questo sacerdote io lo compari a quelli individui che al medioevo si chiamavano “bravi”, ebbene questo Padre Helvezio, da quello che mi dicono, é un “bravi” dei PP. Salesiani!

E come può essere Vescovo, Eminenza Carissima?

O’ Gesu buono, come fanno male alla Vostra Religione Santa queste miserie.

Non ho mai creduto che, dopo tutti i dispiaceri che questo Congregato Salesiano ha dato al Vescovo di Cuiabá, attuale Arcivescovo, fosse presentato per essere Vescovo di Corumbá! Suffraganeo ancora dell’Arcivescovo!

Chiedo giustizia, per amor di Dio, Eminenza. Per amor di Dio non permetta questo scosso al nostro vecchio Arcivescovo. Il Dio buono e misericordioso la compenserá.

Domando perdono pel disturbo.”

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

grupo. Distante do tom do bispo de Cuiabá, que mesmo fazendo sua intervenção não deixa de reconhecer as 'brilhantes qualidades' do Pe. Helvécio, o Cardeal o descreve como um bárbaro medieval, sem compostura, prudência e respeito de um eclesiástico bem educado. Sugere ter conhecimento de toda intervenção feita por Dom Aquino para a sua indicação à diocese de Corumbá, ressaltando que a nomeação é tida por ele e seu grupo como um prêmio à reparação que nunca foi feita pelo Pe. Helvécio ao bispo de Cuiabá.

O Cardeal recorre primeiramente a Roma, para em seguida escrever ao Núncio Apostólico, que faz nos seguintes termos:

Rio de Janeiro 12 de abril de 1918

Recebi a carta em que V. Excia. Revma. protesta que "a nomeação do Padre Helvécio Gomes para Corumbá" não pode ser interpretada "como uma ofensa ao episcopado brasileiro".

Declarando que, na verdade e de direito, essa nomeação é, sem desconhecer as boas intenções de V. Exa., uma affronta ao Episcopado Brasileiro, aguardo com grande prazer o final termo ou o resultado final das providencias que V. Excia. Me comunica não se consumare.⁸¹

O comunicado é curto, objetivo, o tom é de autoridade. A partir deste momento pode-se observar que as tensões que vêm a tona tomam um outro sentido. O tema geral das correspondências continua

⁸¹ "la nomina del Prete Elvezio Gomes per Corumbá" não pode ser interpretada "come um schiaffo all'episcopato brasiliano"
Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(c) Fasc. 842 - ASV-Roma/Itália

sendo o mesmo, a oposição do Cardeal à nomeação do Pe. Helvécio, porém, os desabafos do Núncio nos revelam que as tensões no interior da Instituição naquele momento iam mais além, especialmente na sua relação com o Cardeal, sobre a qual demonstra sua insatisfação, motivada pela “forma na qual é feita, como um episódio da atitude que em geral seguem o Exmo. Cardeal nas suas relações com o Núncio Apostólico.”⁸² Entretanto, para o Núncio Apostólico as atitudes do Cardeal nas suas relações com o Núncio não aparecem como novidade, ao escrever que:

Eu sei que essa atitude não é nova e que deve ser do conhecimento da Santa Sé por diversas comunicações das tarefas do Mons. Aversa a Secretaria de Estado e a Sagrada Congregação Consistorial. Por isto tinha feito o propósito de suportar pacientemente tal adversidade, e da minha parte não omitir para não dar o menor pretexto. E declaro que nunca teria tomado a palavra para a Eminência, se as circunstâncias não me tivessem obrigado, não pela minha justa defesa, quanto pela consideração de fazer algo útil e que poderá servir a Santa Sé.⁸³

⁸² “forma in cui vien fatta, come un episodio dell’attitudine che in generale siegue l’Emmo Cardinale Nei suoi rapporti com il Nunzio Apostólico”
Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

⁸³ “So che tale attitudine non é nuova e che dev’essere a conoscenza della Santa Sede per diverse comunicazione del compiato Monsignor Aversa alla Segreteria di Stato ed allá Sacra Congregazione Consistoriale. Avevo perciò fatto il propósito di sopportare pazientemente tale avversità, e nulla omettere da parte mia per non darvi il benché mínimo pretesto. E dichiaro che mai ne avrei tenuto parola alla Eminenza Vostra, se le

Ao declarar que tinha o propósito de suportar pacientemente a insatisfação de sua relação com o Cardeal, o mesmo deixa claro que o momento é de revisão, que as circunstâncias o obrigam a tais atitudes. Ao tomar essa posição ele, sabiamente, minimiza a questão pessoal que estava por detrás de tal desavença. Ou seja, a desloca para a Instituição, o que lhe garante legitimidade. Simultaneamente, desautoriza a posição do Cardeal que, segundo o Núncio, estaria colocando razões individuais na frente das institucionais. Vejamos a citação abaixo, segundo o Núncio, se Roma,

perguntar quais são as causas do comportamento deplorável do Eminentíssimo Cardeal Arcoverde para com o Núncio, eu não poderia encontrar outros motivos daqueles indicados pelo Monsenhor Aversa: uma ideia exagerada de sua autoridade, e um grande ciúme. Ele é assim levado por seu caráter a censurar também em público, cada ação do Núncio no exercício de sua missão, que foi ditada ou aprovada com antecedência, a desconfiança então a fazer suspeitas pueris ligadas ao mesmo Núncio.⁸⁴

circostanze non mi avessero obbligato, non per la mia giusta difesa, quanto per la considerazione di fare cosa utile e che potrà servire alla Santa Sede.”

Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918.

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

⁸⁴ “chiedere quali siano le cause del deplorable contegno dell’Eminentissimo Cardinale Arcoverde a riguardo del Nunzio, io non potrei trovarne altre all’infuori di quelle assegnate dallo stesso Monsignor Aversa: una idea esagerata della sua autorità, ed una grande gelosia. Egli é così portato dal suo carattere a censurare anche in pubblico ogni atto compiuto dal Nunzio nell’esercizio della sua missione, che abbia dettato od

As raízes do 'deplorável' comportamento do Cardeal Arcoverde registradas neste momento podem ser encontradas na obra de LEITE (2008). A autora, ao analisar a personalidade deste ilustre prelado da Igreja Católica brasileira, toma como ponto decisivo de argumentação o traçado histórico elaborado por John Cornwell, em "O Papa de Hitler", observando a combinação entre aspiração religiosa e ambição desmedida pelo poder e controle. Neste sentido, ressalta que:

Em que pese o fervor religioso, facilmente observado em seus milhares de discursos, quaisquer que sejam suas naturezas, suas ligações e orientações políticas colocam esse líder católico no panteão das figuras sempre sequiosas de poder (LEITE, 2008, p. 17).

Assim, não fica difícil compreender o sentido de autoridade com que o Cardeal se coloca diante do Núncio. O posto cardinalício é tomado por este como uma relação de poder que entra em conflito com o posto do Núncio. Este se aproveita do momento e adverte Roma de sua má administração, apesar de iniciar com as seguintes palavras:

Não entra no meu dever elaborar aqui um quadro das necessidades espirituais da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que são muitas e graves. Acenarei apenas algumas por cima: a imensa extensão das paróquias, que

approvato previamente; a diffidare poi ed a compiere puerili sospetti sullo stesso Nunzio."

Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

torna a vida paroquial, apesar da providente cooperação dos religiosos, sem força em toda parte. Muitas confrarias de leigos continuam a dominar nas igrejas de sua responsabilidade: é um verdadeiro flagelo, como todos dizem, mas estão nas mãos Eclesiásticas meios eficazes para reprimi-los. Não há imprensa católica, ainda que existam grupos católicos de boa vontade que anseiam ter uma palavra de ordem. O protestantismo se infiltra em toda parte e faz proselitos valendo-se da Associação cristã de jovens, basta dizer que em poucos dias essa mesma Associação recolheu, também com ofertas de católicos, a notável soma de 500 contos, para a fundação de um grande instituto educativo.⁸⁵

Podemos entender que o fato de relatar a Roma a diversidade de problemas que são observáveis na arquidiocese do Rio de Janeiro, sob a administração do Cardeal Arcoverde, o representante do Papa o faz diante de suas preocupações com uma sede importante da Igreja Católica no Brasil. Por outro lado, também fica evidente que os dois

⁸⁵ "Non entra nello scopo mio di tracciare qui un quadro dei bisogni spirituali dell'Archiodiocese di Rio de Janeiro, che sono molti e gravi. Ne accennerò alcuni di volo: la immensa estensione delle parrocchie, fa sì che la vita parrocchiale, nonostante la pròvida cooperazione dei religiosi, é languida dappertutto. Le molte confraternite di laici seguitano a dominare nelle Chiese di loro pertinenza: é una vera piaga, come tutti dicono, eppure sono nelle mani dell'autorità eclesiástica mezzi efficaci per reprimerle. Non esiste stampa cattolica, pure essendovi gruppi di cattolici volenterosi che anelano di avere una parola d'ordine. Il protestantesimo s'infiltra dovunque e fa proseliti valendosi dell'Associazione cristiana dei giovani, basta dire che in pochi giorni essa raccolse, anche con le offerte di cattolici, la cospicua soma de 500 contos, per la fondazione di un grande istituto educativo."

Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 - III Período
ASV-Roma /Itália

representantes da Igreja Católica disputam espaços de poder no quadro da Instituição.

Para o Núncio Scapardini uma medida favorável à arquidiocese do Rio de Janeiro seria a nomeação de um Bispo Auxiliar, que:

ajudaria o Cardeal Arcebispo e faria muito bem. Mas Sua Eminência não deseja ouvir-me; é sabido pela Santa Sé que por ciúme que ele não quer manter em tal ofício a pérola do prelado, que é Monsenhor Leme. Ao invés, entende ter um bispo residente no Rio, mas sem interferência no governo da Arquidiocese, e pretende para o cargo um jovem eclesiástico, fiel seu, Mons. Pio dos Santos. Não gostaria porém de pedir-lo diretamente à Santa Sé, mas por meio da Confraria dos militares, da qual o dito Monsenhor é capelão. Tudo isto me foi relatado pelo Mons. Leme, arcebispo de Olinda, que se encontra a passar alguns dias nesta cidade. Aliás, Monsenhor Leme recebeu da Sua Eminência a tarefa de sugerir a ideia da própria Confraria, atribuição que o digno prelado declinou imediatamente, não exitando em dar a sua opinião contra.⁸⁶

⁸⁶ "servirebbe di aiuto al Cardinale Arcivescovo e farebbe gran bene. Ma Sua Eminenza non vuol sentirme; é noto alla Santa Sede che per gelosia Egli non volle mantenere in tale ufficio quella perla di Prelato che é Monseignor Leme. Invece intende, ora, ottenere un Vescovo residente in Rio, ma senza ingerenza alcuna nel governó dell'Archidiocesi, ed ha messo gli occhi su di un giovane ecclesiastico, suo fido, Monsignor Pio dos Santos. Non vorrebbe però chiederlo direttamente alla Santa Sede; ma per mezzo della Confraternita dei militari, di cui il detto Monsignore é cappellano. Ciò mi riferisce Monsignor Leme, Arcivescovo di Olinda, che trovasi a passare alcuni giorni in questa Città. Monsignor Leme anzi ebbe da Sua Eminenza l'incarico di suggerire l'idea alla stessa Confraternita, incarico che il degno Prelato declinó subito, non esitando a dare il suo parere incontro."

Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

Neste quadro sugestivo de disputas internas pelo controle e poder na arquidiocese do Rio de Janeiro surge o nome de Dom Leme, de maneira elogiosa que, como bispo auxiliar poderia atuar de forma positiva na administração da Igreja do Rio de Janeiro, ideia que se concretizará anos mais tarde, em 1921. Será desta boa relação do Núncio com Dom Leme que surgirá uma outra perspectiva para o Pe. Helvécio Gomes de Oliveira.

A correspondência do Núncio com o secretário da Sacra Congregação Consistorial, depois de explicar todos os detalhes da nomeação do Pe. Helvécio para Corumbá, revela que uma outra oportunidade surge no momento e poderia resolver o problema:

É oportuno para esse efeito, a pergunta que me faz o arcebispo de Olinda, de ter o Pe. Helvécio para uma das sedes episcopais a serem construídas pelo desmembramento de sua arquidiocese, no Estado de Pernambuco, segundo a humilde proposta que submeto a consideração de Sua Eminência com relatório desta data. Uma ou outra das Dioceses em projeto, Garanhuns e Nazaré, podem oferecer um campo adequado para o ministério fecundo e frutífero do Padre Helvécio. O Prelado Arcebispo de Olinda, que se encontra nesta cidade, tendo apresentado a ideia ao Exmo. Cardeal Arcebispo obteve dele pleno consenso.⁸⁷

⁸⁷ "Giunge opportuna all'uopo la domanda che mi fa l'Arcivescovo di Olinda di avere il Padre Elvezio ad una delle sedi vescovilli da erigersi per dismembrazione della sua Archidiocesi, nello Stato di Pernambuco, secondo l'umile proposta che sottopongo alla considerazione dell'Eminenza Vostra con rapporto di questa data. L'uma o l'altra delle diocesi in progetto dette di Garanhuns e Nazareth può offrire un campo adatto al proficuo e fecondo ministero del Padre Elvezio. Il prelado

Vale recordar que, neste momento, após a proclamação da República, no processo de reorganização interna da Igreja Católica, muitas dioceses foram desmembradas.⁸⁸ No caso desta nota surgem duas novas dioceses no Estado de Pernambuco, região sob a administração do Arcebispo Dom Leme que, segundo o Núncio, aprova a indicação do nome Pe. Helvécio. Também neste momento o Núncio expõe sua preocupação com o Pe. Helvécio, que no meio deste conflito é alvo de tantos ataques, observando:

Eu penso que, consideradas as já conhecidas tendências e o caráter do Exmo. Cardeal Arcoverde, uma providência se impõe para evitar consequências desagradáveis que tornaria ainda danosas para o prestígio do Pe. Helvécio Gomez de Oliveira, tropeçando ou tornando o ministério episcopal não fecundo.⁸⁹

Arcivescovo di Olinda, che trovarsi in questa città, avendone fatta parola all'Emmo Cardinale Arcivescovo ne ottenne pieno consenso."

Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918 enviada ao Cardeal Gaetano De Lai, secretário da Sacra Congregação Consistorial.

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

⁸⁸ Como registro: "Das 12 circunscrições eclesiásticas do Império passou-se a 61, em 1920; a 90, em 1930; a 100, em 1940; a 113, em 1950; e a 145, em 1960" (GOMES, 2009, p. 8).

⁸⁹ "io penso che, attese le ben note tendenze ed il carattere dell'Emmo Cardinale Arcoverde, um provvedimento s'impone per evitare spiacevoli conseguenze che tornerebbero anche in danno del prestigio del Padre Elvezio Gomez de Oliveira, inciampandone o rendendone nen proficuo il ministero episcopale."

Cf. Correspondência do Núncio Apostólico datada de 15 de abril de 1918 enviada ao Cardeal Gaetano De Lai, secretário da Sacra Congregação Consistorial.

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

A situação é grave, conforme ressalta o Núncio. A nomeação de Pe. Helvécio já estava consumada, Roma não poderia voltar atrás. O equilíbrio interno da Instituição também estava em jogo com troca de acusações entre membros importantes da hierarquia. A solução para este caso requer urgência, pois no momento estava em jogo o nome do próprio Pe. Helvécio, e sua ação ministerial no quadro do episcopado poderia ser prejudicada.

Enquanto a situação aqui no Brasil parece caminhar para uma solução rápida no sentido de organizar uma outra diocese para o futuro bispo salesiano, colocando um fim às tensões, Roma não parece ter a mesma preocupação. Em telegrama o secretário da Sacra Congregação Consistorial insiste: "Recebido relatório nº 2242; antes de pensar na transferência do Pe. Helvécio para outro local, deve ver se tem uma maneira de prover bem a Diocese de Corumbá".⁹⁰

Neste sentido o que se pode perceber é que os membros Igreja Católica em Roma têm um projeto muito claro: colaborar para o sucesso do governo de Dom Aquino no Mato Grosso. A presença do Pe. Helvécio em Corumbá foi um pedido de Dom Aquino, o êxito de seus planos administrativos dependiam em parte desta colaboração. O fato da Igreja

⁹⁰ "Ricevuto rapporto N. 2242; prima di pensare translazione P. Elvezio Gomes ad altra sede, occorre vedere se vi sia modo di ben provvedere alla diocesi di Corumbá." Telegrama da Sacra Congregação Consistorial, datada de 29 de maio de 1918, enviado ao Núncio Apostólico no Brasil. Fondo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período ASV-Roma/Itália

ter um dos seus membros em um posto importante do Estado, como a presidência de uma província, deve ser pensada com o devido cuidado.

Possivelmente o episódio deixou o Pe. Helvécio em situação muito difícil diante do clero secular e dos membros de sua congregação. Quando recebeu a nomeação para Corumbá, encontrava-se no colégio Santa Rosa, em Niterói, porém, diante da angustiante situação que se desenvolveu, pediu ao Inspetor Pe. Pedro Rota para assumir o cargo de capelão na cidade de Ponte Nova-MG, cidade em que os salesianos também tinham obra. O pedido para sair de Niterói pode ser analisado como um momento de necessidade de um tempo da turbulência em torno do seu nome. A proximidade do colégio Santa Rosa, em Niterói, com o Núncio Apostólico e com o Cardeal Arcoverde, ambos no Rio de Janeiro, chefes maiores na hierarquia, certamente o castigava com o vaivém de notícias que em nada pesavam a seu favor. Ponte Nova surge neste contexto como um refúgio, como uma necessidade de sair de cena por uns tempos.

Enfim, como no quadro da Instituição Igreja tudo tende a se resolver sem que os conflitos desestruem o equilíbrio interno da mesma, a solução para o caso veio no dia 01 de junho. Nesta ocasião, a morte do bispo de São Luís do Maranhão, Dom Francisco de Paula e Silva, parece ter solucionado a tensão que se arrastava. Vejamos os termos do telegrama enviado à Roma pelo Núncio:

Tenho confiança de poder encontrar um modo conveniente para provisão da Diocese de Corumbá. Tendo verificado a vacância da Diocese de São Luís Maranhão estimo que se deva preferir a transferência do Pe. Helvécio para esta sede, a qual precisaria urgentemente ser provida por um bispo que seja prático em missões.⁹¹

O fato de Pe. Helvécio já haver atuado nas missões no Mato Grosso aparece como ponto favorável para a aceitação de Roma, confirmada em seguida: “S. Padre aprova transferência do Pe. Helvécio para São Luiz do Maranhão e autoriza a sua consagração com decreto da nunciatura.”⁹²

O Padre recebeu a notícia em Ponte Nova, era o fim de um drama que havia começado, antes mesmo da nomeação oficial e que certamente lhe deixou marcas. De Ponta Nova, em papel timbrado da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, ele escreve ao superior dos salesianos em Turim:

⁹¹ “Ho fidducia di poter trovare un modo conveniente per la provvista della Diocesi di Corumbá. Essendosi verificata la vacanza della Diocesi di San Lodovico di Maragnano stimo doversi preferire la traslazione del padre Elvezio a detta sede, la quale avrebbe bisogno di essere sollecitamente provvisto d’un Vescovo che sia pratico delle missioni”
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 – III Período
ASV-Roma/Itália

⁹² “S. Padre approva traslazione di P. Elvezio a San Luigi Maragnano ed autorizza sua consacrazione com decreto nunziatura.”
Telegrama enviado pela Sacra Congregação Consistorial datado de 15 de junho de 1918.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 750 - Fasc. 148 –III Período
ASV-Roma/Itália

Finalmente ouseo compartilhar a V. Revma. após as refregas em que me metteram e de que saio.... filho pródigo de ingratidões e impertinências.

Sabe muito bem V. Rvma. do que houve e terá a bondade de não tolerar que um aqui se repita cousas tristes. Sou "empurrado" para a diocese de "S. Luiz" do Maranhão, ao Norte, afim de succeder ao insubstituível D. Silva, fallecido inesperadamente a 1º do p. p. junho.

Não me foi possível recusar agora, como não me fora dado affastar, em janeiro, essa prebenda episcopal.

Ao Revmo. Pe. Rota, nosso Inspetor, de joelhos pedi me auxiliasse na recusa. Elle e o Núncio têm cartas minhas, em que protesto haver nascido e querer morrer na Sociedade Salesiana, não obstante os infinitos defeitos naturaes, que ainda não corrigira. Hoje venho dizer ao meu Superior Geral que, por amor a D. Bosco, me não risque o nome do Catalogo Salesiano, (...) quero continuar a vida até hoje fruída entre meus irmãos da Congregação.

Vou para o Norte, isolado por enquanto, estou certo d'isso.⁹³ (Grifo do autor)

As palavras do Pe. Helvécio são claras, não existe nenhuma satisfação em sair da congregação e tornar-se bispo de São Luís do Maranhão. Sente-se "empurrado", "isolado", mas sem a mínima possibilidade de recusa. Foi nestas circunstâncias que se deu o início da preparação de sua sagração episcopal.

⁹³ Correspondência do Pe. Helvécio enviada ao superior geral dos salesianos, datada de 05 de julho de 1918.

Classifica A70010 – Posizione B711 – Fasc. 02 – ASC-Roma/Itália

II.2- O episcopado do Maranhão

No Maranhão a administração eclesiástica havia se iniciado em 1614, a área fazia parte da prelazia de Pernambuco. Naquele período existia no Brasil somente uma diocese, a da Bahia, criada em 1551. Apenas no último quartel do século XVII foram criadas outras três dioceses, Pernambuco e Rio de Janeiro em 1676 e a do Maranhão em 1677 (HOORNAERT, 1992).

A palavra chave para definir a história da diocese do Maranhão no período colonial é “vacância”, caracterizando-se por longos períodos. No século de sua criação foram eleitos quatro bispos, porém, apenas dois tomaram posse. No século XVIII, durante a primeira metade, foram 31 anos de vacância, já na segunda metade foram 32 anos, no total 63 anos de vacância. Estas foram provocadas principalmente por questões de ordem política, ou seja, desentendimentos entre a Coroa Portuguesa e a Santa Sé, somadas à atitude regalista do Marquês de Pombal (HOORNAERT, 1992).

O século XIX será marcado por nova fase da diocese, com períodos curtíssimos de vacância. No total sete prelados ocuparam a cátedra de São Luís entre os anos 1801 e 1898, sendo quatro seculares e três religiosos.⁹⁴ A diocese conheceu as primeiras diretrizes da

⁹⁴ Foram eles: Dom Luís Brito Homem (1801-1813), Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora Nazaré, OFM (1819-1824), Dom Marcos Antônio de Souza (1827-1842), Dom Frei Carlos de São José e Souza, OCD (1844-1850), Dom Manuel Joaquim da Silveira

Reforma Católica Ultramontana no governo episcopal de Dom Marcos Antônio de Souza (1827-1842) por influência de Dom Romualdo de Souza Coelho (1819-1841), bispo do Pará. O programa de reforma adotado pelo prelado foi “o do Concílio Tridentino: formação de um clero ilustrado e santo, verdadeiros homens de Igreja, e instrução religiosa do povo pela catequese” (BEOZZO, 1980, p. 83).

No século XX, antes da posse de Dom Helvécio, dois bispos haviam ocupado a cátedra de São Luís, Dom Antônio Xisto Albano (1901-1905) e Dom Francisco de Paula e Silva (1907-1918).⁹⁵ A diocese, uma das mais antigas do Brasil, tinha a extensão de “328.000 km²” (MEIRELES, 1977, p. 284).

Neste período as dioceses brasileiras estavam divididas entre duas Províncias, a do Sul e a do Norte. A correspondência do antecessor de Dom Helvécio, Dom Francisco de Paula e Silva, enviada ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro nos oferece um panorama da diocese de São Luís. Em termos de organização administrativa da vida religiosa, as Províncias do Norte e Sul tinham funcionamento diferenciado, como se pode ler:

(1851-1861), Dom Frei Luís da Conceição Saraiva, OSB (1861-1876), Dom Antônio Cândido de Alvarenga (1876-1898). Cf. PACHECO, 1969.

⁹⁵ Entre os dois bispos citados, em 1906 foi nomeado Dom Santino Maria da Silva Coutinho, porém o mesmo foi transferido para Belém do Pará antes de sua sagração. Cf. PACHECO, 1969.

Por ordem do Exmo. Sr. Arcebispo Metroplitano veio-me ordem para remetter a essa Nunciatura 3 exemplares do Cathecismo usado nesta Diocese, afim de elaborar-se um único para todo o Brasil, conforme o desejo da S. Sé. Deixo de o fazer porque o que está adoptado aqui é o mesmo das províncias ecclesiasticas do Sul: "Primeiro e Segundo Cathecismo."⁹⁶

De fato, em 1904 na 2ª. Conferência das Províncias Eclesiásticas do Sul, realizada em Aparecida-SP, foram redigidos três manuais catequéticos: "O catecismo resumido da doutrina cristã, O primeiro e o segundo catecismo da doutrina cristã" (PASSOS, 1999, p. 44).⁹⁷

A ideia de elaborar um único catecismo foi resultado das decisões tomadas nas Conferências realizadas em 1901, 1904, 1907 e 1911, nas quais a "retomada do poder político-religioso e, de maneira especial, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, estiveram no centro da preocupação e dos debates dos prelados católicos" (MESQUIDA, 2008, p. 33).

⁹⁶ Cf. carta de Dom Francisco de Paula e Silva enviada ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1917.
Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 - ASV-Roma/Itália

⁹⁷ Neste sentido vale registrar que Dom Francisco de Paula e Silva foi aluno do Colégio do Caraça em Minas Gerais, entrou depois para a Congregação da Missão e como Lazarista fez seus estudos superiores na França. Ordenado padre foi professor no Seminário Arquiepiscopal de Salvador/BA, Diretor do Noviciado da Congregação da Missão em Petrópolis/RJ e Reitor do Colégio do Caraça. Naturalmente, manteve-se mais ligado às orientações eclesásticas das Províncias do Sul.

Outro fato importante neste contexto é a influência da Carta Pastoral de Dom Leme, arcebispo de Olinda, de 1916, na qual o prelado observa que:

Na verdade, os católicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os nossos princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a Lei que nos rege. (...) Leigas são as nossas escolas, leigo o Ensino. (...) Que maioria Católica é essa, tão insensível, quanto leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? Somos uma força que não atua, e não influi, uma força inerte (DOM LEME, Carta Pastoral, p. 4-7).

Esta força que não influi é, segundo Dom Francisco, causada pela própria divisão da Igreja Católica no Brasil, sendo a “distinção de Norte e Sul uma das principais causas que impede a convergência de todos para fins communs a conseguir.”⁹⁸

Aproveitando a oportunidade, o prelado maranhense sugere ao Núncio Apostólico que a unificação não deveria se limitar ao catecismo, poderia se dar também em outros setores, como por exemplo:

o PROPRIO DAS DIOCESES, para o ORDO. Não seria possível unificar? Um Proprio do Brasil que tivesse o Proprio de todas as Dioceses, como se faz em toda parte; um Ordo para o Brazil que servisse de Norte a Sul?

⁹⁸ Cf. Carta de Dom Francisco de Paula e Silva enviada ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1917.
Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

Me parece que ao ponto de vista econômico, que não é a desprezar, sobre tudo em dioceses pobres como são quase todas as do Norte, se poderia obter vantagens dos editores; além disto haveria mais unidade e quando um padre ou bispo tivesse de viajar do Sul ao Norte ou vice Versa não estaria obrigado a usar dois appendices do Breviário ou duas folhinhas, o que não deixa de ser bastante incommodo.⁹⁹

Esta descrição de como funcionava de forma distinta as Províncias Eclesiásticas no Brasil nos faz compreender porque Pe. Helvécio, em sua carta ao superior geral dos salesianos em Turim, demonstra certa angústia, ou seja, temor de ficar “isolado”.

Detalhes do movimento religioso da diocese do Maranhão podem ser observados no último relatório enviado à Nunciatura Apostólica por Dom Francisco, datado de 20 de fevereiro de 1918. O principal elemento a ser destacado é o reduzidíssimo número de clérigos para uma diocese que abrangia 328.000 km². Segundo o Bispo, havia 52 paróquias canonicamente constituídas e apenas 19 padres para todo o trabalho, o que resultava na precariedade da organização do trabalho e na falta de estímulo da vida religiosa do laicato.

A dificuldade registrada deveria ser suprimida pela formação de novos sacerdotes, fato que o prelado registra, inicialmente, com esperanças. Na época o seu Seminário contava com “17 no curso (...)”

⁹⁹ Idem

theologico e 60 no de humanidades, os allunos que o freqüentam.”¹⁰⁰

Porém, em seguida lamenta a dificuldade que encontra para o processo de formação sacerdotal nos seguintes termos:

A escasses dos recursos não permite admittir maior numero. No entanto é esta a obra capital senão de todo o Brasil. Por alguns annos hade ser a única preocupação do bispo desta diocese tão vasta e que morre a mingua de padres. Todas as desordens que existem e contra as quais nada se pode fazer vem juntamente desta falta de cooperadores. Os recursos materiaes são por demais escassos para se poder dar maior impulso as obras das vocações; e vocação não podem existir em famílias que não são constituídas em base christã; mesmo o sendo tanto deixam a desejar pela sua instrução religiosa. Dos moços que freqüentam o Seminário 95% não perseveram!... acarreta enorme despesa inútil pelo menos para este fim, de formar padres.¹⁰¹

Neste sentido, podemos perceber que Dom Francisco se orientava de acordo com as resoluções da Pastoral Coletiva de 1915¹⁰², pela qual

¹⁰⁰ Relatório do movimento religioso da Diocese de São Luís do Maranhão, escrito por Dom Francisco de Paula e Silva, enviado ao Núncio no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1918.

Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile – N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

¹⁰¹ Idem

¹⁰² A Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre, resultado das Conferências Episcopais realizadas em Nova Friburgo em janeiro de 1915 e publicada no mesmo ano, é, na realidade, uma síntese das Conferências anteriores, de 1901, 1904, 1907 e 1911. Trata-se de um dos documentos mais importantes para o estudo da História da Igreja Católica no Brasil no primeiro quartel do século XX, visto que o documento irá funcionar como Constituição Eclesiástica e guia pastoral da

estava determinado que o Bispo, sendo o primeiro reitor do seminário, deveria zelar pela sua disciplina e pela boa administração de seu patrimônio, condições necessárias para o seu florescimento. O documento orienta ainda para que:

Institua-se nos seminários o maior número possível (segundo as rendas) de logares gratuitos para alunos pobres, de idade nunca inferior a doze annos, filhos legítimos e de famílias honradas e de ilibado comportamento, e que provem, por attestado de pessoa competente, ter boa índole e inclinação para o estado eclesiástico (Pastoral Coletiva de 1915, N. 1246, p. 315).

Entretanto, efetivar as disposições da Constituição Eclesiástica, segundo o Bispo, não era tarefa fácil. Faltam os cooperadores, no caso os benfeitores, há ausência de base cristã e, para piorar a situação, a porcentagem daqueles que não perseveraram é altíssima. A solução é contar com o clero das congregações religiosas, que segundo ele: “são de grande auxílio para o Bispo; e todas trabalham bem nas obras de sua vocação.”¹⁰³

Em consequência da falta de clero, o movimento religioso é muito fraco. Segundo Dom Francisco, na capital a quase totalidade do povo é

Instituição até o momento em que as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, de 1963, começaram a ser aplicadas.

¹⁰³ Cf. Relatório religioso da Diocese de São Luís do Maranhão, escrito por Dom Francisco de Paula e Silva e enviada ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1918.

Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

indiferente, quer pela sua “ignorância religiosa”, quer pela falta de prática, especialmente do sacramento do matrimônio que não alcança na capital o número de 70 ao ano, numa população que gira entre 50 a 60 mil pessoas. Ao relatar a situação do movimento religioso no interior, o bispo não revela números, possivelmente por não os ter, descreve apenas que a situação é ainda pior, é de “completo abandono”.

Apesar de tudo o prelado finaliza o relatório com um toque que mescla otimismo e angústia, com o seguinte registro:

Há alguma melhora relativa do estado financeiro; mas ainda não chega para cobrir as despesas essenciais. O Seminário tem um começo de Patrimônio constituído por 110 apólices; e a Mitra que não tinha coisa alguma, já tem algumas apólices. As rendas da Cúria não vão além de 4 a 5 contos por anno que mal chegam para pagar os empregados e manter o Bispo. Por alguns annos será ainda assim, mas, com muita parcimônia poderá o bispo ir se mantendo, porém, sem a esperança de empreender, nem desenvolver obra alguma.¹⁰⁴

Analisando o relatório, é possível evidenciar as dificuldades que serão encontradas pelo Pe. Helvécio no início de sua missão episcopal. Possivelmente, o futuro bispo não tinha ideia precisa das dificuldades, visto que se tratava de uma Diocese distante e sem a presença de religiosos de sua congregação. Porém, é provável que o mesmo tivesse conhecimento das dificuldades das dioceses das Províncias Eclesiásticas

¹⁰⁴ Idem

do Norte, sem, no entanto, conhecer profundamente os problemas de sua futura diocese, especialmente porque o processo de substituição de Dom Francisco foi muito rápido, com vacância de apenas 18 dias, sem tempo de nenhuma consulta neste sentido.

Segundo PACHECO, “não recordamos de uma substituição tão pronta de um Prelado falecido por outro Prelado. (...) Não sabemos de nenhum memorando dessa vacância até a posse do Sr. D. Helvécio” (PACHECO, 1968, p. 532). Certamente para o clero maranhense a rápida nomeação pode ter sido recebida como uma surpresa, porém, diante da situação em que se encontrava a alta hierarquia eclesiástica, este processo era extremamente necessário para que houvesse o retorno do equilíbrio do quadro da Instituição.

II.3- Sagração e mandato episcopal no Maranhão

A sagração episcopal de Dom Helvécio ocorreu em Niterói/RJ no dia 15 de agosto de 1918. A cerimônia deveria ter sido realizada na igreja de Nossa Auxiliadora do colégio Santa Rosa, porém, como as obras de edificação do santuário não haviam se concluído, a mesma realizou-se na catedral de Niterói, a qual teve como sagrante o Núncio Apóstolico no Brasil, Dom Ângelo Sacapardini, e como consagrantes Dom João Baptista Corrêa Néri, Bispo de Campinas, e Dom Benedito Paulo Alves de Souza, Bispo do Espírito Santo (FALCÃO, 1959, p. 10).

Sagrado bispo, Dom Helvécio não seguiu imediatamente para o Maranhão, antes excursionou pelos colégios da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB. Não havia pressa de chegar ao Maranhão, já que poucas vezes na história eclesiástica brasileira uma diocese havia recebido uma provisão tão rapidamente, além disto visitar as casas salesianas tinha o sentido de produzir uma boa impressão junto aos seus confrades e alunos dos diversos estabelecimentos.¹⁰⁵

A revista Santa Cruz registrou sua passagem pelo colégio em São Paulo. Em tom de otimismo ressalta estarem convencidos de que a diocese do Maranhão vai lograr benefícios reais com a administração de Dom Helvécio, apesar da observação de que a “situação monetária da mitra, sabemos, é precaríssima. Mas não há mal sem cura: fazer o diagnóstico e saber aplicar o remédio – eis a dificuldade.”¹⁰⁶

Durante o período em que se preparava para sua viagem de partida, Dom Helvécio recebeu a primeira correspondência de sua nova diocese através do monsenhor Vicente Ferreira Galvão. A correspondência tem um único objetivo, expor a situação de moradia no palácio episcopal do Maranhão, sua futura moradia. Monsenhor Galvão relata que naquele momento, além dele, moravam no Palácio Episcopal

¹⁰⁵ A decisão pelas visitas podem ser observadas na carta do inspetor Pedro Rota ao Padre Gusmano, datada de 24 de agosto de 1918. Pasta Correspondência Inspetoria Salesiana no Brasil – ASC-Roma/Itália

¹⁰⁶ Revista Santa Cruz – Out. Nov. 1918, p. 317. AIS-São Paulo/SP

o secretário do bispado e o cônego cura da catedral. Finaliza a correspondência perguntando se ele e seus companheiros poderiam contar com o mesmo regime de vida.¹⁰⁷ A correspondência nos indica o reconhecimento do monsenhor e demais padres residentes no palácio da autoridade episcopal.

No contexto das Instituições Totais é comum que os ambientes de moradia sejam divididos entre os seus membros. Na Igreja Católica os bispos residem em “palácios episcopais” e dividem, muitas vezes, o ambiente com outros membros da Instituição, que são geralmente pessoas que ocupam cargos de confiança e que formam a principal equipe de trabalho. Os colaboradores se comprometem, necessariamente, a seguir a ideologia do superior e, como prêmio, habitam juntamente nos “palácios”, situação que, diante do restante do clero, os coloca em lugar de privilégio.

A preocupação expressa na consulta do monsenhor Galvão revela-nos o quadro hierárquico da Instituição, visto que os habitantes do “palácio”, os colaboradores diretos, são escolhidos pelo superior. Entretanto, poderemos observar que a preocupação expressa pelo Monsenhor Galvão não será um problema, a análise da trajetória de

¹⁰⁷ O documento traz a seguinte observação com letra de Dom Helvécio: “A 1ª c que recebi após os telegramas. Resp. a 31.08.18”
Arq. 5 – Gav. 1 – Pasta 1 - Papéis de Dom Helvécio - Bispo do Maranhão.
AEAM-Mariana/MG.

Dom Helvécio na diocese do Maranhão nos aponta que este prelado foi um dos seus principais assessores durante sua curta administração no norte do país.

A partida do novo bispo para São Luís do Maranhão ocorreu apenas no mês de outubro, porém, “de viagem, gripa-se em Recife, ali ficando alguns dias e de onde telegrafa ao Excmo. Mons. Vicente F. Galvão, autorizando-o a tomar posse da Diocese em seu nome” (PACHECO, 1968, p. 533). No Recife, o mais novo bispo das Províncias Eclesiásticas do Norte, foi recebido pelo arcebispo Dom Leme, “que nutria por ele grande estima, e desejava mesmo tê-lo como um dos seus sufragâneos em Pernambuco” (AZZI, 1984, p. 281).

Ainda no Recife Dom Helvécio recebe correspondência do Monsenhor Galvão comunicando-lhe do desejo do povo maranhense em lhe fazer uma grande recepção, porém, segundo ele:

o estado sanitário desta capital não permite grandes aglomerações de pessoas, e mesmo é desejo de V. Exa. Revma. uma recepção modesta, deixando a entrada na Cathedral para outro dia. Se as condições higienicas forem outras, conviria a V. Exa. Revma. fazer logo a entrada solenne, porque então teria maior cuncurrência do povo; porem nas circunstancias actuaes é melhor deixar para outro dia. (...)

A epidemia apressou o encerramento do Seminário e collegio públicos e particulares, faltando ainda este bom elemento para a recepção de V. Exa. Revma.

Antes de vir a terra V. Exa. Revma. será desinfetado a bordo dum vapor, de cuja bordo passará para uma baussa em que virá para terra, com alguns companheiros.

As pessoas desta Capital não se communicarão com o "Lloyd" de modo que V. Exa. Revma. do Paquete, em que vir, será transportado para o vapor desinfetado, em companhia dos agentes de higgene.¹⁰⁸

A cidade de São Luís, a exemplo dos grandes centros urbanos no início do século XX, enfrentava a epidemia da febre espanhola que somada aos sérios problemas referentes às questões sanitárias, como a inexistência dos serviços básicos de saúde, tais como: água encanada, esgoto sanitário, coleta regular de lixo, entre outros, ceifou muitas vidas. Os agentes de higiene trabalhavam sob orientações dos médicos que, neste momento, eram tidos como agentes do progresso (HERSCHMANN, 1996).

Enfim, quase um ano após sua nomeação para o episcopado brasileiro, finalmente Dom Helvécio desembarca em São Luís no dia 16 de novembro de 1918. No dia 24 do mesmo mês, "entre as mais vivas demonstrações de jubilo e de simpatia do clero, das autoridades e do povo em geral" (PACHECO, 1969, p. 533), fez a entrada solene na catedral de Nossa Senhora Vitória, dando início ao seu primeiro

¹⁰⁸ Carta com data de 09 de novembro de 1918.

Arq. 5 – Gav. 1 – Pasta 1 - Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão.
AEAM-Mariana/MG

mandato episcopal, que fora permeado de grandes frutos. Foi o 24º bispo a tomar posse da diocese de São Luis.

Ao tomar posse, seguindo a tradição do episcopado brasileiro, Dom Helvécio escreveu sua primeira Carta Pastoral, de saudação ao clero e fiéis de sua diocese. Nesta, recorda saudoso o período do colégio Santa Rosa em Niterói, de aluno ao regresso como sacerdote, depois de vinte e nove anos, quando, segundo ele:

Nos foi alli alcançar uma outra obediência, de bem maiores responsabilidades, ao gesto inflexível do digno Representante da Santa Sé junto ao Brazil, D. Ângelo J. Scapardini, dd. Arcebispo de Damasco. Não era a estrada de Damasco que se nos apontava, a que de boa mente teríamos seguido após tantos anos viver collegial, na algazarra das pequeninas turbas infantis; não. Era, ao contrário, espinhoso, difficílissimo offício que de nós exigiam, o de sobraçar uma cruz, empunhar um báculo, na frente uma preciosa mitra, a chefiar a dilatada diocese de Santa Cruz de Corumbá.

Resistimos – e sabe-o Deus com que sinceridade – com todas as veras d’esta alma, nativamente avessa a esse cortejo oneroso de cambiantes e vivos, que não raro soem disfarçar as urzes da via episcopal (Carta Pastoral de Dom Helvécio, 1918, p. 03).

A documentação analisada sugere que, desde o primeiro momento, houve resistência por parte do religioso, fato que pode ser observado também em sua correspondência ao superior geral da

sociedade de São Francisco de Sales, SDB, quando solucionou-se a questão de sua sagração com sua transferência para o Maranhão.

De fato, muitos clérigos religiosos resistem à passagem para o clero secular, isto se deve, em especial, por terem sido educados e vivenciarem o carisma da congregação à qual pertencem. No caso de Dom Helvécio um outro elemento também pode ser levantado enquanto hipótese para tal atitude, refere-se ao episódio de 1903 que, possivelmente, fez o próprio sacerdote antever o conflito desgastante para sua imagem por parte da resistência de alguns membros do episcopado brasileiro.

Porém, como uma balança medindo resistência e aclamações, ele recorda o movimento positivo empreendido por Dom Aquino, presidente-bispo do Estado do Mato Grosso, em prol de sua sagração para Corumbá, que:

faziam-n'ó por telegrammas, offícios e representações, n'um ruidoso movimento de sympathia chefiado pelo digno Sr. Presidente do Estado e pelo não menos illustre Commanadante das Forças Federaes, n'aquella futura capital do sul mattogrossense (Carta Pastoral de Dom Helvécio, 1918, p. 04).

Considerando todas as possibilidades de tensões e conflitos que podem surgir no seio das Instituições Totais, deve-se ter em mente que a união é uma das maiores características entre os seus membros. O

trecho acima é um agradecimento sincero ao empenho do seu irmão de congregação, Dom Aquino, que fez de tudo para tê-lo em Corumbá, figura que Dom Helvécio soube preservar e pôde sempre contar como um forte aliado em seu magistério episcopal.

Finaliza a parte introdutória de sua Carta Pastoral recordando a sua transferência, sempre fazendo menção a sua resistência:

E nós, no Collegio Salesiano, protelando sempre, no nosso voluntário retiro, nós nos illudiamos, docemente a prelibar as alviçaras da almejada libertação, que a continuada resistência não podia senão merecer, quando a 21 de Junho, Sua Excelência o mesmo Senhor Núncio nos transmite o despacho telegráfico de Sua Santidade, contendo a nossa inesperada transferência para São Luiz e expresso desejo de que fosse quanto antes a sagração e conseqüente posse da diocese.

Não tivemos, Veneráveis Irmãos e Filhos Maranhenses mui amados, não tivemos direito sequer de objectar. Forçoso foi ceder, imediatamente. E o fizemos, enviando um sentido adeus à distante Corumbá, de seu dignificante plebiscito, guardando gratidão sincera enquanto durar o pergaminho das Bullas de 16 de fevereiro, por lembrança histórica d'esse lapso afflictivo de nossa existência (Carta Pastoral de Dom Helvécio, 1918, p. 04).

Possivelmente, ao fazer o registro desse "lapso aflitivo de nossa existência", que certamente lhe causou tantos aborrecimentos, Dom Helvécio não tinha em mente que esta lembrança estaria ligada para

sempre à sua imagem. Porém, o momento era de trabalho, de início de uma outra missão na Igreja do Brasil. Era, pois, o tempo de apagar as marcas deixadas pelas falhas anteriores e entregar-se de corpo e alma ao serviço da Instituição.

Nos primeiros meses de seu mandato episcopal encontramos-lo imerso no trabalho, mas havia ainda muita mágoa que fora provocada pelo desenrolar das tensões causadas pela sua nomeação. Em resposta à correspondência recebida de Dom Paolo Albera, superior da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, com data de 05 de junho de 1918¹⁰⁹, em papel timbrado do paço episcopal do Maranhão, podemos ler:

Farei thesouro dos seus sábios conselhos e pode V. R Rvma. ter a certeza de que diariamente lamento o acto pelo qual me "expulsaram" do convívio salesiano, onde passei quase 30 annos, uma existência! (...)

Padre Rota me deixou partir só... Foi, de todos os desastres, o que mais eu senti, o que mais mal me fez. Tem-me sido difficil olvidar essa injustiça, especial de ingratidão, que eu não merecia.

Depois que elle recebeu carta de V. Rvma. a respeito, escreveu-me logo, penitenciando-se e pondo a minha disposição o irmão que eu indicasse, etc. Apressei-me em lhe responder que isto aqui não ia bem de bocca e para

¹⁰⁹ Provavelmente esta correspondência recebida do superior de sua congregação foi em resposta à carta do ainda Pe. Helvécio, escrita de Ponte Nova-MG, quando da resolução de sua sagração para bispo de São Luís do Maranhão. Dom Helvécio justifica a resposta tão tardia escrevendo que a carta foi inicialmente para São Paulo e lá encalhou por algum tempo e que somente naquele momento podia ter a graça da leitura. As dificuldades de comunicação ficam evidentes, quase um ano entre a primeira carta escrita de Ponte Nova-MG.

privações bastava um; que eu ia preparar o terreno e depois, sim, exigiria (sic!) capital e juros bem valiosos.¹¹⁰

O sentimento de pertença ao seu grupo religioso de formação é evidente, da mesma forma a angústia provocada pelo afastamento. O registro é claro, quase trinta anos de convívio, uma existência para quem no momento tinha quarenta e dois anos.

II.3.1 – Firme e maleável: reorganização da diocese

Os primeiros meses de trabalho de Dom Helvécio foram de conhecimento de sua diocese. Para qualquer ação tornava-se necessário, em primeiro lugar, conhecer o funcionamento da administração, levantar as possíveis falhas para uma possível reorganização. Dom Francisco, seu antecessor, conforme já analisamos, registra em seu último relatório que o bispo na diocese de São Luís poderia ir se mantendo, mas sem a possibilidade de empreender obra alguma.

A primeira fase de reorganização da diocese foi empreendida a partir da relação com o clero. Sua primeira “Circular Reservada ao Clero” é datada de 18 de maio de 1919.¹¹¹

¹¹⁰ Correspondência de Dom Helvécio enviada ao Superior Geral dos Salesianos, datada de 05 de junho de 1919.
Classifica A70010 – Posizione B711 – Fasc. 02 – ASC-Roma/Roma

¹¹¹ A redação da circular foi dividida em nove partes e versa sobre os seguintes assuntos: “Introdução; a) Faculdades novas e concedidas e outras cassadas pelo novo

Diferentemente das Cartas Pastorais ao clero e fiéis, que são abertas e que:

devem ser entendidas no contexto de um estatuto discursivo magisterial, na fusão discursiva da teologia, da filosofia social e moral e da análise social, na qual a linguagem predominante é a da ética, cujo objetivo principal é a doutrina, o conhecimento verdadeiro da fé (PEREIRA, 2000, p. 66).

As Circulares Reservadas ao clero tratam de temas delicados, que não devem ser divididos com o corpo de fiéis e, neste sentido, são reveladoras do “equilíbrio móvel das tensões” que se desenvolvem no interior da Igreja Católica.

Este primeiro documento interno assinado por Dom Helvécio revela-nos uma característica de sua administração: o posicionamento de sua autoridade episcopal. Sustentando-se no Novo Código de Direito Canônico¹¹² e na Carta Pastoral Coletiva de 1915, que segundo o mesmo, já era adotada em quase todas as dioceses do Norte, o prelado adota uma linguagem na qual observa-se o predomínio da ética, com advertências sobre o não cumprimento destes valores.

código, aos ordinários; b) Determinações sobre dispensas matrimoniais, certidões, proclamas, etc.; c) Relação dos casos reservados, segundo o Cod. do Direito Canônico; d) Dias Santos, dispensas e binagem de missas; e) Missas Binadas; f) Taxas Parochiaes; g) Congregação da Doutrina Christã; h) Retiro Espiritual do clero.”
Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

¹¹² A reforma do Novo Código de Direito Canônico teve início no papado de Pio X (1903-1914) e durou 14 anos, sendo promulgado em 1917 pelo Papa Bento XV (1914-1922). Constava de 2.414 cânones (ZAGHENI, 1999).

Ao analisar cada um dos pontos, o Bispo recorre às disposições contidas no Novo Código de Direito Canônico e na Carta Pastoral Coletiva de 1915 para introduzir o assunto, fazendo-o num sentido de trazer à memória do clero tais determinações, para depois recordá-los do não cumprimento das mesmas. Seguindo este padrão escreve sobre determinações de dispensas matrimoniais, certidões, proclamas e outros, nos seguintes termos:

Diante de tudo isso, que julgamento fazer de uma porção de casamentos feitos em 1918 e 1919, em tantas freguesias da nossa Diocese?! Que pensar da consciência de alguns vigários que atravessaram esse tempo todo *sem precisarem* recorrer a Nós, sem requerer uma dispensa, uma licença?!

Por informações do nosso Vigário Geral sabemos de vários que há annos, há dez annos, não requerem sequer uma dispensa matrimonial para seus freguezes!!!

Meu Deus! Essa responsabilidade, que fere mortalmente a existência legal da família christã, não Nos pertence!!! Vigários há que não cuidaram ainda de se armar de um exemplar do *Novo Código* de Direito, que, entretanto, vigora faz hoje um anno, e onera gravemente as consciências!...¹¹³

O sentido é claro. Onera gravemente as consciências e, especialmente, os cofres da diocese, deixando o bispo sem

¹¹³ Circular Reservada ao Clero do Maranhão, maio de 1919, p. 6.
Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

possibilidades de atuação. O documento é permeado por este sentido de cobrança, usando letras garrafais com palavras chaves o prelado faz as devidas cobranças recordando-os de que fez juramento de defender os direitos da diocese e zelar pelo que de justiça pertence à cúria e ao seu patrimônio.

Ao analisar a situação das celebrações obrigatórias, além dos domingos e dias santos existentes no ano eclesiástico, recorda que os sacerdotes têm obrigação de celebrar *pro populo*, ou seja, celebrações em dias santos dispensados segundo os cânones da Instituição, e que nestes casos devem aceitar a espórtula para o seminário diocesano.

Elenca os 28 dias santos dispensados no ano de 1918, que:

Correspondendo a essas 28 celebrações a espórtula mínima de 5\$000 cada uma, temos 140\$000 annuaes que, multiplicados pelo número de 21 vigários em exercício, dariam: 2:940\$000.

Agora, vejamos a realidade accusada pelos livros do Seminário: Monsenhor Galvão, nos poucos mezes de sua vigararia capitular, 100\$000; cônego José Bráulio, 140\$000; padres Barnabitas, 140\$000; cônego Álvaro de Lima, 140\$000; padre J. M. Dourado, 140\$000; cônego João S. Chaves, incluindo as missas binadas 120\$000, padre J. de Alencar, 110\$000. Há ainda duas entradas de 10\$000 cada e ... nada mais!!

Resulta que dos 21 Vigários que deveriam enviar annualmente, no mínimo, rs. 2:949;000, apenas 7 (sete) o fizeram n'um total de 810\$000, prejudicado ficando

assim o patrimônio do Seminário em 2:130\$000, somente em 1918.

Que é dos outros 14 Vigários? Não tiveram elles por ventura obrigação tal qual estes 7, de celebrar essas missas dos Dias Santos dispensados? Que é d'elles?

Não seria difficil, por exclusão, fazer-lhes os nomes.¹¹⁴

É com esta firmeza que o novo bispo prossegue sua Circular Reservada, demonstrando para cada ponto levantado na divisão da circular a contabilidade existente, citando em todos os pontos falhas no pagamento dos impostos, ressaltando a ingratidão e falta de justiça de muitos, e, sem rodeios, deixando claro o nome dos devedores.

Um elemento importante a ser ressaltado neste chamado de Dom Helvécio é a utilização, em vários pontos da circular, de citações de circulares de seu antecessor, D. Francisco, datadas de novembro de 1912 e outubro de 1914 com as mesmas cobranças. O fato é revelador porque nos demonstra, além da indisciplina do clero maranhense, a situação em que se encontrava a administração no bispado anterior, ou seja, revela-nos claramente a falta de autoridade de Dom Francisco em relação aos seus dirigidos.

Dom Helvécio finaliza o texto fazendo a convocação para o retiro espiritual do clero para janeiro de 1920, para o qual todos devem portar

¹¹⁴ Circular Reservada ao Clero do Maranhão, maio de 1919, p. 12.
Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

um exemplar do Novo Código de Direito Canônico e da Pastoral Coletiva de 1915, lembrando a todos que a próxima vinda à capital é o tempo propício para que todos pudessem acertar as contas com o tesoureiro da diocese.¹¹⁵

Muito provavelmente o tom firme da circular deve ter gerado um momento de tensão na relação entre o bispo e os membros do clero, em especial porque nas cobranças nomes são citados, porém, a medida diocesana tornava-se necessária diante da situação de indisciplina constatada na circular. Possivelmente, este primeiro enfrentamento de Dom Helvécio com seu clero não foi tarefa fácil e, neste sentido, o mesmo pôde contar com a amizade e com os conselhos de Dom Leme, Arcebispo de Olinda, o qual lhe escreve:

Se não der resultado, insista em bons termos, termos macios, mas não retroceda nesse caso de coisas exigidas na circular. O meu sistema é outro. Não entro em explicações. Digo: “Isso é lei. Sou obrigado a exigir”. Levo um ano para conseguir. Em menos tempo ou brigava ou não fazia.¹¹⁶

As palavras de Dom Helvécio nesta primeira Circular Reservada nos demonstra uma característica que irá marcar, não somente sua administração no Maranhão, mas todas as suas ações no quadro do

¹¹⁵ Idem, p. 15.

¹¹⁶ Correspondência recebida pelo Bispo do Maranhão, do Arcebispo de Olinda e Recife, datada de 01 de agosto de 1919. Conforme RIBEIRO, 2003, p. 70

episcopado brasileiro, ou seja, a firmeza de suas ações junto do seu clero. O período de sua passagem pelo episcopado do Norte, apesar de curto, menos de quatro anos, será marcado por uma série de reformas que se estenderam por todos os setores da vida religiosa do Maranhão. As reformas dos edifícios revelam-nos que as finanças da diocese melhoraram, possivelmente como consequência da força de suas cobranças.

II.3.2 – Principais reformas na diocese

Entre as principais reformas realizadas por Dom Helvécio devemos destacar quatro: reformas no seminário Santo Antônio, remodelação da catedral, criação de uma prelazia e a elevação da diocese à categoria de arquidiocese.

a) Remodelação do seminário diocesano

A formação do clero foi ponto de pauta das preocupações dos bispos no início do século, os seminários eram considerados como “sementeiras do bem”. Os motivos da escassez de padres seculares no Maranhão, no início do século XX, ainda não mereceu atenção de nenhum pesquisador, porém, não é difícil perceber que numa região pobre era difícil manter muitos seminaristas com bolsas de estudos. Além disto, outro detalhe é importante, ser padre no Brasil no início do

século XX significava ser branco, o que naturalmente eliminava parte das vocações. Em 1927 o folheto do seminário diocesano de São Luís do Maranhão “declarava sem rodeios que os candidatos tinham de ser de cor branca” (SERBIN, 2008, p. 129). A discriminação racial nos seminários foi acirrada pela europeização no processo da Reforma Católica Ultramontana.¹¹⁷

A documentação demonstra que Dom Helvécio seguiu as orientações que vinham sendo encaminhadas no processo de formação do clero brasileiro. A direção do seminário Santo Antônio encontrava-se sob a direção dos padres lazaristas desde 1904, assim como já existia também a Associação São José ou Obra Pia das Vocações Sacerdotais (RIBEIRO, 2003).¹¹⁸ Logo após sua posse o novo bispo escolheu o Pe. Pedro Sarneel, lazarista holandês, que já era professor do seminário diocesano de São Luís, para secretário da Obra Pia das Vocações Sacerdotais, este foi “o braço direito de Sr. D. Helvécio no mister espinhoso de angariar donativos para a manutenção dos seminaristas pobres” (PACHECO, 1969, p. 537).

¹¹⁷ A afirmação acima não quer dizer que não houve nenhum padre negro no Brasil, é possível encontrá-los sim, porém, em número reduzidíssimo. Nas fotografias de seminaristas deste período é possível perceber a não presença dos negros, apesar do censo de 1940 registrar mais de 6 milhões deles no país, ou seja quase 15% da população. Cf. SERBIN, 2008.

¹¹⁸ A Obra Pia das Vocações Sacerdotais foi um movimento adotado em quase todas as dioceses do Brasil, cujo objetivo principal era organizar os cooperadores que ajudavam financeiramente na manutenção dos seminários.

Podemos notar que durante seu episcopado houve uma grande preocupação em reformar o seminário diocesano. No relatório apresentado pelo secretário Pe. Pedro Sarneel, C.M., em maio de 1922, o mesmo cataloga as seguintes obras realizadas: inauguração da iluminação elétrica de todo o prédio (1919); construção de um avarandado, em dois pavimentos ao lado do dormitório, para alargamento deste (1919); aquisição de setenta camas colegiais (1919); remodelação dos salões, sanitários e banheiros do Seminário Maior (1920); pórtico, portão e escada para recreio, sacristia nova, quarto para professores e adaptações de salão para estudo e aulas no Seminário Menor (1921); restauração do assoalho e sanitários para o Seminário Menor (1922); compra de oito janelas novas, seis mesas de marmorite, seis armários para o refeitório, três caldeirões e artigos para dispensa para o Seminário Maior (1922). O relatório é completo e apresenta os valores de cada uma das obras (PACHECO, 1969).

Não podemos deixar de observar que entre as diversas obras de remodelação do seminário a primeira a ser empreendida foi a inauguração da energia elétrica em todo o prédio. Neste sentido, vale ressaltar a visão de modernidade do novo bispo. Acostumado com as oficinas modernas dos colégios salesianos, manter a formação sacerdotal em sua diocese em pleno 1919 à luz de lamparinas era caso impensável, completamente fora de ordem.

Além das obras, o relatório contempla os valores pagos em bolsas de estudos. Neste caso, um elemento merece ser realçado no relatório apresentado pelo secretário das Obra Pia das Vocações Sacerdotais, é o valor da “Bolsa Dr. Urbano Santos (apólices): 10:000\$000” (PACHECO, 1969, p. 536). O fato não seria curioso se o Dr. Urbano não fosse o presidente do Estado¹¹⁹, com quem Dom Helvécio manteve ótimas relações durante o período em que atuou no Maranhão. Apesar da doação aparecer em seu nome, e não em nome do Estado, podemos observar que Dom Helvécio conseguiu um benfeitor de peso para a formação sacerdotal.

Diante do relatório do seu antecessor, Dom Francisco, já analisado anteriormente, o qual relatava a não possibilidade de efetivar nenhuma obra, podemos perceber que Dom Helvécio não mediu esforços para reorganizar o seminário diocesano. Três elementos devem ser levados em conta para a realização de tantas obras: o primeiro refere-se à firmeza do bispo na cobrança dos impostos na sua primeira Circular Reservada ao clero, fato que sugere ter havido um efeito bastante positivo; em segundo lugar, a capacidade de Dom Helvécio de fazer

¹¹⁹ Urbano Santos foi importante político brasileiro, Deputado Federal (1897-1905), Senador (1906-1914), Vice Presidente do Brasil no governo de Venceslau Brás (1914-1918), Governador do Maranhão (1918-1922), Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1918-1919), reeleito em 1922 para o cargo de vice-presidente na chapa de Artur Bernardes, morreu antes de tomar posse, em viagem do Maranhão ao Rio de Janeiro.

benfeitores, qualidade que o acompanhará sempre, e, finalmente, o esforço do trabalho do Pe. Pedro Sarneel, C.M..

De 72 seminaristas em 1918, data de sua posse, o número cresceu, chegando “a abrigar mais de cem alunos” (MEIRELES, 1977, p. 291). Durante seu episcopado ele conferiu ordens a oito sacerdotes.

b) Remodelação da catedral de São Luís

Outra grande obra empreendida pelo Bispo do Maranhão foi a remodelação da catedral, empreitada que lhe causou sérios problemas no seu relacionamento com parte do povo maranhense. Em setembro de 1921 Dom Helvécio assinou contrato com o construtor Abelardo da Silva Ribeiro para a obra da fachada da catedral de São Luís, “dotando-a de mais uma torre, a do lado norte, e entronizando, no mais alto da fachada, uma imagem de Nossa Senhora da Vitória” (MEIRELES, 1977, p. 291).

A obra orçada inicialmente em Rs65:065\$300 (sessenta e cinco contos sessenta e cinco mil e trezentos réis) no projeto inicial foi elevada a Rs109:649\$607 (Cento e nove contos seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos e sete réis), em decorrência de novos orçamentos e plantas, vigas de sustentação e outros. Porém, segundo o bispo, julgadas necessárias e não por simples luxo.¹²⁰

¹²⁰ Conforme “Obras da Cathedral – 1921-1922”. Folheto divulgador de documentos, notas e observações, mandado imprimir pelo Exmo. Snr. Dom Helvécio à hora de sua

O documento, uma verdadeira prestação de contas, traz uma cópia do contrato com o construtor, com valores, medições, especificação de material a ser empregado e a lista de donativos recebidos para a obra, na seguinte ordem:

Câmara Municipal de São Luiz – 5.000\$000; Creanças Maranhenses para a Imagem de N. S. da Victoria – 2.996\$700; Candidato José Ribeiro, para o vitral de São Luiz – 2.500\$000; Concerto no Palácio do governo, promovido pela Exma. Mme. Urbano Santos – 2.450\$000.¹²¹

Em seguida aparecem os cônegos, paróquias, festivais promovidos, pessoas comuns, confrarias, coronéis, Apostolado da Oração de diversas igrejas da diocese, enfim, uma longa lista, porém, sem soma. Dois elementos merecem ser realçados neste momento: primeiro, registrar a capacidade de administrar do bispo, de fazer benfeitores e de levar à frente projetos impensáveis pelo seu antecessor por falta de recursos; segundo, a perfeita aliança que o mesmo realiza com os representantes do Estado, como podemos observar na lista de doadores.¹²²

partida para o Arcebispado de Mariana (Estado de Minas Gerais) – Maranhão - Typografia Teixeira – 1922.
Arquivo 5/Gaveta 1/Pasta 1 - Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão.
AEAM-Mariana/MG

¹²¹ Idem.

¹²² Para a compra da imagem de Nossa Senhora da Vitória, Dom Helvécio utilizou-se de um recurso muito comum entre os bispos deste período, ou seja, a doação de

Um episódio neste contexto marcará sua administração de forma muito negativa e não impedirá a perda da simpatia conquistada nos primeiros anos de seu episcopado. O caso refere-se à venda das alaias e pratarias do fechado convento de Nossa Senhora do Carmo, em Alcântara, que no momento do negócio “não representavam mais de uma pequena parcela do que haviam sido no Período Colonial” (LOPES, 2002, p. 278).

Segundo os historiadores do Maranhão, no momento em que os executores da retirada das riquezas aportaram em Alcântara, o povo alvoroçou-se indignado, não havendo a possibilidade de efetivar a retirada. O incidente ganhou maiores “proporções e repercussão, inclusive na Assembleia Estadual” (MEIRELES, 1977, p. 292). Porém, a retirada se concretizou com a ajuda do governo que enviou “uma ala do Quinto Batalhão da Infantaria no navio costeiro *Cabral*, da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, a fim de garantir o esbulho e os incumbidos de o perpetrarem” (LOPES, 2002, p. 278).

Dom Helvécio justificou a venda em decorrência da necessidade das obras de remodelação da catedral de São Luís, porém sua ação feria profundamente a memória religiosa do povo de Alcântara. Os homens mais esclarecidos sobre a importância do Patrimônio Histórico da Ordem

pequenos valores de todos os que frequentavam a escola, pública ou privada. As ofertas eram recolhidas pelas professoras em todas as classes e, como os valores eram pequenos todos podiam participar da obra, porém, na soma os valores podiam atingir níveis elevados.

do Carmo de Alcântara se apoiavam em dois argumentos.

Primeiramente, que:

as igrejas de Alcântara, a começar pela do Carmo, legítima relíquia artística e histórica, estavam caindo à falta de reparos (...). A segunda, as obras empreendidas na catedral arquiiepiscopal maranhense não visavam conservar na íntegra essa outra igreja histórica, porém desfigurar-lhe *in totum* a frontaria principal (LOPES, 2002, p. 279).

As críticas baseavam-se especialmente no fato de se tratar de um “sacerdote culto e educado na Itália” (PACHECO, 1968, p. 543) que, esperava-se, diante de sua formação, deveria perceber o valor do patrimônio que estava sendo destruído.

De fato, parece que faltou sensibilidade por parte do bispo neste processo, isto porque no campo religioso, assim como em qualquer ambiente institucional, o espaço tem lugar fundamental no processo de construção da memória coletiva. Sendo aquele o local em que os habitantes de Alcântara se casavam, batizavam seus filhos e tinham seus ancestrais enterrados, os mesmos necessitavam que estas lembranças, que são comuns a toda comunidade, fossem preservadas, mesmo que tudo ao seu redor tivesse sofrido modificações (HALBWACHS, 1990).

A preservação deste patrimônio não mereceu a atenção devida do superior da Igreja do Maranhão, atenção que poderia não ter lhe custado muito, dada a sua capacidade organizativa demonstrada em outras obras, especialmente como grande captador de benfeitores para as obras que empreendeu.

Entretanto, devemos observar que o início do debate em torno da preservação do patrimônio histórico no Brasil é posterior à atuação de Dom Helvécio no Maranhão. Somente nos anos de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, estas questões passam a ser incorporadas pelos representantes políticos.

Quando Dom Helvécio deixou o arcebispado do Maranhão, no segundo semestre de 1922, as obras da catedral ainda não haviam se concluído, faltava também o acerto final do pagamento do valor do contrato, que deveria ser feito no momento final, para o qual a arquidiocese estava em:

parte habilitada com importâncias depositadas na caderneta de poupança “obras da Cathedral” por mim instituída e offertas varias de maranhenses beneméritos, amigos do progresso e adiantamento de bella capital.¹²³

Este é um detalhe importante da capacidade administrativa de Dom Helvécio, sua preocupação em deixar as contas em ordem.

¹²³ Conforme “Obras da Cathedral – 1921-1922”.
Arquivo 5/Gaveta 1/Pasta 1 - Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão.
AEAM-Mariana/MG

Independente do seu sucessor ter ou não a mesma capacidade para fazer benfeitores, as obras por ele iniciadas não causariam problemas futuros de cunho financeiro. Apesar de não concluídas, as obras contaram como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, organizadas por Dom Helvécio.

c) Criação da prelazia de São José do Grajáú e elevação da diocese à categoria de arquidiocese

O princípio de separação entre Igreja Católica e Estado permitiu ao poder espiritual a livre reorganização administrativa de suas circunscrições eclesiásticas. A diocese do Maranhão, com uma área de 328.000 Km², necessitava urgentemente de uma divisão. Este trabalho inicial coube a Dom Helvécio.

A divisão de uma diocese seguia a seguinte lógica:

a autoridade eclesiástica propunha a criação da diocese e desenvolvia um trabalho junto às elites locais, a fim de angariar os recursos necessários à nova divisão eclesiástica. Esse trabalho consistia, em geral, da organização de uma comissão, sob a presidência efetiva de algum representante das forças econômicas e sociais, cuja tarefa principal era angariar recursos financeiros (MANOEL, 2008, p. 58).

A documentação sugere que o bispo encontrou muitas dificuldades neste seu primeiro trabalho. Duas questões importantes impediam o

desenvolvimento dos trabalhos, a saber: falta de padres para a região e recursos financeiros para a constituição do patrimônio necessário.

A correspondência entre Dom Helvécio e o Núncio Apostólico Dom Angelo Scapardini é reveladora do desejo da criação de duas novas circunscrições eclesiásticas: diocese de Barra do Corda e de Caxias. A primeira deveria ser entregue aos padres capuchinos¹²⁴, que já se encontravam na região desde 1870, porém, nem os mesmos, segundo o bispo, estavam tão dispostos, isto porque “a zona é muito grande e despovoada, há falta de frades, não tem Patrimônio algum”.¹²⁵ Para o bispo de Caxias Dom Helvécio responde com as seguintes palavras:

Bispado de Caxias, ... ficará para as kalendas gregas. Não vejo possibilidade actual para isso, a não ser um rasgo de generosidade mapeada para o patrimônio, pois que o resto (diocesanos e mo. Vigários) não faltariam d’este lado sul da Diocese, limítrophe de Piauhý.¹²⁶

Porém, Dom Helvécio termina sua carta escrevendo que “V. Excia. Revma. dar-me-há suas ordens e me terá sempre prompto a cumpril-as,

¹²⁴ A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos foi “fundada em 1528 por Matteo Baschi, frade menor observante. Buscava reencontrar o espírito franciscano primitivo (pobreza total, vida eremita, liberdade de pregação). Foi aprovada por Clemente VII (1526-1528. (...)) No Brasil, a “Ordem dos Frades Menores” teve os seus primeiros missionários em número de quatro, vindos da província de Bretanha, na França. Chegaram ao Maranhão em 1612 e ali iniciaram sua primeira missão entre os índios” (SCHLESINGER; PORTO, 1995, p. 1938).

¹²⁵ Cf. Carta de Dom Helvécio Gomes de Oliveira enviada ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1919. Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

¹²⁶ Idem – Grifo do autor

na medida de minhas fracas forças.”¹²⁷ A disposição em guiar seu trabalho a partir das orientações do Núncio será uma característica constante de Dom Helvécio durante seu episcopado, ações que se enquadram perfeitamente no quadro de obediência de uma Instituição Total.

Apesar de todas as dificuldades visíveis para a divisão da diocese, o Núncio insiste na instalação da Diocese de Barra do Corda, orienta o prelado para que insista com os padres capuchinos ofertando a eles, caso seja necessário e conveniente, a administração de outras paróquias mais rentáveis.¹²⁸

Neste sentido, Dom Helvécio convoca a primeira reunião para tratar da “fundação de um bispado na Zona Sertaneja e organização das Diversas Comissões arrecadadoras do Patrimônio do referido bispado.”¹²⁹ Em seguida encontramos-lo envolvido na correspondência com as elites locais da futura circunscrição, formando assim as comissões de damas e cavalheiros para a formação do patrimônio necessário, este era o primeiro passo, pois:

¹²⁷ Idem

¹²⁸ Carta Núncio Apostólico Dom Ângelo Scapardini enviada a Dom Helvécio Gomes de Oliveira em São Luís do Maranhão em 12 de fevereiro de 1919. Fundo Nunziatura Apostólica in Brasile - N. 165(e) Fasc. 851 – ASV-Roma/Itália

¹²⁹ Arquivo 5/Gaveta 1/Pasta 1 - Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão. AEAM-Mariana/MG

Conseguido o patrimônio necessário e dado o andamento às construções, a autoridade eclesiástica dava ciência do feito à Nunciatura Apostólica que se mobilizava para concretizar a criação da nova divisão eclesiástica que tomava forma final com uma Bula Papal de criação (MANOEL, 2008, p. 58).

Apesar da criação de muitas dioceses no Brasil entre 1890-1930, fato que nos revela a perfeita aliança entre a alta hierarquia católica com as elites locais, o processo em algumas regiões mais pobres do país nem sempre era fácil. As cartas recebidas de representantes das comissões formadas por Dom Helvécio são reveladoras das dificuldades de se formar o patrimônio exigido para a criação da mesma. De Nova York, escreve Petrolina Assumpção, uma das damas que compõem a comissão:

aqui não há esforço que leve a effeito arrecadação alguma, alegando que V. Excia. talvez não saiba das necessidades que ultimamente tem havido devido a escases de chuva: a pouca creação está reduzida a terça parte, não há abundancia de safra, apenas para nossos pobres irmãos vestirem o minguado pedaço de pano, que se acha em preço extraordinário, e Vossa Excia. como coração que Jesus não se aparta delles é quem delles não exigirá nada.¹³⁰

¹³⁰ Idem

A situação com Josina H. Bandeira, de Imperatriz, não parece ser diferente:

Até a data nada consegui, ainda nem uma reunião da Comissão! Já foi duas vezes solicitados, mas sem resultado, em todo caso, envidarei esforços, mas infelizmente, não depende só de mim.¹³¹

Além desta dificuldade de cunho financeiro chama atenção na região a disputa religiosa com Espiritismo. Maria Pereira da Silva, de Balsas, escreve que a obra da criação de uma diocese será um bem e que somente assim poderão “serem batidos os erros da seita diabólica, o nojento espiritismo que já vae seduzindo alguns incautos entre nós.”¹³² Da mesma forma, no jornal “O Tocantins”, matéria sob o título “Um bispado no Sertão Nordestino” assinada por “Elpidio Pereira – Espírita/Christão”, podemos ler:

Temos por certo que S. Excia. Dom Helvécio sabe existir em Carolina um Centro Espírita Racionalista. Mas, se por via de Bispado, frades e freiras acaricia no âmago de sua alma e esperança de arrancar de raiz esse viçoso rebento da Arvore da Verdade que há já annos se ergue sobranceiro nessas paragens solitárias fitando o Espaço infinito o bello – illude-se.¹³³

¹³¹ Idem

¹³² Idem

¹³³ Idem

A presença e o crescimento do Espiritismo no sertão nordestino, no início do século XX, podem ser explicados porque o movimento “consagrou-se naquele momento como uma doutrina da caridade e da assistência aos pobres (tradicional bandeira católica)” (LEWGOY, 2008, p. 87). Este fato levou muitos católicos a frequentarem os centros espíritas que eram fundados no país, em especial nas regiões pobres.

Enfim, foram nestas condições que Dom Helvécio experimentou o seu trabalho primeiro junto do Núncio Apostólico. Após os desafios iniciais, festejou os resultados finais do processo com uma visita à cidade de Grajaú, sendo recebido festivamente por toda a população, sem distinção de classes.¹³⁴ Seus esforços não foram em vão, apesar de não ser criada como diocese, a nova circunscrição foi erigida como prelazia¹³⁵, denominada prelazia de São José do Grajaú pela bula papal de Pio XI (1922-1939), em 10 de fevereiro de 1922. A nova circunscrição eclesiástica constituía uma vasta área região de:

127 mil quilômetros quadrados com 120 mil almas, entre as quais perto de 10 mil selvagens, sendo 6 mil já domesticados. Abrangia todo o oeste do Maranhão, desde o Atlântico até o estado de Goiás, limitando com este e, mormente, com o Pará. Zona de matas e rios caudalosos, apropriada aos indígenas, embora tendo núcleos maiores

¹³⁴ Jornal 'Diário de São Luís', em 16 de novembro de 1921, p. 4 – APEM-São Luís/MA

¹³⁵ A denominação “prelazia territorial foi usada para obviar certas dificuldades de caráter político, ou para organizar eclesiasticamente territórios que não tinham os elementos mínimos (clero próprio, substrato econômico) para constituírem-se em diocese” (SCHLESINGER; PORTO, 1995, p. 2103).

de população civilizada, quais Turí-Açu, Barra do Corda, Grajaú, Imperatriz, Porto Franco e Carolina (PACHECO, 1968, p. 540).

Os trabalhos de administração da nova prelazia, conforme as orientações iniciais do Núncio Apostólico, foram confiados aos padres da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

A criação da diocese de Caxias, que também estava entre as pretensões do Núncio Apostólico, não se concretizou durante o episcopado de Dom Helvécio, porém, o florescimento de sua administração episcopal foi reconhecido pela Santa Sé, que na mesma data de criação da prelazia de São José de Grajaú, “pela Bula *Ratione Congruit* confirmava a elevação de S. Luís a Sede Metropolitana” (PACHECO, 1968, p. 539), ou seja, principal diocese de uma região que tem outras sufragâneas, sendo Dom Helvécio seu primeiro arcebispo.

II.3.3 – Preocupações com a educação e a cultura: o legado salesiano

O desenvolvimento do ensino profissional, principal carisma da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, pode ser analisado como fator de crescimento e expansão da obra salesiana no Brasil “e estratégia de recuperação da influência católica junto às classes sociais

e regiões que apresentavam sinais de perda da influência católica” (FRANCISCO, 1998, p. 164).

Os padres salesianos foram hábeis em combinar religião e educação para o trabalho, numa configuração que reúne duas tendências: a católico-conservadora, que cobra a militância fervorosa de seus adeptos, denuncia os erros do individualismo e aponta, via Santo Tomás de Aquino, a possibilidade de reconciliação entre fé e razão, reunindo o ideal da elite ao da nação; e a liberal, que aceita a ciência, porém, não a considera capaz de criar os valores necessários ao homem moderno (NUNES, 1996).

Dom Helvécio, legítimo salesiano de formação, buscará, durante seu episcopado no Maranhão, através de práticas culturais objetivadas, que visam fazer reconhecer uma identidade, “marcar de forma visível e perpetuada a existência do [seu] grupo” (VAINFAS, 1997, p. 154) na sociedade maranhense.

O reconhecimento da identidade do grupo salesiano como grandes educadores pelos diversos segmentos sociais enche de esperanças o povo do Maranhão, que sonha com a fundação de colégios profissionais também na sua região. A correspondência entre o bispo e os diversos representantes da comissão no momento dos trabalhos em torno do desmembramento da diocese é reveladora deste desejo, entre muitas podemos ler:

que seja essa santa obra acompanhada de uma casa dos filhos do nosso venerável e querido D. Bosco afim de poder serem aproveitadas tantas inteligências e boa vontade que se perdem por estes agrestes sertões adentro pela falta sensível de uma casa dessas.¹³⁶

Sensível às necessidades da região, cuja ausência de mão de obra qualificada era um desafio ao crescimento do Estado, encontramos Dom Helvécio dedicado à causa da educação. Neste sentido não nos interessa analisar os resultados de suas ações, mas unicamente compreender as operações pelas quais o bispo atribui sentido ao mundo, ou “como gostaria que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19). Apesar de todas as dificuldades encontradas, o mesmo escreve, em junho de 1919, ao superior dos salesianos, Dom Paolo Albera:

Realmente, Revmo. Albera, há aqui elementos bons, para futuro próximo, pode crel-o.

(...) ao lado do meu Palácio, que é espaçoso, alto, está em magnífica posição, temos bons terrenos para edifício salesiano, pateos, etc. Construiremos casa em um anno, há meios para tanto e para mais ainda.¹³⁷

Dom Helvécio esperava poder contar com a ajuda da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, para coroar de êxitos seu mandato

¹³⁶ Arquivo 5/Gaveta 1/Pasta 1 - Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão. AEAM-Mariana/MG

¹³⁷ Correspondência de Dom Helvécio enviada ao superior geral dos salesianos, de 05 de junho de 1919. Classifica A70010 – Posizione B711 – Fasc. 02 – ASC-Roma/Itália

episcopal. A possibilidade de ter os irmãos da congregação na sua diocese, com a implantação de colégios profissionais, daria um impulso extremamente positivo a sua obra. Porém, o bispo, que já havia trabalhado nos diversos colégios salesianos no Brasil, tinha consciência de que organizar uma nova obra não era tarefa fácil.

Apesar do grande crescimento das vocações sacerdotais na Sociedade de São Francisco de Sales, SDB,¹³⁸ havia neste momento, muitas “outras regiões concorrendo pelos recursos materiais e de pessoal em disponibilidade no contexto do amplo movimento expansionista da Igreja em escala mundial” (MICELI, 2009, p. 150).

Conhecedor desta demanda por fundação de colégios, o bispo não se limita a buscar apoio junto aos seus irmãos de congregação, como podemos observar na correspondência de 1920 com a Secretaria de Estado do Vaticano, na qual podemos ler o projeto “do Bispo e do governo do Maranhão no Brasil de oferecer aos padres Beneditinos uma escola agrícola.”¹³⁹

O envolvimento com os representantes do Estado nos indica, além da necessidade de uma aliança visando conceder subsídios de todo tipo

¹³⁸ A Congregação encontrava-se em pleno crescimento neste período, de 900 membros em 1888, data da morte de Dom Bosco, atingiram “em 1900 o total de 3.526, presentes em 1914 em 31 países, 16 dos quais na América Latina” (AUBERT, 1975, p. 111).

¹³⁹ “del vescovo e del governo di Maranhão nel Brasile di offire ai Padri Benedettini una scuola agricola.”
Fundo Segreteria di Stato – Anno 1920 – Rubrica 9 - Fasc. 2 – Protocolo 7075
ASV-Roma/Itália

para auxiliar a criação da obra, as feições da contribuição dos projetos da Igreja Católica para o desenvolvimento da região. Outra característica importante nas ações dos prelados deste período era o envolvimento de representantes eminentes em Roma na questão, objetivando pressionar as decisões dos superiores das congregações, conforme podemos observar na resposta do abade superior dos beneditinos para a Secretaria de Estado do Palácio Apostólico do Vaticano:

Retornado de uma curta ausência encontrei a estimada carta de Vossa Excia. datada 12 de junho. Apresso-me em comunicar-lhe, que já há vários meses -, logo que recebi a oferta do Rvmo. Bispo do Maranhão, no Brasil - eu a tomei em séria consideração e iniciei as negociações com duas de nossas Congregações Beneditinas. Espero que seja possível a realização do projeto por uma dessas Congregações. Sendo, porém, necessário examinar pessoal competente no próprio lugar, encarreguei o Rvmo. Abade Dom Lawrence Sun Zeller, que na qualidade de Administrador Apostólico da Congregação Beneditina do Brasil, que vá ao lugar. Comunicarei a ele imediatamente as venerais ordens do Augusto Pontífice e estou convencido que ele fará todo o possível para executá-las.¹⁴⁰

¹⁴⁰ "Tornato da breve assenza ho trovato la pregiatissima lettera di Vostra Eccellenza del 12 Giugno. Mi affretto di comunicar-Le che già da parecchi mesi - appena che aveva ricevuto l'offerta dal Rvmo. Vescovo di Maranhão nel Brasile - l'ho preso in seria considerazione ed ho iniziato trattative con due delle nostre Congregazione Benedettine. Spero che sarà possibile per una di queste Congregazione di realizzare il progetto. Siccome però é necessario farlo esaminare de persona competente sul posto stesso, ne ho incaricato il Rmo. Padre Abate Dom Lorenzo Zeller, che in qualità di Amministratore Apostólico della Congregazione Benedettina del Brasile si reca

Apesar das palavras de disposição do abade e de todo o esforço orquestrado por Dom Helvécio neste campo, o tempo de episcopado no Maranhão parece ter sido curto para a efetivação de tais empreendimentos. Mesmo recebendo incentivos materiais para as instalações de novas casas, estes projetos exigiam muito tempo para a sua consolidação.

Ainda no que se refere ao campo educacional, vale destacar o trabalho desenvolvido por Dom Helvécio junto das Irmãs da Congregação de Santa Dorotéia¹⁴¹, no sentido de conseguir a equiparação do Curso Normal do Colégio Santa Teresa, obra das religiosas, ao ensino oficial do Estado.

Apesar das resistências iniciais por parte da madre superiora, possivelmente temerosa pelo controle por parte do governo, que passaria a fazer visitas periódicas ao colégio para fiscalizar o andamento e aproveitamento do ensino, o prelado, conhecedor da realidade educacional pela experiência nos colégios salesianos, estimulou a ação “atribuindo ele o decaimento do Colégio à falta de equiparação” (AZZI, 2002B, p. 145), que foi aceita pela direção.

attualmente in quasto paese. Gli comunicheró subito i venerati ordini dell' Augusto Pontefice e sono convinto che farà tutto il possibile per eseguirli.”
Idem

¹⁴¹ A Congregação de Santa Dorotéia foi fundada em 1834, em Quito/Itália, por Paola Frassinetti (1809-1882) como instituto educacional. As primeiras religiosas da Congregação desembarcaram no Brasil 1866, assumindo obras em Olinda/PE, em 1984 chegaram ao Maranhão. Cf. MEIRELES, 1977.

O processo de equiparação iniciado em 1921 concluiu-se em um ano, o fato acarretou um aumento no número de matriculadas, conforme registro no diário da casa das religiosas no momento da última visita de Dom Helvécio ao colégio: "O Sr. Bispo teve a consolação de ver desta vez o nosso palco repleto de meninas, devido em parte ao zelo de S. Excia, sobretudo pelo trabalho de equiparação do Colégio" (AZZI, 2002B, p. 148).

Por último vale registrar a publicação dos escritos deixados por Dom Francisco de Paula e Silva, intitulado "Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão". A obra conta com o prefácio de Dom Helvécio e:

consta haver sido patrocinada pelo Governo do Estado, sendo dedicada "À memória do benemérito Maranhense Doutor Urbano Santos da Costa Araújo, quem, desde quando Ministro da Justiça e do Interior, muito me animou à publicação desta obra.- Maranhão, 7 de maio de 1922" (PACHECO, 1968, p. 546).

Considerada o primeiro registro histórico da Igreja do Maranhão, a obra é considerada como um trabalho de valor¹⁴², sendo posteriormente

¹⁴² Vale lembrar que Dom Francisco, conforme já registramos anteriormente, foi aluno do Colégio do Caraça em Minas Gerais, entrou depois para a Congregação da Missão e como Lazarista fez seus estudos superiores na França. Ordenado padre foi professor no Seminário Arquiepiscopal de Salvador/BA, Diretor do Noviciado da Congregação da Missão em Petrópolis/RJ e Reitor do Colégio do Caraça. Certamente, Dom Helvécio percebeu em sua obra os valores tão em voga no interior da Igreja Católica no início do século XX, ou seja, aqueles preconizados por Leão XIII, de valorização do campo da História.

estendida por outros estudiosos, especialmente Dom Felipe Condurú Pachedo.

Finalmente, o fato da obra ter sido patrocinada pelo Governo do Maranhão apenas nos confirma a facilidade de Dom Helvécio em fazer benfeitores no campo político e, como agradecimento a obra é dedicada a um dos seus membros.

III.4 – Transferência para Minas Gerais

O episcopado de Dom Helvécio no Maranhão, apesar do episódio negativo com a venda das alfaias do convento de Nossa Senhora do Carmo de Alcântara, foi frutuoso. Suas ações consideradas no quadro da Instituição Total estiveram em perfeita sintonia com as elites eclesiásticas, não mediu esforços para implementação das ordens do Núncio Apostólico, colocou-se ao lado do arcebispo de Olinda, Dom Leme, na busca de orientações para as questões difíceis de disciplina do seu clero, orientou seu primeiro mandato episcopal no sentido correto de obediência com seus superiores, especialmente no projeto de aproximação entre Igreja e Estado.

O fundador da Academia Maranhense de Letras, Fran-Paxeco, registra em sua obra "Geografia do Maranhão" as atividades de Dom Helvécio "incluindo-o (...) entre os prelados mais dignos da Diocese" (MEIRELES, 1977, p. 293).

O reconhecimento da alta hierarquia não tardaria. Ainda em 1921 encontramos a primeira referência de sua transferência, porém, o mesmo continuaria no Norte, como podemos ler no telegrama da Sagrada Congregação Consistorial:

Por ordem do Exmo. Senhor Cardeal Secretario desta Sagrada Congregação, rogo a Sua Revma. de telegrafar, a Mons. Gasparri, Núncio Apostólico do Brasil, neste sentido: "Santo Padre promove a Olinda-Recife Mons. Helvécio Gomes. Assinar carta *juxta mentem*."¹⁴³

Este documento não foi citado pelo próprio interessado em sua Carta Pastoral de despedida do Maranhão. Neste sentido, entendemos que para sua análise uma questão importante deve ser tomada em consideração, o fato de que neste momento Dom Leme já se encontrava no Rio de Janeiro como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, com direito a sucessão ao posto cardinalício. Muito provavelmente o mesmo, conhecedor do trabalho de Dom Helvécio, articulou junto ao Núncio para que esta transferência para Olinda não se concretizasse, uma vaga no episcopado mais próximo do Governo Federal seria mais frutífera para a Igreja Católica, fato que não demoraria muito para se concretizar.

¹⁴³ "L'ordine dell'Exmo. Sig. Cardinale Segretario di questa S. Congregazione, prego la S. R. Revma. di far telegrafare, in cifra, a Mons. Gasparri, Nunzio Apostólico del Brasil, in questo senso: "Santo Padre promuove ad Olinda-Recife Mgr. Elvezio Gomez. Segno lettera *juxta mentem*."

Fundo Segreteria di Stato - ANNO 1921 - Rubrica 18 - Fasc. 6 - Proc. 27548
ASV-Roma/Itália

O ano de 1922, especial para o Brasil em termos políticos e sociais, terá início para Dom Helvécio de forma também muito especial. No dia 23 de fevereiro o prelado é “eleito coadjutor com direito à sucessão do Arcebispado de Mariana” (TRINDADE, 1929, p. 1413). Sua escolha para a Diocese de Minas Gerais deve ser entendida no quadro da Instituição Total como um prêmio, reconhecimento, por parte da elite eclesiástica, de suas ações nos primeiros anos de trabalho no episcopado brasileiro.

A diocese de Mariana era então considerada a quarta mais importante do país, atrás somente da Bahia - diocese primaz, Rio de Janeiro e São Paulo. Dom Helvécio tinha plena consciência da importância do posto que ocuparia, fato que pode explicar sua recomendação ao Padre Gusmano Callogero, SDB, membro do conselho superior dos salesianos, de lembrar ao Pe. Felipe Rinaldi, SDB, superior da congregação, que visitaria o Brasil março de 1923, do seguinte: “Mais: n’essa ocasião me fará presente da cruz peitoral de D. Lasagna, pois eu, agora, vou ser Bispo de Juiz de Fora, lugar do martyrio d’aquele nosso herói. Julgo ter direito a uma relíquia.”¹⁴⁴ Não é um pedido humilde e, no interior da congregação, pode ter sido interpretado com

¹⁴⁴ Cf. Carta de Dom Helvécio ao Pe. Gusmano Callogero, SDB, datada de 15 de maio de 1922. Pasta Dom Helvécio – ACS-Roma/Itália
Em 1895, Dom Lasagna, superior dos salesianos no Brasil, passava por Juiz de Fora, acompanhado de um grupo de religiosos da mesma congregação, em direção a Cachoeira do Campo, quando ocorreu um grave acidente ferroviário vitimando o superior da congregação, seu secretário e quatro religiosas.

tom de vaidade ou superioridade. Na documentação analisada não consta que o mesmo recebeu a relíquia.

Dom Helvécio será o segundo bispo eleito de Mariana que virá do Maranhão, o primeiro foi Dom Frei Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, eleito em 1745 e que após longa viagem tomou posse em 1748.

No momento da transferência a arquidiocese de Mariana era governada por Silvério Gomes Pimenta (1890-1922), este escreveu a Dom Helvécio, felicitando-o e registrando o “quanto era feliz e acertada essa eleição.”¹⁴⁵ Dom Silvério veio a falecer no 30 de agosto de 1922, e como Dom Helvécio, que ainda se encontrava no Maranhão e não havia ainda tomado posse, teve que esperar por novas Bulas de Roma, que chegaram somente em novembro.

III.4.1 – Despedida do Maranhão e as comemorações do Centenário da Independência do Brasil

A despedida de Dom Helvécio do Maranhão foi um momento especial, aos festejos somaram-se as comemorações do Centenário da Independência do Brasil e a inauguração das obras da Catedral.

¹⁴⁵ Carta Pastoral de despedida do clero e fiéis do Maranhão, de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, 1922, p. 08.

Vale recordar que a partir do ano de 1922 o lema do Papa Pio XI¹⁴⁶ “Restaurar todas as coisas em Cristo” será a orientação para todo o orbe católico. Não se tratava de introduzir nada novo, mas fundamentalmente de reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo antigo, ou seja, o poder espiritual no exercício de sua missão colabora com o Estado. No Brasil, o episcopado, atuando em plena sintonia com Roma, fará das comemorações do Centenário da Independência um momento especial de demonstração pública de que não estava alheia aos interesses patrióticos da nação.

As festividades do centenário em São Luiz tiveram início no mês de agosto, dia da Assunção de Nossa Senhora, com a inauguração das obras de remodelação da Catedral e a benção da “imagem de Senhora da Vitória, colocada no alto do edifício, com que effectivamente se abriram os festejos do centenário” (PACHECO, 1968, p. 547).

O programa festivo tornou-se mais intenso na semana do centenário. Diversas conferências foram realizadas sobre temas que procuravam sempre a valorização da pátria, da ordem estabelecida e do papel da Igreja na vida nacional. Todo o episcopado caminhava na mesma direção, o objetivo era destacar publicamente que “do Clero

¹⁴⁶ Pio XI(1922-1939) ficou conhecido na História como o Papa das Concordatas. Assinou, além de diversas concordatas com os países recém-formados no pós-Primeira Guerra Mundial, a concordata de 1929 com o representante do governo fascista italiano Mussolini, o que colocou fim à famosa Questão Romana. Sua orientação de estreitar laços com os representantes dos Estados será seguida de perto pelo episcopado brasileiro no período estudado.

recebeu o Brasil desde os tempos mais remotos da sua existência lições e exemplos do mais acrisolado amor pátrio.”¹⁴⁷

No dia 07 de setembro o programa constava com:

Missa campal, em frente ao Paço Arquiepiscopal, com Assistência das Autoridades, dos colégios e Associações, prestando honras o Corpo de Polícia do Estado, o qual desfilará após em parada militar. Às 12 hs., toque do Ângelus em todas as igrejas da Capital, preces pela Pátria e repique festivo. Às 19 hs *Te-Deum* e benção solene do SS. Sacramento na Catedral (Pacheco, 1968, p. 548).

Assim, demonstrações de religiosidade e patriotismo misturam-se nas comemorações do Centenário da Independência e na despedida de Dom Helvécio do Maranhão. Homenagens de ambos os lados multiplicaram-se até a data de sua partida, o presidente do Estado em exercício não poupará esforços para louvar o prelado, conforme se pode ler:

O Governo, cômico dos relevantes e inestimáveis serviços que V. Ex. prestou a este Estado, no desempenho da missão que, em boa hora, lhe foi confiada pela Sé Apostólica, de pastor espiritual do povo maranhense, missão essa para cujo cumprimento não houve obstáculo capaz de deter a ação de V. Ex., como muito bem atestam as obras levadas a efeito, quer no domínio espiritual, quer no material que respeita ao patrimônio e

¹⁴⁷ Cf. Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses por ocasião do Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Tipografia Marques Araújo & C., 1922, p. 11.

embelezamento dos templos da Igreja maranhense e a muitos empreendimentos, puramente profanos, de maranhenses; não só por isso, mais ainda porque V. Ex. soube, com alto critério de que é dotado, manter inteira e completa harmonia entre governo temporal e o espiritual (citado por RIBEIRO, 2003, p. 98).

No mesmo nível de amizade recíproca, Dom Helvécio escreve sua Carta Pastoral de despedida. Reforça a aproximação entre os poderes e desata “o exemplo do acatamento preciso às Autoridades legitimamente constituídas, que a Igreja, escola perfeita da ordem, manda temer e respeitar.”¹⁴⁸

O prelado aproveita-se da escrita da Carta Pastoral de despedida para um balanço de sua administração, recorda todas as obras, ressalta as dificuldades e êxito, faz agradecimentos a todos, sem esquecer nenhum movimento, passando pelas irmandades, confrarias, congregações religiosas, para finalmente agradecer carinhosamente o apoio do vigário geral, monsenhor Vicente Galvão, aquele que lhe escreveu a primeira carta após sua nomeação e que lhe serviu durante todo o mandato. Deixou o Maranhão acompanhado por um representante do Estado, última demonstração da perfeita aliança alcançada entre os dois poderes no processo de Neocristandade.

¹⁴⁸ Cf. Carta Pastoral de despedida do clero e fiéis do Maranhão. Typogravura Teixeira, 1922, p. 32.

Capítulo III:

Ações de Dom Helvécio no contexto da Neocristandade em Minas Gerais

Nos Estados brasileiros, ainda que tivessem como fundo a Constituição Federal, cada membro da federação levará adiante, em termos apropriados, uma política religiosa peculiar. No caso de Minas Gerais, a relação é típica, a própria Constituição Estadual “começa invocando o nome de Deus” (FREIRE apud LUSTOSA, 1991, p. 28).

O discurso do presidente do Estado mineiro, Arthur Bernardes (1918-1922), durante a visita do Núncio Apostólico ao Estado, Ângelo Scapardini, em junho de 1919, reflete bem a sintonia entre os dois poderes em Minas Gerais. Segundo o presidente:

Esse sentimento religioso, que V. Exa. terá notado, constitue um titulo de glória de que legitimamente se desvanecem os mineiros, por isso que aprimora no homem qualidades Moraes e tem servido para fazer d'elle um cidadão mais útil e proveitoso à sociedade e à Pátria.(...) O carinho que lhe tem sido dispensado por toda a parte não é indício apenas da admiração pela respeitável pessoa de V. Exa. nem denuncia somente o vinculo espiritual que une o povo à Igreja Universal, de que é chefe o supremo Santo Padre. Ele também traduz o comovido reconhecimento dos ministros á salutar influencia que o espírito religioso exerceu na formação da nossa nacionalidade e aos grandes serviços que á causa

da civilização no Brasil prestaram abnegados apóstolos da Igreja.(...) E o governo do Estado, que reflete o pensamento geral de seus habitantes, associando-se ao povo nas merecidas homenagens que presta á distincta pessoa de V. Exa., vem dar-lhe também testemunho do seu maior apreço e a segurança de sua consideração pelas virtudes de V. Exa.¹⁴⁹

Minas Gerais fazia parte do dinâmico Sul, porém, sua sociedade, assim como outras, tendia a valorizar hábitos menos cosmopolitas. A cultura valorizava as raízes das pequenas cidades, das velhas famílias, católicas por excelência, a vida social nestas cidades girava basicamente em torno da Igreja Católica. As elites gravitavam em torno de Belo Horizonte e de Juiz de Fora.

Do ponto de vista econômico, Minas Gerais era um verdadeiro mosaico, sem qualquer unidade. O Triângulo e parte do Sul ligavam-se ao mercado paulista, a Zona da Mata integrava o Distrito Federal e o Norte, zona atrasada de pecuária, integrava-se à capital. O café constituía a lavoura de exportação mais valiosa escoada pelo porto de Santos e o do Rio de Janeiro. Não havia estagnação econômica, porém, o desenvolvimento econômico fazia-se sem a rapidez de São Paulo (WIRTH, 1982).

¹⁴⁹ Pasta Arthur Bernardes. APM-Belo Horizonte/MG

Politicamente os mineiros desfrutavam da estabilidade do PRM (Partido Republicano Mineiro), no qual procuravam abrandar as diferenças em casa para se apresentarem unidos no Distrito Federal. Mais conservadores “permitiam o acesso de uns poucos não-nativos em sua política” (WIRTH, 1982, p. 314). Os interesses econômicos levaram ao Pacto de Ouro Fino, de 1913, pelo qual acordaram com São Paulo a alternância na Presidência da República, a aliança ficou conhecida como política do “café-com-leite”.

No plano religioso, a diocese de Mariana, primeira diocese mineira¹⁵⁰ e, portanto, de maior tradição no Estado, era reconhecida no contexto nacional como centro difusor da Reforma Católica Ultramontana, obra de Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). O movimento foi seguido por seus sucessores, Dom Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876-1896) e Dom Silvério Gomes Pimenta (1896-1922) (PEREIRA, 2004).

Na década de 1920 a diocese passava por um processo de reorganização de suas circunscrições e, neste contexto será criada em 1921, por Bento XV (1914-1922), a diocese da capital mineira, na cidade de Belo Horizonte. Dom Antônio dos Santos Cabral, Bispo de

¹⁵⁰ A administração diocesana em Minas Gerais teve início em 1745, quando o papa Bento XIV através da bula *Candor lucis aeternae* criou duas novas circunscrições eclesiais no Brasil, de Mariana e a de São Paulo. Até este momento o território estava ligado à diocese do Rio de Janeiro. Seu primeiro bispo foi Dom Frei Manoel da Cruz, religioso cisterciense, que tomou posse da mesma em 1748. Durante o bispado de Dom Silvério Gomes Pimenta (1896-1922) o papa Pio X (1903-1914), em 1906, elevou a diocese à categoria de arquidiocese através da bula *Sempitemam humani generis*.

Natal, foi transferido para Minas Gerais, tomando posse da mesma em abril de 1922, a qual governou até o momento de sua morte, em 1967.

Será neste contexto que Dom Helvécio Gomes de Oliveira aporta em Mariana, em novembro de 1922, para o mais longo episcopado da principal sede do poder espiritual de Minas Gerais. Nesta, a herança espiritual e educacional dos padres lazaristas¹⁵¹ se faziam presentes. À frente da direção do Seminário diocesano, eles trabalhavam na formação eclesial e tinham como ideal um ensino muito próximo dos jesuítas, ou seja, formavam o clero com ideal de santidade e longe da política, elemento característico da Reforma Católica Ultramontana.

III.1- Posse na catedral da Sé: quebrando tradições

Ao desembarcar no sudeste Dom Helvécio, antes de viajar para a tradicional Mariana/MG, visitou seus confrades salesianos. Em São Paulo participou das comemorações em torno do Centenário da Independência em outubro. Além de ser o celebrante do dia, no liceu Sagrado Coração de Jesus, o que é sempre uma honraria a um ilustre visitante, esteve, junto dos outros membros da classe dirigente de sua congregação de

¹⁵¹ Padres da congregação da missão, lazaristas ou ainda padres e irmãos vicentinos. A congregação da missão foi criada em Paris em 1625 por São Vicente de Paulo (1581-1660). Sua origem remonta às missões junto aos pobres realizadas por São Vicente de Paulo e cinco outros padres. Seus membros são conhecidos como lazaristas porque a primeira casa da congregação, em Paris, se chamava casa de São Lázaro. Os lazaristas chegaram ao Brasil em 1820. Receberam de Dom João VI a ermida de Nossa Senhora dos Homens, no Caraça, em Minas Gerais. No contexto da Reforma Católica Ultramontana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, também lazarista, trouxe para Mariana os padres da missão e entregou-lhes a direção do seminário.

origem, na tribuna de honra no Parque do Ipiranga, local das comemorações cívicas.

Nesta comemoração reuniram-se, além dos alunos do liceu de São Paulo, também os de Campinas. Segundo o Jornal do Comércio, da capital paulista, 1.800 alunos fizeram na ocasião um juramento público de amor à Pátria.¹⁵² Através deste podemos observar que os religiosos da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, procuravam demonstrar que não estavam alheios aos interesses patrióticos da nação, sinais claros da adesão deste grupo às diretrizes da hierarquia católica, a saber: dar força à reivindicação da Igreja Católica de uma atuação mais forte na organização da sociedade, na qual a mesma se coloca como sustentáculo da ordem social e defensora do princípio da autoridade, com incentivo ao patriotismo e civismo.

Este certamente foi um momento especial para Dom Helvécio, de vivenciar novamente o convívio da sua casa de formação, de recarregar-se mais uma vez da espiritualidade de Dom Bosco, especialmente no ambiente dos colégios, além, é claro, de poder demonstrar junto aos

¹⁵² "O' Brasil – Pátria querida! – No anno Centenário da tua Independência – aqui às margens do Ypiranga – ao pé desta collina predestinada – berço da tua liberdade e throno da tua glória – perante a majestade do Senhor Deus das Nações – que esplende na cupola immensa dos teus céos – nós, jovens brasileiros e catholicos – juramos por toda a vida – obedecer às tuas leis e às tuas autoridades – trabalhar pela honra e pela grandeza – ser fiéis a esta Religião Santa – que fez grande teu passado – e fará maior teu futuro – porque só ella – pode confortar – no cumprimento de todos os deveres – as nossas almas jovens – que são o exercito – das tuas reservas e das tuas esperanças".

Cf. Jornal do Comércio de São Paulo, de 14 de outubro de 1922 – MHCSSR-Niterói/RJ

membros da congregação o espaço que havia conquistado no quadro da Igreja Católica brasileira.

Mas era chegado o momento de partir mais uma vez, a principal sede eclesiástica de Minas Gerais o aguardava. Em Mariana, desde a chega do primeiro bispo, Dom Frei Manoel da Cruz, o cerimonial de entrada dos bispos na cidade acontecia pelo mesmo trajeto, embora sem o luxo primitivo do Áureo Trono Episcopal de 1748.¹⁵³ Segundo a tradição, os bispos vinham a cavalo de Ouro Preto, o cortejo ia “à divisa do município ao encontro do prelado e de lá vinha ele, cercado do séqüito de cavaleiros, foguetes, música, padres, povo etc.” (LIMA JUNIOR, 1966, p. 63).¹⁵⁴

Tratava-se de cerimônias revestidas de grande brilhantismo, que iam muito além do que descrevia o Pontifical Romano, mas que faziam com que o clero e o povo mineiro, este último católico por tradição, revivessem os faustuosos dias em que se ergueu o Áureo Trono Episcopal. Diante desta memória coletiva, nada deveria mudar no ritual

¹⁵³ As festividades do Áureo Trono Episcopal já mereceu atenção de muitos pesquisadores, neste sentido vale ressaltar os trabalhos de KANTOR, 2001; SOUZA, 2001; TINHORÃO, 2000.

¹⁵⁴ A obra de Augusto de Lima Junior trata-se do romance “Mariana”, que tomamos para este trabalho com base nos escritos teóricos de VASCOCELOS, 2002. A segunda lição da obra de Vasconcelos “Realismo e estória romanesca” nos orienta para a articulação coerente entre a realidade histórica do vivido e a forma artística apresentada nos romances. A noção de verossilhança, entendida como sentimento de verdade, que pode ser observada na obra de Lima Junior com base nos documentos históricos analisados, agrega o conceito de coerência como elemento fundamental de sua obra.

de entronização do novo bispo, mesmo que o ritual fosse para o século XX ultrapassado aos olhos de uma nova geração.

Antes de viajar, Dom Helvécio telegrafou ao cabido metropolitano de Mariana avisando de sua chegada, que seria realizada pelo trem da Central do Brasil, fato que quebraria uma tradição secular. A estação do trem ficava do lado oposto da saída para Ouro Preto, além disto não havia uma capela para o prelado se paramentar entre a estação e a catedral. Tudo deveria ser repensado. O cabido tomou a decisão de enviar um cônego ao encontro do novo arcebispo e convencê-lo de manter a entrada tradicional, porém, logo após o embarque do responsável pelo árduo trabalho, o mesmo telegrafou “avisando de que o Prelado não concordava com as sugestões e que iria mesmo de trem” (LIMA JUNIOR, 1966, p. 79).

Com este ato Dom Helvécio demonstra não ter o desejo de se submeter a um ritual antigo, em cima de um cavalo, possivelmente muito ultrapassado para sua personalidade. Prefere a modernidade e o conforto do trem da Central do Brasil, tem autoridade para a sua escolha e assim faz. Partiu do Rio de Janeiro no dia 25 de novembro, pernitoou em Ouro Preto e no dia 26, em trem especial, desceu em Mariana. Após paramentar-se na sala do chefe da estação, o cortejo seguiu para a catedral.

Segundo Trindade, a entrada solene de Dom Helvécio revestiu-se de particular solenidade. O mesmo registra em sua obra que:

Compareceram uniformizadas as duas bandas, União 15 de Novembro e São José, desta cidade, e também todas as Associações religiosas e civis de Marianna. As ruas da cidade estavam festiva e ricamente engalanadas. O préstito desfilou pela Rua Direita, passando pela ponte Dr. Affonso Guimarães e no percurso famílias das janelas atiravam pétalas de flores sobre o Exmo. Sr. Arcebispo (TRINDADE, 1929, p. 1421).

Os registros que se seguem demonstram de forma tradicional e laudatória todos os passos do cerimonial da entrada de Dom Helvécio em Mariana, passando pelos nomes dos ilustres presentes, tanto civis e eclesiásticos, assim como a publicação dos discursos lidos durante o jantar no palácio arquiepiscopal.

Para nosso trabalho nos interessa o registro de um cerimonial que possivelmente deixou descontentes os membros mais tradicionais da população e do clero de Mariana, que esperavam que a tradição secular fosse mantida. Com este gesto é possível observar que estamos diante de um prelado de personalidade forte, que não tinha intenções de se submeter a um ritual que não compartilhava.

III.2- Ações “*ad extra*”

No presente tópico serão apresentadas, em sentido cronológico, as relações entre Igreja Católica e Estado em Minas Gerais nas quais é possível perceber a presença e a posição de Dom Helvécio. Os temas que envolvem as duas instituições são muitos, contudo, selecionamos as questões que nos permitem aprofundar o conceito de Instituição Total, tais como: sua vertente homogeneizante, normatização das regras estabelecidas e práticas resultantes dos casos de obediência ou desobediência, como prêmios e castigos.

III.2.1- Partidos católicos na arquidiocese

No Brasil o processo de reconciliação entre Igreja Católica e Estado, no início do século XX, será marcado, em algumas dioceses, pela criação de partidos políticos católicos. Em Mariana, durante episcopado do antecessor de Dom Helvécio, encontramos o Partido Regenerador, em 1908/1911, criado pelo líder católico Joaquim Furtado de Menezes, “explicitamente aprovado e recomendado pela autoridade competente, Dom Silvério Gomes Pimenta” (LUSTOSA, 1991, p. 32).

Posteriormente, através da Pastoral Coletiva de 1915, a orientação aos bispos pedia o não envolvimento nas lutas políticas do país. Apenas deviam manter boas relações com os dirigentes políticos. Da mesma forma, proíbe que “os Rvds. Parochos se envolvam na política local, pois

está provado que o procedimento contrário muito prejudica o seu ministério, afastando de si uma parte de seus parochianos” (Pastoral Coletiva, 1915, p. 407).

Aos fiéis a recomendação é de incentivo à participação política, sendo a abstenção eleitoral considerada contrária aos deveres do católico como cidadão, advertindo que:

Nas actuaes condições do paiz, o cathólico póde filiar-se a qualquer partido, uma vez que os seus ideaes, os seus homens e os seus projetos, sejam nobres e patrioticos, devendo, porém, reservar para si toda a liberdade, quando se tratar dos interesses da Egreja, os quaes são superiores aos de quaesquer aggremações partidárias. Em momentos de crise ou de lucta, o voto, o prestigio e as energias do bom catholico pertencem, antes de tudo, a Deus e a elle tão somente. Nessa emergência, o clero e os fiéis sigam confiadamente a orientação do respectivo Prelado, a quem unicamente pertence guial-os em questões que interessam à sua consciência e à vida da Egreja (Pastoral Coletiva, 1915, p. 407).

Neste sentido, o episcopado considerava que uma emergência se colocava no momento, a prevenção rígida contra o avanço das ideias socialistas e comunistas no Brasil, além, é claro, de ter como prioridade a defesa junto ao Estado da concessão de plena liberdade para seus projetos, em especial aqueles relacionados à família e à educação. Enfim, o momento era de atuar também politicamente, mas através de uma nova estratégia no relacionamento entre a classe dirigente

eclesiástica e o poder civil, de discrição, na sombra, sem a criação de nenhuma agremiação partidária.

Em 1922, com a criação do Partido Comunista e a Revolta do Forte de Copacabana, o momento tornara-se cada vez mais propício à reaproximação entre os dois poderes.¹⁵⁵ Um passo importante neste processo foi dado pelo presidente do país, Arthur Bernardes (1922-1926), quando o mesmo visita oficialmente o cardeal Arcoverde, no contexto das comemorações do seu Jubileu de Ouro, em 1924. Foi a primeira visita oficial, depois da separação entre Igreja Católica e Estado, em que a autoridade eclesiástica foi honrada pelo chefe do Estado. O poder civil vê na instituição eclesiástica um braço forte capaz de lhe ajudar no restabelecimento da ordem. Neste momento o presidente aproveita a oportunidade para frisar:

a importância da colaboração constante das nossas autoridades eclesiásticas com o Governo do País, auxiliando a manutenção da Ordem e promovendo o progresso nacional.(...) Todos os motivos de ordem moral, acrescenta, todas as razões do Patriotismo estão aconselhando a necessidade de continuarmos irmanando a ação do Governo e da Igreja, no terreno moral, em bem dos mais altos interesses da coletividade (Álbum das

¹⁵⁵ A Igreja Católica sempre teve o Comunismo como forte inimigo, o fato se deve em razão da oposição da filosofia comunista aos princípios básicos do catolicismo, especialmente pela negação da existência de Deus. O sucesso do movimento revolucionário de 1917 na Rússia intensificou a luta da hierarquia católica contra a pregação comunista, que no caso de um sucesso absoluto poderia levar ao desaparecimento da própria Igreja Católica. Para análise das relações entre Igreja Católica e Comunismo ver MOTTA:2002.

Festas Jubilares, p. 104 citado por GABAGLIA, 1962, p. 167).

Neste processo de reaproximação, a Igreja se dispõe a uma maior contribuição com o poder civil, objetivando infundir-lhe o espírito cristão. Seu maior esforço será conduzido na área da família, na qual procura manter a indissolubilidade do matrimônio e o caráter religioso do vínculo, e da escola, onde procura reivindicar os direitos ao ensino da religião católica, ampliados depois para a proteção do ensino particular ministrado nos colégios católicos (AZZI, 1977).

A atuação de Dom Helvécio nos primeiros anos de seu episcopado em Minas Gerais seguia estritamente as diretrizes do episcopado nacional, especialmente as orientações de Dom Leme no Rio de Janeiro. Será com este sentido de obediência que podemos observar que o mesmo se colocava como um membro fiel a serviço da Instituição. Com relação aos partidos políticos, podemos encontrar no Boletim Eclesiástico de sua arquidiocese a entrevista do vigário geral do arcebispo do Rio de Janeiro, monsenhor Costa Rego, fato que reflete a posição do prelado marianense:

Mas a nossa fé e o nosso amor à Igreja e a Pátria estão acima dos interesses políticos, ou partidários. Neste ponto nada sacrificaremos à política partidária. Nem julgo que o momento actual seja opportuno para qualquer arregimentação partidária dos catholicos. Com maior razão devo dizer-lhe que, em these não concordo com a

idéia de partido dentro da Igreja. A missão da Igreja é velar por todos com o mesmo espírito de fraternal amor. E todo o mundo sabe que em qualquer partido político a idéa do amor fraternal é cousa secundaria, senão inteiramente desconhecida.¹⁵⁶

Ao final da apresentação da entrevista, o redator do boletim conclui com o tradicional “inconteste”, o que nos permite afirmar que os partidos católicos não tiveram espaço na arquidiocese de Mariana durante seu episcopado. Suas ações de aproximação com o Estado para as reivindicações e exigências seguiram as orientações da elite eclesiástica do Rio de Janeiro.

III.2.2- Educação e família

Os temas relacionados à família e educação foram para o episcopado nacional, no período da Neocristandade, assuntos primordiais. A laicização da educação implantada com a República, em 1889, e a possibilidade de aprovação do divórcio não era o que a Igreja Católica desejava para uma nação onde a maioria professava a fé católica. Assim, a instituição voltava sua luta pelos direitos da maioria católica, que deveriam ser traduzidos na legislação brasileira.

A década de 1920 será marcada por movimentos importantes do episcopado nacional na luta por tais reivindicações. Neste sentido, Dom

¹⁵⁶ Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. N. 11, 1925, p. 323.
AEAM-Mariana/MG

Helvécio como presidente da Província Eclesiástica de Mariana¹⁵⁷, assume papel de líder do episcopado mineiro e, através de suas relações com os representantes do governo, procura pressionar as autoridades civis pelas exigências da Instituição.

No terreno educacional é relevante ressaltar que Minas Gerais será o primeiro Estado da federação, na República Velha, a permitir o ensino religioso nas escolas públicas em horário escolar, fato que merece ser destacado aqui como uma grande vitória para o episcopado mineiro.

Em setembro de 1926 toma posse como presidente do Estado de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada,¹⁵⁸ católico praticante. Os festejos de sua posse contaram com a presença de todo o episcopado mineiro, garantindo assim ao novo governo o apoio da hierarquia eclesiástica, porém, “este apoio, bem o sabia Antônio Carlos, tinha o seu preço” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 280). Durante o jantar oferecido no Palácio da Liberdade, em seu discurso confirmou seu interesse em manter boas relações com a Igreja Católica:

Do sucesso político que, no Império e na República, tem coroadado sobretudo no terreno moral, o esforço dos que nasceram e vivem em meio de nossas queridas

¹⁵⁷ Na Igreja Católica Romana, as Arquidioceses são também designadas por Metrópoles Eclesiásticas, visto terem outras dioceses como sufragâneas, com as quais formam as Províncias Eclesiásticas a que presidem. Os prelados das arquidioceses têm por isso o título de Arcebispos Metropolitanos ou Metropolitas.

¹⁵⁸ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946) foi um importante político mineiro no momento de reaproximação entre Igreja Católica e Estado. Ver: PEREIRA; FARIA, 1998.

montanhas, sempre foi e vai sendo fator preponderante a atuação do nosso episcopado, que por si, e na diretriz com que orienta o clero católico. (...) Errará gravemente o governo que não se utilizar da grande força que é a religião, para levar avante todas as construções que idealize e se proponha realizar.

Nessa ordem de idéias, eu me felicito pelo carinho com que me envolvem e prestigiam os conspícuos representantes da Igreja aqui presentes; carinho do qual se infere o firme propósito, que sempre foi o seu, de colaborarem com o poder civil, cada qual na esfera de suas atribuições, na grande obra da civilização que temos edificado e que nos cumpre seguidamente aperfeiçoar, para maior glória da pátria brasileira (citado por PEREIRA; FARIA, 1998, p. 281).

Da parte do episcopado mineiro o arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, proferiu discurso e, em seguida, Dom Helvécio proferiu uma oração, na qual ressaltou que todas as homenagens eram justas e que:

nos horizontes de nossa fé e de nossas esperanças, confiantes, como nunca, na victoria dos ideaes christãos, únicos engrandecedores deste incomparável patrimônio moral e material, que é o povo, que é o estado de Minas Gerais.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Ano XXV, Set/Out 1926, p. 352. Grifo nosso. AEAM-Mariana/MG

O que predomina nos discursos de ambos os lados é uma visão de poder na qual as partes consideram a aliança indispensável para o exercício de sua missão. E, neste clima de dependência e harmonia, numa sociedade marcada pela tradição do catolicismo, o episcopado irá procurar efetivar suas reivindicações.

Durante as conferências episcopais da província eclesiástica de Mariana, na cidade de Pouso Alegre em 1927, os prelados registram que diante da “dificuldade em dar instrução religiosa às populações ruraes, ficando deliberado fazer-se um apello ao clero e às professoras publicas.”¹⁶⁰ Neste sentido, o que se percebe é que não havia uma linha divisória muita clara do terreno de atuação, o apelo às professoras da rede pública reflete uma intromissão do poder espiritual no poder civil, deliberada sem o menor constrangimento.

As reclamações pelo ensino religioso, católico é claro, nas escolas vinham desde 1906, quando o positivista de João Pinheiro da Silva (1906-1908), o proibira, afirmando assim o preceito de Estado laico (MATOS, 1990). Com Antonio Carlos, católico fiel aos valores da instituição, o episcopado aguardava a volta do ensino religioso às escolas públicas. Em seus discursos o presidente salientava que:

O estado leigo afecta aos pais de família esse importante aspecto da educação infantil; mas eu entendo que lhe é vedado ir até o extremo de proibir o ensino religioso nas

¹⁶⁰ Cf. Livro de Atas “Conferências Episcopais de Mariana – 1927-1959” p. 6. AEAM-Mariana/MG

escolas, desde que em tal sentido se verifique o pronunciamento expresso pelo destino da criança. Um povo em cujo meio falte ou desfaleça o espírito religioso está fadado a viver sem ideais, e portanto, a existir sem os únicos móveis que, em verdade, justificam a nobilitam a vida (LIMA, 1929, p. 286).

Porém, a reforma do ensino realizada por seu secretário do Interior, Francisco Campos, não contemplou o ensino religioso. A opção pelo laicismo da reforma trazia para o presidente uma situação difícil diante do apoio que tinha do episcopado, aliança que o mesmo sabia basear-se numa troca. Para solucionar tal questão o presidente aproveitou-se de uma viagem do secretário do Interior e negociou com o interino da pasta a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas (PEREIRA; FARIA, 1998).

O retorno do ensino religioso foi comemorado pelo episcopado mineiro em meio ao Congresso Catequístico de 1928, realizado por Dom Antônio dos Santos Cabral, Bispo de Belo Horizonte, na capital mineira. A concessão foi ratificada por lei em outubro de 1929, ocasião em que o presidente afirmou em discurso estar “convencido de que, nas lições do Catolicismo está a fonte principal para a educação moral dos homens” (MATOS, 1990, p. 83). Certamente o presidente estava convencido de que para manter o apoio do episcopado deveria entrar no jogo das negociações e oferecer algo em troca. A inclusão do ensino religioso nas

escolas era ponto de pauta importante das pressões da Igreja Católica e merecia resposta do representante do poder temporal.

No mesmo mês, Dom Helvécio, em passagem pelo Rio de Janeiro, foi entrevistado pelo jornal Gazetas de Notícias. Depois de várias perguntas, especialmente sobre o desenvolvimento da ação social dos salesianos, uma pergunta sobre movimento partidário nos Estados, a qual o mesmo respondeu da seguinte forma:

Mas nós da Igreja não nos envolvemos nisso pois em ambos os campos militam catholicos e nada temos a oppôr a qualquer dos candidatos. Está claro que se um deles fosse inimigo da Igreja, declaradamente adverso as intuições catholicas teríamos que assumir attitude defensiva. Fora disso, o assumpto não nos interessa, absolutamente. (...) Não entendo de política, nem minhas funções permitem que me interesse por esses assumptos. (...) Nós catholicos, somos muito gratos ao Dr. Antônio Carlos pelo que elle tem feito em prol do ensino religioso, em Minas, agora, autorizado por lei.¹⁶¹

Naturalmente a política não era feita nos púlpitos, mas na “sombra”, através de contatos pessoais, telegramas e mensagens. A resposta de Dom Helvécio nos indica que o mesmo mantinha-se fiel às orientações da Carta Pastoral Coletiva de 1915.

Enquanto a luta pelo ensino religioso em Minas Gerais encontrava-se garantida através da negociação feita pelo presidente Antônio Carlos,

¹⁶¹ Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 10 – “Jornais” AEAM-Mariana/MG

a luta pelo não reconhecimento do divórcio se arrastou por vários anos. Dom Helvécio assina diversas mensagens para os representantes do poder civil, ora sozinho, ora como representante da Província Eclesiástica de Mariana, conforme podemos ler:

Cumpro dever levar conhecimento vossencia está causando péssima impressão provocando indignação commentarios justos gerando protestos actual discussão Congresso Federal projecto lei divorcio fundamento contrario constituição família mineira milhão catholicos que represento. Respeitosas Saudações. Helvécio, Arcebispo.¹⁶²

Este texto Dom Helvécio enviou ao presidente do Estado, Antônio Carlos, e ao presidente do Brasil, Arthur Bernardes. Outro texto bastante parecido foi enviado na mesma ocasião para o presidente da Câmara dos Deputados e para o presidente do Senado Federal, no Rio de Janeiro. Esta era uma luta primordial no campo político e, neste sentido, os bispos procuravam de todas as formas fazerem-se ouvidos por todos os possíveis representantes do poder temporal.

No livro de atas das conferências episcopais da Província Eclesiástica podemos observar a preocupação com este tema em diversos outros momentos, conforme podemos ler:

Quanto aos pontos suggeridos por Sua Ecia. Snr. Cardeal Dom Sebastião Leme pareceu aos Snrs. Bispos não insistir em pontos que não seja de consequência pratica, dando

¹⁶² Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 – “Cartas de Dom Helvécio” - AEAM-Mariana/MG

preferência à consecução das medidas mais praticas e úteis à Igreja, à saber o ensino religioso nas escolas, assistências às forças armadas, abolição do contrato civil e medidas defensivas da moral e da família, contra o divorcio. (1931)

Resolveu-se telegrafar ao Presidente da República para resistir às tentativas de introdução do divórcio. (2ª. Sessão 1942)

Depois de encerrada a sessão anterior os Remos. Snrs. Bispos tiveram conhecimento dos telegramas trocados entre o Ministro da Justiça Snr. Marcondes Filho e o Presidente da Ação Católica de São Paulo sobre o divórcio, asseverando o Ministro não cogitar de alterar a lei existente da indissolubilidade. Em visto disso acertaram os Snrs. Bispos enviar um telegrama de louvor em vez de pedido que havia deliberado na 2ª sessão. (1942) ¹⁶³

Duas questões merecem destaque nestas citações. Primeiro a luta constante em telegrafar, pedir, louvar em torno da causa da não aprovação do divórcio, política feita de forma indireta, mas que colocava para o poder civil de forma clara seu apoio diante dos resultados. Segundo, além da posição de obediência ao cardeal Leme nas suas orientações, a luta deveria ser guiada com fins práticos, ou seja, deveria ser conduzida num esquema de pragmatismo de resultados.

¹⁶³ Livro de Atas "Conferências Episcopais de Mariana – 1927-1959" páginas: 06, 09, 10. AEAM-Mariana/MG

Conforme observamos anteriormente, Dom Helvécio afirma na sua entrevista ao jornal carioca que não faz política. Aqui podemos entender claramente que o mesmo manteve-se distante do jogo político partidário, sem a criação ou apoio explícito de nenhum partido político, porém, o mesmo soube através de suas ações indiretas pressionar os governantes nas causas de interesse da Instituição, ou seja, sua participação no campo político se realiza na sombra, distante mas presente.

III.2.3- Revolução de 1930

O Bispo patriota

Ao ribombar sinistro da metralha
Que, em negra saraivada, obumbra os ares,
Calmo atravessa a linha de batalha
O Bispo salvador dos nossos lares.

Enquanto, em derredor, tudo retalha
A bala e os estilhaços, aos pares,
Roçam-lhe o carro, co'a fé que não falha
Para o alto elle ergue supplices olhares...

Eil-o que chega e, impavido, penetra
O bellico quartel do onze conflagrado;
Bispo patriota, pede, exorta, impetra.

Cede ao Pastor a revoltada grei
E a paz proclamam, num vibrante brado,
Todos os sinos de São João d'El-Rey!...

Pe. Benedicto de Lucca
Palmeiras, 19-11-930 ¹⁶⁴

Em Minas Gerais, o jogo de interesses e favores concedidos entre o presidente Antonio Carlos e a Igreja Católica, colocava o episcopado a favor da Aliança Liberal¹⁶⁵, da mesma forma, no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas tinha total apoio do líder do episcopado na região, Dom João Becker (1912-1946).¹⁶⁶

Dom Helvécio teve participação especial no movimento revolucionário de 03 de outubro 1930, que levou Getúlio Vargas (1930-1945) ao poder. Neste momento o prelado encontrava-se em visita pastoral na zona do Rio Doce, quando:

Passando por Santa Bárbara para prosseguir em São João do Morro Grande e Capellas a Visita Pastoral, soube do próximo e inevitável choque que em S. João d'El-Rey se iria dar entre as forças revolucionárias mineiras e o 11 Batalhão federal alli aquartellado e fartamente municiado, do que ia resultar, alem dos prejuízos materiaes com o

¹⁶⁴ Jornal o Cruzeiro – Órgão Official da União dos Moços Católicos.
Mariana – 06/12/1930 – N. 04, Anno II, p. 2.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 505 - Fasc. 13 – IV Período
ASV-Roma/Itália

¹⁶⁵ As articulações políticas para a formação da Aliança Liberal partiram do presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos, que tinha Getúlio Vargas como candidato à presidência da república e João Pessoa como seu vice. A aliança entre MG, PB e RS foi derrotada nas eleições de 1930, sendo vencedor o candidato paulista que Washington Luís havia apoiado, o governador de São Paulo, Júlio Prestes. As eleições ocorreram em 01 de março de 1930 e foram consideradas fraudulentas, em julho João Pessoa foi assassinato na Paraíba por um dos seus adversários políticos, fato que marcou o estopim do movimento revolucionário. Sobre Revolução de 1930 ver: CARONE, 1983; FAUSTO, 2000.

¹⁶⁶ Sobre o episcopado de Dom João Becker ver: ISAIA, 1998.

bombardeio dessa bella cidade do oeste mineiro, a perda de centenas de vidas, alem das funestas conseqüências que soem advir de taes encontros de forças em armas. (...) suspende immediatamente a Visita Pastoral, seguindo incotinente para Belo Horizonte, onde se muniu de salvo conducto e de mais garantias pessoas, sem perda de tempo, prossegue para Barbacena, onde chegou às duas horas da madrugada; e após pequeno repouso, se entende com o Estado Maior das forças revolucionárias e se dirige (...) para São João d'El-Rey (onde) (...) procura parlamentar com os officiaes das forças federaes, dando-lhes conta da missão que o levava àquella cidade, esclarecendo-lhes a verade dos acontecimentos (...) chega-se ao accordo culminado.¹⁶⁷

Ao convencer as tropas de aquarteladas da inutilidade de sua resistência, visto que o movimento revolucionário era já vitorioso, Dom Helvécio desempenha papel análogo ao do cardeal Leme no Rio de Janeiro na pacificação dos espíritos em prol da nova ordem política que se firmava no país. Seu gesto foi reconhecido pelo comando das Forças Armadas, conforme podemos ler:

Juiz de Fora, 30 de Outubro de 1930

Exmo. e Revmo. Snr. Dom Helvécio Gomes de Oliveira,
Digníssimo Arcebispo de Mariana.

O Commando Geral das Forças Reivindicadoras do Estado de Minas Gerais, ao terminar da gloriosa campanha

¹⁶⁷ Jornal o Cruzeiro – Órgão Official da União dos Moços Católicos.
Mariana – 06/12/1930 – N. 04, Anno II, p. 3.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 505 - Fasc. 13 – IV Período
ASV-Roma/Itália

armada que teve como escopo reintegrar o Brasil no gozo das liberdades cívicas e na senda do verdadeiro progresso político, social e material, sente-se na obrigação indeclinável de testemunhar a V. Excia. Revma. o seu agradecimento pela desinteressada e apostólica coadjuvação, que se dignou prestar na consecução de tão nobres ideaes.

O Commando Geral, com inteira justiça, salienta a acção de V. Excia. Revma. na pacificação de S. João d'el-Rei, para onde não trepidou em se dirigir em meio das operações militares destinadas a obrigar à rendição o 11º. Regimento, ali aquartellado, rendição esta felizmente effectuada sem effusão de sangue, para o que principalmente contribuíram os paternaes conselhos de V. Excia. Rvma. ao Commando Officialmente d'aquelle Regimento.

O Commando Geral, ao mesmo tempo que patenteia a V. Excia. Revma. o reconhecimento das Forças Militares que combateram pela nobre causa da catholica Minas e em todo o Brasil, folga em reconhecer que a Divina Providencia, ao abençoar os esforços de todos os bons patriotas, quis apparecesse V. Excia. Revma. em nossos campos de batalha como mensageiro da Paz e seu Embaixador visível, para os gloriosos destinos que hão de reger nossa Pátria.

Deus guarde a V, Excia. Ervma.

(a) Miguel C. de Souza Filho – Tenente Coronel ¹⁶⁸

¹⁶⁸ Fondo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 507 - Fasc. 19 – IV Período
ASV-Roma/Itália

O reconhecimento de seu gesto pelos representantes do poder civil fez crescer, naquele momento, o prestígio do prelado, fato que o colocou em situação de privilégio junto à elite dirigente da Igreja Católica, conforme correspondência recebida neste momento:

Quando li nos jornaes o papel tão episcopal e patriótico que V. Excia. desempenhou em São João Del Rei, impedindo o derramamento de tanto sangue e pacificando as forças armadas, exultei de alegria, e senti não estar lá para lhe dar um abraço e aclamar-o com o povo. Ainda quando V. Excia não tivesse outros merecimentos, só esse facto chegaria para fazer passar a História o nome de Dom Helvécio (...)

Sendo V. Excia. um dos Prelados mais eminentes e mais em vista da Igreja Catholica no Brasil, seu papel, neste momento sobretudo, ainda não acabou. Precisamos de baptisar a Republica, isto é de uma Constiuição Christã, que reconheça a Religião Catholica como official, e de uma com a Santa Sé, em virtude da qual o Brasil torne a entrar no seu caminho histórico, que é também o único e verdadeiro caminho de salvação

+ Fernando, Bispo de Jacarezinho¹⁶⁹

As observações de apreço pelo feito de Dom Helvécio podem ser vistas em várias cartas, porém, esta nos interessa particularmente pois reflete o desejo expresso de um membro do episcopado, de uma carta

¹⁶⁹ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 – “Cartas de Dom Helvécio” Grifo do autor
AEAM-Mariana/MG

constitucional verdadeiramente católica, que reconheça o catolicismo como religião oficial da nação.

O apoio explícito da hierarquia eclesiástica ao Estado varguista deve ser entendido como uma extensão da política romana de Pio XI (1922-1939), de total apoio a regimes fortes de tendência nacionalista, forte patriotismo e anticomunismo. O fascismo de Mussolini (1922-1945), assim como o governo de Getúlio Vargas no Brasil, aproximava-se do ideário católico, que encontra nestes regimes políticos o respaldo necessário capaz de viabilizá-lo.

Em Minas Gerais o presidente Antônio Carlos havia feito seu sucessor, Olegário Maciel. Com Getúlio Vargas no poder o novo presidente do Estado foi o único a se manter no cargo, visto que para os demais Estados foram nomeados interventores federais. Porém, “Minas podia ser considerado um estado que se integrara, mas que não se entregara ao novo regime” (PEREIRA, FARIA, 1998, p. 410). O novo modelo político, altamente centralizado, colocou Minas Gerais como centro de resistência ao novo regime.

Foi neste contexto que surgiu o nome de Dom Helvécio como possível interventor federal para Minas Gerais. As correspondências entre os prelados de Belo Horizonte e Diamantina são reveladoras, nelas podemos ler:

Copia traduzida
Cúria Metropolitana

Belo Horizonte, 16 de novembro de 1931

Confidencial e pessoal

Laudetur Jesus Christus.

Prezado amigo e irmão Sr. D. Joaquim, peço-lhe bênção. Sem resposta a minha última, venho novamente a incomodar o amigo querido. É que o assunto é de uma certa urgência: fui solicitado por muitos dos nossos bons católicos que se dizem alarmados pelos insistentes boatos de que o nosso caríssimo D. Helvécio será o interventor escolhido pelo governo provisório para substituir o velho Olegário! Esses boatos pegaram nos últimos dias em vista da visita que o Sr. Helvécio fez, na segunda-feira passada, a esta capital. Embora isto me pareça extravagante, penso que estou em dever de comunicar a V. Excia. com a devida reserva, afim de fazê-lo conhecer e interessar o meu venerável D. Joaquim de evitar assim grande calamidade para a nossa Santa Igreja. Aqui não existe uma só voz que discorde. Todos consideraram uma aventura arriscadíssima! Se fosse em um período constitucional, e o sacrifício de um bispo fosse o único meio para conciliar os anos, se entenderia a presença de um D. Helvécio no Palácio da Liberdade. Mas na fase delicada de expectativas tenebrosas, perante a rejeição que a atitude sensata oferece a tal atitude, será não somente uma aventura, como eu disse antes, mas um verdadeiro desastre do qual não será a única vítima nosso irmão e amigo, mas também, e será o mais lamentável, a mesma religião. Não devemos juntar os esforços para que isso não aconteça ou devemos cruzar os braços? Com muito afeto,

O tom da carta de Dom Cabral é de preocupação com a Instituição e com Dom Helvécio. No que se refere à Igreja Católica sua preocupação parece levar em consideração que o momento não é propício para que um bispo ocupe um espaço tão importante no poder civil, podendo ocasionar esta situação perdas para a Instituição. Uma preocupação bastante compreensível. A segunda preocupação segue uma tendência a se preocupar com o “amigo”, ou seja, talvez fosse melhor uma intervenção no sentido de poupá-lo da grande aventura. Porém, devemos registrar aqui que nos documentos consultados não é

¹⁷⁰ “Copia tradotta

Curia Metropolitana

Bello Horizonte, 16 novembre 1931

RISERVATA E PERSONALE

Laudetur Jesus Christus.

Pregiatissimo Amico e Fratello Sr. D. Giovacchino, chiedo benedizione.

Senza riposta alla mia ultima, vengo nuovamente a importunare il caro amico. É che l’assunto é di uma certa urgenza: Sono stato sollecitato da molti dei nostri buoni cattolici che si dicono allarmati per gli insistenti boati di che il nostro carissimo D. Elvezio sarà l’interventore scelto dal governo provvisorio per sostituire il Vecchio Olegário!!! Questi boati presero piede in questi ultimi giorni in vista della visita che il Sig. Elvezio fece, il lunedì passato, a questa capitale. Per quanto questo mi sembri stravagante, penso che sono in dovere di comunicare a V. Eccza. com la dovuta riserva, afin di farglielo conoscere e interessare il mio venerando D. Giovacchino di scongiurare così grande calamità per la nostra Santa Chiesa. Qui non c’è una sola voce discorde. Tutti reputano una avventura arrischiatissima! Se si stessee in un período costituzionale, e il sacrificio di un vescovo foie l’unico mezo per conciliare gli anni, si comprenderebbe la presenza di um D. Elvezio nel Palazzo della Liberta. Ma in fase delicata di aspettative oscure, affrontando la ripulsa che l’opinione sensata offre a tale attitudine, sarà non solamente uma avventura, comme ho detto prima, ma una Vera calamità della quale non sarà la sola vittima quella del nostro fratello e Amico, ma anche, e sara il pú da lamentare, la stessa Religione. Non dovremo congiungere gli sforzi perché questo non avvenga o dovremo incrociare le braccia? Com molto affetto,

(+) Antonio,

Arc. Di Bello Horizonte”

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 503 - Fasc. 13 – IV Período –

Grifo do autor - ASV-Roma/Itália

possível em momento algum observar amizade entre estes dois prelados. Durante todos os anos em que estiveram à frente das dioceses vizinhas nunca trocaram uma correspondência, fato que era muito comum entre dois amigos que fazem parte de uma mesma Instituição, como esta correspondência para o amigo Dom Joaquim, em Diamantina.

Dom Joaquim parece ter respondido brevemente a Dom Cabral, podendo ter sido inclusive via telefone. Em apenas dois dias escreve para o Núncio Apostólico, conforme segue:

Cópia traduzida

Diamantina, 18 de Novembro de 1931

Caríssimo Senhor Núncio – Recebo neste momento a carta que anexo do Sr. D. Cabral, que embora seja pessoal, confidencial, envio a V. Excia., porque entre V. Excia. e eu pode ter reserva em tal matéria.

A inquietação a respeito da noticia existe em outros pontos de Minas entre pessoas que são interessadas pela Religião, já que não consideram o divulgado interventor com critério suficiente, e murmuraram contra o seu modo de tratar com os políticos.

Com sentimento de muita estima e adesão, subscrevo-me
Seu amigo e devoto

(+), Joaquim, Arcebispo de Diamantina ¹⁷¹

¹⁷¹ “Copia tradotta

Diamantina, 18 novembre 1931

Pregiatissimo Signor Nuncio – Ricevo ora la lettera che accludo, del Sr. D. Cabral, al quale benché sia personale, riservata, invio a V. Exc., perché tra V. Exc. e me può esserci riserva in tal materia.

L'inquietudine rispetto della noticia esiste in altri punti di Minas tra persone che sono interessate per la Religione, giaché non considerano il propalato interventore col criterio suficiente, e mormorano contro il suo troppo trattare con politici.

Con sentimento di molta stima e adesione mi sottoscrivo

S. o Amico e Devoto

Certamente Dom Joaquim teve autorização de Dom Cabral para enviar a cópia de sua carta ao núncio. Como podemos notar, as observações de Dom Joaquim se referem à pessoa de Dom Helvécio, que segundo ele não tem “critério suficiente”, além de questionar seu trato com os políticos. O tom das cartas nos leva a crer que entre os dois prelados havia um interesse em comum: neutralizar as possibilidades políticas de Dom Helvécio.

A questão é delicada e importante para a Instituição. Como é de costume quando a Igreja Católica se sente envolvida em questões maiores, Roma é logo avisada. O núncio escreve ao cardeal Eugênio Pacelli, secretário de Estado do Papa Pio XI (1922-1939) com mais informações, conforme segue:

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1931

Eminência Reverendíssima,

Já há algum tempo corre a voz de que, afim de restaurar a paz e a harmonia entre os diferentes partidos políticos do Estado de Minas Gerais, por proposta do antigo Presidente da República Sr. Arthur Bernardes, será nomeado interventor daquele o Estado Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana.

Não creio muito provável que se faça essa nomeação, porque o atual Presidente de Minas Gerais, homem velho

(+) Giovacchino, Arc. Di Diamantina”
Idem.

(80 anos) e enérgico, não está disposto a abdicar do poder.

No entanto, se continua a falar sobre a nomeação do referido arcebispo, sobre o qual creio dever comunicar o que segue:

I – Como Vossa Eminência poderá ler em carta anexa, o arcebispo de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais), seria contrário à nomeação (Anexo. I).

2 – Tem a mesma opinião (Anexo. 2), o arcebispo de Diamantina, que acredita que o divulgado interventor não tem critério para o caso necessário.

3 - e ainda o Exmo. Cardeal Leme pensa que a nomeação não seria oportuna neste momento.

Se for o caso não deixarei de escrever novamente a Vossa Eminência sobre o assunto; inclinado para beijar a sagrada púrpura com sentimentos de profundíssima veneração tenho a honra de subscrever-me.

Benedetto Aloísio Massela ¹⁷²

¹⁷² “Rio de Janeiro, 26 novembre 1931

Eminenza Reverendíssima,

Da parecchio tempo corre la voce di che, affin di ristabilire la pace e armonia tra i diversi partiti politici dello Stato di Minas Gerais, per proposta dell’antico Presidente della Republica Signor Arturo Bernardes, sarà nominato Interventore di quello Stato Mons. Elvezio Gomes de Oliveira, Arcivescovo di Mariana.

Non credo molto probabile che si giunga a fare tale nomina, poiché l’attuale Presidente di Minas Gerais, uomo Vecchio (há 80 anni) ed enérgico, non sta disposto ad abbandonare il potere.

Ad ogni modo poiché si continua a parlare della nomina del summenzionato Arcivescovo, al riguardo credo dovere comunicare quanto segue:

I – Che come Vostra Eminenza Reverendíssima rileverà dalla qui unita lettera, Mons. Arcivescovo di Belo Horizonte (Capitale di Minas Gerais) sarebbe contrario a tale nomina (Alleg. I).

2 – Che della stessa opinione (Alleg. 2) è Mons. Arcivescovo di Diamantina, il quale ritiene che il propolato Interventore non abbia il criterio al caso necesario.

3 – e che pure l’Emo Cardinale Leme opina che la nomina non sarebbe in questo momento oportuna.

A correspondência do núncio é mais reveladora. Possivelmente, através dos seus contatos obteve a informação da indicação feita por Arthur Bernardes que, como político mineiro, conhecia bem Dom Helvécio. Porém, a informação que nos parece ser a mais importante é a posição de Dom Leme, por quem Dom Helvécio tinha muito apreço. Sua posição contrária pode ter tido influência muito grande. Não podemos confirmar com a documentação existente se realmente o convite se efetivou, mas diante das correspondências trocadas, com relatos de visitas de Dom Helvécio ao Palácio da Liberdade, podemos afirmar que alguma negociação neste sentido estava acontecendo.

A posição de Dom Leme reflete bem as diretrizes da Carta Pastoral de 1915, os bispos não deviam atuar no campo político de forma direta. A Igreja Católica necessita da colaboração do Estado para atingir suas metas, mas ela não deve ocupar o lugar do Estado, porque no jogo político católicos estão presentes em diversos campos.

Estar acima do jogo político tornava-se mais interessante, apoiar aqueles que apoiam as causas católicas, esta é a meta a ser seguida. Neste sentido, a Legião de Outubro¹⁷³ encontrará em Dom Helvécio

Se ne sarà il caso non mancherò di scrivere di nuovo all'Eminenza Vostra a tal riguardo; intanto inchianato al bacio della Sacra Porpora con sensi di profondissima venerazione ho l'onore di sottoscrivermi.
Benedetto Aloísio Massela"
Idem.

¹⁷³ Movimento antipartidário nascido em Minas Gerais em 1931 a favor da Revolução de 1930, ou seja, uma agremiação de revolucionários. Seu principal idealizador, Francisco Campos, procurou aproximar-se da Igreja Católica para obter apoio e

apoio para suas realizações, o prelado faz publicar no boletim da arquidiocese correspondência enviada pelos fundadores, na qual o movimento: “consigna, no seu programa as mais relevantes reivindicações católicas e empenhará todos os seus esforços no sentido de vê-las realizadas.”¹⁷⁴

III.2.4- Movimentos políticos pós 1930

A proximidade das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933 levou a Igreja Católica a criar um novo organismo: a LEC (Liga Eleitoral Católica). O projeto foi apresentado por Dom Leme em caráter confidencial ao episcopado brasileiro, que já havia decidido durante a reunião quando da inauguração do monumento ao Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em outubro de 1931, que como linha geral não haveria a criação de partidos políticos católicos em favor da arregimentação eleitoral.

Segundo Dom Leme, o programa já havia sido analisado maduramente por técnicos e, caso fosse aceito pelas dioceses, os resultados seriam positivos. Segundo o líder do episcopado se:

Fora e acima dos partidos, mobilizarmos e disciplinarmos um grande eleitorado, claro está que não só os candidatos

colaboração. Teve vida efêmera, apenas um ano, de fevereiro de 1931 a fevereiro de 1932. Cf. MATOS, 1998.

¹⁷⁴ Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. N. 4, 1931, p. 94.
AEAM-Mariana/MG

dos diferentes partidos, como os próprios partidos terão interesse em entender aos direitos da consciência catholica. Prevê-se até que alguns partidos, entrando em accôrdo com a Liga, adoptarão officilmente os pontos essenciais de seu programa. Fica assim bem delineado o ponto em que os catholicos põem a mira: em vez de um partido com candidatos próprios, querem influir nos programas e nos candidatos dos partidos existentes.¹⁷⁵

O fato de estarem fora e acima dos partidos não poderia ser entendido como um “não fazer política”, pelo contrário, a organização da LEC não deveria dispensar que os:

arcebispos e bispos, directa e indirectamente, na medida de nossas forças, procuremos intervir junto dos leaders, chefes e elementos prestigiosos das correntes políticas, no que diz – e só nisso – com a elaboração dos programas, em sua parte religiosa e na apresentação de candidatos, só do ponto de vista religioso.¹⁷⁶

Neste sentido, o episcopado nacional pôde contar com a figura de Dom Helvécio que, conforme já analisamos anteriormente, era reconhecido por seus próprios confrades da congregação salesiana com um “excesso de política”. Da mesma forma, pudemos perceber suas

¹⁷⁵ Carta do Cardeal Dom Leme “Reservada”, datada de 23 de abril de 1932, enviada a todos os membros do episcopado nacional.

Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta Cartas de Dom Helvécio. AEAM-Mariana/MG
Grifo do autor

¹⁷⁶ Idem.

habilidades para tratar com os políticos através da análise de sua atuação na diocese de São Luiz/MA.

Em Mariana a reunião para a posse de presidente, secretários e tesoureiro da LEC ocorreu na Igreja de São Francisco, em janeiro de 1933, com a presença do arcebispo. Nesta, depois de lidos os estatutos da LEC os membros foram convidados para:

se aproximarem e perante o representante do Exmo. Snr. Arcebispo cada qual com a mão sobre o Evangelho deixou o seu compromisso de empregar todos os seus esforços para que a Liga seja compreendida e possa atingir a sua finalidade.¹⁷⁷

O juramento final, no momento do fechamento da reunião, enquanto recurso simbólico que visa inculcar um compromisso com a Instituição é, ao mesmo tempo, um aceno para a impossibilidade do fracasso, que coloca para o fiel a necessidade de se lançar de corpo e alma na causa católica. Este recurso de juramento foi muito utilizado em diversas outras situações neste período, especialmente os juramentos de fidelidade contra os “inimigos” da Igreja.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 09.
ACPM-Mariana/MG

¹⁷⁸ Desde Pio IX (1846-1878) com a proclamação do Silabo a Igreja vinha definindo uma linha de combate contra os inimigos. A partir da década de 1920 a idéia de restauração da ordem cristã, baseada no modelo de Igreja como “sociedade perfeita”, cuja imagem é de superioridade espiritual diante dos outros credos e instituições, entende-se que a mesma deve iluminar as instituições sociais como forma de garantir a felicidade do homem. Neste sentido são lançadas diversas campanhas contra os inimigos, que são muitos, a saber: o excesso de liberalismo, o nefasto comunismo, o espiritismo, a maçonaria, os protestantes e as manifestações populares da fé.

Os resultados da LEC nas eleições foram surpreendentes, levaram à Assembleia Constituinte a maior parte dos candidatos recomendados pela Liga. A estratégia de mobilização, o embate eleitoral e a organização em Minas Gerais, elegeram 37 candidatos que se colocaram “de acordo com o programa da L.E.C. e resolvidos a defender na Constituinte as reivindicações da consciência católica para a nova Constituição” (MATOS, 1990, p. 258).

O desfecho é revelador de uma concepção de mundo amplamente compartilhada pelos católicos mineiros, que orientam suas ações políticas no sentido da conservação da tradição de um sistema de valores profundamente interiorizados, contra a possibilidade de um sistema destrutivo daquilo que mais respeitam, ou seja, o modelo católico de sociedade, gerido, segundo eles, como ordem natural.

Durante as votações na Assembleia Nacional Constituinte, Dom Helvécio acompanhava as decisões através de telegramas de líderes políticos que o mantinham a par dos acontecimentos, conforme segue:

Belo Horizonte, 27 maio 1934

Dom Helvecio Oliveira. Marianna. Tenho honra transmittir V. Excia. Revma. radiogramma acabo receber Deputado Waldomiro Magalhães, leader Bancada P. P. Assembêa Constituinte: “Interventor Benedicto Valldares, B. Horizonte. Respondendo seu radio posso informar que nossa Bancada votará todas as emendas relativas à propugnadas pela Liga Eleitoral Catholica. Abraços.

Valdomiro Magalhães”. Atenciosas saudações, Benedicto Valadares, Interventor Federal.¹⁷⁹

Do Rio de Janeiro as notícias chegaram a Mariana diretamente através de Cardeal Leme, que mantinha o arcebispo sempre informado das decisões, conforme lemos no telegrama datado de 30 de maio de 1934: “Exmo. Dom Helvécio – Com a votação final hoje, acerca ensino religioso, ficaram victoriosos todos os postulados catholicos. Te-Deum, Salve Rainha. Abraços. Cardeal Leme”.¹⁸⁰

Foi assim, com o hino *Te Deum Laudamus*¹⁸¹ que a Igreja Católica comemorou a passagem do regime de separação para o de cooperação, sem nenhum tipo de aliança partidária e de dependência com o Estado. As três reivindicações básicas da Igreja Católica foram atendidas, a saber: o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, indissolubilidade do casamento e a assistência eclesiástica às forças armadas.

Superada a tempestade da separação entre o poder temporal e espiritual, estabelece-se entre ambos um movimento de cooperação mútua, o que significou “verbas do Governo para escolas, hospitais e instituições de beneficência mantidas pela Igreja, que amplia assim de

¹⁷⁹ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e circulares” - AEAM-Mariana/MG

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ *Te Deum Laudamus*, cuja tradução é “A Vós, ó Deus, louvamos” é um hino atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho. Na tradição católica é cantado em ação de graças.

modo gigantesco sua rede assistencial subvencionada” (BEOZZO, 1986, p. 307), situação típica do governo constitucional de Getúlio Vargas.

A Igreja Católica voltou ao poder sob a proteção do Estado, mas alicerçada nas camadas médias urbanas, juntamente com várias frações da classe dominante, como a nascente burguesia industrial, a burguesia comercial e financeira e as antigas oligarquias rurais.

Neste contexto de transformações políticas e de alianças, encontramos também parte do episcopado brasileiro envolvido em apoios explícitos ao Movimento Integralista¹⁸², fundado por Plínio Salgado em 1932. No folheto de propaganda sobre o movimento com o título “O Episcopado Brasileiro e o Integralismo – Valiosas opiniões sobre o Integralismo expedidas pelos Srns. Exmos. Snrs. Bispos”¹⁸³, cada um dos bispos escreve uma mensagem, conforme transcrevemos a título de exemplo a do bispo de Campinas, Dom Francisco: “No

¹⁸² A Ação Integralista Brasileira (AIB) definia-se como uma doutrina nacionalista, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia, valorizava no campo político a ideia de partido único, além do culto à personalidade do líder. Sua maior ênfase centrava-se na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: Deus, Pátria e Família. Cf. FAUSTO, 2000.

¹⁸³ Assinaram o folheto os seguintes prelados: “José, Bispo de Bragança; Francisco, Bispo de Campinas; Luiz, Bispo de Uberaba; Octaviano, Bispo de Campos; José, Bispo de Niterói; Innocencio, Bispo de Campanha; Antonio, Bispo de Jaboticabal; Manoel, Bispo de Aterrado; Fernando, Bispo de Jacarezinho; Francisco, Arcebispo de Cuiabá; Joaquim, Arcebispo de Florianópolis; Antonio, Bispo de Assis; Ranulfo, Bispo de Guaxupé; Vicente, Bispo de Corumbá; Hermeto, Bispo de Uruguayana; Adalberto, Bispo de Pesqueira; Henrique, Bispo de Cafelândia; Manoel, Arcebispo de Fortaleza; Carlos, Arcebispo do Maranhão”

Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 529-531 - Fasc. 49 – IV Período
ASV-Roma/Itália

momento gravíssimo que atravessamos, o Integralismo é uma força viva em defesa dos fundamentos Moraes da Pátria Brasileira.”¹⁸⁴

Com base no documento acima citado podemos concluir que Dom Helvécio não apoiou o Movimento Integralista, pois, caso houvesse apoiado, seu nome certamente apareceria no folheto divulgador, visto que o fato de estar à frente de uma das dioceses mais importantes do país, certamente seria muito vantajoso para Plínio Salgado, e este faria estampar o nome do prelado mineiro.

O fato de Dom Helvécio não apoiar o Movimento Integralista, diferentemente do que ocorreu com tantos outros prelados, pode ser explicado pelo seguinte fato: não era orientação do Núncio Apostólico e de Dom Leme apoiar qualquer partido político. O Núncio, em carta ao secretário de Estado do Papa, Cardeal Pacelli, após explicar que o Integralismo havia adquirido nos últimos tempos grande importância no Brasil, faz uma detalhada explicação do movimento, passando pela fundação, programa, principais ideias, pessoas que compõem o partido e desenvolvimento, para finalizar com as seguintes observações:

- 1) A Igreja, as autoridades eclesiásticas, o clero e a Ação Católica devem conservar-se fora e acima dos partidos políticos, por isto eles não podem solidarizar-se com o Integralismo;
- 2) Aos católicos individualmente convém deixar toda liberdade de inscrever-se no Integralismo, se assim o

¹⁸⁴ Idem.

desejam;

3) A presença de muitos fiéis católicos no Integralismo oferece as seguintes vantagens:

- a) impedir que elementos acatólicos corrompam o movimento social estabelecido;
- b) e contribuam a construir um partido de orientação sempre mais seguro e capaz de oferecer aos católicos que desejam um campo de ação política.¹⁸⁵

Como já analisamos anteriormente a decisão de não fundar e não apoiar qualquer partido havia sido tomada em reunião do Rio de Janeiro em 1931 e, neste sentido, o apoio ao Integralismo não deveria acontecer. Assim, o Núncio finaliza sua carta dizendo que “os pareceres que imprudentemente vários bispos haviam emitido sobre o Integralismo”¹⁸⁶ não iam ao encontro de suas orientações e de Dom Leme. Ao contrário, a posição de Dom Helvécio reflete um quadro de total obediência à elite dirigente da Instituição.

¹⁸⁵ “1) La Chiesa, le autorità ecclesiastiche, il clero e l’Azione Cattolica debbono conservarsi fuori e al di sopra dei partiti politici: quindi non possono solidarizzarsi con l’Integralismo;

2) Ai cattolici individualmente conviene lasciare tutta la libertà d’isciversi nell’integralismo, se lo desiderano;

3) La presenza di molti e buoni cattolici nell’integralismo offre i seguenti vantaggi:
a) impedisce che elementi acatolici disviino il movimento sociale stabilito;
b) e contribuisce a costituire um partito di orientazione sempre più sicura e capace di offrire ai cattolici che lo desiderano um campo di azione política.”

Correspondência de Dom Benedetto Aloísio Masella, datada de 06 de maio de 1937.
Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari – Pos. 527-529 - Fasc. 49 – IV Período
ASV-Roma/Itália

¹⁸⁶ “I pareri che imprudentemente vari vescovi hanno emessi sull’Integralismo”
Idem.

Após o golpe de Estado de novembro de 1937, sob o pretexto de combate ao Comunismo, Igreja Católica e Estado prosseguiram no mesmo ritmo de cooperação iniciado em 1930. Getúlio Vargas ao impor uma nova Constituição anulou as conquistas católicas de 1934, porém, “o Estado Novo tendeu a manter e aumentar os favores governamentais à Igreja, baseando-se num ‘pacto moral’ garantido pela amizade entre o Cardeal Leme e Vargas” (CAVA apud ISAIA, 1998, p. 151). Assim, as autoridades eclesiásticas não questionam acerca da nova Constituição, mantendo-se em silêncio, visto que o governo sustenta os privilégios da Igreja Católica.

O contágio do “populismo” embevecia os meios eclesiásticos. Este clima que pode ser observado durante a realização do I Concílio Plenário Nacional, em 1939 no Rio de Janeiro, evento católico amparado sob diversas formas pelo governo, que bloqueou o senso crítico da hierarquia eclesiástica em face à política de interesses de Getúlio Vargas (LUSTOSA, 1991).

Este período não parece ter sido muito bom para Dom Helvécio. Segundo a documentação analisada Dom Helvécio era um homem de saúde frágil.¹⁸⁷ Em 1937 sofreu a sua primeira operação, no Rio de

¹⁸⁷ Conforme já analisamos anteriormente a volta do jovem estudante da Europa foi ocasionada por dificuldades relacionadas a sua saúde. “Uma doença (artritismo) que então o acometeu, privou-o de concluir o curso na cidade dos Papas” (ANO JUBILAR de 1951 – Comissão Arquidiocesana das Festas Jubilares, p. 06) Cf. Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 22 “Sínodos e Congressos” - AEAM/Mariana

Janeiro, para a retirada do rim direito. Em 1940 novamente acometido por dificuldades de saúde foi operado duas vezes, nesta ocasião com problemas na próstata.¹⁸⁸ Tudo isto nos leva a crer que estes fatos o impossibilitaram de uma maior atuação no contexto da Neocristandade neste momento.

Porém, com o fim do Estado Novo em 1945 e o retorno do Partido Comunista, encontramos-lo trabalhando firme em prol dos interesses políticos da Igreja. Em sua correspondência com o padre salesiano Francisco Lanna podemos ler:

Rio, 20 de janeiro de 1947

Os jornaes noticiaram os louvores a Deus de V. Excia. pela renuncia do Dr. Milton ao partido communista. Lá em S. Paulo não foi assim com o Dr. Ad. Barros obrigando o Senhor Card. Arceb. A po-lo fora dos aprovados pela L.E.C.!

Lá 4 candiadatos, estava tudo fervendo como nunca.¹⁸⁹

A luta contra a comunismo continuava a ser ponto primordial das ações da hierarquia católica, estratégia intensificada a partir da Encíclica *Divinis Redemptoris* de Pio XI (1922-1939), datada de 1937, na qual o pontífice enfatiza a necessidade de combater o inimigo (MOTTA, 2002).

Da mesma forma observamos que no momento de sua viagem para tomar posse da diocese do Maranhão foi acometido novamente por problemas de saúde, fato que atrasou sua chegada à cidade de São Luiz, obrigando-o a repousar na cidade do Recife.

¹⁸⁸ Cf. relatório do Pe. Sidrach Vallarino, secretário de Dom Helvécio. Pasta Dom Helvécio 'B7110123' – ASC-Roma/Itália

¹⁸⁹ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 “Cartas de Dom Helvécio” – AEAM-Mariana/MG

No caso brasileiro, com a volta do Partido Comunista ao jogo político, o momento era de luta, de reação por parte do episcopado nacional.

Foi com este vigor, apesar dos sérios problemas de saúde, que Dom Helvécio, da antiga Sé de Minas Gerais, trabalhava em prol dos interesses da Instituição que abraçou ainda jovem. Trabalho reconhecido pela elite dirigente eclesiástica, o qual o mesmo tinha orgulho em relatar aos seus superiores salesianos. Em carta endereçada a Dom Pietro Ricaldone, superior geral Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, em Turim, ele escreve:

O Santo Padre e o Snr. Núncio tem aplaudido sempre a minha administração, a minha atuação no episcopado brasileiro, tanto que, (...) estou na 3ª archidiocese do Brasil, igual à de São Paulo e logo após às da Bahia e do Rio de Janeiro. O eminentíssimo Snr. Cardeal revela-me sempre sua particular estima, tanto que me colloca sempre em comissões honrosas, dá-me logares de destaque e frequentes vezes me chama ao Rio de Janeiro, para ouvir nossos pareceres e opinião.¹⁹⁰

Dom Helvécio tinha consciência do reconhecimento do seu trabalho e, certamente, sentia-se prestigiado pelos seus superiores, fato que o honrava, como se pode observar no seu relato ao superior de sua congregação de origem. Este desdobrameneto no interior de uma Instituição é natural, de acordo com Goffmam (2005) o reconhecimento

¹⁹⁰ Correspondência datada de 15 de agosto de 1935, grifo do autor.
Pasta Dom Helvécio – ASC-Roma/Itália

da elite dirigente pela adesão da classe dirigida aos projetos e diretrizes a serem desenvolvidas é uma das suas principais características.

III.2.5- Redes de poder

As relações políticas desenvolvidas pelo nosso principal ator levaram-no a uma relação de poder reconhecida, não somente pelos seus superiores eclesiásticos, conforme já analisado, mas também diante da comunidade na qual atuava. Um fato interessante em seus arquivos refere-se à quantidade de pedidos de empregos públicos endereçados a sua pessoa.

Sem a pretensão de citar aqui todas as cartas que encontramos com este sentido, escolhemos apenas algumas a título de exemplo, na tentativa de demonstrar o poder que Dom Helvécio conquistou junto aos dirigentes do país. Francisco Coutinho, de Santo Antonio do Grama, envia o seguinte texto datado de 20 de Janeiro de 1931:

Em Rio Casca sede deste Município há duas vagas verificadas, cujos logares estão ainda sem os definitivos funcionários: Collector e Escrivão federaes. Também em Rio Casca vae ser creado um cartório do 3º Officio. Consta como certo que se retira dali por estes dias o actual Collector estadual.

Tendo de ser preenchido ali esses quatro logares, lembrei-me de pedir a vossa proteção intervindo junto aos homens do nosso governo; pois; estou certo de que, ettendendo a V. Excia. o meu pedido serei promptamente

conduzido a um desses cargos que V. Revma. se digne me arranjar.¹⁹¹

Da mesma forma, Luiz da Fonseca Villares, de Belo Horizonte, escreve em fevereiro de 1931:

Debaixo da valiosíssima proteção de V. Excia, onde me collocou a generosidade do Exmo e Revmo. D. Santos, venho pedir a V. Excia. a sua valiosa intervenção junto do Exmo. Sr. Dr. Antonio Carlos, illustre chefe revolucionário, pedindo-lhe a minha promoção a telegraphista de 4ª. classe. Para o Exmo. Dr. Antonio Carlos, será facilimo desde que V. Excia não se recuse neste momento a sua valiosa proteção.¹⁹²

Numa época em que os cargos públicos eram preenchidos mediante indicações, a “proteção” do prelado parecia ser mesmo valiosa. A certeza dos remetentes, que com apenas uma palavra de apoio os cargos poderiam ser facilmente preenchidos, nos leva a crer que realmente Dom Helvécio obteve grande influência juntos aos principais representantes do governo.

Também da cidade de Bias Fortes, já na década de 1940, podemos ler a seguinte correspondência:

Desejando ser Coletor Estadual nesta cidade de Bias Fortes fiz meu pedido de nomeação e obtive do amº a

¹⁹¹ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 “Cartas de Dom Helvécio” Grifo nosso AEAM-Mariana/MG

¹⁹² Idem, Grifo nosso.

quem me dirigi a seguinte resposta: <O Governador não nomeia com receio de desagradar ao Sr. Arcebispo>. Sou infeliz Padre, mas graças a Virgem Aparecida tenho conservado minha fé e tenho deixado de aceitar lugares com ordenados optimos em colégios acatholicos, apesar de crises financeiras atravessadas.

Venho, pois, a presença de V. Excia. pedir a proteção de tão conceituado personagem para dirigir em meu favor este pedido ao Snr. Governador do estado de Minas Gerais e ao Snr. Secretário de Finanças. (...) sei que se V. Excia der uma puxada só ao Snr Governador serei nomeado imediatamente.¹⁹³

Este pedido torna-se interessante porque nos revela que o poder civil ao fazer suas nomeações procurava, antes de tudo, reforçar a relação com ao arcebispo. Certamente, isto não ocorria em todos os casos de nomeação dentro da área da arquidiocese de Mariana, porém, não podemos deixar de observar que havia uma atitude de cautela nos casos de nomeações, cujo objetivo era manter a aliança com o prelado.

A esfera de influência de Dom Helvécio não se limita a Minas Gerais. O mesmo mantinha uma rede de relações que iam muito além das montanhas mineiras. De Jacutinga escreve Hercules Mandadori, em janeiro de 1931, como segue:

Há dois annos tenho doença em casa e desejaria muito mudar para S. Paulo, não só para facilitar o tratamento,

¹⁹³ Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 3 “Questões Paroquiais e outras” - Grifo nosso
AEAM-Mariana/MG

assim como para educação dos filhos, mas para tal, necessito de uma collaboração. Neste sentido, peço-vos não só a V. Valiosíssima proteção, assim como, caso seja possível e menos incommodo a V. Revma, um pedido em tal sentido a D. Leopoldo. Tenho certeza que com um pedido a V. Revma. neste sentido à D. Leopoldo e com o auxilio de Nossa Sra. Auxiliadora, tudo obterei.¹⁹⁴

E ainda, de Cataguases, escreve o amigo Altamiro Viegas, em dezembro de 1932, relatando em forma de pedido que:

nosso distincto amigo, Dr. Alessio Ciccarini, sobrinho do Revmo. Padre Celestino Ciccarini, medico nesta cidade, deseja por motivos ponderosos, transferir-se para o Rio de Janeiro, logar este onde poderá, com mais efficiencia, exercer a sua profissão. Foi informado com muita segurança, de que as cadeiras de Phisica e Historia Natural do Gynnasio São Bento vão ser desdobradas. Elle pleiteia essas cadeiras e pediu o meu auxilio e intervenção.

Lembrei-me, então, de V. Excia e espero que o indicará à Directoria daquelle estabelecimento.¹⁹⁵

Estes pedidos refletem bem a estrutura das redes de poder que se formaram em torno destes dirigentes eclesiásticos, que através do prestígio adquirido junto às elites dirigentes do país tornaram-se, além

¹⁹⁴ Dom Duarte Leopoldo e Silva foi arcebispo de São Paulo durante os anos de 1906 a 1938 e, da mesma forma, que Dom Helvécio, vivenciou o processo de reaproximação entre Igreja Católica e Estado no Brasil.

Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 “Cartas de Dom Helvécio” - Grifo nosso
AEAM-Mariana/MG

¹⁹⁵ Idem.

de pastores das almas, empregadores em diversos espaços públicos e privados. Além disto, os pedidos de empregos enviados ao prelado nos apresentam a memória que a comunidade tinha de Dom Helvécio, ou seja, de um homem que realmente tinha poder.

III.3- Ações “*ad intra*”

Analisar toda a obra “*ad intra*” de Dom Helvécio frente à Arquidiocese de Mariana não é tarefa fácil, diversos são os motivos: primeiro, a dimensão da própria arquidiocese, território vasto com muitas obras assistenciais dirigidas por diferentes institutos religiosos, como colégios, hospitais, orfanatos e outros; segundo, as questões mais internas da própria vida religiosa que envolvem uma circunscrição eclesiástica, como clero, formação, associações religiosas e laicato em geral; e finalmente, a duração do seu governo em Mariana, de 1922 a 1960.¹⁹⁶

Por estes motivos vamos dividir este tópico em duas partes para melhor organização dos pontos em análise, embora muitos deles estejam necessariamente ligados. No primeiro momento vamos analisar algumas ações que são reveladoras da dinâmica administrativa do prelado, sem a preocupação, é claro, de passar por todas as suas obras. Nosso objetivo será demonstrar que Dom Helvécio, além de dinâmico

¹⁹⁶ Vale recordar que para este trabalho fechamos nossa pesquisa no ano de 1952.

administrador, atuava de acordo com as orientações da alta hierarquia eclesiástica, mas que, ao mesmo tempo, quando era possível não afetar a ordem eclesiástica, agia de acordo com sua personalidade. Estas ações não devem ser traduzidas como atos de desobediência, mas são reveladores de seu modo de pensar a própria Instituição.

No segundo momento nosso objetivo será demonstrar que seu episcopado foi marcado por uma série de tensões, estas demonstram, além de sua personalidade, momentos em que as tensões entre Dom Helvécio e diversos grupos, ou mesmo indivíduos, tornaram-se mais fortes, possibilitando-nos a aplicação do conceito de redes de interdependência e equilíbrio móvel das tensões (ELIAS, 1994).

III.3.1- A busca pela eficiência

A experiência administrativa adquirida por Dom Helvécio, nos diversos colégios salesianos em que trabalhou e na diocese de São Luís do Maranhão, apesar da curta duração de seu governo, pode ser analisada neste ponto como elemento positivo para sua atuação em Minas Gerais. O sentido de suas ações nos conduz à compreensão de uma trajetória que se orienta a partir de um modelo de eficiência administrativa.

Antes mesmo de desembarcar em Marina, logo após ter confirmada sua transferência, o prelado escreveu a Paulo Lustosa, em

São João Del Rey, pedindo informações sobre a diocese, conforme podemos ver na resposta que recebeu:

Procurei obter com os Revmos. Franciscanos o mappa da archidiocese, conforme vosso pedido, mas não foi possível obtel-o, e me disseram mais que supõem não existir, mesmo em Marianna, depois que foi creado o Bispado de Belo Horizonte. ¹⁹⁷

Possivelmente não existia mesmo um novo mapa da arquidiocese, a criação do bispado de Belo Horizonte era muito recente e seu antecessor, Dom Silvério, não tivera tempo suficiente para a reorganização do mesmo. Porém, o fato nos revela o seu desejo de conhecer a diocese, seus limites, ou seja, mesmo antes de sua partida do Maranhão já se preocupava com o trabalho em Minas Gerais.

Dom Helvécio ao tomar posse em Mariana não redigiu a tradicional carta pastoral de saudação aos fiéis e clero, ao longo do seu episcopado escreveu apenas circulares, com temas bastante pontuais, fato que dificulta, em parte, a análise de seus projetos. Além das circulares, o mesmo assinou as tradicionais cartas pastorais coletivas, juntamente com os prelados da Província Eclesiástica de Mariana.

¹⁹⁷ Correspondência datada de 21 de abril de 1922. Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 1
“Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão” - AEAM-Mariana/MG

a) Promoção e formação do clero

Quando Dom Helvécio tomou posse procurou reorganizar o clero, e para tal, aposentou alguns sacerdotes mais idosos, conservando-lhes as prerrogativas e vantagens. Este movimento, considerado natural em toda mudança de governo de uma arquidiocese, em Mariana:

causara profundos aborrecimentos a quase toda a gente, que, sem analisar com isenção, ou talvez por incapacidade de julgar, preferia simplesmente condenar de tudo aquilo com um anátema: Fiteiro (LIMA JÚNIOR, p. 87).

Neste sentido, o que se pode confirmar é que dificilmente medidas de reorganização agradam a toda comunidade clerical, melhor seria se tudo permanecesse como nos tempos de Dom Silvério. Porém, não nos parece que este era o desejo do novo arcebispo e o mesmo tinha autoridade para fazer as mudanças, de acordo com sua lógica administrativa.

A documentação nos revela que no início do seu governo Dom Helvécio encontrava-se também preocupado com a promoção do clero de Mariana. Através da correspondência entre a nunciatura brasileira e Roma, podemos ler:

O arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, dirigiu-se a mim, pedindo-me, para acrescentar minha recomendação à suplica que, por meu intermédio, encaminha ele, humildemente, ao Santo Padre, no

propósito de obter a nomeação de Monsenhor para três Sacerdotes da dita Arquidiocese. Tais candidatos respondem pelos nomes de Domicio de Paula Nardy, Joaquim Neves Pereira e Francisco Lopez de Araújo, sobre os quais as informações recebidas pela Nunciatura são as seguintes. (...) Quanto o cônego Nardy, dado o importante cargo que ele desempenhou na Cúria, o Arcebispo de Mariana manifesta o desejo de que lhe seja atribuído o título de *Camariere Segreto Soprannumerario* de Sua Santidade, um título superior ao dos outros dois, para os quais é suficiente a nomeação de *Camariere d'Onore* de Sua Santidade, vestindo roxo.¹⁹⁸

Estes títulos constituíam-se em uma honraria para os padres que os recebiam, era uma forma de reconhecimento de seus superiores aos trabalhos desenvolvidos em prol da arquidiocese, enfim, devem ser considerados como um ato cuidadoso do prelado. Em muitos casos os bispos procuravam honrar padres que ocupavam espaços de trabalho

¹⁹⁸ "L'Arcivescovo di Mariana, Mr. Elvezio Gomes de Oliveira, si é a me rivolto perché aggiungessi la mia commendatizia allá supplica che per mio mezzo egli umilia al Santo Padre, allo scopo di ottenere la nomina di Monsignore per ter Sacerdoti della detta Archidiocesi. Tali Candidati rispondono ai nomi di Domicio de Paula Nardy, Gioacchino Neves Perreira e Francesco Lopez de Araújo, circa i quali lê informazioni pervenute allá Nunziatura sono lê seguenti. (...)

Quanto il Canônico Nardy, dato l'importante ufficio da lui desimpegnato in Cúria, l'Arcivescovo di Mariana esprime il desiderio che la onorificenza di cui sopra sai la nomina a *Camariere Segreto Soprannumerario* di S.S., cioè um titolo um pó'superiore a quello degli altri due, pei, quali basterebbe la nomina di *Camariere d'Onore* di S.S., in abito paonazzo"

Correspondência do Núncio Apostólico ao Secretário de Estado do Papa, datada de 25 de novembro de 1923.

Fundo Segreteria di Stato - ANNO 1923 - Rubrica 251 - Fasc. 4 - Proc. 25528
ASV-Roma/Itália

importantes na Instituição, como é o caso do Pe. Domicio de Paula Nardy, mas que não chegariam ao episcopado.

Dom Helvécio fez a sua única visita *ad limina*¹⁹⁹ a Roma no ano de 1925. Serbin (2008), ao analisar a questão da disciplina nos seminários no Brasil, observa que Dom Helvécio vinha sendo pressionado pelo chefe da Congregação dos Seminários, cardeal Caetano Bisletti, para a separação entre os alunos do seminário maior e menor e, durante sua visita o assunto foi discutido pessoalmente. A resposta de Dom Helvécio foi que: “a diocese e os lazaristas (...) secundariam os desejos claramente expressos do Santo Padre” (SERBIN, 2008, p. 135).

Foi com este sentido, de total obediência, que Dom Helvécio ao retornar a Mariana, tomou a construção do novo prédio para o seminário maior como uma prioridade de seu governo. Em carta aos padres de toda a arquidiocese lançou uma campanha para a formação dos futuros benfeitores da obra, conforme podemos ler:

Nas folhas que incluo para serem devolvidas sob o registro do correio deverai os R. R. Vigários escrever, por extenso e bem legíveis, os nomes e endereços de cem ou duzentos catholicos de suas parochias, da sede e do interior, fazendas, etc, e mesmo de amigos ausentes, mas filhos do lugar que estejam no caso de acolher com sympathia e retribuir com generosidade uma cartinha

¹⁹⁹ As visitas *ad limina apostolorum*, que na tradução para o português significa “visita aos túmulos dos Apóstolos”, são obrigatórias. Todos os bispos da Europa devem fazê-la ao Papa a cada cinco anos, já os bispos de fora da Europa podem fazê-las a cada 10 anos. As regulamentações em torno destas visitas para o período estudado estão definidas no Código de Direito Canônico de 1917. Cf. Cânones 340, 341 e 342.

nossa, convidando-os a se considerarem Fundadores do grande seminário. Apenas de posse eu d'essa relação que deve ser feita com muito critério para não ficar ninguém esquecido e magoado, d'aqui remetterei uma carta, individual a cada uma d'essas distintas pessoas confiando ao R. R. Vigário o recebimento e encaminhamento das offertas. Pretendo atacar as obras dos alicerces orçados em 130 contos no dia 08 de dezembro próximo, festa da Imaculada Conceição de N. Senhora.²⁰⁰

Possivelmente, o fiel, ao receber uma carta individual assinada pelo arcebispo, com convite para se tornar fundador de uma importante obra católica, numa sociedade em que a religiosidade era o alicerce de sua própria formação, sentia-se extremamente honrado. Este cuidado ao fazer os futuros benfeitores do seminário foi positivo em seu resultado. Dom Helvécio lançou a pedra fundamental do Seminário Maior São José em julho de 1928. A obra foi inaugurada com representantes do poder eclesiástico e civil no dia 15 de agosto de 1934.²⁰¹

²⁰⁰ Correspondência datada de 10 de agosto de 1927.
Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 2 “Construção do Seminário”
AEAM-Mariana/MG

²⁰¹ Dom Helvécio sempre procurava as datas relacionadas à Virgem Maria para suas celebrações festivas, inaugurações e grandes encontros. Todo o movimento relacionado à construção do seminário, contribuições, regulamentos e outros, encontram-se registrado na obra de TRINTADE, 1951.

Vale registrar que o prédio do novo seminário não é um simples edifício, pelo contrário, é uma construção em estilo neoclássico, com azulejos especiais no frontispício e pinturas de Pietro Gentili e Nobäuer na capela e salões. Neste sentido, por um lado podemos perceber que foi necessário um trabalho vigoroso de arrecadação para a execução do mesmo, o que demonstra a facilidade de Dom Helvécio neste campo, e, de outro, que a comunidade aderiu de boa vontade ao projeto que visava à reorganização da formação do clero diocesano.

Para sustentar a obra vocacional da arquidiocese, o prelado criou a OVS (Obra das Vocações Sacerdotais) ainda não existente em Mariana, seus estatutos datam de 1927 e segue o modelo tradicional, ou seja, seu objetivo é angariar donativos para o sustento das vocações sem recursos financeiros.²⁰² Segundo os registros do escritor das homenagens do octogésimo aniversário natalício de Dom Helvécio, ao instituir a OVS, o prelado:

multiplicou o patrimônio dos Seminários, para o que já pôde construir um prédio de aluguel (o Edifício Santa Cruz, em Ponte Nova) e adquirir a Fazenda Bom Jesus, em Coronel Fabriciano, produzindo rendimentos em benefício dos alunos pobres (FALCÃO, 1958, p. 10).

²⁰² Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 16 “Associações e Irmandades”
AEAM-Mariana/MG

A gestão de Dom Helvécio no que se refere às rendas para formação evidencia um desdobramento lógico do tipo “empresarial”, ou seja, além da criação do novo seminário tornava-se necessária a manutenção e para tal ele cria outros organismos de sustentação.

Este zelo pelas vocações sacerdotais não se limitou à formação básica nos seminários de Mariana, em 1927 enviou dois dos seus seminaristas para Roma, com objetivo de complementarem os estudos na Pontifícia Universidade Gregoriana (TRINDADE, 1929, p. 1462).

Importante registrar que a arquidiocese de Mariana contava ainda com os rendimentos da Fazenda Dom Silvério, antiga Fazenda Maribondo²⁰³, que segundo os registros do seu livro de contas, possuía, em 1927, duas lavouras de café com 50 alqueires de terrenos, divididas em “café velho, 60 mil pés e 155 mil pé novos.”²⁰⁴

Da mesma forma que a formação do clero, era preciso cuidar dos padres idosos, daqueles que já não tinham mais condições para o

²⁰³ A fazenda Maribondo foi comprada por Dom Silvério em 1893, com beneplácito de Dom Benevides, situada no município de Ponte Nova, é citada como “patrimônio de incontestável valor” (TRINDADE, 1928, p. 496).

²⁰⁴ Importante registrar que o livro de contas da fazenda é outra fonte importante para se verificar a capacidade administrativa de Dom Helvécio, a análise comparativa entre o relatório de 1927 e 1928 demonstra uma série de obras empreendidas pelo arcebispo no sentido de conservação, reconstrução, regulação dos colonos residentes, consertos em estradas, inclusive públicas, de acesso a propriedade, além da criação de gado Zebu de propriedade particular do arcebispo.

Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 20 “Patrimônio – Obras Pias – Fazenda Maribondo”
AEAM-Mariana/MG

trabalho. Para tal, foi criada em 1948 a “Caixa Beneficente do Clero”, cuja finalidade segundo seu estatuto era:

- a) Dar assistência material aos Sócios inválidos ou aos Sócios temporariamente impossibilitados de trabalhar;
- b) Promover sufrágios pelos Sócios falecidos fomentando o espírito de união e caridade entre os Sacerdotes.²⁰⁵

Esta associação, que pode ser considerada como um sistema de aposentadoria privada, não era uma organização muito comum em outras dioceses neste período, fato que demonstra, não só a capacidade organizativa de uma administração, mas também o cuidado com que o prelado trabalhava em favor do seu clero.

b) O laicato: associações e movimentos religiosos

Quando Dom Helvécio tomou posse da arquidiocese diversos movimentos do laicato já se encontravam organizados, como o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria, as Damas do Santíssimo Coração de Jesus e as Conferências de S. Vicente de Paulo (TRINDADE, 1929).

Durante seu governo, conforme analisamos anteriormente, o prelado criou a OVS (Obra das Vocações Sacerdotais) para auxílio das

²⁰⁵ Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 16 “Associações e Irmandades”
AEAM-Mariana/MG

vocações. Em 1944 fundou também a Obra dos Tabernáculos, já existente em outras paróquias da arquidiocese, porém ausente em Mariana. Esta associação reunia mulheres, cuja finalidade principal era: "auxiliar o provimento, conservação e reparações dos ornamentos e objetos sagrados das Igrejas do Curato de Mariana e possivelmente das outras paróquias da Arquidiocese."²⁰⁶

De acordo com os estatutos, os associados poderiam ser de duas categorias, as senhoras inscritas para os trabalhos na oficina e outros contribuintes, de ambos os sexos, que pudessem contribuir com dinheiro ou donativos. A associação é de extrema importância para a organização e funcionamento das igrejas, já que as sócias, além de contribuírem com mensalidades, tornavam-se responsáveis pelos cuidados de reparo e confecção dos paramentos, tão necessários aos atos litúrgicos.

Para muitas mulheres a possibilidade de participação nesta obra significava, muitas vezes, o único momento de trabalho fora do espaço do lar. A possibilidade de convívio com outras mulheres nas oficinas funcionava como uma válvula de escape da rotina doméstica diária. A administração da obra, exercida por uma presidente, eleita pelo arcebispo, era uma função honrosa.

²⁰⁶ Conforme Estatuto da Obra dos Tabernáculos. Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 16 "Associações e Irmandades" – AEAM-Mariana/MG

As antigas irmandades em Mariana continuavam a existir. Em 1944 a Irmandade do Santíssimo Sacramento teve seu estatuto redefinido e, além da inclusão dos artigos de contribuição para as OVS, ficou decidido que “nos casos de aplicação vultosa das rendas da irmandade, carecem da aprovação da Autoridade Arquidiocesana.”²⁰⁷ O que se pode perceber é que nada foge ao controle eclesiástico do prelado, especialmente, quando se trata de rendas e serviços das associações. Não consta na pasta dos arquivos consultados, nem mesmo na obra de TRINDADE:1929, referência alguma à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário existente em Mariana.

No ano de 1944 diversas associações do laicato constam nos registros do livro de tombo da catedral, como os Congregados Marianos, Mães Cristãs, Congregação Mariana e Associação da Sta. Luiza de Marillac. Porém, manter todo o laicato organizado e subordinado, especialmente os homens, não era tarefa fácil. A partir da década de 1940, podemos ler:

A Congregação Mariana fundada em 1936, tem atraído nossa especial atenção, vários elementos a abandonaram. Fazemos convites a vários jovens, preferivelmente de 14 anos, para a ela se agregarem; mas, em geral tem havido mais promessa que adesão de fato.²⁰⁸

²⁰⁷ Cf. Estatuto da Irmandade, p. 8. Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 16 “Associações e Irmandades” – AEAM-Mariana/MG

²⁰⁸ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 59.

Em 1950 a situação torna-se ainda mais difícil, muitas das associações religiosas não parecem mais atrair os fiéis, conforme lemos:

Vão muito bem a POVS, a Cruzada Eucarística das crianças, o Apost. da Or.(seção fem.), a Cong. Mariana muito fria, sem interesse da parte da juventude, assistimos pessoalmente quase todas as reuniões, que se fazem no consistório da Sé, após a Missa das crianças, tomaram parte só 10 em média. Está fraquíssimo o Apost. da Or. dos homens, os homens da cidade não se interessam por ele. Exceto os meses de maio, junho e out., houve horas santas na Sé às quintas-feiras, (...) é bem freqüentada por mulheres, poucos, entretanto, os homens da Irm. SS. Sacramento, que nela tomam parte. As senhoras e moças, que se inscreveram na Obra dos Tabs., a abandonaram, só duas, que desde a fundação nela trabalham quase semanalmente.²⁰⁹

Muitas destas antigas associações de fiéis haviam sido organizadas no período da Reforma Católica Ultramontana em substituição às antigas formas de organização do catolicismo popular, especialmente as irmandades. Como os leigos haviam perdido o direito de direção das mesmas, muitos homens perderam o interesse por encontrarem-se subordinados aos agentes eclesiásticos.

ACPM- Mariana/MG

²⁰⁹ Idem, p. 149v.

A partir da década de 1920, período da Neocristandade, o grande movimento de organização do laicato no será a Ação Católica²¹⁰, cuja organização teve início no Brasil no ano de 1935, com os estatutos aprovados pela Santa Sé. Em terras brasileiras o movimento seguiu a organização do modelo italiano, primeiramente encontramos o modelo Ação Católica Geral e, posteriormente, a partir de 1945, o movimento passa por uma reestruturação, “especializando-se”, ou seja, divide-se em setores específicos voltados para os “meios sociais” a serem evangelizados: o mundo rural, estudantil, independente, operário e universitário (MATOS, 2003).

O centro difusor da Ação Católica foi o Rio de Janeiro, especialmente o Centro Dom Vital, fundado por Dom Leme em 1922,

²¹⁰ Movimento nascido na Itália com Papa Pio XI (1922-1939), cujo objetivo principal era a recristianização da sociedade corrompida pelo laicismo. Na opinião do Papa, a Ação Católica seria o órgão articulador da reconquista dos direitos inalienáveis de Cristo-Rei e de sua Igreja. Os leigos deveriam ser arregimentados nas “milícias da AC”, participando assim do apostolado hierárquico. Implicitamente há aqui o reconhecimento do leigo como membro integral da Igreja, embora prevaleça a perspectiva institucional-hierárquica e clerical. Inicialmente os membros encontravam-se divididos na HAC (Homens da Ação Católica) e na SAC (Senhoras da Ação Católica), conhecida como AC Geral. Posteriormente, o movimento amplia-se com a Ação Católica Especializada. Historicamente o apostolado no e pelo meio é baseado em experiências belgo-francesas. Fundada em 1924 pelo Padre Joseph Cardijn, belga, oriundo de família operária, o mesmo adota o método indutivo, partindo da realidade tal como ela é, a JOC (Juventude Operária Católica) – primeira organização da AC Especializada – na qual desenvolve a revisão de “Vida e Ação”, baseada na trilogia Ver, Julgar e Agir. A consciente penetração no meio faz conhecer a fundo a realidade, com suas necessidades e desafios. O crescimento da AC Especializada levou a criação de outros segmentos: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Trata-se de uma militância de “defesa e preservação” que remonta aos inícios do século XIX, encontrando suas raízes já na época da Contra-Reforma; por outro lado, irrompe uma militância que poderia ser caracterizada como “conquista e penetração”. Cf. ZAGHENI, 1999. Grifo nosso.

cujo objetivo era a recatolização da intelectualidade brasileira. À frente de sua direção estiveram grandes líderes do laicato, inicialmente Jackson Figueiredo e, após sua morte assumiu Alceu Amoroso Lima.

Em Minas Gerais este catolicismo militante da Ação Católica pode ser encontrado com grande vigor nas cidades de Belo Horizonte (MATOS, 1990) e Juiz de Fora (PEREIRA; AZZI, 2003), centros urbanos que reuniam um maior número de intelectuais, homens capazes de advogar maior presença do leigo na missão apostólica. Na arquidiocese de Mariana o movimento da Ação Católica limitou-se ao grupo da JOC. Segundo os registros no ano de 1945, este ramo da Ação Católica foi instituído junto dos operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem São José, por iniciativa de Eneida Assunção Menezes, esposa de Pio Porto de Menezes, gerente da fábrica. A sessão de fundação ocorrida em 28 de outubro de 1945 contou com presença de Dom Helvécio.²¹¹

No primeiro aniversário de fundação da JOC de Mariana as comemorações tiveram lugar na mesma Fábrica de Fiação e Tecelagem São José, “sob a presidência do Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo, que se mostrou contente ao ouvir o relatório das atividades desse ramo da Ação Católica.”²¹² Além destes poucos registros da presença da JOC nenhum outro ramo da AC aparece nos arquivos de Mariana, fato que

²¹¹ Cf. registros do Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 74v. ACPM-Mariana/MG

²¹² Idem, p. 87v.

nos leva a crer que este movimento não teve grande desenvolvimento em Mariana.

Nos registros das conferências episcopais da Província de Mariana podemos observar que havia orientações em torno da organização do movimento. Na reunião de 1944, ocorrida na cidade de Campanha, “ficou estabelecido dar-se maior incremento, de acordo com as possibilidades de cada Diocese, à causa da Ação Católica, segundo as normas da S. Sé.”²¹³ Da mesma forma, na reunião seguinte em Caratinga, em 1947, registra-se que “em obediência às determinações da S. Sé, deliberaram Ss. Excias. dar maior impulso à organização da Ação Católica nas respectivas Dioceses.”²¹⁴

Conforme podemos observar, havia de fato deliberações em torno da implantação do movimento, porém, entre as orientações, que podem ser vistas como registros de obediência às instruções da alta hierarquia eclesiástica, e uma ação eficaz junto aos grupos que realmente pudessem incrementar o movimento, existe uma distância muito grande. Também é necessário observar que muitos intelectuais católicos que poderiam levar à frente este movimento não atuavam diretamente em Mariana, a grande maioria destes migraram para a capital, Belo

²¹³ Livro de Atas “Conferências Episcopais de Mariana – 1927-1959” p. 11v.
AEAM-Mariana/MG

²¹⁴ Idem, p. 14.

Horizonte, que neste momento prometia melhores oportunidades de vida e trabalho.

Outro ponto a ser observado é que o próprio Dom Helvécio parecia interessar-se mais por seus projetos administrativos, como construções, reformas, além da sua atuação no campo político. Porém, isto não o colocava em oposição ao movimento da Ação Católica, como é o caso da presença da JOC (Juventude Operária Católica) em Mariana.

A Ação Católica, movimento que apregoava uma maior participação dos leigos no apostolado hierárquico, caminhava conjugado a um outro, o Movimento Litúrgico.²¹⁵ A relação entre os dois movimentos é exatamente a promoção do leigo no âmbito eclesial e, neste sentido, um dos aspectos mais interessantes é a ênfase da participação do fiel no culto divino, cuja espiritualidade é centrada no mistério de Cristo, fato que relega para segundo plano o culto ao pontífice e seu caráter institucional. O centro difusor deste novo movimento eclesial foi o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, especialmente a partir de 1933, data que os estudiosos do tema consideram como início da renovação litúrgica no Brasil.

Em Mariana não encontramos registros deste movimento nos arquivos, a falta dos mesmos nos sugere questões importantes sobre a administração de Dom Helvécio, a saber: primeiramente, o prelado não

²¹⁵ O Movimento Litúrgico é amplo, abrange diversos setores do ritual católico, como culto divino, música, sacramentos, entre outros. Conforme SILVA; 1983.

tinha interesse no movimento, que apregoava uma participação mais direta do leigo no culto divino. Este fato possivelmente deriva da própria formação do prelado, ainda voltada para a ideia de superioridade clerical. Uma segunda questão a ser ressaltada é a ausência dos religiosos beneditinos na arquidiocese de Mariana, fato que pode ser analisado como um agente não facilitador do movimento, mas não um obstáculo, já que muitas dioceses que não contavam com a presença deste grupo de religiosos aderiram ao movimento.

Para finalizar este tópico podemos concluir que, durante o episcopado de Dom Helvécio, os registros encontrados sobre os novos movimentos religiosos, que irão permear a Igreja Católica no Brasil a partir dos anos de 1920 e 1930, não sugerem a arquidiocese de Mariana como campo fértil de observação dos mesmos. O que se percebe é a manutenção, e mesmo a criação, de antigas associações do laicato do período da Reforma Ultramontana.

c) Os Congressos Eucarísticos

Na base deste catolicismo militante da década de 1920 vamos encontrar, além do movimento da Ação Católica e da Reforma Litúrgica, a organização dos Congressos Eucarísticos²¹⁶, que se constituía em

²¹⁶ Os Congressos Eucarísticos podem ser de três tipos: internacionais, nacionais e regionais. O primeiro congresso de caráter internacional foi realizado na França em 1881. No Brasil, em 2010 será realizado o 16º Congresso Eucarístico Nacional, na cidade de Brasília, no contexto das comemorações dos 50 anos da fundação da nova

manifestações públicas de grande vulto, cujo objetivo principal era reafirmar a presença e importância da Igreja Católica na sociedade. O grande número de fiéis reunidos em torno destes eventos era uma clara demonstração da força da Instituição frente, não só aos seus “inimigos”, mas especialmente, ao governo. Ao demonstrar sua força no seio da sociedade, o episcopado esperava dos governos que os mesmos se pautassem pelas orientações da doutrina católica.

O primeiro Congresso Eucarístico no Brasil foi realizado por Dom Leme no Rio de Janeiro, em 1922, no contexto das comemorações do Centenário da Independência. Na década de 1930 tiveram lugar três outros grandes eventos, considerados nacionais, a saber: em Salvador, 1933; em Belo Horizonte, 1936; e no Recife, em 1939.

Dom Helvécio participava ativamente, juntamente com seu clero, destas manifestações, porém, o mesmo não realizou nenhum congresso em sua arquidiocese. Em 1942, no contexto do IV Congresso Eucarístico Nacional, realizado em São Paulo, a cúria arquidiocesana permaneceu fechada para que todo o clero pudesse participar. Em circular podemos ler:

Quizemos muito espontaneamente homenagear nosso venerado Cabido, levando-o incorporado ao majestoso congresso de São Paulo. Para isto nos empenhamos em conseguir com a Directoria da E.F.C.B. carro especial, que

capital. Os arcebispos e bispos das dioceses também realizam os congressos regionais, com menor importância.

será ligado ao trem de carreira, e no qual viajaremos, nós, representação oficial de nossa querida Archidiocese.²¹⁷

A atitude do prelado de levar todo o clero “encorporado” ao evento também é reveladora de questões importantes de sua administração. Em primeiro lugar vale destacar o desejo da unidade interna do clero, elemento que nem sempre se torna fácil quando o grupo é muito grande; em segundo lugar a necessidade de se apresentar diante das outras arquidioceses como ares de uma “representação oficial”, objetivando demonstrar unidade do clero, autoridade do prelado, grandeza e importância da própria arquidiocese.

Em outros momentos podemos encontrar toda a arquidiocese em preparação para o V Congresso Eucarístico Nacional de Porto Alegre, realizado em 1948. A instrução do prelado neste momento era para que cada paróquia imprimisse e divulgasse sua programação, dando notícias nos jornais locais e estações de rádio. Seguindo estas instruções a paróquia de São João Del Rey organizou o “Tríduo Eucarístico Paroquial”, com diversas conferências que versavam sobre a eucaristia, todas proferidas por padres, nenhum leigo na programação.²¹⁸

²¹⁷ Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares”
AEAM-Mariana/MG

²¹⁸ Idem

A ausência de leigos na programação do evento nos aponta para a inexistência, ou a não participação voluntária, dos intelectuais católicos nestas organizações, diferente de outras cidades mineiras nas quais os intelectuais ligados à Ação Católica proferiam diversas conferências nos momentos de preparação para os grandes congressos e mesmo nos dias do evento, como ocorria, por exemplo, na diocese vizinha de Juiz de Fora (PEREIRA; AZZI, 2003).

d) Criação de novas dioceses e Sínodo Arquidiocesano

Um ano antes de Dom Helvécio iniciar sua administração na arquidiocese de Mariana, a mesma havia sido desmembrada com a criação da diocese de Belo Horizonte, em 1921. Entretanto, era projeto da Nunciatura Apostólica continuar o projeto de desmembramento de dioceses extensas com intuito de melhor organizar a administração das mesmas. Neste contexto a cidade de Juiz de Fora se apresentava como a mais nova candidata a ser sede episcopal.

No início do ano de 1923 foi realizada em Juiz de Fora a primeira reunião da Província Eclesiástica de Mariana presidida por Dom Helvécio. Foi nesta ocasião que uma representação da comunidade se dirigiu ao prelado com a solicitação da criação da diocese. O próprio arcebispo, já experiente neste trabalho, devido aos trabalhos realizados em São Luís do Maranhão, foi quem organizou as primeiras demarcações e:

todo o ano de 1923, por inúmeras vezes, S. Exa. Revma. veio especialmente ou passou por Juiz de Fora; convocou reuniões com os maioraes da cidade e foi à Nunciatura Apostólica, no Rio, tratar da criação da diocese (OLIVEIRA, 1978, p. 18).

Sem nenhuma dificuldade para a constituição do patrimônio necessário, trabalho realizado pelas comissões de cavalheiros e damas, formadas por membros da elite católica juizforana, a criação da diocese ocorreu em 01 de fevereiro de 1924.

Diferente de Mariana, Juiz de Fora neste período era reconhecida como uma cidade progressista, situada na Zona da Mata mineira, região produtora de café, servida pela Rodovia União e Indústria e pelas ferrovias Dom Pedro II e Estrada de Ferro Leopoldina, elementos que, somados a uma concentração de capital, facilitaram uma nova dinâmica no processo do seu desenvolvimento, com reflexos na diversificação de sua economia e no processo de industrialização (GIROLETTI, 1988). Do ponto de vista religioso o processo de Reforma Católica Ultramontana já havia penetrado na cidade e, no momento, contava com a presença de diversas congregações religiosas europeias (PEREIRA, 2004).

Todos estes elementos levaram a nunciatura a cogitar a transferência da sede de Mariana para Juiz de Fora, conforme podemos ler nas anotações do próprio Dom Helvécio:

A Exma, Nunciatura Apostólica do Rio de Janeiro tem documento meu, d'aquella epocha, contrairando o projecto, digo melhor, recusando formalmente o convite de para lá se transferir a Sede deste Arcebispado (veio aqui Mons. Serena, Auditor, para <ver> Mariana, para insistir na proposta (...), deixando aqui em Mariana apenas um Vigário Geral, embora com o caráter episcopal.²¹⁹

A recusa da transferência da sede do bispado para Juiz de Fora pode ser analisado com base no peso na tradição episcopal de Mariana, que, mesmo não vivenciando o progresso econômico, era naquele momento, no quadro das demais dioceses nacionais, reconhecida como uma das mais importantes sedes eclesiásticas do país.

O primeiro bispo eleito para a diocese de Juiz de Fora foi Dom Justino José de Sant'Anna, pároco na cidade de Canavieiras/BA. Dom Helvécio não participou de sua sagração episcopal, ocorrida em Juiz de Fora. Na realidade houve desentendimentos entre os dois prelados logo no início, fato que se tornou público, cujo principal motivo foi o patrimônio da nova diocese. Dom Helvécio fez publicar em jornal de Juiz de Fora que o patrimônio da nova circunscrição era valioso, "que só a fazenda e o Colégio do Patrocínio valiam mais de duzentos contos de

²¹⁹ O texto foi retirado de um documento impreso em gráfica, com 32 páginas, datado de 20 de março de 1928 e assinado por Dom Helvécio, cujo destinatário é o Pe. José de Castro.

Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 "Acusações a Dom Helvécio"
AEAM-Mariana/MG

réis” (OLIVEIRA, 1978, p. 34). Dom Justino, não satisfeito com as declarações do prelado de Mariana fez publicar nos mesmos órgãos que “o Colégio do Patrocínio com toda a sua prataria, carregada para Mariana, não podia atingir o valor da quantia citada na referida entrevista” (OLIVEIRA, 1978, p. 34).

Foi neste contexto que as relações entre os dois prelados tornaram-se tensas, fato agravado pela decisão de Dom Helvécio de não manter em seu seminário os alunos de Juiz de Fora, “a não ser que optassem pela incardinação próxima futura, em sua arquidiocese” (OLIVEIRA, 1978, p. 34). O fato apressou a criação em Juiz de Fora do Seminário Santo Antônio, em 1926, por Dom Justino José de Sant’Anna.

Foi neste clima de desentendimentos que Dom Helvécio teve a experiência de criação de sua primeira diocese. Tensões que se mantiveram por algum tempo, permeadas por um equilíbrio que não os impedia de participarem de ações conjuntas do episcopado, como por exemplo a presença de ambos nas reuniões da Província Eclesiástica de Mariana, da qual a nova diocese de Juiz de Fora fazia parte. Somente anos mais tarde os dois prelados voltaram a se entender.

Em 1942 uma nova diocese será criada por Dom Helvécio, a diocese de Leopoldina. A nova circunscrição eclesiástica foi desmembrada a partir da arquidiocese de Mariana e parte da diocese de Juiz de Fora. Seu primeiro bispo, Dom Delfim Ribeiro Guedes, que

tomou posse apenas em 1943, até este momento o prelado de Mariana era quem assinava como Administrador Apostólico da nova diocese.²²⁰

Para finalizar este tópico vale ressaltar que também no ano de 1942 Dom Helvécio fez registrar as diretrizes do Segundo Sínodo da Arquidiocese de Mariana.²²¹ Segundo as orientações do Código de Direito Canônico da época, o Sínodo deveria ser convocado e presidido pelo prelado ao menos a cada dez anos.

Importante observar que, apesar de serem convocados os membros do clero e superiores das ordens religiosas presentes na circunscrição eclesiástica, assim como o bispo pode convocar também fiéis para compor as sessões preparatórias, somente o prelado é o legislador do Sínodo, os demais convidados possuem apenas um voto consultivo, conforme os cânones 358 e 362 do Código de Direito Canônico de 1917.

Os temas registrados no esquema do Segundo Sínodo da Arquidiocese de Mariana seguem o modelo de recomendação da época, passando pelo incremento e controle dos movimentos religiosos do laicato, empenho no combate aos inimigos da Igreja Católica,

²²⁰ Sobre a criação da Diocese de Leopoldina os documentos encontrados são os tradicionais. A diocese ainda não mereceu atenção dos historiadores, nenhuma obra foi dedicada a sua criação e desenvolvimento.

Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares”
AEAM-Mariana/MG

²²¹ O Sínodo Diocesano é uma assembleia de sacerdotes e de fiéis, escolhidos pelo bispo da Igreja particular, que auxiliam o prelado na organização das metas administrativas da diocese. Grifo nosso.

especialmente espiritismo e protestantismo, orientações para as vocações sacerdotais, entre outras. Porém, vale destacar que o mesmo também faz observações importantes com relação ao patrimônio histórico da arquidiocese.

III.3.2- Tensões no interior da arquidiocese

A estrutura interna de uma arquidiocese envolve um contingente de indivíduos que estão em constante dependência uns dos outros no desempenho de suas funções. As relações que se desenvolvem neste campo possuem estrutura e regularidade muito própria, especialmente na relação do clero e fiéis com o arcebispo, na qual o movimento de equilíbrio de forças oscila a favor do superior, enquanto os demais devem incorporar o sentido correto da obediência enquanto elemento fundamental.

Estas relações de dependência se desenvolvem muitas vezes sob um manto cuja coloração reflete um sistema harmonioso, porém, são relações internamente repletas de tensões.

O episcopado de Dom Helvécio não foge à regra, diversos momentos de fortes tensões na suas relações com os seus colaboradores podem ser observados, fato que nos possibilita analisar como o mesmo trabalhava com estas questões, qual o nível das divergências e quais as ações tomadas pelo prelado com o objetivo de

manter o equilíbrio entre os diversos personagens que compunham a estrutura de sua arquidiocese.

As tomadas de decisão de Dom Helvécio como arcebispo nos abrem espaço tanto para a percepção de como ele se colocava diante dos demais em uma relação de superioridade, própria do seu cargo, assim como são reveladores de como o mesmo procurava através destes momentos de tensões construir a sua própria imagem, sempre voltada para a ideia da justiça, da verdade e da benevolência.

a) Tensões com o clero secular: acusações e defesas

Quando Dom Helvécio tomou posse da arquidiocese, a mesma contava com a presença de 194 sacerdotes seculares (TRINDADE, 1929). Manter a harmonia e coesão entre “todos” os membros não parece ter sido tarefa fácil nos primeiros anos de seu governo episcopal. Por um lado os documentos indicam momentos de fortes tensões, por outro, podemos perceber que os mesmos são permeados de solidariedade para com o prelado. Neste sentido, podemos registrar que apesar da maioria se mostrar obediente, alguns poucos clérigos se mostravam muito descontentes com o novo superior, ocasionando o desequilíbrio do conjunto.

Entre os diversos casos de acusações e tensões, entre o arcebispo e o clero secular, que se encontram arquivados no AEAM, vamos nos

limitar apenas ao caso que nos parece ter sido mais importante. No início de 1927 o clero secular faz redigir uma carta de apoio ao prelado na qual nos relata que:

informados de que um infeliz sacerdote de nossas fileiras, publicou e espalhou um folheto ignóbil, no qual, em linguagem extremamente desrespeitosa e de mão gosto, calumniosamente deturpou factos, inventou dictos e torceu intenções, que falsamente attribue à V. Excia. Revma. Nosso extremecido Arcebispo e amantíssimo Pae e Pastor. Deante deste attentado que, tão profundamente nos ferio, na pessoa de V. Excia. Revma. julgamos, de nosso dever, repellir com indignação e profunda dor, todas as injustiças e falsidades, que nelle são maldosamente creados e publicados. (...) Feridos, portanto, na pessoa de V. Excia. Revma. recebemos, como a nós feitas, cada uma das offensas com que debalde, procuram attingir a quem se tornou invulnerável, os que sempre levam a mal a rigidez do character e virtudes raras do Senhor D. Helvécio Gomes de Oliveira (...).²²²

A carta foi assinada por 117 padres, com a observação de que alguns membros do clero já haviam levado ao prelado protestos de sua solidariedade de maneira individual, porém, mantinham-se em plena coesão com os demais.

²²² Correspondência data de 12 de janeiro de 1927.
Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 “Acusações contra Dom Helvécio”
AEAM-Mariana/MG

O folheto com acusações sobre a administração do prelado foi obra do Pe. José de Castro e, certamente, chegou às mãos do prelado. No meio de um clero numeroso tudo nos indica que este padre conseguiu promover um forte momento de desequilíbrio na arquidiocese, apesar da maioria manter-se fiel ao arcebispo demonstrando votos de total obediência e respeito com a autoridade episcopal.

Entretanto, o fato mais interessante neste momento de tensão foi a importância que o próprio arcebispo deu ao caso. Dom Helvécio fez imprimir um documento de 32 páginas nas quais rebate todas as acusações feitas pelo padre. O fato de elaborar um documento longo demonstra-nos o quanto as críticas, ou calúnias, do referido padre o incomodou, pois diante da sua posição de autoridade na arquidiocese o mesmo poderia ter repellido o sacerdote com diversas outras advertências, mas preferiu responder a todas as acusações.

A ação do padre de ter feito publicar um folheto com acusações sobre a administração do arcebispo deve ser visto no interior da Igreja Católica como um ato de extrema desobediência. Ao responder às acusações Dom Helvécio inicia seu texto listando todas as acusações, que não são poucas, conforme segue:

que eu sou perseguidor dos Padres, que já fui suspenso de ordens em M. Grosso, vim para aqui para <<botar para fora>> os Padres Lazaristas e em lugar delles

collocar os Salesianos; que eu esbanjei dinheiros da Diocese, vendendo por meia pataca o Cinema Modelo de B. Horizonte, dando de presente o Collegio do Patrocínio à Diocese de Juiz de Fora; que eu trabalho e edifico, sim, mas com os dinheiros de Congonhas; que eu readmitti no Cabido o Cônego Braga contra o parecer da maioria dos senhores Cônegos, que eu persigo a memória de Dom Silvério; fiz um luxuoso Palácio, matei os monsenhores Julio Engracia e Paiva Campos; que o Co. Horta morreu delirando contra mim; que eu emprestei dinheiro diocesano a um negociante do Espírito Santo e, fallindo este, ficara eu em atropelos, razão de minha doença no anno passado; que eu persigo os Padres italianos, a ponto de um d'elles e os frades ex-vigarios de Cataguases, recorrerem contra mim ao Santo Padre; que eu colloquei na Cúria os cônegos Trindade e Alípio para perseguirem sua família, deixei a Semana Santa de Marianna para ir <<ganhar dinheiro>> em São João d'El-Rey; vivo a passeiar de trem e que, finalmente, à vista de tantas obras e despesas que hei feito em cinco annos, não tenho tirado sorte grande, só uma explicação caberia – uma fábrica de notas falsas ou muito dinheiro deixado por D. Silvério. Sei ainda de outras injúrias e até blasfêmias de V. Rvma., p. ex. – que dá graças a Deus não ter sido ordenado por mim, senão poria em duvida o seu Sacerdócio, etc. etc.”²²³

Com base nas datas dos documentos, janeiro de 1927 a carta de apoio dos padres e, março de 1928 data do documento impresso pelo

²²³ Impresso datado de 20 de março de 1928.

Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 “Acusações contra Dom Helvécio”
AEAM-Mariana/MG

arcebispo, podemos notar que o quadro de tensão arrastou-se por muito tempo. Tempo desnecessário diante da gravidade das acusações, já que o arcebispo tinha autoridade suficiente para repelir o insubordinado e por fim ao caso. O cânone 127, do Código de Direito Canônico de 1917, que trata das obrigações dos clérigos, determina aos mesmos a obrigação de mostrar reverência e obediência ao seu superior. Neste sentido, podemos perceber que Dom Helvécio foi benevolente com este caso de desobediência e durante muito tempo.

O documento repelindo cada uma das acusações é longo, portanto, vamos nos limitar à análise de apenas três defesas do prelado, objetivando perceber quais os argumentos utilizados nos casos escolhidos e, ao mesmo tempo, tentar perceber qual a imagem que o mesmo procurava construir de si próprio.

Sobre a acusação de que vive a passear de trem, Dom Helvécio escreve:

Cada três ou dous mezes, é facto, eu desço, geralmente de Nocturno, para subir não raro em Nocturno do dia immediato, depravadissimo gosto, já se vê, se viajar fosse prazer em trens da Central. Não é, porém, ao Rio que vae ao seu ex-Bispo, snr. Reverendo; não é ao Rio; pelo Rio passo eu sem sequer alongar a vista por aquellas avenidas para mim de ha muito monótonas e sem interesse, que as conheço antes mesmo de V. Rma. nascer: aquellas ruas que o meu táxi atravessa em três minutos e me despeja, fatigadissimo, n'uma barca para

Nicteroy. Em Nicteroy, bem próximo ao Collegio Salesiano, berço de minha vocação religiosa e sacerdotal, na sua casita pequenina e assejada, espera-me sempre, vive de me esperar, recebe-me a cada esses dous ou três mezes, uma pobre velhinha, quase nonagenária que, apenas me avista, ergue-me ao meu encontro, abraça-me a chorar e, chorando ainda, cobre-me de bênçãos, bênçãos de Mãe feliz que abençoa ao filho que pode abençoar e abençoa também(...).²²⁴

Primeiramente é importante notar que o mesmo ao descrever seu verdadeiro roteiro de viagem o faz como “seu ex-Bispo”, fato que nos adverte que este parece ter sido o momento do desfecho do caso. Em segundo lugar torna-se interessante notar em sua justificativa o principal elemento utilizado para sua defesa, a ideia de um bom filho, que visita regularmente a velha mãe. Esta justificativa, no caso de um membro de uma instituição, a qual analisamos a partir do conceito de Instituição Total, nos revela o não afastamento do indivíduo do seio família. A necessidade da regularidade das visitas familiares nos remete a ideia de que o mesmo ainda mantinha a figura da mãe como base de sustentáculo da sua própria figura humana.

Além do ideal de bom filho outros elementos são importantes em sua defesa, como por exemplo, a ideia de que viajar em trens da Central não era nada agradável. Vale destacar neste caso que os

²²⁴ Idem.

arcebispos e bispos deste período possuíam carteiras especiais para as viagens em trens, nada pagavam pelos bilhetes e eram acolhidos com toda dignidade de sua posição.

Finalmente, Dom Helvécio ao descrever as paisagens do Rio de Janeiro, não admite por elas nenhum interesse, pelo contrário, tudo é monótono e fatigante. Neste sentido vale uma breve comparação entre Mariana e Rio de Janeiro no que se refere ao “monótono”. Enquanto a primeira, cravada nas montanhas de Minas Gerais, não experimentou no momento em análise um grande desenvolvimento; a segunda vivia a efervescência e o ritmo alucinante com a concentração de todas as novidades tecnológicas possíveis, que a tornava a capital irradiante (SEVCENKO, 2002).

Enfim, sua defesa se centra no campo da recompensa do abraço materno, do acolhimento e da benção entre ambos, temos aqui a construção da imagem do bom filho que a casa torna, mesmo que para visitas efêmeras.

Sobre as acusações de ser perseguidor de padres, escolhemos o seguinte trecho de sua defesa:

Rigorous e perseguidor? A quem suspendi eu quatro annos de Maranhão, a quem n’estes cinco annos de Mariana? Se houve três casos dolorosos de suspensão, foram ellas *ipso facto e per se*, e não decretados por mim. (...) Nunca transferi ou nomeei Vigários sem consulta prévia a cada um delles, interessando-me não raro pelas

suas famílias, e parentes, até pelas suas propriedades materiais, como attestam algumas centenas de cartas, agradecidas e significativas, que possúo.²²⁵

A ideia da justiça e benevolência no campo do trabalho, no qual o mesmo não faz uso arbitrário de sua autoridade nos momentos de transferência, mas ouve as particularidades de cada um, é a imagem com que o mesmo procura representar sua relação com o clero. Porém, o padre acusador não se intimida na sua acusação e a faz citando os nomes dos demais colegas, fato que possivelmente deve ter gerado uma série de intrigas e desconforto entre os demais envolvidos.

Importante destacar que na carta de apoio do clero, no que se refere ao cuidado com os padres, os mesmos registram que:

Um quase lustro de intima convivência com V. Excia. Revma. tem sido bastante para por em evidencia o amor extremado do melhor dos Paes, a dedicação sem igual do amigo desvelado conjugados com a delicadeza, carinho e caridade que nos tem sempre dispensado tão digno filho de D. Bosco, não nos faltando, até os recursos de sua bolsa, quando exige o estado precário de nossa saúde, do que é prova cabal mais de um sacerdote de nosso clero, internando longamente em hospitaes, às expensas exclusivas do actual Arcebispo de Marianna.²²⁶

²²⁵ Idem.

²²⁶ Correspondência data de 12 de janeiro de 1927.
Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 “Acusações contra Dom Helvécio”
AEAM-Mariana/MG

É preciso notar que o documento acima foi assinado por um grupo grande, pois a maioria estava realmente do lado do prelado. Os argumentos contidos na carta certamente são verdadeiros, visto não haver necessidade de se criarem falsas justificativas para a questão, bastando somente uma carta em que além do apoio a Dom Helvécio, continha o repúdio ao Pe. José de Castro. Além disto, devemos ter em mente de que um documento com falsas argumentações não poderia ter sido assinado com a concordância de 117 padres.

Finalmente a acusação sobre haver construído um luxuoso palácio. De fato, nos primeiros anos de seu governo Dom Helvécio residiu no Palácio Arquiepiscopal, porém, seu próprio registro sobre esta residência nos indica que o mesmo não possuía as características de um palácio confortável. No mesmo documento, quando rebate as acusações sobre a criação da Diocese de Juiz de Fora, relata a visita do Monsenhor Serena, auditor do Núncio Apostólico, que insistiu na sua transferência para Juiz de Fora, sobretudo:

depois do susto passado por ter topado uma *jararaca* n'um dos corredores escuros do Paço Episcopal e muito se incomodado com o barulho à noite dos *gambás* nos forros de taquara.²²⁷

²²⁷ Impresso datado de 20 de março de 1928. Itálico do autor.
Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 “Acusações contra Dom Helvécio”
AEAM-Mariana/MG

Neste sentido, é importante observar que as sedes episcopais procuravam dotar-se de prédios luxuosos para servir de residência aos prelados, elemento que “prendia-se a uma tradição romana que concebia política e simbolicamente a posição do bispo como chefe supremo da igreja local e representante encarnado da figura do papa” (MICELI, 2009, p. 151). No caso brasileiro, especialmente após a separação entre Igreja Católica e Estado, era necessária, segundo a concepção dos próprios agentes eclesiásticos, a edificação de espaços arquitetônicos que procuravam estar em situação de igualdade com as do poder civil, diante das pretensões de influência política e espiritual sobre a sociedade.

Este elemento, somado ao conforto que o prelado não encontra no antigo palácio, levou-o à construção em Mariana da Vila Gethsemane²²⁸, nos fundos da igreja de São Pedro. As justificativas sobre a construção do novo palácio encontram-se na parte em que o mesmo descreve seu patrimônio pessoal, na qual relata que:

Dei-me até o luxo de edificar uma casita, assejada, construída a minha custa e de alguns amigos, sem haver para ella pedido um tostão a V. Rma. nem a ninguém; edifício que ofereci à Arquidiocese, em lembrança

²²⁸ O nome dado ao novo palácio “Villa Gethsemane” faz referência ao local onde Jesus Cristo se encontrou com seus discípulos antes de sua prisão. Conforme: Lc 22, 39-44; Mt 26, 36-46; Mc 14, 32-36. Também de acordo com a tradição da Igreja Ortodoxa, Gethsemani é o jardim onde a Virgem Maria foi sepultada e depois elevada ao céu, após dormição no Monte Sion. Segundo Eusébio de Cesaréia (265-339), considerado um dos primeiros historiadores da Igreja Católica, Gethsemane localiza-se nas encostas mais baixas do Monte das Oliveiras.

agradecida a Deus, aos meus caríssimos Padres colaboradores e aos fiéis archidiocesanos, por memória das Bodas de Prata de minha ordenação sacerdotal. Esta casa é agora tanto minha como de V. Rma., Snr. Pe. Castro, quando for Bispo de Mariana.²²⁹

O fato de ter edificado o novo palácio com suas próprias economias e doado à arquidiocese aparece não só em sua justificativa, como em vários outros documentos encontrados em nossas pesquisas. Este fato apenas nos confirma a situação financeira pessoal do prelado, que o mesmo confirma escrevendo: "Com effeito, jamais escassearam recursos para minha pessoa, sobejaram sempre."²³⁰ Assim, podemos registrar que Dom Helvécio sempre viveu em condições materiais confortáveis, fato que se aplica também à compra de um dos primeiros carros da região, um Ford, a qual o mesmo justifica pela necessidade de não ir à Catedral pontificar com as vestes encharcadas d'água em dias de chuva.

Para finalizar este tópico devemos ter em mente que cada uma das partes procurava de alguma forma justificar suas acusações e defesas e, certamente, tanto o padre acusador como o arcebispo acusado, vivenciaram momentos tensos. Desequilíbrios entre arcebispos e algum membro do clero, tanto secular quanto regular,

²²⁹ Impresso datado de 20 de março de 1928.
Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 "Acusações contra Dom Helvécio"
AEAM-Mariana/MG

²³⁰ Idem

causados por ações de desobediência, não eram vistos como novidade no interior da Igreja Católica, porém, tudo nos indica que o caso do Pe. José de Castro, ao publicar folheto com acusações contra a autoridade episcopal, foi além do permitido no interior da Instituição.

Os argumentos utilizados por Dom Helvéio para sua defesa objetivam a construção de uma imagem de homem justo, de hábitos simples, benevolente, porém, são também repletos de contradições, porque, enquanto pessoa humana, o mesmo não é capaz de fugir do sistema no qual foi formado, que o coloca diante do outro sempre em situação de superioridade.

b) Tensões com o clero regular

A trajetória de Dom Helvéio analisada a partir do conceito de Instituição Total torna-se rica porque o mesmo ocupou várias posições na Igreja Católica ao longo de sua vida eclesiástica. Conforme analisamos no capítulo II, durante os anos de trabalho como religioso da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, tornou-se a figura central das tensões que envolveram os salesianos e o bispo de Cuiabá, Dom Carlos Luiz D'Amour. Durante seu episcopado em Minas Gerais entrou em tensão com grupos de religiosos, porém, neste momento ocupa o outro lado, ou seja, é a autoridade episcopal.

Para a análise das relações tensas que se desenvolveram entre Dom Helvécio e os religiosos que atuavam em sua arquidiocese escolhemos dois casos: o primeiro envolvendo um grupo do setor masculino, os religiosos franciscanos, de origem holandesa; e o segundo, do setor feminino, as religiosas missionárias da Congregação de Nossa Senhora das Dores, de origem francesa.

Os religiosos franciscanos chegaram a Mariana em 1903, durante o episcopado de Dom Silvério Gomes Pimenta, receberam a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto. Os registros são reveladores das dificuldades dos religiosos em manter-se financeiramente a partir desta única paróquia, a remuneração das espórtulas de batizados, casamentos e missas era insuficiente para a manutenção de uma comunidade de quatro ou mesmo seis confrades.

Em 1904 os franciscanos aportaram na cidade de São João Del Rei a pedido do vigário Pe. Gustavo Ernesto Coelho, que com sua saúde abalada necessitava de ajuda para a administração da paróquia do Pilar, de vasta extensão. Frei Cândido, nomeado vigário substituto, passou então a administrar de fato a paróquia do Pilar. Os religiosos, sem paróquia na cidade, fundaram na cidade o Colégio Seráfico de São João Del Rei e o Ginásio Santo Antônio (VAN KOPPEN, 1991).

Os desentendimentos entre o prelado e os franciscanos tiveram início nos primeiros anos do seu governo. A situação dos religiosos na

paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto, era insatisfatória do ponto de vista financeiro e, em São João Del Rei não possuíam paróquia. Quando, em 1924, faleceu o vigário Gustavo Ernesto Coelho esperava-se a nomeação definitiva de Frei Cândido por Dom Helvécio, o que não ocorreu, sendo a paróquia entregue aos padres diocesanos.

Tudo indica que os desentendimentos, inclusive a não nomeação de Frei Cândido como vigário, foram motivados pela transferência do Colégio Seráfico de São João Del Rei para a cidade de Divinópolis, pertencente à diocese de Belo Horizonte. Nesta época os prelados encontravam-se engajados num programa de investimentos que incluía edificações de palácios, reformas das catedrais, implantação de jornais católicos e fundação de estabelecimentos educacionais. Assim, a transferência do colégio para uma diocese vizinha não foi recebida por Dom Helvécio como uma atitude positiva dos franciscanos.

Neste contexto de tensão entre os religiosos e o arcebispo, encontrava-se à frente das decisões franciscanas o canonista Frei Paulo Stein, que segundo os documentos:

sentia-se desvalorizado, até publicamente desqualificado por Dom Helvécio como um canonista de gabinete... até perante o Núncio Apostólico em sua visita a Ouro Preto em outubro de 1931, quando Dom Helvécio fez pouco caso de Frei Paulo, rodeado de uns 10 frades (VAN KOPPEN, 1991, p. 04).

As tensões parecem ter-se avolumado e, diante das dificuldades de manter-se financeiramente, os franciscanos decidiram entregar ao arcebispo a paróquia de Ouro Preto, o que de fato foi feito em março de 1933. Porém, diante da intervenção do Núncio Apostólico pedindo que aguardassem, Frei Paulo Stein apresentou a questão a Roma, que decidiu a favor dos frades. Em junho os frades retiraram-se definitivamente de Ouro Preto, sua única paróquia na arquidiocese de Mariana. Sem nenhuma paróquia os frades que restaram em São João Del Rei concentraram seus esforços na educação intelectual e religiosa dos seus alunos do Ginásio Santo Antônio e de sua Ordem Terceira.

As relações que se desenvolviam entre arcebispos e superiores religiosos nem sempre eram tranquilas, envolviam interesses de ambas as partes. De acordo com a Pastoral Coletiva de 1915 as congregações religiosas deveriam manter-se unidas ao episcopado e prontas a promover os interesses espirituais e socorrer as necessidades das dioceses, pelo qual “gozarão por isso mesmo da benevolência especial e proteção dos Bispos.”²³¹ Porém, neste caso parece ter havido “muitos equívocos entre os dois dignatários, ambos grandes figuras, cujos anjos das guarda – como diz o povo – não combinavam” (VAN KOPPEN, 1991, p. 04).

²³¹ Cf. Carta Pastoral Coletiva de 1915, Capítulo XVII, parágrafo 1373. p. 346

No mesmo momento em que se desenrolavam as tensões entre o representante dos franciscanos e Dom Helvécio, o último encontrava-se também em conflito com as religiosas missionárias da Congregação Nossa Senhora das Dores.

As religiosas chegaram ao Brasil em 1913 e se estabeleceram inicialmente em São Domingos do Prata/MG, pertencente à arquidiocese de Mariana, fundando ali o primeiro colégio da congregação. Após receberem doação para fundação de uma escola em Itabira/MG, transferiram, em 1922, a sede da congregação para a cidade, que oferecia melhores condições para o desenvolvimento dos trabalhos, com a devida autorização do então arcebispo Dom Silvério Gomes Pimenta. Além do colégio as religiosas mantinham também o noviciado.

Em 1924 Dom Helvécio visitou pela primeira vez a paróquia de Itabira. Em visita canônica à comunidade das religiosas conferenciou “em particular com todas as religiosas e mostrou-se muito descontente com a administração de Madre Maria de Jesus” (CALVÁRIO, 1967, p. 126).²³² O motivo do descontentamento parece não ter ficado muito claro para as religiosas, uma atmosfera de ansiedade tomou conta das religiosas.

²³² O livro analisado para o caso das religiosas missionárias da congregação de Nossa Senhora das Dores, intitulado “Traços biográficos de Madre Maria de Jesus” foi escrito por uma religiosa da congregação, cujo nome não aparece na obra. Diante da necessidade de citação conforme regras da ABNT utilizamos para a referência “Madre Maria do Calvário”, Superiora Geral da Congregação.

Neste momento a congregação crescia de modo considerável. Durante a visita episcopal várias noviças emitiram votos e, logo após as celebrações, o arcebispo fez a Madre Maria de Jesus receber carta com proposta de direção do orfanato Santo Antônio de Pádua, na cidade de Ouro Preto, que outrora havia sido confiado às religiosas franciscanas da Sagrada Família, mas que haviam se retirado da cidade passando a administração do orfanato para mãos de leigos.

Manter os serviços de assistência social e educação nas mãos dos religiosos era meta dos arcebispos deste período. No jogo das relações de cooperação entre os dois poderes quanto maior fosse o serviço prestado à sociedade, maior campo de influência e prestígio da Igreja Católica. Além do movimento significar também uma corrida contra os protestantes e os espíritas, que se colocavam como fortes concorrentes neste setor. Neste sentido podemos entender a proposta da direção do orfanato em Ouro Preto.

A Superiora Geral ordenou à Madre Maria de Jesus, que neste momento ocupava o cargo de Mestra de Noviças, que fosse a Mariana explicar pessoalmente ao arcebispo as dificuldades com pessoal e a impossibilidade de assumir mais este trabalho. Dom Helvécio não a recebeu. Regressou a seu posto, porém, o prelado exigia a ida das irmãs para Ouro Preto (CALVÁRIO, 1967).

O caso das religiosas missionárias da Congregação de Nossa Senhora das Dores é típico deste momento da vida religiosa feminina no Brasil no início século XX. À frente da direção de uma obra de propriedade da congregação, obtida através de doação, mantêm-se empenhadas nos trabalhos de administração e acabaram por criar certa autonomia, desenvolvendo suas capacidades de liderança, surgindo como agentes dinâmicas e inovadoras nas suas áreas de trabalho (NUNES, 1997). Porém, as suas atividades funcionavam no interior de uma circunscrição eclesiástica e estavam sujeitas a todas as formas de controle da autoridade episcopal.

As tensões que se seguiram na relação entre as religiosas e Dom Helvécio são permeadas de intrigas, acusações, afastamentos, descontentamentos e ameaças de transferências, até que “as religiosas dos estabelecimentos de Itabira e São Domingos do Prata viram-se forçadas a deixar seus postos” (CALVÁRIO, 1967, p. 150).

No momento o colégio de Itabira encontrava-se em pleno desenvolvimento com os trabalhos de fiscalização para equiparação à Escola Normal Modelo do Estado, fato que colocou a elite local a favor das religiosas. O caso envolveu também os prelados de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, e de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, que envidaram esforços para colocar fim às tensões. Dom Helvécio finalmente voltou atrás e propôs o regresso das religiosas a sua

arquidiocese, o que foi aceito colocando fim aos acontecimentos. O prelado “exigiu, entretanto, que todas as Irmãs Professas e Noviças se dirigissem a ele em carta, pondo-se à sua disposição e prometendo-lhe filial obediência. Assim se fez” (CALVÁRIO, 1967, p. 152).

Os casos analisados, apesar de desfechos diferentes, são representativos das tensões que envolviam os religiosos e autoridades do episcopado nacional, num quadro de hierarquias superpostas e de relações de interdependência. O enquadramento desejado pelos bispos nem sempre ia ao encontro do desejo dos superiores das congregações, que por sua vez tinham seus estatutos aprovados pela Santa Sé.

No caso dos religiosos franciscanos, Dom Helvécio, anos mais tarde ainda tentou a sua volta para Ouro Preto, porém, suas ações não surtiram efeito (VAN KOPPEN, 1991). As religiosas missionárias retornaram, prometeram obediência e disposição, porém, um elemento deve ser levado em conta nesta decisão: elas eram as proprietárias e, caso não voltassem, corriam o risco de perder as doações que haviam recebido.

c) Associações versus autoridade episcopal

O período analisado é marcado por forte controle das associações religiosas formadas pelos leigos, fruto das diretrizes da Reforma

Ultramontana implantada na arquidiocese pelos antecessores de Dom Helvécio. Para este tópico escolhemos dois momentos de tensões surgidos entre o prelado e associações religiosas: Apostolado da Oração e o da Banda de Música São José.

O primeiro caso refere-se às tradicionais damas do Apostolado da Oração da Catedral da Sé. Diferentemente das tensões já analisadas anteriormente, que partem de questões claras, aqui as motivações não são registradas. O clima de hostilidade se desenvolveu entre os membros desta associação e Dom Helvécio durante todo o ano de 1934. As tensões chegaram a tal ponto que foi preciso a intervenção do cônego. No fechamento do movimento religioso deste ano podemos ler:

preciso declarar que em reunião do Apostolado da Oração, no dia 23 de dezembro, 4º. domingo do mês, e igualmente do Advento, fiz um vehemente apello às associadas para que trabalhem juntamente no intuito de acabarmos com o ambiente de hostilidade que ainda existe contra a pessoa do Exmo. e Revmo. SR. Arcebispo e para mais se convencerem da sinceridade do apello, disse que irrevogavelmente acabarei com o Apostolado na Cathedral se o Apostolado não acabar o quanto antes com essa animosidade injustificável.²³³

²³³ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 14v.
ACPM- Mariana/MG

Apesar do registro de uma animosidade “injustificável”, que sugere não haver nenhuma motivação, impossível pensar que um grupo de senhoras revoltou-se contra a autoridade do arcebispo sem nenhuma razão, especialmente por se tratar de uma sociedade cuja tradição mantinha pela autoridade episcopal todo o respeito. Algo de muito grave ocorreu para que estas mulheres se colocassem em clima de indisposição com Dom Helvécio, porém, com base nos registros encontrados torna-se impossível chegar à motivação real.

Interessante observar também no registro a ameaça feita pelo cônego de liquidar com o movimento, caso as mesmas não colocassem fim ao clima de animosidade para com o prelado. Nos registros que seguem sobre o movimento o Apostolado da Oração podemos perceber que a ameaça teve efeito positivo, com a permanência e submissão das senhoras do movimento.

O segundo caso refere-se à associação Banda de Música São José. A corporação musical foi criada por Dom Silvério Gomes Pimenta, tocou pela primeira vez em 19 de março de 1902. Segundo seus estatutos a associação é uma entidade puramente eclesiástica, cuja finalidade de acordo com o artigo primeiro de seu estatuto é:

destinada especialmente aos jovens solteiros, tem por fim prestar a São José o culto público compatível com suas forças e condições, procurando cada membro imitar as

virtudes do grande patriarca, principalmente na pureza, amando-o e invocando-o todos os dias.²³⁴

A tarefa de transformar a prática religiosa preocupada com as necessidades imediatas da vida terrena, para uma religião sobrenatural da salvação eterna não foi tarefa simples. Não se tratava apenas de um processo de demolição do edifício antigo, ligado ao catolicismo tradicional, mas implicava também no processo de criação de um novo imaginário religioso social, cuja obra deve-se à conjugação de um trabalho expressivo do clero reformador e de medidas práticas dentro de um novo espírito de busca de eficácia (LIBÂNIO, 1983). A associação Banda de São José é fruto deste contexto.

Apesar de ser entidade eclesiástica e de se tratar de uma corporação musical, o objetivo, conforme o estatuto, era o culto público, não podendo, desta forma, ser analisada como uma obra de auxílio às solenidades religiosas, ou seja, não se tratava de uma escola de música sacra e religiosa, ainda que estas pudessem ser executadas.²³⁵

Quando Dom Helvécio fez sua entrada solene na cidade de Mariana, conforme já registramos, a banda de música São José

²³⁴ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 58V.
ACPM- Mariana/MG

²³⁵ Vale registrar que um ano após a criação da Associação São José, em 1903, a Reforma Litúrgica de Papa Pio X (1903-1914) orientava, através do *Motu próprio* de 22 de novembro de 1903, que a música deveria estar a serviço da liturgia, e não o contrário, além de determinar que música deveria ser aquela que mais se aproxima do canto gregoriano autêntico, nada de cantos que, mesmo longinquamente, se aproximem do profano. Cf. ZAGHENI, 1999.

encontrava-se presente, da mesma forma podemos encontrá-la em diversos outros momentos festivos da arquidiocese. Em 1944 o arcebispo nomeou o cura da catedral, cónego Oscar de Oliveira, diretor da corporação musical. Os registros indicam que a nomeação teve por objetivo “por termo a certos problemas” surgidos na associação, porém, sem a nomeação dos mesmos.

Na primeira reunião convocada estiveram presentes no Paço Episcopal representantes da Banda de Música e membros do clero, na qual o prelado ordenou ao novo diretor “saldar a dívida de Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros)” referente a débito com instrumentos musicais, além de ordenar que, por falta de sede própria da associação, a mesma “ficará funcionando, temporariamente, em cômodos do andar térreo da casa onde reside o cura.”²³⁶

No ano de 1948 é possível ler, no livro de tombo da catedral de Mariana, dois registros que marcam a presença da banda de música, o primeiro em fevereiro, durante a procissão de São Sebastião no Morro de Sant’Ana; o segundo, no mês de maio, durante a benção da pedra fundamental do Edifício Santa Cruz, na cidade de Ponte Nova, obra idealizada por Dom Helvécio que se destinava a sustentar, com a renda dos aluguéis, as vocações sacerdotais.

²³⁶ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 58.
ACPM- Mariana/MG

Neste sentido, tudo nos indica que, após a nomeação do novo diretor, houve acordo entre os membros da associação e os representantes eclesiásticos. Dom Helvécio, conforme já analisamos, foi muito influenciado pela música no momento de sua formação no colégio salesiano Santa Rosa, em Niterói, e, segundo os registros do cônego Oscar de Oliveira, o mesmo não mediu esforços para reestruturar financeiramente a Banda São José.

No ano de 1951 os músicos membros da associação encontravam-se descontentes e desejavam uma nova reorganização para a associação, em reunião afirmaram que a banda musical:

é uma sociedade civil e não eclesiástica, e se um dia desaparecer, suas propriedades reverterão em bens eclesiásticos; não querem ingerência de padre na diretoria da mesma, não sabem como se pode demolir a casa do primeiro diretor, o falecido Sr. Olimpio Correa, cujo uso fruto fora deixado à corporação musical (....) desejam do Sr. Arcebispo “uma indenização” fazendo-lhes a compra de casa central para a Banda, em substituição da que pertencera ao defunto Olimpio Correa. Quanto aos quatro contos dados pelo Sr. Arcebispo para saldar a dívida da banda (em 1944), eles poderão restituí-los a S. Excia, talvez vendendo alguns instrumentos.²³⁷

A afirmação é clara, não desejam submeter-se ao episcopado, cobram indenização pela venda de uma casa, que segundo os

²³⁷ Idem, p. 157 v.

representantes pertencia à associação e reconhecem a dívida de 1944. Mas o que fica claro é que não desejam mais manter-se como uma associação de cunho eclesiástico, lutam pela independência da banda em relação ao arcebispado. Uma luta desigual, já que os estatutos demonstram ser a associação de caráter eclesiástico. O desfecho das tensões chega ao fim em dezembro, momento em que, segundo o diretor, o arcebispo “me deu este despacho oral: Tome aos músicos os instrumentos e os guarde até que venham tempos melhores. E eu obedeci.”²³⁸

Assim, depois de 49 anos de existência, chegou ao fim a Associação Banda de São José. O cônego Oscar de Oliveira registra que ainda tentou dialogar com os representantes da banda, mostrando os estatutos, mas que os membros não se interessaram, queriam torná-la uma sociedade civil. Após este momento a associação não aparece mais nos registros do movimento religioso da arquidiocese.

Neste caso é possível perceber que Dom Helvécio agiu com a firmeza, a associação era de caráter eclesiástico conforme os estatutos. Porém, ao mesmo tempo podemos notar gestos de maleabilidade, como por exemplo, o fato de saldar as dívidas da banda, mas que de nada adiantou, fato que evidencia que os tempos já se mostram outros com relação aos movimentos religiosos.

²³⁸ Idem, p. 158.

d) Dom Helvécio e o laicato

Um dos aspectos mais relevantes do laicato nacional a ser destacado no período estudado foi sua afirmação frente ao clericalismo, até então dominante na Igreja Católica. Este processo de conquista ocorreu especialmente onde os movimentos da Ação Católica e Reforma Litúrgica faziam-se presentes e adquiriram força expressiva.

Porém, como já analisamos anteriormente, este não foi o caso da arquidiocese de Mariana, que conheceu apenas um ramo da Ação Católica, a JOC (Juventude Operária Católica), com pouca expressão. Da mesma forma, não encontramos nenhum registro do Movimento Litúrgico.

No ano de 1934, Dom Helvécio encontra-se envolvido em outra questão tensa em Mariana. A motivação neste caso é clara: tratava-se do fornecimento de energia elétrica para os templos religiosos pela Companhia de Força e Luz Marianense. Dom Helvécio acreditava ser de direito da Igreja Católica o fornecimento de energia elétrica sem o devido pagamento. A reação da diretoria é clara neste sentido e, segundo estes:

É de hontem a injustificada questão de luz nas igrejas, tendo como consequência a ordem vacarial para a supressão immediata da illuminação electrica nos templos e a exigência do pagamento de dez mil reis mensais por cada poste ficado em terrenos doados a igreja sem se

attenterem as ponderações da directoria da "Força e Luz".²³⁹

Ainda segundo a mesma reportagem o interesse do arcebispo era a destruição da companhia, que havia sido criada apenas com o interesse de concorrer para o progresso do município. Certamente Dom Helvécio não era contra o progresso da cidade, pelo contrário, sempre se mostrou ligado aos frutos da modernidade, estava apenas naquele momento lutando por uma questão que considerava ser de direito. Quanto ao arcebispo a reportagem registra que:

nada o prende a este município, por isto age apenas de accordo com o seu espírito de predomínio, de trazer todos sob o seu quante. Obteve o favor governamental, e com este esmague-se agora o resto. Mas não se esqueça o arcebispo que as graças do governo não tem o poder de mudar a opinião publica, assim como discricionariamente se mudam situações políticas.²⁴⁰

O texto reflete a animosidade da comunidade em relação a Dom Helvécio, que através do jogo político consegue obter favores para a Igreja Católica, porém, coloca em questão um órgão de interesse de toda a comunidade, que era a Companhia de Força e Luz Marianense. Esta tensão que o jornal *O Germinal* registra em maio de 1934 se

²³⁹ Conforme Jornal "O Germinal" de 15/05/1934.
Arquivo 5 – Gaveta 10 – Pasta "Jornais" – AEAM-Mariana/MG

²⁴⁰ Idem.

arrasta por meses, fato que possivelmente colocou a elite de Mariana numa relação de animosidade com o arcebispo. Certamente o debate gerado levou a posicionamentos diversos, com defesas e ataques, mas o que nos interessa é que a questão colocou Dom Helvécio no centro do debate, ocasionando um clima de hostilidade entre a comunidade e o prelado.

As divergências chegaram no ponto máximo de tensão no encerramento das celebrações da Semana Religiosa de 1935. Segundo os relatos da semana:

O incidente tristíssimo e lamentável de faltar propositalmente luz no dia do encerramento da Semana Religiosa, coisa que depoz muitíssimo contra os povos de nossa cultura, levou pessoas iludidas a se convencer da má fé que muita gente aqui vive a perseguir as cousas da igreja. É aliás este o motivo porque aqui se vive triste, porquanto depois de tantos esforços, a pessoa do Snr. Arcebispo ainda continua hostilizada e odiada infelizmente por muita gente que até freqüenta a igreja e os sacramentos. É doloroso.²⁴¹

O registro do cura da catedral deixa claro que os diretores da Companhia de Força e Luz não estavam dispostos a ceder fornecimento gratuito de energia aos templos católicos. A nova mentalidade que

²⁴¹ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 16.
ACPM- Mariana/MG

permeia os negócios da companhia não abre espaço para privilégios relacionados a nenhum determinado culto religioso, trata-se de um empreendimento moderno, no qual a Igreja Católica é tida como um cliente e não como elemento do sagrado. Dom Helvécio, pelo contrário, em especial por suas boas relações com o Estado, luta para manter os antigos privilégios da Instituição.

Várias outras questões merecem destaque na nota. Primeiro, o autor nos indica que esta questão não era nova para o momento, que o clima de tensão vinha de tempos; segundo, que o próprio Dom Helvécio sentia esta pressão e por isto vivia triste, e por último, vale registrar que as palavras utilizadas para fazer menção ao sentimento de uma parte da comunidade para com o bispo são fortes, sua pessoa é “hostilizada e odiada”.

Os registros do movimento religioso que seguem demonstram-nos que estes anos não foram fáceis para Dom Helvécio em Mariana. Ainda em 1935, no contexto das solenidades da Primeira Comunhão das crianças da comunidade, na capela do colégio da Providência, o prelado celebrou e distribuiu a comunhão aos participantes, dos quais 55 (cinquenta e cinco) comungavam pela primeira vez. Entretanto:

Cumpru notar que esperava que fosse maior o numero das creancas commungantes (esperava 800 mais ou menos). (...) motivos políticos privaram-nos desta consoladora festa, e digo motivos políticos – porque foi o simples facto de ter o Sr. Arcebispo celebrado a missa

para as crianças que levou muitos Paes a privarem maliciosamente e tendenciosamente seus filhos, daqueles momentos – os mais inolvidáveis da vida.²⁴²

Os motivos são políticos, apesar de não nomeá-los com clareza, o redator deixa claro que não havia um bom clima entre arcebispo e comunidade. O fato pode relacionar-se com as questões políticas da Companhia de Força e Luz, como podem também ser de outra natureza. O importante é notar que houve um afastamento, chegando ao ponto da proibição por parte dos pais da presença das crianças no momento da Primeira Comunhão, o que não é pouco para uma sociedade cujos valores tem a religiosidade como parte de sua própria identidade. Tudo motivado pelo simples fato da presença de Dom Helvécio como celebrante.

Em 1938 tomou posse da catedral como cura o cônego Marcial Muzzi. Em 1941, momento de sua saída, o mesmo faz um registro dos feitos do seu período, escrevendo “que tive a felicidade de acabar com a animosidade contra a pessoa do nosso amantíssimo Sr. Arcebispo.”²⁴³ Assim, acompanhando os registros de datas podemos perceber que o clima de tensão durou anos e, conforme podemos perceber, teve consequências negativas no campo da prática religiosa da comunidade.

²⁴² Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 15.
ACPM-Mariana/MG

²⁴³ Idem, p. 27v.

Para finalizar este tópico vale registrar que em 1945 ainda havia na catedral de Mariana um grande número de genuflexórios e cadeiras particulares. Segundo o Código de Direito Canônico de 1917, os fiéis que ocupavam cargos públicos podiam ter este privilégio, conforme o cânone 126, porém, o parágrafo 01 do mesmo ressalta que somente o bispo poderia dar tal concessão especial, enquanto o parágrafo 02 observa que os prelados, por justa causa, poderiam remover estes espaços. O documento do Concílio Plenário Brasileiro de 1939 traz a seguinte observação sobre a questão:

Os párocos e os reitores de igrejas não devem conceder nos templos de modo fixo e perpétuo cadeiras para fiéis ou suas famílias, a não ser com licença por escrito do bispo segundo a norma do cânone 1263.²⁴⁴

Em princípios de 1945, o cura da catedral registra que os proprietários das cadeiras, “à hora de alguma função, deselegantemente removiam de tais móveis as que os ocupavam, para delas se apossarem.”²⁴⁵ Fato que, certamente, comprometia o andamento da liturgia. Em reunião com o Dom Helvécio o assunto foi discutido e o prelado deu a ordem para “a remoção dos genuflexórios e cadeiras.”²⁴⁶

²⁴⁴ “Parochi et ecclesiarum rectores privatis fidelibus aut familiis sedes vel scamna fixa et perpetua in ecclesiis ne concedant, nisi de scripta proprii Ordinarii licentia ad normam canonis 1263” Cf. Concilium Plenarium Brasiliense, 378, parágrafo 2.

²⁴⁵ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 63v.
ACPM-Mariana/MG

²⁴⁶ Idem.

Apesar do cura registrar que tal medida foi avisada de maneira “prudente e delicadamente”, esta não era uma medida que agradava aos proprietários das cadeiras privadas, as famílias proprietárias as mantinham como um privilégio de classe. A remoção das mesmas gerou controvérsias e reações e, mais uma vez, Dom Helvécio foi alvo de hostilidades por parte daqueles que sentiam-se desprestigiados pelo arcebispo.

Neste sentido, o que se pode perceber é que o relacionamento entre Dom Helvécio e a comunidade de fiéis de Mariana foi sempre permeado por tensões. Em algumas situações o arcebispo agia de maneira a manter os antigos privilégios da Igreja Católica, como é o caso da Companhia de Força de luz, em outros momentos, suas ações iam de encontro aos desejos de uma nova mentalidade que ia se formando no seio do laicato, como a retirada das cadeiras privadas das igrejas.

A análise dos registros nos conduz, neste sentido, à ideia de um pastor que foi muito firme em suas decisões, que agia com a certeza de que estava trabalhando em prol dos interesses da Instituição, porém, a falta de maleabilidade neste campo o fez, por parte da comunidade de fiéis, ser mais temido que amado. Maleabilidade que não lhe faltou quando o assunto era tratado com os grandes dirigentes do país e com a elite eclesiástica. Por fim, vale o registro que Dom Helvécio pertence a

uma geração do episcopado brasileiro que acreditava ocupar um lugar especialíssimo na hierarquia eclesiástica, no qual os leigos deviam apenas obedecer aos seus superiores.

Capítulo IV:

Dom Helvécio e a cultura:

aspectos da Neocristandade

O processo de Neocristandade se caracteriza por ser um movimento que se realiza especialmente no campo “*ad extra*”, portanto, o mesmo deve ser analisado em todos os setores nos quais a Igreja Católica procurou atuar com o objetivo de influenciar a sociedade.

Neste sentido, análise da trajetória de Dom Helvécio no campo cultural é reveladora das diferentes modalidades de atuação do prelado no processo de Neocristandade. Porém, é a percepção da relação entre indivíduo e sociedade – no tempo - o aspecto mais importante deste tópico. Sua trajetória não nos conduz à ideia de uma personalidade estática, mas ao contrário, estamos diante de um personagem sujeito a incessantes transformações, que buscou somar as experiências negativas e positivas de suas administrações anteriores.

Além da experiência do vivido, que são visíveis em suas práticas culturais, duas outras questões devem ser levadas em consideração na análise dos projetos culturais de Dom Helvécio. Em primeiro lugar, o reconhecimento como fiel colaborador na aliança entre Igreja Católica e Estado; em segundo, o desejo de perpetuar através de suas práticas a identidade de seu grupo de pertença (CHARTIER, 1988), ou seja,

marcar de forma visível a existência dos valores da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, especialmente no campo da educação, principal carisma da congregação.

IV.1 – A relevância do Patrimônio Histórico

Em 1926 Dom Helvécio fez redigir, juntamente com os demais prelados de Minas Gerais, a Carta Pastoral sobre “O Patrimônio Artístico”.²⁴⁷ O documento, no momento de sua edição, tem um papel de vanguarda no contexto cultural brasileiro, visto que o primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio, a Inspetoria de Monumentos Nacionais²⁴⁸, foi criado somente em 1934.

Conforme analisamos anteriormente no capítulo II, Dom Helvécio deixou o episcopado de São Luís do Maranhão sob a pressão de fortes acusações de destruidor do patrimônio histórico de Alcântara. Não devemos desconsiderar que o mesmo, ao desembarcar no Estado de Minas Gerais, cujo patrimônio artístico encontrava-se em grande parte como propriedade da Igreja Católica, soube avaliar bem suas estratégias de atuação neste campo.

²⁴⁷ Em 1926 as Províncias Eclesiásticas de Minas Gerais eram formadas pelas seguintes circunscrições: arquidioceses de Mariana, primaz, de Diamantina e de Belo Horizonte, e pelas dioceses: Montes Claros, Campanha, Porto Nacional, Arassuahy, Pouso Alegre, Caratinga, Guaxupé, Aterrado, Goyaz, Uberaba e Juiz de Fora.

²⁴⁸ A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi criada pelo diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, como um departamento do museu para a proteção do patrimônio nacional.

O documento não é longo, vinte e seis páginas, porém, deve ser considerado como um marco na história da preservação dos bens culturais da Igreja Católica. O texto dá ênfase na importância da arte para o processo de evangelização, recorda inicialmente a importância das imagens das antigas catacumbas de Roma, para, em seguida, de forma cronológica, enumerar ao longo dos séculos todos os grandes feitos dos pontífices no sentido da preservação do patrimônio artístico da Igreja Católica na Itália. Em seguida enumera, no caso brasileiro, a importância de alguns bens culturais, para, finalmente recomendar que:

Religiosamente observem os muitos Revds. Parochos, Reitores de egrejas, Confrarias, Irmandades. Associações, todos os administradores, em summa, de bens aclesiásticos, as prescrições canônicas sobre as coisas preciosas, de que havemos falado, assim como tudo mais que é confiado à sua guarda.²⁴⁹

De fato, o Código de Direito Canônico de 1917 trazia orientações sobre os bens culturais da Instituição, em especial sobre arquivos e arte sagrada, como imagens e utensílios. Porém, não havia ainda entre os prelados brasileiros uma consciência muito clara, no início do século XX, da necessidade de preservação dos mesmos.

As ações de Dom Helvécio, somando as suas experiências anteriores neste campo, podem ser consideradas pioneiras na preservação e divulgação dos bens eclesiásticos no Brasil. Para

²⁴⁹ Carta Pastoral do Episcopado Mineiro sobre "O Patrimônio Artístico", p. 24

demonstrar tal fato escolhemos dois trabalhos do prelado neste setor: a criação do Museu São Pedro em Mariana, que posteriormente será repassado ao governo federal para a formação do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, e a organização do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

IV.1.1 – O Museu São Pedro

O projeto da formação de um museu na arquidiocese de Mariana teve início no mesmo ano da publicação da Carta Pastoral sobre o Patrimônio Artístico, ou seja, 1926. Para as festividades da inauguração da nova obra Dom Helvécio organizou uma celebração de caráter cívico, com o objetivo de homenagear a bandeira do 17º Batalhão dos Voluntários da Pátria. Trata-se da bandeira que havia seguido à frente do batalhão de voluntários, da cidade de Ouro Preto, na campanha do Paraguai.

O batalhão seguiu para a Guerra do Paraguai em 1865 e, ao retornar em 1870 com o fim da guerra, o Imperador Dom Pedro II determinou que a bandeira fosse depositada na catedral da província. Na época o depósito contou com festividades de caráter cívico-religioso, no qual o bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875) após conceder:

ao Corpo Décimo Septimo e ao povo presente a benção solenne com o Santíssimo Sacramento, ficando assim

terminado o acto-religioso, depois do qual recebeu Sua Excelência o Sr. Bispo a Bandeira da mão do Alferes Posta Bandeira Joaquim José de Senna e entregou ao Cônego Doutor Arcediago Joaquim Maximo da Rocha Pinto que a collocou no lugar que lhe estava destinado ao lado da Epistola em frente ao Throno Episcopal.²⁵⁰

A memória das festividades do século XIX abriu espaço para que Dom Helvécio pudesse celebrar a tradição religiosa e cívica do povo mineiro. O evento demonstra-nos que o mesmo ganhou duas direções: em primeiro lugar destaca-se o carácter o cívico patriótico da manifestação, no qual podemos observar a finalidade política do evento, ou seja, demonstrar a colaboração que a Igreja Católica poderia oferecer ao Estado neste campo; em segundo lugar o evento inaugura na arquidiocese de Mariana as ações em torno da preservação do patrimônio histórico, preocupação central da Carta Pastoral sobre o Patrimônio Artístico.

A bandeira que se achava guardada e esquecida na catedral da Sé ganhou um novo espaço, para tal o arcebispo criou na antiga igreja de São Pedro o Museu de Arte Sacra, inaugurado em 29 de agosto de 1926 com a transferência da peça em "cortejo cívico-religioso."²⁵¹

Entre os presentes na inauguração do Museu Eclesiástico encontramos como representantes do poder temporal o presidente do

²⁵⁰ Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 19 "Museu de Arte Sacra" – AEAM-Mariana/MG

²⁵¹ Idem.

Estado de Minas representando o presidente da República, Fernando de Mello Viana, além de representantes dos ministérios da Marinha, da Aviação e da Guerra, sendo o último, o Ministério da Guerra, responsável pela oferta da vitrine na qual foi depositada a bandeira. Entre os demais convidados, além de diversos representantes do episcopado nacional, encontramos também a figura de Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras.

O arcebispo de Cuiabá, confrade de Dom Helvécio, Dom Francisco Tomás de Aquino Correia, SDB,²⁵² foi orador oficial da solenidade. Em seu discurso recorda que a Igreja Católica exercia em Minas Gerais, desde os tempos de Dom Viçoso, a missão de formar nas consciências o sentido de respeito e obediência ao poder constituído.²⁵³

As ações em torno da preservação do patrimônio histórico da Igreja católica, ponto central da Carta Pastoral já citada, devem ser analisadas na trajetória de Dom Helvécio como parte das experiências que o mesmo acumulou desde o período do Maranhão. Apesar da classe dirigente da Instituição já haver registrado nos seus principais

²⁵² Conforme já analisamos no capítulo II Dom Francisco Tomás de Aquino foi indicado pelo governo de Venceslau Brás ao governado do Estado do Mato Grosso, no qual permaneceu entre os anos de 1818-1922. Em 1921, com a morte do arcebispo de Cuiabá, Dom Carlos Luís D'Amour, foi elevado ao arcebispo de Cuiabá, tomando posse em 1922, no qual permaneceu até o ano de sua morte, 1956.

²⁵³ Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Anno XXV, 1926, Setembro-Outubro, p. 344-345. AEAM-Mariana/MG

documentos o cuidado e manutenção com os bens culturais, como, por exemplo, as diretrizes do cânone 1296, do Código do Direito Canônico, que ressalta a necessidade de guarda dos utensílios sagrados utilizados no culto em lugares seguros, assim como a necessidade de inventariá-los, não havia uma cultura de preservação entre os principais representantes da Igreja Católica neste período. O próprio Dom Helvécio em sua administração no Maranhão teve dificuldades com esta questão.

Com a criação do Museu Eclesiástico Dom Helvécio experimentou os dois lados da moeda: contentamento e descontentamento. No primeiro caso, sua atuação é reveladora de uma ação de vanguarda no quadro brasileiro, isto porque no Brasil as diretrizes em torno da preservação do patrimônio ganharão espaço a partir de 1936, com a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Neste sentido, aqueles que de alguma forma ligavam-se a estas preocupações no período viram nas ações do prelado algo fundamental. A presidência da Sociedade de Belas Artes do Rio de Janeiro, por exemplo, fez publicar um dia antes da inauguração, no jornal *A Noite*, matéria elogiosa com o seguinte título: “O Sr. Arcebispo de Marianna sócio benemérito da S. B. de Bellas Artes”. O ofício de proposta de sócio benemérito da entidade foi redigido nos seguintes termos:

A Sociedade Brasileira de Bellas Artes, em cujos estatutos incluiu o compromisso de trabalhar pela criação da Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte, de accordo

com o projecto do illustre ex-deputado pernambucano Dr. Luiz Cedro, vem acompanhando com o maior agrado, o desvelado esforço que V. Ex. Revdma. vem desprendendo em prol das artes brasileiras. Na última reunião da Sociedade Brasileira de Bellas Artes, nosso Presidente, depois de fazer longas considerações encomiásticas à sabia pastoral redigida por iniciativa de V. Excia. Com a collaboração do alto clero de Minas, na qual estabelece medidas de proteção às obras de Arte Sacra de Minas e bem assim à fundação de um museu de arte religiosa na cidade de Mariana, solicitou da assembléia fosse concedido a V. Ex. o título de sócio benemérito, pelos grandes serviços que vem prestado à arte brasileira. Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que a proposta do nosso presidente foi immediatamente acceita. Prevaleço-me na oportunidade para apresentar a V. Ex. os protestos da mais alta estima e consideração. José Mariano Filho – Presidente.²⁵⁴

O convite que foi aceito pelo prelado, via telegrama, é revelador do reconhecimento que o mesmo adquiria, com suas ações em Minas Gerais, no contexto brasileiro. Fato que o colocava em lugar de destaque entre os membros do episcopado brasileiro.

Porém, outros grupos viram na ação de retirada da arte sacra dos templos e na organização do museu uma afronta à memória coletiva dos fiéis, que não desejavam ver suas imagens fora do lugar em que sempre estiveram. Além da insatisfação natural de alguns fiéis, neste momento

²⁵⁴ Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 19 “Museu de Arte Sacra” AEAM-Mariana/MG

Dom Helvécio enfrentava as acusações do Pe. José Castro, conforme já analisado anteriormente. Este aproveitava a ação do prelado para mais uma acusação em torno dos gastos realizados durante as festividades que ocorreram na inauguração do museu São Pedro. Dom Helvécio rebate da seguinte forma:

Festejos que patrioticamente gastei de meu bolsinho 10:000\$000, afora o nosso serviço e de todos as pessoas do Paço, do Collegio das irmãs, etc. fazendo vibrar Marianna <como há muito não se vira> e que me valeram honroso elogio da Exma. Nunciatura <pela oportuna aproximação dos elementos militar e civil...>, documento que nunca publiquei.²⁵⁵

Neste sentido, podemos observar que as ações do arcebispo são claramente objetivadas, ou seja, se realizam com plena consciência do objetivo a ser alcançado, tanto no que se refere ao projeto de aproximação entre os dois poderes como de colocar em prática as diretrizes do documento sobre a preservação do patrimônio artístico da Instituição, que fora organizado sob sua liderança. Certamente Dom Helvécio tinha plena percepção que ambas as ações o colocavam em lugar de destaque no quadro da hierarquia eclesiástica.

²⁵⁵ Impresso datado de 20 de março de 1928.

Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 “Acusações contra Dom Helvécio” – AEAM-Mariana/MG

a) Transferência do museu São Pedro

A documentação existente nos revela que Dom Helvécio, no que se refere ao recolhimento e organização do museu São Pedro, não mediu esforços para sua concretização. A obra em pouco tempo era reconhecida pelos que visitavam Mariana, conforme podemos ler:

O que mais me encantou em Marianna foi o Museu da Igreja de S. Pedro. Muito difficilmente os mariannenses terão a oportunidade de ver reunidos, em tão poucos metros quadrados, tantas preciosidades.²⁵⁶

O que num primeiro momento foi motivo de descontentamento por parte da comunidade, passou, em seguida, a ser motivo de orgulho, por tratar-se do primeiro museu de Arte Sacra do país aberto à visitação, um trabalho de pioneirismo de Dom Helvécio.²⁵⁷ Posteriormente, durante a presidência de Getúlio Vargas, após a criação a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o governo federal resolveu criar dois museus em Minas Gerais, nas cidades de Ouro Preto e Sabará. O projeto da criação de

²⁵⁶ Conforme jornal *Gazeta da Malta*, de 08 de novembro de 1931, de Ponte Nova-MG. Artigo assinado pelo Dr. Jarbas de Carvalho. Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 10 “Jornais” - AEAM-Mariana/MG

²⁵⁷ Os principais museus de Arte Sacra no Brasil foram fundados em datas bastante posteriores, como é o caso do museu de Arte Sacra da UFBA (Universidade Federal da Bahia), localizado no prédio do antigo convento de Santa Teresa Ávila, fundado pelos Carmelitas Descalços no século XVII, que teve sua inauguração em 1958; também o museu de Arte Sacra da cidade de São Paulo, localizado no Mosteiro da Luz, que foi fundado apenas em 1970, numa aliança entre o governo do Estado e a arquidiocese local.

ambos segue a orientação nacionalista de Getúlio Vargas de reafirmação da identidade nacional.

O governo faz resgatar, em 1942, os restos mortais dos Inconfidentes no exterior, criando assim o Panteão dos Inconfidentes. Após este primeiro núcleo, Getúlio Vargas incumbiu o SPHAN da criação do museu. No início de 1944 à frente da organização do museu encontrava-se Rodrigo Melo Franco que, em entrevista ao jornal do *Estado de Minas*, afirma:

Numerosas doações tem sido feitas ao Museu da Inconfidência. O Núcleo inicial das preciosidades constitui uma espécie de Museu de Arte Sacra, que foi organizado pelo Arcebispo de Mariana e posteriormente doado a instituição.²⁵⁸

A doação citada pela entrevista trata-se “de quase todas as preciosas peças artísticas e históricas, que constituíam o Museu de Arte Sacra que sua Excelência havia fundado, e mantido por alguns anos” (TRINDADE, 1958, p. 65).

A partir deste momento o museu São Pedro deixou de existir em Mariana em prol da doação ao governo federal para a constituição do museu da Inconfidência, que foi inaugurado em 11 de agosto de 1944. O ato revela a perfeita harmonia entre Dom Helvécio e o poder temporal, porém, a doação não agradou aos marianenses. Na troca de

²⁵⁸ Conforme jornal *Estado de Minas*, de 20 de julho de 1944.
AJEM – Belo Horizonte/MG

favores entre os dois representantes, Getúlio Vargas nomeou para ser o primeiro diretor do museu o Cônego Raimundo Trindade, pertencente à arquidiocese de Mariana, ao qual Dom Helvécio respondeu em forma de telegrama:

Sciente haver Vossencia recente Decreto creato Museu da Inconfidência vizinha cidade de Ouro Preto nomeado para dirigi-lo Reverendo Cônego Raymundo Trindade actual Director do nosso Archivio Diocesano, apresso me agradecer distinção conferida esta Archidiocese acreditanto illustre nomeado continuará honrando cultura dedicação virtuoso clero Mariannense sempre devotado nobres interesses Religião e Pátria. Comuniquei feliz acto Vossencia Excellentissimo Cabido nossa Catedral despachei favoravelmente requerimento Cônego Trindade solicitando acceitar honrosa nomeação.²⁵⁹

Na realidade as atitudes de Dom Helvécio eram exatamente aquelas esperadas pela Santa Sé no sentido de reaproximação entre os dois poderes, desde a ideia inicial da fundação de um museu com ênfase para a bandeira do 17º Batalhão dos Voluntários de Minas até a doação de parte dos objetos sacros na década de 1940, tudo se realizava de acordo a firmar a aliança entre os dois poderes. Neste sentido, a tônica administrativa de Dom Helvécio deve ser analisada como política-preservacionista.

²⁵⁹ Conforme cópia de telegrama sem data enviado ao presidente Getúlio Vargas. Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 “Cartas de Dom Helvécio” – AEAM-Mariana/MG

Vale registrar que, apesar da vertente política das ações do prelado tornarem-se fundamentais nos casos de fundação de ambos os museus, a documentação existente sobre suas preocupações com o Patrimônio Artístico da arquidiocese sempre foi ponto de sua atenção, não só pela redação da Carta Pastoral sobre a temática, mas por ações efetivamente concretas em torno da preservação dos objetos artísticos ao longo de seu episcopado. Como exemplo podemos citar o envio para o Rio de Janeiro, através do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, de diversas telas da Catedral da Sé consideradas pelos peritos de grande valor artístico, a saber, em 1950 “a de Nossa Senhora da Conceição, do altar-mor, a da Fuga para o Egito, do corredor da sacristia, e outros da sacristia: um homem com um anjo e outro com um leão”²⁶⁰, ou ainda, em 1951, o envio dos “retratos de Bento XIV, D. Joaquim Figueroa, D. Bartolomeu M. dos Reis, D. Domingos da Encarnação Pontével e de D. Cipriano de São José.”²⁶¹

A preocupação do prelado com as obras de arte da catedral estão em perfeita sintonia com as diretrizes da carta pastoral de 1926, não podendo ser analisadas no contexto das relações de trocas entre os dois poderes, por se tratar de patrimônio exclusivo da Instituição.

²⁶⁰ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 148v.
ACPM-Mariana/MG

²⁶¹ Idem, p. 150.

IV.1.2 – O arquivo eclesiástico

A orientação da Igreja Católica para a organização e manutenção dos arquivos eclesiásticos não era novidade quando Dom Helvécio tomou posse em Mariana em 1922. De acordo com as diretrizes do Código do Direito Canônico em vigor na época, era dever do bispo estabelecer “de forma segura e confortável, o Arquivo diocesano, onde é mantido adequadamente e fechado diligentemente, atos e documentos relativos aos negócios da diocese, tanto espiritual e temporal.”²⁶² Porém, esta era para muitos bispos apenas uma orientação, sendo que a grande maioria das dioceses não cumpria tais determinações.²⁶³

Da mesma forma, muitos párocos não mantinham organizados seus livros de tombo conforme as orientações do Código, apesar do mesmo prescrever que “Ao pároco que não salva ou não guarda com diligência os livros paroquiais sob a lei, deve o bispo puni-lo em proporção à gravidade da falta.”²⁶⁴ Porém, o que podemos constatar é

²⁶² “Establezcan los Obispos, en lugar seguro y cómodo, el archivo diocesano, donde se guarden, convenientemente dispuestos y dilligentemente cerrados, los documentos y escrituras relativos a los negocios diocesanos, asi espirituales como temporales.” Conforme Código do Direito Canônico de 1917, cânone 375.

²⁶³ Neste sentido vale registrar que muitas dioceses brasileiras até hoje não possuem seus arquivos organizados. Em alguns casos os bispos entregaram a documentação, aquela que ainda restava, para os arquivos do Estado. Pouquíssimas são as dioceses que, desde as orientações do Código de Direito Canônico de 1917, vem organizando seu arquivo. Neste sentido, merecem destaques as arquidioceses de Mariana e São Paulo, que hoje possuem os melhores acervos eclesiásticos do país.

²⁶⁴ “Al párroco que no lleva o non guarda con diligencia los libros parroquiales a tenor del derecho, debe el Ordinario propio castigarlo en proporción a la gravedad de la culpa.” Conforme Código do Direito Canônico de 1917, cânone 2383.

que havia uma distância muito grande entre as orientações do Código e cumprimento do mesmo, não só por parte dos párocos, mas também dos próprios bispos.

Neste sentido, a obra de Dom Helvécio merece destaque. Os registros revelam que desde o primeiro momento em que chegou à arquidiocese de Mariana a organização do arquivo eclesiástico esteve entre suas principais orientações, conforme podemos ler:

O arquivo e a biblioteca interessaram-no particularmente. Pilhas e pilhas de livros velhíssimos, roídos de traça e maltratados pelas goteiras que manchavam os tetos e paredes, amontoavam-se nas estantes, sobre as mesas, nas cadeiras. Afligiu-se com aquele abandono destruidor de riquezas preciosas e pensou logo em dar remédio àquilo (LIMA JÚNIOR, 1966, p. 84).

O mesmo autor, em seguida, registra que “no antigo palácio ia uma azáfama intensa de arrumação, catalogação e limpeza nos arquivos” (p. 87). Para a direção do arquivo Dom Helvécio nomeou o cônego Raimundo Trindade, dando início assim à organização deste setor na arquidiocese.

Os primeiros frutos da organização do arquivo surgem na final década de 1920, com o lançamento de três volumes sobre a história da arquidiocese de Mariana, todos escritos pelo diretor do arquivo, cônego Raimundo Trindade. O primeiro volume veio a lume no ano de 1928, o

segundo e terceiro no ano de 1929, todos editados pela gráfica dos salesianos em São Paulo, através das “Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus”. Assim, Dom Helvécio repete em Mariana o gesto de valorização da história eclesiástica que havia praticado no Maranhão, no momento de sua saída de São Luís.²⁶⁵

O início da década de 1940 marca uma nova etapa na organização do arquivo eclesiástico. Em 1941 o prelado faz publicar uma portaria sobre o arquivo, a qual inicia recordando que:

desde a Nossa entrada no governo desta Arquidiocese, sentimos a necessidade, que tinha o Arquivo Diocesano de ser estudado e catalogado, dotando-o de índices que facilitassem a sua consulta rápida e eficiente, não só para os funcionários de Nossa Cúria no próprio serviço d’esta, senão também para os estudiosos e pesquisadores do passado religioso de Minas.²⁶⁶

Com este gesto Dom Helvécio deu início ao processo de abertura dos arquivos eclesiásticos, para tal não mediu esforços no sentido de dotá-lo de “uma melhor instalação (...) transferindo-o, do local

²⁶⁵ Conforme analisamos no capítulo II, Dom Helvécio fez publicar no ano de 1922 a obra de Dom Francisco Paula e Silva, intitulada “Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão” num gesto de valorização da cultura eclesiástica daquela diocese. Em Mariana a publicação sobre a arquidiocese ganha uma dimensão maior, trata-se de três volumes densos, nos quais o cônego Raimundo Trindade oferece aos historiadores importantes documentos da História do Cristianismo de Minas Gerais através de apêndices e anexos.

²⁶⁶ Conforme portaria sobre “Organização do arquivo”, datada de 09 de junho de 1941. A portaria foi publicada na imprensa, porém, o documento arquivado encontra-se recortado, não sendo possível saber o nome do jornal. Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 10 “Jornais” - AEAM-Mariana/MG

inadequado em que jazia, para a Casa Capitular, no centro da cidade, em salas para este fim por Nós previamente adaptadas.”²⁶⁷ O prelado termina o documento anunciando “confiar de novo” a direção do arquivo ao cônego Raimundo Trindade.

No ano seguinte, 1942, ano em que se realizou o Segundo Sínodo da Arquidiocese, novamente o tema do arquivo ganha espaço nas recomendações do programa, conforme podemos ler no parágrafo XIX: “Pedimos o maximo cuidado com os Arquivos paroquiaes que devem ser conservados em armários bons, zelados com carinho, preservado dos estragos de traças, dos perigos de incendio, etc...”.²⁶⁸

Assim, podemos concluir este tópico afirmando que Dom Helvécio realizou um trabalho de vanguarda na arquidiocese de Mariana no que se refere aos bens culturais eclesiásticos, tanto no setor de artes, com a organização do museu e outras ações, como através do trabalho de preservação e divulgação da memória religiosa de Minas Gerais, com a organização do arquivo eclesiástico.

IV.2 – Parque Estadual do Rio Doce

A obra de Dom Helvécio extrapola em muito a fronteira do campo eclesiástico e, neste sentido, um exemplo claro é sua luta pela criação

²⁶⁷ Idem

²⁶⁸ Conforme Esquema do Segundo Sínodo da Arquidiocese de Mariana, p, 04. Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 22 “Sínodos e Congressos” - AEAM-Mariana/MG

do Parque Estadual do Rio Doce. Trata-se do primeiro parque do gênero criado em Minas Gerais, com a maior floresta tropical do Estado.

A região do parque localiza-se a leste do Estado de Minas Gerais, na região dos municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo, que no período do governo de Dom Helvécio pertencia à arquidiocese de Mariana. Os limites naturais do parque são o rio Doce a leste e o rio Piracicaba ao norte, com área de 36.970 hectares de Mata Atlântica.²⁶⁹

Em 1931 o arcebispo esteve na região pela primeira vez, foi em visita pastoral. Segundo relatos dos moradores da região, neste momento “falaram com ele da beleza das matas e das lagoas aqui perto, que ele quis conhecer. O povo abriu um picadão pro bispo passar até a lagoa grande.”²⁷⁰ O parque tem 9% se sua área cobertos de água, a lagoa que o texto faz referência é a maior de todas, medindo 6,7 Km², que, posteriormente, foi batizada com o nome de “Dom Helvécio”.

A partir desta visita o arcebispo de Mariana tomou para si a causa preservacionista da região. Antes de partir da região, em agosto de 1931, registrou uma recomendação no “Livro de Tombos” da paróquia de Marliéria “de que se criasse um órgão para garantir a proteção e a preservação das florestas” (PIO, 1996, p. 12).

²⁶⁹ Conforme folder de divulgação dos Parques Estaduais de Minas Gerais. BIEF/Belo Horizonte-MG

²⁷⁰ Revista do IEF – Vol. I Série: Histórias que o povo conta “Histórias, mitos e lendas do Vale do Aço de Minas Gerais”, p. 06. BIEF/Belo Horizonte-MG

Segundo a autora, tratava-se de terras devolutas do Estado que no momento começavam a ser exploradas por empresas mineiras. O posicionamento de Dom Helvécio levou ao descontentamento parte destes setores, especialmente a Belgo Mineira, maior interessada na exploração da área. Em novembro de 1937 a empresa fez publicar artigo intitulado “Uma campanha injusta: a Belgo Mineira e o seu trabalho no Valle do Rio Doce”, assinado por Joaquim Gomes Silveira Netto, no qual o autor fazia uma defesa da exploração da região.²⁷¹

A luta de Dom Helvécio junto ao governo para a criação de uma reserva natural deve ser analisada observando que esta questão de preservação do meio ambiente não era um elemento comum para a época. Neste sentido, suas ações devem ser inscritas como sendo de vanguarda em Minas Gerais neste campo, já que naquele período não existia ainda um órgão para cuidar destas questões.

Seu posicionamento resultou em ações concretas e, “em pouco tempo chegou um agrimensor, medindo as terras, o que fez muita gente ficar brava. Mas eram terras do Governo, devolutas, e não se podia, nem se pode reclamar.”²⁷² Após as demarcações Dom Helvécio celebrou

²⁷¹ Conforme artigo recortado de jornal.
Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 09 “Histórico da Administração de Dom Helvécio”
AEAM-Mariana/MG

²⁷² Revista do IEF – Vol. I Série: Histórias que o povo conta “Histórias, mitos e lendas do Vale do Aço de Minas Gerais”, p. 06.
BIEF/Belo Horizonte-MG

missa junto à grande lagoa e lançou a pedra fundamental da igreja de Nossa Senhora das Saúde.

Apesar do descontentamento de muitos, em especial por parte do empresariado que pretendia a exploração da área, o então interventor federal em Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro (1933-1945), através da Secretaria de Agricultura, Trabalho, Comércio e Indústria, criou, pelo Decreto Lei n. 1.119 de 14 de julho de 1944, o Parque Estadual do Rio Doce.²⁷³

A luta de Dom Helvécio pela preservação de uma área importante para as questões do meio ambiente nos demonstra mais uma vez que o mesmo, ao conceber primeiramente o registro no “Livro de Tombo” da paróquia e, em seguida, recorrer aos principais representantes do Estado, possuía grande poder de influência junto ao poder temporal no período.

Posteriormente podemos observar o reconhecimento pelos órgãos do governo ligados ao meio ambiente em torno das ações do prelado, especialmente através do IEF/MG (Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais). Este, em 1993, no contexto da inauguração das obras no Parque Estadual do Rio Doce, envia convite oficial ao arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida (1988-2006), no qual

²⁷³ Conforme jornal *Estado de Minas*, de 15 de julho de 1944, p. 02.

ressalta que “Este Parque – o mais importante do Estado – deve sua existência a um antigo bispo de Mariana – Dom Helvécio –”.²⁷⁴

Assim, Dom Helvécio inscreve seu nome na história de Minas Gerais como líder no processo de criação da primeira e mais importante área de preservação da natureza do Estado. Esta ação, que foge por completo a competência de um agente eclesiástico, nos revela que estamos diante de um sujeito cuja personalidade não se enquadra no modelo tradicional dos membros do episcopado nacional.

IV.3 – O legado educacional

A década de 1920 será marcada pela penetração do campo educacional da segunda fase da Escola Nova.²⁷⁵ Neste contexto, os líderes da Igreja Católica empenharam-se na luta pela introdução do ensino religioso na escola pública. Em Minas Gerais, conforme já analisamos anteriormente, as ações de Dom Helvécio, juntamente com demais bispos mineiros, foram fundamentais para a autorização do ensino religioso nas escolas públicas em 1928.

Sob a liderança de Dom Leme, que tinha a educação como ponto chave do programa de influência do catolicismo na sociedade brasileira, o episcopado se pôs a trabalhar também na criação de novas escolas

²⁷⁴ Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 09 “Histórico da Administração de Dom Helvécio” AEAM-Mariana/MG

²⁷⁵ Sobre a educação na República Velha ver NAGLE:1985.

católicas (BRUNEAU, 1974). No período que vai de 1921 a 1930 “foram criadas 101 escolas católicas” no Brasil (MOURA, 2000, p. 114).

Para Dom Helvécio, que sempre esteve ligado ao setor educacional ao longo de sua permanência na sua congregação de origem, a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, e nunca deixou de trabalhar em prol da educação após chegar ao episcopado, conforme já analisamos no capítulo II, durante seu governo em São Luís do Maranhão, esta frente de trabalho não lhe parecia ser diferente.

Em Minas Gerais desde o início de seu episcopado encontramos o prelado envolvido com a fundação e apoio de diversos colégios. Neste tópico não buscaremos acompanhar cada uma destas fundações²⁷⁶, interessa-nos apenas perceber como o prelado, ao desenvolver tais ações, buscava se orientar na busca de perpetuar a identidade de seu grupo de pertença e, ao mesmo tempo, demonstrar as dificuldades vivenciadas pelo mesmo neste contexto, seja no seio da comunidade marianense, seja no interior da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB. Para tal escolhemos apenas duas fundações, o Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto e o colégio fundado em sua terra natal, Anchieta/ES.

²⁷⁶ Dom Helvécio construiu “o Colégio Arquidiocesano, em Ouro Preto; o Colégio Dom Helvécio, em Ponte Nova; a Escola Normal Maria Matos e o Ginásio dos Jesuítas, em Anchieta; a Escola Angélica, em Coronel Fabriciano [e] prestando valiosa colaboração e decidido apoio, foram construídos outros Colégios, grandiosos prédios destinados à educação da juventude. Citemos: Escolas Normais de Cataguases e de Caratinga; o Ginásio São João, em São João Del Rei” (FALCÃO, 1958, p. 11).

a) O Colégio Arquidiocesano

Quando Dom Helvécio transferiu o Palácio Episcopal para a Vila Gethsemane, o antigo paço foi totalmente reformado para sediar o colégio que o mesmo acabara de fundar. Conforme os registros de 1927 podemos ler que:

No dia 31 do mês de março encerraram-se os exames do Gynnasio Municipal Archidiocesano, recentemente fundado nesta cidade pela Exmo. Sr. Arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira, e já equiparado ao Gynnasio Nacional D. Pedro II, do Rio de Janeiro. A sua direção foi confiada ao Exmo. Monsenhor Manoel Nogueira Duarte cujo nome é mui conhecido como educador.²⁷⁷

De fato, o colégio foi fundado inicialmente em Mariana e, segundo seus estatutos, tinha por finalidade, além da educação religiosa, a “científica, e militar da mocidade, com um curso Preliminar de Adaptação, outro Gymnasial Seriado, de Linha de Tiro, segundo os cursos officiaes do Governo Federal.”²⁷⁸ Os alunos podiam ser internos e externos, porém, “não se acceitam alumnos que, entregues a si mesmos, fiquem residindo em republicas,”²⁷⁹ de acordo com o costume dos estudantes da vizinha cidade de Ouro Preto.

²⁷⁷ Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana - 1927/1956, p. 03.
ACPM-Mariana/MG

²⁷⁸ Cf. Artigo 2º do Estatuto do Gymnasio Municipal Archidiocesano.
Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 10 “Jornais” – AEAM-Mariana/MG

²⁷⁹ Idem.

O funcionamento do colégio em Mariana nos primeiros anos corria normalmente, entretanto, a partir do início da década de 1930 começa a correr notícia de sua transferência para Ouro Preto. A notícia da possível transferência será manchete no jornal da capital, conforme se pode ler na manchete intitulada "De Mariana - Não será transferido o Ginásio Arquidiocesano":

Não tem nenhum fundamento a noticia divulgada por alguns jornais de que o arcebispo desta cidade transferirá para ouro Preto o Ginásio Arquidiocesano sob o pretexto de que nesta ultima cidade não existem professores idoneos. Demais, o povo de Ouro Preto nunca fez um apelo em tal sentido a sua Excia. Revma.

A antiga capital possui um dos mais acreditados estabelecimentos de ensino secundario do pais, o Ginásio de Ouro Preto, fundado em 1898 e dirigido pelo conhecido professor Alfredo Baeta, lente da Escola de Minas. É um estabelecimento modelo, equiparado ao Colegio Pedro II e, para provar a eficiência e rigor de ensino nele ministrado, basta ditar os nomes de alguns dos seus professores, Dr. Alberto Magalhães, diretor da Escola de Farmacia, Dr. Jacinto Godoy, lente da mesma escola, Dr. Eliseu Ribeiro, da escola Normal, drs. Augusto Barbosa, Fausto de Brito e Luiz Neves, da escola de Minas.

Não podemos descobrir qual o intuito de quem, de ha muito, vem procurando levantar uma certa animisidade contra o arcebispo Dom Helvécio, que muito tem trabalhado para o progresso desta tradicional cidade,

empregando em obras de vulto todas as reservas que foram acumuladas por seu antecessor.”²⁸⁰

Apesar da manchete procurar desmentir a possível transferência do ginásio para Ouro Preto, a mesma confirma o clima de tensão e animosidade que vinha se desenrolando entre Dom Helvécio e a comunidade de Mariana, conforme já demonstramos ser verdadeiro no capítulo anterior.

Não nos foi possível, através da documentação disponível nos arquivos consultados, perceber o principal motivo da animosidade relacionada ao ginásio. A manchete do jornal não confirma a questão relacionada à falta de professores, porém, tudo indica que as tensões continuaram até o ano de 1934, quando Dom Helvécio realmente transferiu para Ouro Preto o ginásio.

Muito possivelmente o clima de tensão, já registrado por nós durante estes anos, agravou-se diante da transferência do ginásio, medida que de alguma forma desvalorizava a cidade e a comunidade de Mariana, em detrimento da vizinha Ouro Preto. Porém, vale observar que muito dificilmente Dom Helvécio, diante de sua experiência no campo administrativo, objetivasse em tão pouco tempo fundar e transferir um colégio para uma localidade vizinha, a ação vai contra a

²⁸⁰ Conforme jornal *Estado de Minas*, de 03 de novembro de 1931. AJEM – Belo Horizonte/MG

ordem da própria administração financeira da arquidiocese e, neste ponto, o prelado trabalhava com base na razão. Algo de muito especial ocorreu para que o mesmo tomasse medida tão drástica e, certamente, não foi por conta de falta de professores em Mariana, elemento que poderia ser resolvido com contratações externas. Assim, o principal motivo fica, neste trabalho, em aberto, fato que serve para sublinhar o caráter sempre inacabado das nossas pesquisas.

b) O desejo de uma fundação salesiana

Após a revolução de 1930 a Igreja Católica continuou a formalizar e a aprofundar a sua íntima relação com o governo de Getúlio Vargas. No que se refere à educação tanto a Constituição de 1934 como a de 1937 são favoráveis à Igreja Católica. A primeira, através do Art. 153 estabelece além do ensino religioso dentro do horário escolar, a subvenção de escolas católicas por parte do Estado; a segunda estabelece através do Art. 128 que “A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual ou à associação ou pessoas coletivas, públicas e particulares” (MOURA, 2000, p. 123).

Assim, durante a Era Vargas (1930-1945) a Igreja Católica aprofundou seu trabalho de fundação de escolas, seguindo a mesma orientação de perpetuar sua influência na sociedade via educação. No período, através da ação conjunta de episcopado e ordens religiosas,

foram fundados no Brasil 217 novos estabelecimentos de ensino no país.²⁸¹

Neste contexto, os salesianos mantinham o mesmo ritmo de crescimento com diversas fundações. Dom Helvécio, legítimo salesiano de formação, procurará neste período perpetuar seu nome no seio da congregação com duas fundações: uma em sua terra natal, Anchieta/ES; e a outra em Ponte Nova/MG, cidade de sua diocese. Toda a década de 1930 será voltada para estes dois projetos.

No dia 15 de agosto de 1933, no contexto das comemorações dos 15 anos de sua sagração episcopal, escreve de Niterói, em papel timbrado da “Diretoria do Colégio Santa Rosa”, sua primeira casa de formação, ao superior dos salesianos no Brasil , Pe. Dell’oca (1932-1939):

Hoje, 15 anos de minha sagração episcopal, data que relembra a minha expulsão do santo convívio Salesiano, quero comemoral-a offerecendo a Congregação o derradeiro pedaço de meu coração, isto é, o local (terreno) onde nasci, restante pedaço da fazenda de meus Paes; sitio aonde construi uma grande parte (dois pavilhões dos três da planta do edifício, que também lhe offereço, acabado, para que V. Rvma. e os nossos bondosos superiores tornem d’aquillo uma colonêa, em núcleo de actividade Salesiana, para a santificação das almas (...).

²⁸¹ Conforme soma do anexo 02 de MOURA, 2000. Porém, vale destacar que o autor adverte, via anexo 06, 70 novos estabelecimentos em que o ano de fundação não foi mencionado pela pesquisa do CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais), podendo, desta forma, o número de fundações no período da Era Vargas ter sido ainda maior.

O terreno é pequeno, cento e pouco mil metros, vou dobrar-o antes de 1934; mas é todo elle útil e bom para cultura, à vontade.

Na fronteira do Collégio, do outro lado do rio (...) uma Capella grande, de tijollo e pedra, completamente provida de todas as alfaias, deverá em futuro não distante, um ou dous anos, talvez, servir de matriz ou, ao menos, de sede de um Curato, que o Sr. Bispo por certo vae confiar aos Salesianos, como espero, dado o seu desejo repetidamente a mim manifesto, n'esse sentido.

Evidentemente, Revmo. Inspetor, não ponho, ao fazer a entrega do prédio e terreno, nenhuma outra condição a não ser a inalienabilidade da dádiva, porque não gostaria ver em outras mãos aquelle local de meu nascimento, que foi de meus Paes e... me custou tanto.

Acredito que de lá, cultivado com carinho o grande núcleo de ex-colonos lombardos e venetos lá residentes, hão de vir muitas e boas vocações salesianas, para padres e leigos: é óptimo o elemento infantil d'alli!

Desejo em 1934 (...) auxiliar o futuro director do Collegio São José (?) com o que V. Rma. achar conveniente, para as primeiras despesas de installação, alimentação e illuminação electrica, etc.²⁸²

As intenções de Dom Helvécio são claras. Além de se orientar com base no projeto da Igreja Católica de influência na sociedade brasileira via processo educacional, o mesmo, ao fazer a doação do terreno e construções aos salesianos, visa perpetuar de forma visível, diante de

²⁸² Pasta Dom Helvécio. Grifo do autor. ASC-Roma/Itália

seus contrerrâneos, sua própria identidade e a do grupo de sua formação religiosa, a Sociedade de São Francisco de Sales, SDB.

Entretanto, este processo, que pode parecer num primeiro momento de fácil realização, já que se trata de uma doação sem grandes imposições, apenas a inalienabilidade da mesma, e ainda com ofertas claras de ajuda futura para o processo de instalação da obra, arrastou-se por quase uma década e é revelador de como os processos internos de uma congregação são permeados por fortes tensões.

Em 01 de janeiro de 1934 duas correspondências, ambas escritas de Mariana/MG, são reveladoras. Na primeira não aparece o destinatário, mas possivelmente trata-se de superior da congregação no Brasil, Pe. André Dell'Oca, na qual podemos ler:

Em homenagem ao nosso Dom Bosco estou às ordens de V. Rvma. para passar as escripturas do prédio (já construído no valor de 120 contos de réis) e dos terrenos, nunca menos de 500.00m m² (quinhentos mil) em parte já plantados, produzindo já 300 (trezentas) sacas de café anualmente – do futuro Collégio São José, em terrenos da fazenda de meus Paes, onde nascemos eu e Dom Emmanuel. É a minha homenagem filial!²⁸³

A segunda correspondência foi enviada ao superior dos salesianos em Turim, Dom Pedro Ricaldone (1932-1951). Dom Helvécio num

²⁸³ Pasta Dom Helvécio. Grifo do autor. Com esta correspondência encontra-se em anexo uma planta do terreno com o projeto das construções, material organizado por ordem de Dom Helvécio. ASC-Roma/Itália

primeiro momento se limita aos cumprimentos ao superior pelo processo de canonização de Dom Bosco, para, em seguida, justificar sua ausência nas celebrações da canonização, o que faz com as seguintes palavras:

Eu não poderei ir! Entre outras razões, porque fui achado indigno de merecer que os salesianos aceitassem a minha pobre offerta filial, Collegio São José, que a custa de mil peripécias e sacrifícios, edifiquei em Olivania, Espírito Santo, precisamente onde nasci eu e nasceu Dom Emmanuel! ... Paciência!²⁸⁴

Certamente o processo de aceite da doação pelo superior salesiano no Brasil, Pe. André Dell'Oca, não caminhava de acordo com os desejos de Dom Helvécio e, neste sentido, o mesmo aproveitou-se da oportunidade em torno da canonização de Dom Bosco para escrever para o superior geral da congregação e dar conta da situação.

Porém, com a obra pronta Dom Helvécio não esperou pela decisão dos superiores salesianos. Em 1932 começou a funcionar no local a "Escola de 1º e 2º Graus 'Maria Matos'", cuja direção foi assumida pela congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência²⁸⁵, que já atuava em Mariana desde 1912. A escola recebeu o nome da mãe de Dom Helvécio.

²⁸⁴ Pasta Dom Helvécio. Grifo do autor. ASC-Roma/Itália

²⁸⁵ Esta congregação, herdeira da espiritualidade do Carmelo, foi fundada no Brasil 1899, no Rio de Janeiro, com a consagração de sua fundadora, Rita de Cássia Aguiar.

Entretanto, o sonho da criação de uma escola salesiana em sua terra natal continuou sendo alimentando por Dom Helvécio por mais alguns anos. Em longa correspondência enviada ao superior geral da congregação, Dom Pedro Ricaldone, datada de 15 de agosto de 1935²⁸⁶, o mesmo volta a questão da seguinte forma:

Há dous annos deixei de escrever a V. Rvma., porque tenho estado desgostoso com o seu Inspetor, R. Pe. Dell'Oca, pelo facto de não ter dado cumprimento às determinações de V. Rma e do Rdo. Capitulo, que me foram aliás transmitidas pelo R. Pe. Gusmano, em carta que possuo, relativas à modesta fundação de uma sucursal de Lavrinhas (Casa de aspirantes salesianos no lugar de meu nascimento, Espírito Santo, em Olivania.²⁸⁷

Uma questão importante merece ser destacada neste trecho: havia determinação do superior da congregação e do Capítulo Geral para aceitação da doação. Neste sentido, o não cumprimento da ordem pelo inspetor dos salesianos no Brasil, Pe. André Dell'Oca, deve ser analisado como um ato de desobediência, o que no interior de uma congregação, considerada uma "Instituição Total" é bastante sério.

²⁸⁶ Interessante notar que Dom Helvécio sempre aproveita a data de sua sagração episcopal para escrever ao seu superior, 15 de agosto. Em suas cartas podemos notar sempre as recordações deste momento como de "expulsão", conforme suas próprias palavras, colocando-se sempre no lugar de um "injustiçado".

²⁸⁷ Pasta Dom Helvécio. Grifo do autor. ASC-Roma/Itália

Dom Helvécio continua sua carta escrevendo que tão logo o inspetor chegou da Itália, há dois anos atrás, teve um encontro com o mesmo e:

Passeando uma vez comigo em Cachoeira do Campo (Escolas Dom Bosco), isso mesmo afirmou-me o Snr. Inspector, ficando apenas indeciso... “se (textualmente) eu exigiria, quereria muito (?) pela propriedade, terrenos e casa”, confundindo talvez V. R. talvez, com o caso do Gynnasio de Ponte Nova, em minha Diocese, que eu oferecera à Congregação dizendo, porém, que não poderia dar, por ser patrimônio da Diocese. (...) Meses adiante escreveu-me o R. que aceitaria e dava início logo as actividades salesiana, em Olivânia se ... eu conseguisse que o Snr. Bispo do Esp. Santo comprasse a casa de Virginia, próxima a capital, que ele daria cem contos de reis. Não me competia responder a esta estranha proposta e não o fiz. Silenciou, então, o Rmo. Pe. Dell’Oca, sobre a almejada fundação em Olivânia.²⁸⁸

De fato, o prelado esteve durante toda a década de 1930 envolvido também com a fundação de um colégio em Ponte Nova/MG, que foi batizado como o seu nome “Colégio Dom Helvécio”²⁸⁹. Porém, os documentos deixam claro que o seu maior empenho voltava-se para a fundação em sua terra natal.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ A origem do Colégio Dom Helvécio em Ponte Nova está ligado ao antigo Instituto Propedêutico, obra dos cidadãos pontenovenses, fundado no ano de 1915. Em 1930 diante de dificuldades o mesmo foi comprado pela arquidiocese com o objetivo da criação de uma escola católica para a juventude masculina, já que, para o setor feminino, existia na cidade desde 1896 a Escola Nossa Senhora Auxiliadora, das Filhas de Maria Auxiliadora, ou seja, salesianas.

A compra do prédio e mais terrenos pelos salesianos em Ponte Nova/MG concretizou-se em 1940, momento em que chegaram os primeiros educadores liderados pelo Pe. Alcides Lanna, SDB, passando o colégio a ser patrimônio da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB. Importante notar que neste momento o inspetor era o Pe. Orlando Chaves, e não mais o Pe. André Dell'Oca.

No caso de Anchieta a confusão por parte do inspetor da época, Pe. André Dell'Oca, conforme escreve Dom Helvécio, pode até ter ocorrido, porém, não é muito provável. Uma doação conforme pretendida pelo prelado, amplamente conhecida entre os salesianos, pauta de um Capítulo Geral da congregação, não é assunto possível de uma simples confusão, tratava-se de uma propriedade, coisa bastante séria no seio de uma congregação.

Voltando à questão da doação, podemos ler na correspondência de 1935 enviada ao superior geral, Pe. Pedro Ricaldone, que Dom Helvécio não estava nada satisfeito com as orientações da congregação, conforme segue:

Há dias, visitando-me o Diretor das "Escolas Dom Bosco" de Cachoeira do Campo, disse-me ter sabido que o R. Pe. Dell'Oca "ia abrir um collegio em Victoria, Esp. Santo, e que para isto tinha licença do Superior Geral". Estranhei immensamente e dolorosamente isso, que se verdade – acabará para sempre com as esperanças minhas e de Dom Emmanuel!

Deve haver algum fundamento n'essa confidência, porque o R. Pe. Inspetor nos evita, passa pela minha pequena sede episcopal sem me visitar, sem prevenir, nunca mais me escreveu sequer um cartão postal – hoje, 17º anno de minha sagração recebi mais de 200 telegrammas, 100 cartas, d'elle, porém, nem um simples cumprimento ou recado!

A continuarem assim as coisas, estou a crer que sou um indesejável!

Diz-me, entretanto, a consciência que não me tornei indigno da Congregação Salesiana.

Enfim, (...) não pode pior ser a situação – salesiana (brazileira d'esta inpetoria) d'este seu pobre Arcebispo, única e exclusivamente pela maneira por que me trata o R. Inspetor actual, ocasionando a profunda mágoa existente no dia de hoje (...) penso que injusta e imerecidamente.²⁹⁰

“Indesejável”, “evitado”, “profunda mágoa”, “injusta”, “imerecidamente”, com estas palavras o mesmo revela a situação de seus esforços no Brasil em torno da doação de seu patrimônio para a congregação. Certamente esta não era uma situação confortável no interior da congregação, Dom Helvécio tinha no quadro do episcopado brasileiro um trabalho reconhecido. O próprio inspetor, Pe. André Dell'Oca, ao pedir-lhe que interfira junto ao bispo do Espírito Santo, para a compra de uma casa, demonstra tal reconhecimento. Tudo nos indica que a própria fundação na cidade de Vitória, pretendida pelo

²⁹⁰ Pasta Dom Helvécio. Grifo do autor. ASC-Roma/Itália

inspetor, conforme Dom Helvécio relata na carta, não se efetivou no momento por conta destas tensões que envolviam a nome de Dom Helvécio e o inspetor na época. Não aceitar a doação e partir para uma fundação na cidade vizinha poderia acarretar numa piora das relações no interior da congregação.

A correspondência deste período é toda voltada sempre para a mesma questão. Para finalizar, vale destacar apenas mais uma nota deste contexto. Trata-se da correspondência enviada ao superior geral da congregação, Pe. Pedro Riacaldone, com data de 20 de abril de 1938, pouco depois de Dom Helvécio haver retornado à cidade de Mariana, após ter passado dois meses internado no hospital da Beneficência Portuguesa, no Rio de Janeiro, para a extração do rim direito, em final de 1937. O tom de queixa é o mesmo, conforme segue:

O Santo Padre me abençoou telegraphicamente um dia antes da operação. O Revmo. Cardeal me visitou tres vezes pessoalmente e 30 vezes pelo seu secretario, o Nuncio Apostólico 12 vezes pessoalmente, o Snr. Presidente da Republica, vários Ministros de Estado, 6 (seis) Arcebispos e uns dez (10) Bispos, 8 Provinciaes de Congregações Religiosas.... “menos o Inspetor da minha Congregação”, residente a poucas horas de distância, enfim, umas 3 a 4 mil visitas, inclusive de 4 (quatro) Directores Salesianos, do Inspetor do Mato Grosso, da Inspetora d’esta Inspetoria.²⁹¹

²⁹¹ Pasta Dom Helvécio. Grifo do autor. ASC-Roma/Itália

Ao elencar a quantidade de visitas, sugerindo o número de “3 a 4 mil visitas”, o prelado deixa claro ao seu superior o reconhecimento obtido diante das autoridades do país, tanto do poder temporal quanto do espiritual. Conforme demonstramos ao longo do trabalho, o espaço de ação de Dom Helvécio extrapola o Estado de Minas Gerais, visto que o mesmo atuou anteriormente em outras áreas e, após chegar em Mariana, manteve o prestígio social alcançado procurando sempre redimensioná-lo. Entretanto, ao elencar a presença de outros membros salesianos, com a falta apenas do seu inspetor, o prelado espera registrar a desatenção, o não reconhecimento pelo seu trabalho na Instituição, ou seja, a falta de unidade no interior da congregação. Enfim, uma queixa que no fundo é também uma forma de delação.

A doação de Dom Helvécio nunca foi aceita pela Sociedade de São Francisco de Sales, SBD. A fundação de uma casa salesiana em Vitória/ES realmente ocorreu, não muitos anos após, em 1943, com a instalação do Colégio Nossa Senhora da Vitória (MOURA, 2000).

Difícil afirmar com precisão a causa do não aceite da oferta de Dom Helvécio, especialmente por se tratar de um membro da congregação, cuja propriedade havia sido construída com esta intenção, e ainda, com todas as ajudas possíveis para instalação inicial da obra. Realmente trata-se de uma situação muito particular, pois as ordens religiosas não costumavam deixar de receber doações deste tipo no

Brasil no período estudado, aliás, muitas delas se organizaram a partir de doações deste tipo.

Dom Helvécio faleceu em 25 de abril de 1960 sem ver o sonho de uma fundação salesiana em sua terra se realizar. Em seu testamento volta à questão da propriedade da seguinte forma:

Declaro que na Arquidiocese nada possuo que mereça enumeração. Os objetos existentes em Palácio – paramentos, livros, joias, títulos bancários que servirem são todos pertencentes a Excia. Mitra Arquidiocesana. N’esta cidade e Municipio, natais, possuo uma modesta casa, onde resido em férias, e que por morte passará a propriedade do colégio “MARIA MATTOS”, da Congregação Carmelita, da Arquidiocese de Mariana, “em quanto as benemeritas Irmãs aqui trabalharem na educação da juventude”. Se, o que Deus, não há de permitir, a Congregação espontaneamente se retirar, a propriedade passará a Matriz de N. Sra. Da Assumpção, da Parochia local, inperpetuam. No interior do Municipio me pertencem 2 (duas) herdades: OLIVEIRA (da Olivânia) e PASSAGEM. Tem sido muitas vezes taes propriedades “oferecidas” a Congregações Religiosas para “Obras Sociais” da Igreja. Nada tendo conseguido até hontem, deixo-as confiadas à dita Congregação Carmelitas para o fim infra indicado. (...) Na Exma. Cúria deixo quantidade suficiente para serem rezadas 200 (duzentas) Santas Missas, logo apos meu falecimento.²⁹²

²⁹² Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 11 “Testamento” – AEAM-Mariana/MG

A congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência, que já estava à frente da direção da Escola Maria Matos desde 1932, foi beneficiada com o testamento, porém, este não era o desejo de Dom Helvécio. Conforme podemos ler no seu testamento, até o último momento a propriedade foi “oferecida” aos salesianos, que não aceitaram a doação.

Considerações finais

Ao finalizarmos a abordagem da trajetória de Dom Helvécio, na qual procuramos realizar uma articulação na tríade: indivíduo – instituição religiosa – sociedade, é chegado o momento de fazermos algumas considerações a fim de esclarecer alguns pontos de nosso estudo.

Inicialmente devemos registrar que pelo fato do trabalho tratar de um personagem com papel importante no processo da Neocristandade corremos o risco de alguma “tentação”, como uma predestinação ou um enfoque idealizado. O conceito de “Instituição Total” aplicado à trajetória de Dom Helvécio poderia nos levar a este risco, pois iniciamos a análise no momento em que o mesmo, ainda menino, principiou sua carreira no seio da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, e o acompanhamos ao longo dos seus trabalhos até o momento em que chegou a um posto importante na hierarquia católica. Para fugir desta “tentação”, buscamos enfatizar as tensões ao longo do seu percurso, com base no conceito de “redes de interdependência”. Desta maneira, pudemos contrapor duas imagens marcantes de Dom Helvécio. A primeira, como líder do episcopado no processo de Neocristandade; a segunda, como indivíduo, cuja personalidade o levou a momentos de desgaste no interior da Igreja Católica.

Seguindo a abordagem do trabalho, a primeira observação que queremos ressaltar refere-se à formação de Dom Helvécio. O processo formativo na Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, difere-se muito das principais congregações religiosas que atuavam no Brasil no período estudado. Conforme demonstramos, os salesianos estavam preocupados em preparar seus membros para uma atuação eficaz na sociedade, seguindo de perto as diretrizes de Dom Bosco. Este movimento era oposto, por exemplo, ao processo educativo dos lazaristas, característico da Reforma Católica Ultramontana, que desejavam o clero como “homens santos”, com atuação apenas no púlpito.

Neste sentido, vale registrar que os modelos conceituais de que dispomos para análise do cristianismo no Brasil, como Reforma Católica e Neocristandade, devem ser observados com cautela, pois nem sempre estes processos seguem a mesma orientação no interior de todas as congregações religiosas. Não temos dúvidas de que a chegada dos salesianos no Brasil insere-se no contexto da força das congregações religiosas para o reforço do processo reformista, porém, no desenvolvimento de suas atividades, não seguem o modelo tradicional reformista das demais congregações. Assim, podemos concluir que os salesianos, ao se relacionarem de outra maneira com o Estado, desde

sua chegada ao Brasil, tiveram papel de vanguarda no processo de Neocristandade no quadro das congregações religiosas.

Os dois postos ocupados por Dom Helvécio no episcopado foram herdados do modelo de administração lazarista. No Maranhão, o prelado toma posse após a morte de Dom Francisco, lazarista. Em Mariana, a tradição e a presença dos religiosos da Congregação da Missão se faziam presentes em 1922. Portanto, acreditamos que, possivelmente, muitas das dificuldades encontradas pelo prelado no seio da comunidade mineira, originaram-se em consequência do “estranhamento” por parte da comunidade deste novo modelo de prelado, menos apegado aos movimentos “*ad intra*” e mais voltado para as questões da sociedade, em especial o plano político. Entretanto, não estamos afirmando, conforme registramos ao longo do trabalho, que Dom Helvécio se descuidou das funções básicas do seu posto.

Outro elemento que deve ser considerado para explicação das tensões de Dom Helvécio, especialmente no caso da comunidade de Mariana/MG, refere-se ao fato de que os bispos deste período se colocavam em posição de superioridade com relação aos leigos, como “príncipes” da Igreja Católica. Porém, a partir da década de 1920 o laicato começou a “ensaiar” novos passos no interior da Instituição, de maior autonomia e, muitas vezes, estas posições contrárias acabaram por se chocar.

O processo de Neocristandade, o desejo da recristianização da República brasileira, nos remete a um processo que requer uma ação muito bem articulada entre os diversos membros da Instituição, cuja liderança esteve centrada na figura do cardeal Dom Leme, no Rio de Janeiro. Ao analisarmos este processo por meio do conceito de “Instituição Total”, procuramos demonstrar que Dom Helvécio atuou com forte senso de obediência à alta hierarquia eclesiástica, sempre em defesa dos interesses da Instituição. Sem dúvida, ele foi uma grande figura do episcopado do seu tempo, com uma atuação que favoreceu a Igreja Católica no processo de Neocristandade. Porém, a articulação no interior da Igreja Católica necessariamente envolve uma série de fatores, como por exemplo, ter à disposição congregações religiosas para a efetivação dos trabalhos projetados pelo episcopado, como obras sociais, educação e outros. E, neste sentido, o processo se depara com quadros de superpostos de autoridade, que em muitos momentos se chocam e geram tensões, colocando dificuldades na realização de vários projetos. Somado a esta questão, devemos levar em conta, conforme a documentação sugere, que Dom Helvécio era dotado de forte personalidade.

Para finalizar, vale uma observação do indivíduo na Instituição. A passagem do clero regular para o secular, conforme se efetivou na carreira de Dom Helvécio, foi um processo bastante tumultuado. Todas

as vezes em que pôde registrar o seu desejo de permanência no seio da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, ele o fez. O sentimento de pertencimento ao seu grupo religioso de origem sempre o acompanhou. Da mesma forma, procurou, até o último momento, ser fiel na busca de perpetuar o principal capital da congregação, a educação. Porém, podemos perceber que nestes processos, de passagem do clero regular para o secular, ocorre um distanciamento do grupo de origem, que pode ser analisado como um processo natural, mas que em Dom Helvécio, conforme seus próprios escritos, sugere ter causado um profundo sentimento negativo, em especial porque o mesmo não obteve por parte dos superiores da Sociedade de São Francisco, SDB, o reconhecimento esperado.

Arquivos consultados e lista de documentos oficiais

- Arquivo da Casa Paroquial de Mariana – Mariana/MG

- Livro de Tombo do Curato da Cathedral de Mariana/1927/1956

- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - Mariana/MG

- Arquivo 5 – Gaveta 3 - Pasta 11 – “Testamento”
- Arquivo 5 – Gaveta 3 - Pasta “Papéis curiosos sobre Dom Helvécio”
- Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 2 “Pastorais e Circulares”
- Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 1 – “Papéis de Dom Helvécio – Bispo do Maranhão”
- Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 10 – “Jornais”
- Arquivo 5 – Gaveta 1 – Pasta 8 – “Cartas de Dom Helvécio”
- Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 3 “Questões Paroquiais e outras”
- Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 22 “Sínodos e Congressos”
- Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 16 “Associações e Irmandades”
- Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 20 “Patrimônio – Obras Pias – Fazenda Maribondo”
- Arquivo 5 – Gaveta 3 – Pasta 4 “Acusações a Dom Helvécio”
- Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 19 “Museu de Arte Sacra”
- Arquivo 5 – Gaveta 2 – Pasta 09 “Histórico da Administração de Dom Helvécio”
- Livro de Atas “Conferências Episcopais de Mariana – 1927-1959”
- Boletim Eclesiástico Arquidiocese de Mariana

- Arquivo da Inspetoria Salesiana de São Paulo – São Paulo/SP

- Oração fúnebre de Maria Mattos de Oliveira – Pasta Dom Helvécio
- Pasta Capítulo Geral 16 – Documentos
- Revista Santa Cruz
- Correspondência padres salesianos

- Arquivo do Jornal Estado de Minas – Belo Horizonte/MG

- Periódicos dos anos de 1930 a 1945.

- Arquivo Público do Estado do Maranhão – São Luís/Maranhão

- Jornal “Diário de São Luís” (1921) Números avulsos
- Jornal “O Estado” (1918) Números avulsos
- “O Jornal” (1919) Números avulsos

- Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte/MG

- Pasta Arthur Bernardes

- Archivio Salesiano Centrale – Roma/Itália

- Relatório do Pe. Pietro Massa ao Núncio Apostólico Giuseppe Aversa – Pasta Dom Helvécio
- Pasta 10º Capítulo Geral
- Revista “Società di S. Francesco di Sales”
- Correspondência do Pe. Helvécio G. de Oliveira enviada aos Superiores da Sociedade São Francisco de Sales, SDB.
- Correspondência do Inspetor Pe. Pedro Rota
- Pasta Dom Helvécio

**- Archivio Storico da Pontificia Università Gregoriana
Roma/Itália**

- Livro de Registro Exame de Filosofia - 1890-1910

- Archivio Segreto Vaticano – Roma/Itália

- *Fundo Nunziatura Apostolica in Brasile*
- *Fundo Affari Ecclesiastici Straordinari* – III e IV Períodos
- *Fundo Segreteria di Stato*

**- Biblioteca do Instituto Estadual de Florestas -
Belo Horizonte/MG**

- Revista IEF
- Jornais, folders
- Monografia sobre o Parque Estadual Rio Doce

- Biblioteca do Liceu Salesiano São Gonçalo – Cuiabá/MT

- Revista Mato Grosso

- **Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana - Belo Horizonte/MG**
 - Pastas "Correspondência de Dom Cabral"

- **Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa -Barbacena/MG**
 - Revista Santa Cruz

- **MHCSSR – Memorial Histórico do Colégio Salesiano Santa Rosa Niterói/RJ**
 - Livro dos Resultados dos Exames de 1889 – 3ª. classe
 - Livro de Sócios da "Companhia São Luis" – 1888-1913
 - Programa do colégio Santa Rosa – 1885
 - Programa da Festa de Nossa Senhora Auxiliadora na Capela do Colégio de Santa Rosa – 1º de junho de 1890
 - Oração Fúnebre in memoriam do Exmo. Sr. Dom Helvécio Gomes de Oliveira
 - Jornal do Comércio – São Paulo – 14 de outubro de 1922

- **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional UFMT - Cuiabá/MT**
 - Banco de teses

Documentos Oficiais da Igreja Católica

Documentos pontifícios

- Encíclica *Quanta Cura* – 1864 – Pio IX (1846-1878)
- Encíclica *Rerum Novarum* - 1891 – Leão XIII (1878-1903)
- Carta *Litteras a vobis* – 1894 – Leão XIII (1878-1903)
- Encíclica *Divinis Redemptoris* – 1937 – Pio XI (1922-1939)
- Código do Direito Canônico de 1917

Cartas Pastorais e Documentos do Episcopado Nacional

- Carta Pastoral Coletiva de 1890
- Carta Pastoral Coletiva de 1915
- Carta Pastoral de Dom Leme de 1916
- Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses por ocasião do Centenário da Independência (1922)
- *Concilium Plenarium Brasiliense* – 1939

Carta Pastoral do Episcopado Mineiro

- Carta Pastoral do Episcopado Mineiro sobre "O Patrimônio Artístico" - 1926

Cartas Pastorais de Dom Helvécio Gomes de Oliveira

- Carta Pastoral de saudação ao clero e fiéis do Maranhão – 1918
- Circular Reservada ao Clero do Maranhão – 1919
- Carta Pastoral de Despedida do Clero e Fiéis do Maranhão – 1922

Bibliografia: livros, teses e artigos

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

ABREU, Martha. **O Império do Divino:** festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

AUBERT, Roger. **Nova História da Igreja:** A Igreja Católica na sociedade liberal e no mundo contemporâneo. Vol. V. Tomo I. Petrópolis: Vozes, 1975.

AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Rio de Janeiro:** os primórdios da obra Salesiana (1875-1884). Volume I. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1982.

_____. **Os Salesianos no Rio de Janeiro:** a implantação da obra Salesiana (1884-1894). Volume II. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco: 1983A.

_____. **Os Salesianos no Rio de Janeiro:** a organização da obra Salesiana (1894-1908). Volume III. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco: 1983B.

_____. **Os Salesianos no Rio de Janeiro:** a consolidação da obra Salesiana (1908-1928). Volume IV. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco: 1984.

_____. **A Obra de Dom Bosco no Brasil:** 100 anos de História. Volume I. Barbacena: Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa, 2000.

_____. **A Obra de Dom Bosco no Brasil:** 100 anos de História. Volume II. São Paulo: Editora Salesiana, 2002A.

_____. **Educando pela via do coração e do amor:** História da Congregação de Santa Dorotéia no Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: Edição da congregação, 2002B.

_____. **O início da Restauração Católica no Brasil (1920-1930).** Síntese Política Econômica Social (SPES). Número 10. p. 61-90. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Os Salesianos no Brasil à Luz da História.** São Paulo: Editora Salesiano Dom Bosco, 1983C.

_____. **O Estado leigo e projeto ultramontano.** São Paulo: Paulus, 1994A.

_____. **A Neo-cristandade:** um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994B.

_____. **A crise da cristandade e o projeto liberal.** São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. **A Igreja e os migrantes:** a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904). São Paulo: Paulinas, 1987.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História:** Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BEOZZO, José Oscar (org.). **História da Igreja no Brasil** – Segunda Época. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III, Volume IV. São Paulo: Difel, 1986.

_____. (Introd). **Para uma História da Igreja na América Latina:** marcos teóricos. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder:** irmandade e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão da biografia. In: **Usos e abusos da História Oral.** FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BRAIDO, Pietro. **Prevenire non reprimere:** il sistema educativo di Don Bosco. Libreria Ateneo Salesiano: Roma, 2006.

BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 81-95.

CALVÁRIO, Madre Maria do. **Traços biográficos de Madre Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1967.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Lê, 2005.

CANDELORO, Giorgio. **Storia dell'Italia moderna**: la costruzione dello Stato unitário. Vol. V. Milano: Feltrinelli Editore, 1968.

CARONE, Edgar. **A República Velha II**: evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1983.

CASALI, Alípio. **Elite Intelectual e Restauração da Igreja**. Petrópolis, Vozes, 1995.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À Beira da falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-79.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1988.

_____. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001, p. 07-25.

COMETTI, Pedro. **Dom Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá**: vida e obra. Cuiabá: Liceu Salesiano São Gonçalo, 1993.

COSTA, Marcelo Timotheo. **Um itinerário no século**: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Loyola, 2006.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-363.

DALE, Frei Romeu (org.). **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX**: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-1964. Estudos CEBRAP, n. 12, p. 5-52, abril-maio-junho, 1975.

_____. **Milagre em Juazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DOMÍNGUEZ, Lorenzo Miguélez; MORÁN, Sabino Alonso, ANTA, Marcelino Cabrerós de. **Código de Derecho Canônico**. Madri: La Editorial Católica, 1957.

DUROURE, João Baptista. **Dom Bosco em Mato Grosso**. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.

DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação**: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da Terra do Ouro**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista Tribunais, 1958.

FAUSTO, Boris(dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1986.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na Formação do Estado Liberal. In: BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II/2. Petrópolis, Vozes, 1980.

FRANCISCO, Adilson José. **Apóstolos do progresso**: a prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894-1919). 1998. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 1998.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOMES, Francisco José Silva. **Le projet de Neo-Chretiené dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 à 1915**. Thèse de Doctorat. Toulouse: Université de Toulouse le Mirail, 1991.

_____. Verbete: Rerum Novarum. In: SILVA, Francisco Carlos T. da; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéia, Instituições e Personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

_____. **De Súdito a Cidadão: os Católicos no Império e na República Velha(1822-1930)**. In: História e Cidadania (Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH/Belo Horizonte-MG). São Paulo: Humanitas Publicações; FFLCH-USP; ANPUH, 1998.

_____. **Quatro séculos de Cristandade no Brasil**. In: Religiones, Estado, Culturas e Ciudadania (Anais da XV Jornadas Sobre Alternativas Religiosas en América Latina). Santiago do Chile: ACSRM; UCSH, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: a construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In:_____; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HIGINO, Elizete. **Um século de tradição: a banda de música do colégio Santa Rosa (1888-1988)**. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil – Primeira Época**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **História da Igreja na América Latina e no Caribe**: 1994, 1995 o debate metodológico. Petrópolis: Vozes, 1995.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

KANTOR, Íris. Entradas episcopais na Capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada. In: JANCSÓ, István; _____. (orgs.) **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. Vols. I. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001. p. 169-180.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. **Documento/Monumento**. In: Enciclopédia Einaudi Memória-História. Vol. I. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

LEWGOY, Bernardo. A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial. **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 01, p. 84-104, julho-2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: **Usos e abusos da História Oral**. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. **A obra dombosquiana e o oeste brasileiro**. Cuiabá: Impresso no Liceu Salesiano São Gonçalo, 1983.

LEITE, Marjone. **O Cardeal dos Sertões, Dom Arcoverde**: uma história de poder da Igreja Católica Brasileira. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

LIBÂNIO, J. B. **A Volta à Grande Disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal, 1981.

LIMA, Mário de. **O Bom Combate**. Belo Horizonte: Imprensa Nacional, 1929.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Mariana**. Belo Horizonte: Edição do autor, 1966.

LOPES, Antônio. **Alcântara**: subsídios para a história da cidade. São Paulo: Siciliano, 2002.

LUSTOSA, Antônio de Almeida. **Joaquim Sapateiro**. Edições S.V.S.: São Paulo, 1964.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil-República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. **Igreja e Política no Brasil**: do Partido Católico à L.E.C.(1874-1945). São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. In: SOUZA, Rogério Luiz; OTTO, Clárcia (orgs). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Igreja e Estado no Brasil**: uma história de contraste e ambigüidades. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 663-684, jul./ago. 2006.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCIGAGLIA, Luiz. **Os Salesianos no Brasil**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1958.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um Estudo Sobre o Catolicismo Militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte, O Lutador, 1990.

_____. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 2. São Paulo: Paulinas, 2002.

MAYA, Maria Aparecida Vitta. **O naufrágio da Barca Sétima**. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1977.

MEIRELES, Mário Martins. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1977.

MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da Igreja: educação e os intelectuais orgânicos (1916-1940). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 31, p. 31-40, SET. 2008, ISSN: 1676-2584.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES, Sibele de. **O Episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**: passado presente e futuro. São Paulo: Loyola, 2000.

MOURA, Odilão. **As Idéias Católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Editora Convívio, 1978.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III O Brasil Republicano. 2º Volume: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. Sociedade e Instituições. São Paulo: Difel, 1985. p. 259-291.

NEUMANN, Sérgio Murilo de Almeida (org.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 3ª ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: _____; HERSCHANN, Micael; KROPF. **Missionários do progresso**: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Anderson José M. **Devoção e Caridade:** Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889). 1995. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

OLIVEIRA, Francisco Maximiano de. **Sinais da Igreja no Juiz de Fora.** Tomo II. Juiz de Fora: Gráfica Esdeva, 1978.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe:** gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORESTES, João. **Mariana, primeira capital de Minas Gerais:** aspectos históricos, turísticos e ecológicos. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2005.

PACHECO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão.** Maranhão: SENEC- Departamento de Cultura, 1969.

PAULA E SILVA, Dom Francisco. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão.** Bahia: Typografia São Francisco, 1922.

PASSOS, Mauro. Os contornos históricos do movimento catequético: a invenção dos catecismos. In: _____ (org.). **Uma História no Plural:** 500 anos do movimento catequético brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora. **Presidente Antônio Carlos:** um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana:** Igreja Católica em Juiz de Fora(1890-1924). Juiz de Fora: Editora Notas e Letras, 2004.

_____. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e Carta Pastoral de Dom Justino José de Sant'Ana (1949). In: _____; MIRANDA, Beatriz V. Dias (Orgs.). **Memórias Eclesiásticas:** documentos comentados. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

_____. Festas do Catolicismo juizforano: expressões de liberdade social e controle eclesiástico. In: _____; CAMURÇA, Marcelo Ayres (Orgs.). **Festa e Religião:** Imaginário e Sociedade em Minas Gerais. Juiz de Fora: Templo, 2003.

_____; AZZI, Riolando. **Henrique José Hargraves:** expressão do laicato juizforano. Juiz de Fora: Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIO, Maria Geralda Daniel. **A História Viva do Parque Estadual do Rio Doce.** Instituto de Ciências Humanas, PUC-MG, Belo Horizonte, 1996.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: _____ (org.). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922).** 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

RODRIGUES, Ana Maria Moog (seleção e introdução). **A Igreja na República Brasileira.** Brasília: Câmara dos Deputados/Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político Republicano).

ROMANCINI, Sônia Regina. **Cuiabá:** paisagens e espaços da memória. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO. **Dicionário Enciclopédico das Religiões.** Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: _____ (org.). **História, memória, literatura:** o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 375-389.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social:** uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAES, Fernando A. (Dir.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2002, p. 513-619.

SILVA, Ariovaldo da Silva. **O movimento litúrgico no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SILVA, Rogério Souza. Visões do mundo exterior: imagens africanas e percepções européias nas revistas ilustradas brasileiras do início do século XX. **História Social**, Campinas-SP, n. 11, p. 227-252, 2005.

SOBRINHO, Souza. **A importância de Minas na política nacional**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1973.

SOUZA, Laura de Mello e. Festas barrocas e vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.) **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. Vols. I. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001. p. 183-195.

STELLA, Pietro. **Don Bosco**. Il Mulino: Bologna, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas do Brasil colonial**. São Paulo: Editora 34, 2000.

TRINDADE, Cônego Raymundo. **Archidiocese de Mariana**: subsídios para a sua História. Volume I. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928.

_____. **Archidiocese de Mariana**: subsídios para a sua História. Volume III. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1929.

_____. **Breve notícia dos Seminários de Mariana**. Mariana: Editora da Arquidiocese, 1951.

_____. **A sede do Museu da Inconfidência em Ouro Preto**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1958.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In:_____; CARDOSO, Ciro F. (orgs.) **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro:Campus, 1997.

VALENTINI, Eugenio; Rodinò, Amedeo. **Dizionario biografico dei salesiani**. Tonrino: Ufficio Stampa Salesiano, 1969.

VAN KOPPEN, Frei Helano. **Nossas paróquias mineiras**: nos últimos 25 anos do comissariado franciscano de Santa Cruz (1925-1950). Belo Horizonte: Gráfica do Colégio Santo Antônio, 1991.

VASCONCELOS, Sandra Guardini. **Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII**. São Paulo: Boitempo, 2002.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus, Revista de História**, Juiz de Fora: EDUFJF, volume 5, número2, 1999.

WIRTH, Jonh. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira(1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja IV**. São Paulo: Paulus, 1999.

Anexo Caderno iconográfico



Estudantes maiores em 1890.

O jovem Helvécio entre os estudantes do colégio Santa Rosa/Niterói-RJ.
Ao centro o Diretor, Pe. Pedro Rota, SDB.



O Padre Helvécio e demais representantes da Sociedade de São Francisco de Sales, SDB, durante o 10º Capítulo da congregação (Turim/Itália-1904)



Comemorações do Centenário da Independência do Brasil e as obras
inacabadas da Catedral de São Luís do Maranhão.
Altar da missa campal revestido com a bandeira nacional ao fundo.
(São Luís/MA – 1922)



O prelado em trajes episcopais (1922)



Dom Helvécio partilha com o Presidente de Minas Gerais,
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o dossel sagrado.
(Barbacena/MG – s/data)



O presidente da República dr. Getúlio Vargas em visita a sua eminência

Ministro das Relações Exteriores José Carlos Macedo Soares, o Presidente da República Getúlio Vargas, o Cardeal Dom Sebastião Leme, a Senhora Getúlio Vargas e os Arcebispos Dom João Becker e Dom Helvécio Gomes de Oliveira em pose oficial durante a primeira visita do presidente ao chefe da Igreja Católica.
(Palácio São Joaquim - Rio de Janeiro/RJ - 1931)